



**Bruno Miguel  
Rua e Silva**

**A Implementação e Evolução do Regime Articulado  
no Meio Sócio-Educativo da Cidade de Vila Real:a  
Perspectiva de Pais e Professores**



**Bruno Miguel  
Rua e Silva**

**A Implementação e Evolução do Regime Articulado  
no Meio Sócio-Educativo da Cidade de Vila Real:a  
Perspectiva de Pais e Professores**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino de Música, realizada sob a orientação científica da Prof.<sup>a</sup> Doutora Helena Santana, Professora Auxiliar do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro.

*"O Doiro sublimado. O prodígio de uma paisagem que deixa de o ser à força de se desmedir. Não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso da natureza. Socalcos que são passadas de homens titânicos a subir as encostas, volumes, cores e modulações que nenhum escultor, pintor ou músico podem traduzir, horizontes dilatados para além dos limiares plausíveis da visão. Um universo virginal, como se tivesse acabado de nascer, e já eterno pela harmonia, pela serenidade, pelo silêncio que nem o rio se atreve a quebrar, ora a sumir-se furtivo por detrás dos montes, ora pasmado lá no fundo a reflectir o seu próprio assombro. Um poema geológico. A beleza absoluta."*

Torga, Miguel. (1986) Diário XII (3.<sup>a</sup> edição revista). Coimbra: Edição de Autor: 176-177

## **O júri**

Presidente	<b>Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Maria Machado Abranches de Soveral</b>  Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro
Vogal	<b>Doutor Alfonso Benetti Júnior</b>  Investigador Pós-Doutoramento, Inet-MD Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança (Arguente Principal)
Vogal	<b>Prof.<sup>a</sup> Doutora Helena Maria da Silva Santana</b>  Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (Orientadora)

## **agradecimentos**

A todos os que contribuíram e acarinharam a evolução deste meu Trabalho, um sincero agradecimento. À Professora Helena Santana, pela orientação, pela palavra sempre direccionada, construtiva e motivadora, o meu obrigado.

**palavras-chave**

Regime articulado, pedagogia, ensino artístico especializado, estabelecimento de ensino público, particular e cooperativo, evolução, percepção de docentes, percepção e motivação de encarregados de educação, música no 1.º ciclo, impacto nos alunos.

**resumo**

O presente Trabalho propõe-se caracterizar o regime articulado, no ano lectivo de 2014/2015, na Cidade de Vila Real, à luz da perspectiva crítica de professores e encarregados de educação. Com nove anos de prática local, importa compreender como evolui este modelo no papel dos estabelecimentos de ensino locais e na intervenção das entidades oficiais, avaliar a qualidade das vias de comunicação entre os estabelecimentos de ensino seleccionados, compreender a motivação e o posicionamento do Encarregado de Educação em termos de cultura (escolar) artística e do seu conhecimento da realidade inerente à frequência do regime articulado antes e depois do ingresso do educando, analisar a percepção de docentes face ao contributo deste regime no percurso académico e pessoal dos alunos, analisar a valorização das componentes curriculares, debater a relevância de um ingresso do regime articulado com ou sem formação musical prévia, constatar estratégias actuais de promoção do ensino artístico e do regime articulado e contemplar sugestões para a posteridade. Com efeito, foi aplicado um questionário auto-administrado aos encarregados de educação e aplicada uma entrevista semi-estruturada a docentes. Os resultados obtidos levam à conclusão de que o regime articulado está enraizado, tem maior visibilidade perante o público em geral e a comunicação entre escolas melhorou por mérito das mesmas, mas apresenta várias lacunas. Actualmente, os Encarregados de Educação procuram, no regime articulado, uma formação académica mais completa aliada à bonificação financeira.

**keywords**

Articulated teaching, pedagogy, specialized music teaching, public, private and cooperative teaching, evolution, teachers' perception, parents' perception and motivation, early music learning, impact on students.

**abstract**

The current Work aims to analyse the state of articulated teaching, in 2014/2015, in the City of Vila Real, under the teachers and parents' perspective. After nine years of local practice, it's time to understand how it has evolved, how well schools work together and with official entities, how schools communicate with each other, how parents relate with artistic (school) culture and the nature of articulated teaching, how teachers establish the contribution of this type of teaching in students' academic and personal growth, the appreciation of both components of the curriculum, how relevant is music learning before the 5th grade, what strategies promote this type of teaching and what can be done to improve it. Thus, it has been applied a questionnaire to parents and interviews to teachers to reflect the local articulated teaching status. The results led to the conclusion that the articulated teaching is locally established, it has more visibility to the general public and the communication between schools has improved with several issues to solve, though. Nowadays, parents seek, in articulated teaching, an even more complete academic education combined with the financial aspect.





# Índice

<b>ÍNDICE.....</b>	<b>1</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS .....</b>	<b>3</b>
<b>SIGLAS E ANACRÓNICOS.....</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>PARTE I.....</b>	<b>8</b>
1.1 ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO .....	8
1.1.1 Regimes de Frequência .....	10
1.1.2 Financiamento do Estado.....	11
1.2 O ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO .....	14
1.3 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ENVOLVIDOS – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
1.3.1 Conservatório Regional de Música de Vila Real.....	15
1.3.2 Escola Básica EB 2,3 Diogo Cão.....	16
1.3.3 Escola Secundária Camilo Castelo Branco.....	17
1.3.4 Escola Secundária Morgado de Mateus .....	17
1.4 METODOLOGIA – FERRAMENTAS DE RECOLHA DE DADOS .....	19
1.4.1 Pesquisa Documental.....	21
1.4.2 Entrevista .....	21
1.4.3 Inquérito.....	25
<b>PARTE II .....</b>	<b>27</b>
2.1 ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO OFICIAL – EVOLUÇÃO DA MASSA DISCENTE EM REGIME ARTICULADO .....	27
2.2 INTERPRETAÇÃO DE ENTREVISTAS .....	33
2.2.1 Entrevistas a Docentes do Conservatório Regional de Música de Vila Real.....	33
2.2.2 Entrevistas a Docentes do ensino regular.....	58
2.3 INTERPRETAÇÃO DE INQUÉRITOS.....	76
2.3.1 Análise dos inquéritos a Encarregados de Educação de alunos em Regime Articulado.....	76
<b>3. CONCLUSÃO .....</b>	<b>108</b>
<b>4. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO .....</b>	<b>117</b>
<b>5. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>118</b>
5.1 MONOGRAFIAS, TESES E RELATÓRIOS.....	118
5.2 LEGISLAÇÃO CONSULTADA .....	118
5.3 REFERÊNCIAS CIBERNÉTICAS.....	120
<b>ANEXOS .....</b>	<b>121</b>
ANEXO I: MODELO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	121
ANEXO II: INQUÉRITO .....	123
ANEXO III: MODELO DE GUIÃO DE ENTREVISTA A DOCENTES DO ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO .....	127
ANEXO IV: MODELO DE GUIÃO DE ENTREVISTA A DOCENTES DO ENSINO REGULAR.....	129
ANEXO V: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA A DOCENTE DO ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO – PROFESSOR A .....	132

ANEXO VI: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA A DOCENTE DO ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO – PROFESSOR B .....	146
ANEXO VII: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA A DOCENTE DO ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO – PROFESSOR C .....	158
ANEXO VIII: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA A DOCENTE DO ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO – PROFESSOR D .....	164
ANEXO IX: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA A DOCENTE DO ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO – PROFESSOR E .....	180
ANEXO X: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA A DOCENTE DO ENSINO REGULAR – PROFESSOR F.....	188
ANEXO XI: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA A DOCENTE DO ENSINO REGULAR – PROFESSOR G .....	199
ANEXO XII: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA A DOCENTE DO ENSINO REGULAR – PROFESSOR H.....	208
ANEXO XIII: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA A DOCENTE DO ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO – PROFESSOR X.....	217
ANEXO XIV: TRANSCRIÇÃO DA QUESTÃO ABERTA DO INQUÉRITO APLICADO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO .....	224

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da população escolar no CRMVR.....	27
Gráfico 2 – Distribuição da população escolar por regime de frequência.....	28
Gráfico 3 – Distribuição da população escolar por estabelecimento de ensino regular .....	31
Gráfico 4 – Mapa de Escolas do ensino regular frequentadas pela população escolar do CRMVR.....	77
Gráfico 5 – Grau de frequência na disciplina de Instrumento.....	78
Gráfico 6 – Formação prévia ao 1.º grau .....	79
Gráfico 7 – Quantificação da formação prévia ao 1.º grau .....	80
Gráfico 8 – Veículo de tomada de conhecimento do regime articulado .....	82
Gráfico 9 – Motivação da opção pelo regime articulado.....	83
Gráfico 10 – A exigência entre regime articulado e o ensino regular .....	85
Gráfico 11 – Postura perante a opção pelo regime articulado.....	86
Gráfico 12 – Maior responsabilidade e pressão no regime articulado .....	88
Gráfico 13 – Relação entre estudo do instrumento e actividades extra.....	89
Gráfico 14 – Relevância da formação prévia ao ingresso no regime articulado.....	91
Gráfico 15 – Relevância do desfasamento entre escolas enquanto modelo de ensino mais acessível.....	93
Gráfico 16 – O professor enquanto alvo de pressão, no regime articulado .....	94
Gráfico 17 – Posicionamento das disciplinas dos diferentes ensinos.....	95
Gráfico 18 – Avaliações atribuídas em função do quadro de honra.....	96
Gráfico 19 – Ausência de pressão pela frequência do regime articulado .....	98
Gráfico 20 – Volume de respostas à questão aberta .....	99

## Siglas e Anacrónimos

Actividade Extra Curricular	AEC
Agrupamento de Escolas de Mirandela	AEM
Agrupamento de Escolas Morgado Mateus	AEMM
Ateliê de Tempos Livres	ATL
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional	ANQEP
Bruno Rua	BR
Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus	CIAE
Comissão Interministerial de Coordenação Conservatório Regional de Música de Vila Real	CIC / CIC Portugal 2020 CRMVR
Direcção Regional de Educação do Norte Escola Básica	DREN EB
Encarregado de Educação	EE
Fundos Europeus Estruturais de Investimento	FEEI
Fundo Social Europeu	FSE
Ministério da Educação e Ciência	MEC
Plano Nacional de Reformas	PNR
Programa Operacional Capital Humano	POCH
Programa Operacional Potencial Humano	POPH
Quadro Financeiro Plurianual	QFP
Quadro de Referência Estratégica Nacional	QREN

## Introdução

O presente Trabalho, realizado no âmbito da disciplina de Projecto Educativo, ministrado ao 2.º ano do Mestrado em Ensino de Música pela Universidade de Aveiro, versa a caracterização do modelo de ensino articulado no âmbito do ensino especializado artístico de música, circunscrito geográfica, social e culturalmente à Cidade/Região de Vila Real.

Atendendo à localização do Conservatório Regional de Música de Vila Real (CRMVR), à distância face à realidade educativa do litoral, à eventual menor interacção de realidades de Estabelecimentos de Ensino Artístico à medida que caminhamos para o interior do país, importa, portanto, explorar em que moldes se estabelecem as relações entre os estabelecimentos de ensino promotores deste modelo, concretamente da Cidade de Vila Real, considerando como ponto de partida um elo comum: o Conservatório. Uma instituição a celebrar dez anos de vida, no corrente ano lectivo, implementa o ensino articulado no seu segundo ano em exercício (2005/2006), com protocolos direccionados à cidade e à região, e vive nos últimos quatro anos uma maior dinâmica nas práticas internas, na renovação das equipas directivas (Direcção Pedagógica e Direcção Executiva), e ajusta-se às transformações constantes do Ensino. Nesta dinâmica local, perante a possível frequência, num estabelecimento de ensino particular e cooperativo, em regime articulado, integrado ou supletivo, pretende-se compreender como se desenvolveu o modelo articulado com as escolas do ensino regular, como as mesmas olharam e olham para este e, ainda, que estratégias na sua promoção e consequente sustentabilidade.

O tema surge pela maturidade possível, ao quarto ano lectivo consecutivo, na qualidade de docente de Piano do CRMVR e pela particular experiência que o papel de representante/director de turma junto da Escola Secundária Camilo Castelo Branco permitiu, no ano lectivo transacto. Movido pelo ímpeto pessoal e profissional, proponho esta investigação partindo das seguintes questões: como se rege a evolução do regime articulado? O que representa o regime articulado na perspectiva dos diferentes agentes do meio educativo – docentes do ensino artístico, do ensino geral e Encarregados de Educação? O que motiva o Encarregado de Educação a optar por este percurso académico para o seu educando? Como é apresentada, ao público em geral, a opção pelo regime articulado?

Na elaboração de um contributo para a caracterização do estágio actual do regime articulado na Cidade de Vila Real, em particular, este Documento procurará assumir como

objectivos gerais a exploração do contexto em que os estabelecimentos de ensino promotores deste modelo se relacionam, o desenvolvimento do regime articulado nas escolas do ensino regular, estratégias de promoção e sustentabilidade do mesmo e como objectivos específicos sustentar a evolução deste regime de frequência desde a sua estreia, em 2005/2006, como essa evolução se constrói no papel dos estabelecimentos de ensino locais e na intervenção das entidades oficiais, analisar a realidade educativa local, reunindo a percepção crítica de três principais agentes do meio educativo (Encarregados de Educação, docentes do ensino regular e docentes do ensino artístico especializado), avaliar a qualidade das vias de comunicação entre os estabelecimentos de ensino com relação protocolada para a implementação e execução deste modelo de ensino-aprendizagem, compreender a motivação e o posicionamento do Encarregado de Educação em termos de cultura (escolar) artística e do seu conhecimento da realidade inerente à frequência do regime articulado antes e depois do ingresso do educando, analisar a percepção de docentes do ensino regular e docentes do ensino artístico especializado face ao contributo deste regime, numa influência qualitativa e quantitativa, no percurso académico e pessoal dos alunos, na cultura e para a Educação em geral, avaliar a pertinência do factor pressão no exercício da acção docente e no desempenho do aluno em regime articulado, analisar a valorização das componentes curriculares, debater a relevância de um ingresso do regime articulado com ou sem formação musical prévia, constatar resultados da maturidade temporal atingida, constatar estratégias actuais de promoção do ensino artístico e do regime articulado, contemplar sugestões de melhorias futuras.

Assumindo este ponto de partida, foi pensada a metodologia, numa fase inicial, dedicada à pesquisa documental, à reunião e análise de documentação oficial na obtenção de dados relativos ao ensino articulado protocolado entre CRMVR e estabelecimentos de ensino regular. Para Biklen, o conceito de dados “refere-se aos materiais em bruto que os investigadores recolhem do mundo que se encontram a estudar”, “(...) são os elementos que formam a base da análise”, “(...) são simultaneamente as provas e as pistas” que, “coligidos cuidadosamente, servem como factos inegáveis que protegem a escrita que possa ser feita de uma especulação não fundamentada” (1994: 149). Num outro nível do trabalho de campo, é aplicada, em dois contextos, a entrevista semi-estruturada, a docentes das escolas do ensino regular e a docentes do CRMVR, procurando nestes agentes da prática educativa a maior diversidade e profundidade que a experiência profissional, nos seus respectivos espaços de acção, permitir na busca de impressões alocadas à execução deste modelo de ensino-aprendizagem, características do sistema, do aluno tipo de regime articulado, da

prática docente, do espaço que este ocupa no meio educativo local, na realidade diária onde confrontam uma maior ou menor heterogeneidade de turma na dinâmica da sala de aula. Nas palavras de Quivy, a entrevista traduz-se na “(...) aplicação dos processos fundamentais da comunicação e de interacção humana” (2003: 191). Outra perspectiva explorada, a do Encarregado de Educação, agente igualmente relevante no todo, com recurso ao inquérito por questionário se pretende chegar à opinião e à motivação pela opção desta frequência para o educando, na transição para o 5.º ano de escolaridade. Para Quivy, o inquérito por questionário

"consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores" (2003: 188).

Este Documento está dividido em duas partes distintas. A primeira parte – Enquadramento Teórico e Construção do Projecto – contextualiza o ensino vocacional artístico, em particular o regime articulado, assim como os Estabelecimentos de ensino envolvidos e a definição e fundamentação da metodologia. A segunda parte – Aplicação do Projecto: Apresentação e Análise de Resultados – é dedicada ao escrutínio das entrevistas e inquéritos realizados e subsequente estruturação de resultados.

Face às conclusões redigidas, obtém-se uma base fundamentada de um fenómeno de interesse, numa realidade concreta.

## Parte I

### 1.1 Ensino Artístico Especializado

Em 1986, a Assembleia da República estabelece o quadro geral do sistema educativo aprovando a lei de bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86<sup>1</sup>). Nesta lei compreende-se que o sistema educativo é um conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação (artigo 1.º, n.º 2) e que este desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas de estatuto público e particular e cooperativo (artigo 1.º, n.º 3). No artigo 2.º da mesma lei, o primeiro princípio geral compreende que todos os portugueses têm direito à educação e à cultura e o artigo 4.º estabelece o sistema educativo com a educação pré-escolar, a educação escolar e a extra-escolar.

Anteriormente considerado o ensino obrigatório na duração de nove anos<sup>2</sup>, a evolução deste diploma<sup>3</sup> chega à sua quarta versão, assinalada pela Lei n.º 85/2009<sup>4</sup>, a qual “estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar (...)”, concretizando no n.º 1 do artigo 2.º que “(...) consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos”. Numa breve reflexão histórica<sup>5</sup>, se no Estado Novo era obrigatória a 3.ª classe, em 1956 e 1960 tornam-se obrigatórios quatro anos para rapazes e raparigas, respectivamente. Em 1964, o Decreto de 9 de Julho fixa seis anos de escolaridade obrigatória (em que o 5.º e 6.º anos poderiam ser cumpridos em diferentes modalidades, entre uma frequência liceal para uma elite que pretendesse futuro académico ou um ensino técnico voltado para o mercado industrial do trabalho) e só o pós 25 de Abril traria mais desenvolvimentos na errática evolução, de avanços e recuos, da educação em Portugal.

Do ensino regular para o ensino artístico, a tipologia deste tipo de ensino é

---

<sup>1</sup> Lei 46/86, de 14 de Outubro: Diário da República, 1.ª série – N.º 237

<sup>2</sup> Lei 46/86, de 14 de Outubro, artigo 6º, número 1: Diário da República, 1.ª série – N.º 237

<sup>3</sup> Evolução do diploma da lei de bases do sistema educativo: Lei 46/86, de 14 de Outubro, Lei 115/97, de 19 de Setembro, Lei 49/2005, de 30 de Agosto, e Lei 85/2009, de 27 de Agosto

<sup>4</sup> Lei 85/2009, de 27 de Agosto: Diário da República, 1.ª série – N.º 166

<sup>5</sup> O conceito de obrigatoriedade remonta a 1836, quando por obra da reforma de Passos Manuel (Plano de Instrução Primária) se estabelece, no Decreto de 15 de Novembro, que “todos os pais de família têm rigorosa obrigação de facilitar a seus filhos a instrução das escolas primárias (...)” (artigo 33.º). Contudo, não era mais que uma obrigação moral. Em 1844, pelo Governo de Costa Cabral, fixam-se coimas para os casos de não frequência desse mesmo nível de ensino. Ainda assim, dada a excepcionalidade por carência financeira, a medida de promoção da educação revela-se diminuta.



distinguida pelo Decreto-Lei n.º 344/90<sup>6</sup>. Este clarifica que a educação artística genérica destina-se “a todos os cidadãos, independentemente das suas aptidões ou talentos específicos nalguma área” (artigo 7.º) e que a educação artística vocacional “consiste numa formação especializada, destinada a indivíduos com comprovadas aptidões ou talentos nalguma área artística específica” (artigo 11.º).

Até ao ano de 1983, o ensino artístico especializado dos níveis não superior e superior de Música e de Dança era ministrado nos conservatórios. Com o Decreto-Lei n.º 310/83<sup>7</sup>, os conservatórios passaram a desenvolver apenas os cursos básicos e complementares, com vista à “formação de músicos e de bailarinos, bem como à preparação específica necessária ao exercício de outras profissões ligadas à Música e Dança” (artigo 1.º, n.º 1). A formação superior de áreas como a Música, Dança, Cinema e Teatro passaram a ser ministradas em escolas superiores.

“(…) Entende-se por ensino especializado da música o tipo de ensino que é ministrado nas escolas vocacionais de música (públicas, particulares e/ou cooperativas) e nas escolas profissionais de música abrangendo os níveis básico e secundário” (Folhadela, 1998: 9)

Actualmente (2015), de acordo com dados da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)<sup>8</sup>, os cursos artísticos especializados no domínio da música, em Portugal Continental, são leccionados em oito estabelecimentos de ensino público (Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Vila Franca de Xira, Lisboa e Portimão) e cento e quatro estabelecimentos de ensino particular e cooperativo (quarenta na região norte, vinte na região centro, vinte e seis na região de Lisboa e Vale do Tejo, dez na região do Alentejo e oito na região do Algarve).

A partir destes números, o papel do ensino particular e cooperativo, aqui focado no ensino artístico especializado no domínio da música, revela-se altamente contributivo no objectivo maior da promoção do direito à educação, na cobertura do território nacional, no serviço público que, também, representa.

É incontornável, portanto, atentarmos ao estatuto do ensino particular e cooperativo. Constituído pelo Decreto-Lei n.º 553/80<sup>9</sup>, potencia a criação, gestão e orientação destes estabelecimentos de ensino, cujo exercício de actividade se rege pelos termos constantes na

---

<sup>6</sup> Decreto-Lei n.º 344/90, de 2 de Novembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 253

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 310/83, de 1 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 149

<sup>8</sup> Sítio consultado a 28.04.2015

<sup>9</sup> Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 270

Lei n.º 9/79<sup>10</sup> – diploma que estabelece as bases do ensino particular e cooperativo. A actualização do estatuto do ensino particular e cooperativo conduz a evolução<sup>11</sup> do diploma ao Decreto-Lei n.º 152/2013<sup>12</sup>.

A maioria das escolas públicas e particulares e cooperativas contempla formação ao nível de iniciação musical<sup>13</sup>, num paralelo ao 1.º ciclo do ensino regular. No entanto este nível de formação é de frequência facultativa, podendo o aluno ingressar no estabelecimento de ensino especializado artístico dentro da faixa etária correspondente. Quando o aluno ingressa no 2.º ciclo, por via de prova de admissão/acesso/selecção no estabelecimento de ensino artístico especializado (seja em que regime o pretender), ingressa no Curso Artístico Especializado de nível básico, que se estende pelo 3.º ciclo, e, posteriormente, com a possibilidade de continuar no Curso Artístico Especializado de nível secundário/complementar uma vez no 10.º ano de escolaridade.

### **1.1.1 Regimes de Frequência**

O nível básico e secundário podem ser frequentados em diferentes modalidades: integrado, articulado, supletivo. De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º da Portaria 225/2012<sup>14</sup>, na frequência em regime integrado, o aluno frequenta todas as componentes do currículo (disciplinas do ensino geral e disciplinas artísticas) no mesmo estabelecimento de ensino. Mais refere que, via regime articulado, o aluno tem a sua formação dividida entre duas escolas, que se complementam e articulam, sem prejuízo para a geografia da residência<sup>15</sup>, em que a leccionação das disciplinas artísticas competem a uma escola de ensino artístico especializado e as restantes por uma escola de ensino geral. Pela terceira opção de frequência, indicada no n.º 2 do artigo supracitado, o aluno, em regime supletivo, atende às disciplinas artísticas num estabelecimento de ensino artístico especializado de música independentemente das suas habilitações.

No que à matrícula e renovação de matrícula concerne, esta “é efectuada nos dois estabelecimentos de ensino que ministram o plano de estudo correspondente” e “no acto

---

<sup>10</sup> Lei n.º 9/79, de 19 de Março: Diário da República, 1.ª série – N.º 65

<sup>11</sup> Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, Decreto-Lei n.º 169/85, de 20 de Maio, Decreto-Lei n.º 75/86, de 2 de Abril, Decreto-Lei n.º 484/88, de 29 de Dezembro, Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 138-C/2010, de 28 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 33/2012, de 23 de Agosto

<sup>12</sup> Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de Novembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 213

<sup>13</sup> A organização das iniciações no 1.º ciclo constam na Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho, artigo 3.º: Diário da República, 1.ª série – N.º 146

<sup>14</sup> Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho, artigo 4.º, número 1: Diário da República, 1.ª série – N.º 146

<sup>15</sup> Portaria n.º 691/2009, de 25 de Junho, artigo 7.º, número 4: Diário da República, 1.ª série – N.º 121

da matrícula ou da renovação da matrícula efectuada no estabelecimento de ensino que ministra as áreas disciplinares não vocacionais deve ser apresentado documento comprovativo da matrícula ou da renovação da matrícula efectuada no estabelecimento de ensino que ministra a componente de formação vocacional”<sup>16</sup>.

### **1.1.2 Financiamento do Estado**

O ensino artístico especializado deve uma parte crucial da sua evolução ao apoio financeiro concedido pelo Ministério da Educação, seja com origem nos sucessivos Governos Constitucionais, seja proveniente do quadro europeu (União Europeia). No entanto o seu impacto nos estabelecimentos de ensino deve ser distinguido pela sua natureza pública ou particular e cooperativa. Ao passo que uma escola pública, por esse factor, tem a totalidade da massa discente subsidiada, uma instituição particular e cooperativa formaliza candidatura por altura da abertura ao regime de acesso ao apoio financeiro a conceder em determinado ano lectivo, no âmbito do contrato de patrocínio. Ao abrigo do Despacho n.º 17932/2008<sup>17</sup>, alterado pelo Despacho n.º 15897/2009<sup>18</sup>, estão definidos o acesso ao regime de apoio financeiro assim como os valores concedidos por aluno consoante a modalidade de frequência. Verificamos, portanto, que a iniciação da disciplina de instrumento, pode ser financiada em €350 ou €550, consoante a caracterização de um grupo de 3 a 4 alunos ou 1 a 2 alunos, respectivamente, o curso básico em regime articulado oscila entre €2400 e €3500 (entre €1200 e €1750 em regime supletivo; entre €5440 e €6440 em regime integrado), o curso secundário em regime articulado é financiado entre €4925 e €6156 (em regime supletivo entre €1539 e €1950).

No período de 2007 a 2013 virogou o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN). Este plano constituiu “o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal”<sup>19</sup> e, na sua essência, tinha como ponto de partida três bases: Agenda Operacional para o Potencial Humano, Agenda Operacional para os Factores de Competitividade e Agenda Operacional para a Valorização do Território. Das três agendas enunciadas importa focar a Agenda Operacional para o Potencial Humano cujo âmbito previa a “promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as

---

<sup>16</sup> Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho, artigo 7.º, números 3 e 4: Diário da República, 1.ª série – N.º 146

<sup>17</sup> Despacho n.º 17932/2008, de 3 de Julho: Diário da República, 2.ª série – N.º 127

<sup>18</sup> Despacho n.º 15897/2009, de 13 de Julho: Diário da República, 2.ª série – N.º 133

<sup>19</sup> [www.qren.pt](http://www.qren.pt) - consultado a 5 de Maio de 2015

condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena”. A operacionalização das Agendas, isto é, a sua execução estava assegurada por Programas Operacionais Temáticos, dos quais se destaca, aqui, o Programa Operacional Potencial Humano (POPH) co-financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE). Por seu turno, o POPH visa “estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa” destacando-se, de entre as suas prioridades, a superação do “défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, para todos”<sup>20</sup>. A rubrica que ao ensino artístico concerne encontra-se no Eixo Prioritário 1 – Qualificação Inicial<sup>21</sup> do Programa, no parâmetro 1.6 Ensino Artístico Especializado.

A aprovação das linhas gerais do QREN decorreu da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007<sup>22</sup> com o consequente Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007<sup>23</sup>, que “estabelece o regime jurídico de gestão, acesso e financiamento no âmbito dos programas operacionais financiados pelo Fundo Social Europeu”, e, ainda, o Despacho Normativo n.º 4/2008<sup>24</sup>, que “fixa a natureza e os limites máximos dos custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu”. Este Programa foi co-financiado na ordem dos 6,1 mil milhões de euros pelo FSE (cerca de 70% da dotação global aproximada).

Com a chegada do ano de 2014, o modelo successor, nesta nova janela temporal, é, agora, designado por Acordo de Parceria e intitulado Portugal 2020. A preparação deste novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), em coerência com a Estratégia Europa 2020, do Plano Nacional de Reformas (PNR), surge pela Resolução n.º 98/2012<sup>25</sup>, a qual “estabelece as orientações gerais à programação do novo ciclo de intervenção dos fundos comunitários (...)”, e pela consequente Resolução n.º 33/2013<sup>26</sup>, que

“aprova o documento desenvolvido no âmbito do trabalho da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE) e da sua subcomissão especializada, sobre os pressupostos do Acordo de Parceria, (...) enquanto base de orientação para a preparação do Acordo de Parceria e dos respetivos Programas Operacionais (PO),

---

<sup>20</sup> [www.poph.qren.pt](http://www.poph.qren.pt) - consultado a 5 de Maio de 2015

<sup>21</sup> “O eixo de intervenção Qualificação Inicial tem como objectivo elevar a qualificação dos jovens, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações às necessidades do desenvolvimento sustentado, de aumento da competitividade e de coesão social da economia portuguesa.”

<sup>22</sup> Resolução n.º 86/2007, de 3 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 126

<sup>23</sup> Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 237

<sup>24</sup> Despacho Normativo n.º 4/2008, de 24 de Janeiro: Diário da República, 2.ª série – N.º 17

<sup>25</sup> Resolução n.º 98/2012, de 26 de Novembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 228

<sup>26</sup> Resolução n.º 33/2013, de 20 de Maio: Diário da República, 1.ª série – N.º 96

estabelecendo as principais linhas de intervenção dos fundos europeus estruturais e de investimento no ciclo 2014-2020 (...)”.

Dos quatro domínios temáticos do Portugal 2020, importa referir o sucessor do POPH, agora denominado Programa Operacional temático Capital Humano (POCH). Partindo do reconhecido valor acrescentado do FSE na melhoria de resultados na educação e formação em Portugal, este Programa assume como objectivos a promoção do sucesso e redução do abandono escolar, melhor relação entre formação e mercado de trabalho, aumento de diplomados do ensino superior, melhoria da qualificação da população adulta e promoção da qualidade no sistema de educação e formação.

Com o Decreto-Lei n.º 137/2014 define-se o modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) para o período 2014-2020. A regulamentação específica do Portugal 2020 foi desenvolvida por domínio de intervenção temático e foram estabelecidas normas que permitam um tratamento harmonizado das operações<sup>27</sup>. O regulamento que estabelece normas comuns sobre o FSE foi aprovado a 25 de Fevereiro de 2015 pela Comissão Interministerial de Coordenação (CIC Portugal 2020) e é adoptado e publicado pela Portaria n.º 60-A/2015<sup>28</sup>. O regulamento específico do domínio do Capital Humano consta da Portaria n.º 60-C/2015<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Por «operação» compreende-se “o projecto ou conjunto de projectos enquadráveis num PO, seleccionados pela respectiva autoridade de gestão ou sob a sua responsabilidade e executados por um ou mais beneficiários, que permitam alcançar os objectivos do eixo prioritário a que se referem” – alínea c), artigo 3º, Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro

<sup>28</sup> Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de Março: Diário da República, 1.ª série – N.º 42

<sup>29</sup> Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de Março: Diário da República, 1.ª série – N.º 42

## 1.2 O Ensino Básico e Secundário

Os planos de estudo do curso básico de música foram delineados pela Portaria n.º 691/2009<sup>30</sup>, cujos anexos três e quatro correspondem ao 2.º e 3.º ciclos, respectivamente, integrando as áreas disciplinares consagradas no Decreto-Lei n.º 6/2001<sup>31</sup>, a componente de formação vocacional inerente à especificidade do curso e, ainda, áreas curriculares não disciplinares (Artigo 2.º). Perante o reajustamento da organização curricular visado pelo Decreto-Lei n.º 94/2011<sup>32</sup>, para consequente harmonização em conformidade dos planos de estudo dos cursos de ensino especializado de nível básico, foi promulgada a Portaria n.º 267/2011, de 15 de Setembro – a primeira alteração.

A segunda alteração à Portaria n.º 691/2009 – e actualmente (2015) em vigor – acontece com a publicação da Portaria n.º 225/2012<sup>33</sup>. Esta harmoniza os planos de estudo dos cursos de ensino artístico especializado de nível básico, “de forma a valorizar a especificidade curricular do ensino artístico especializado, assegurando uma carga horária equilibrada na qual, progressivamente, predomine a componente artística especializada” em conformidade com os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos do ensino básico estabelecidos no Decreto-Lei n.º 139/2012<sup>34</sup>.

O curso secundário artístico especializado de música é criado com a Portaria n.º 243-B/2012<sup>35</sup>, consequente ao Decreto-Lei n.º 139/2012<sup>36</sup>, na qual se define o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação do curso e aprova o respectivo plano de estudo. A primeira alteração, pela Portaria n.º 419-B/2012<sup>37</sup>, visa a avaliação externa sumativa, requerível em ano de conclusão, na pretensão de se prosseguir para o ensino superior. A segunda alteração surge com a Portaria n.º 59-B/2014<sup>38</sup>, na qual estabelece “a possibilidade de prosseguimento de estudos atentas as condições existentes à data do início do respectivo ciclo de formação”.

---

<sup>30</sup> Portaria n.º 691/2009, de 25 de Junho: Diário da República, 1.ª série – N.º 121

<sup>31</sup> Decreto-Lei n.º 6/2001, de 25 de Janeiro: Diário da República, 1.ª série – N.º 15

<sup>32</sup> Decreto-Lei n.º 94/2011, de 3 de Agosto: Diário da República, 1.ª série – N.º 148

<sup>33</sup> Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 146

<sup>34</sup> Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 129

<sup>35</sup> Portaria n.º 243-B/2012, de 13 de Agosto: Diário da República, 1.ª série – N.º 156

<sup>36</sup> Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 129

<sup>37</sup> Portaria n.º 419-B/2012, de 20 de Dezembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 246

<sup>38</sup> Portaria n.º 59-B/2014, de 7 de Março: Diário da República, 1.ª série – N.º 47

### **1.3 Estabelecimentos de Ensino envolvidos – Contextualização**

Face aos objectivos, inicialmente, traçados, no âmbito da implementação e execução do tema em estudo, quatro estabelecimentos de ensino do concelho de Vila Real foram abordados pelo autor. Deste conjunto, o CRMVR representa o ensino artístico especializado e o elo comum na relação protocolar, para a prática do modelo de ensino-aprendizagem em foco, com os três estabelecimentos de ensino regular, seguidamente, discriminados e caracterizados. A Escola Básica 2,3 Diogo Cão, a Escola Secundária Camilo Castelo Branco e o Agrupamento de Escolas Morgado Mateus assumem relevância maior na bilateralidade estabelecida para o fenómeno do regime articulado pelo volume de população escolar que representam. Os estabelecimentos referidos beneficiam, ainda, da proximidade entre si, a distâncias medidas em poucos minutos, e pela geografia privilegiada, central, no concelho.

O concelho de Vila Real fica situado na parte setentrional do distrito homónimo, numa das encostas da Serra do Marão, a uma altitude média de 460 metros, na convergência dos rios Corgo e Cabril. Este município ocupa uma área de cerca de 378 Km<sup>2</sup> e é composto por trinta freguesias: Abaças, Adoufe, Andrães, Arroios, Borbela, Campeã, Constantim, Ermida, Folhadela, Guiães, Justes, Lames, Lamas de Olo, Lordelo, Mateus, Mondrões, Mouços, Nogueira, Nossa Senhora da Conceição, Parada de Cunhos, Pena, Quintã, São Dinis, São Pedro, São Tomé do Castelo, Torgueda, Vale de Nogueiras, Vila Cova, Vila Marim e Vilarinho de Samardã.

Neste concelho, nasceram ou viveram figuras importantes que se destacaram em diversas áreas, a nível nacional e internacional. Das diversas figuras ilustres concelhias, destacam-se Diogo Cão (descobridor do Congo e do Rio Zaire), Carvalho de Araújo (Comandante do “Augusto de Castilho”), Camilo Castelo Branco (escritor português do século XIX), Monsenhor Jerónimo do Amaral e Almeida Lucena (advogado e político), Elisa de Sousa Pedroso (pianista) e, mais recentemente, Simão Sabrosa, jogador de futebol.

#### **1.3.1 Conservatório Regional de Música de Vila Real**

O Conservatório Regional de Música de Vila Real é uma escola de ensino vocacional da música com autorização definitiva de funcionamento n.º 138, concedida pelo Ministério da Educação. Em virtude do reconhecimento do seu trabalho, por parte do Ministério da Educação e Ciência, obtém a Autonomia Pedagógica, em Setembro de 2009.

O Conservatório Regional de Música de Vila Real encontra-se sediado na zona envolvente do centro histórico da cidade, mais propriamente na Avenida Carvalho Araújo, n.º 71, junto à Sé de Vila Real, integrando, na altura da sua criação, a Real Filarmonia – Escola de Música de Vila Real. Esta Instituição está situada em pleno coração da Cidade de Vila Real, a escassos metros da Câmara Municipal, no lugar do antigo Convento de S. Domingos que fora outrora hospital, quartel e cineteatro. Desde 2004, alberga aqueles que serão os futuros rostos da música da região transmontana e alto-duriense. Inaugurado a 22 de Outubro de 2004 pela Secretária de Estado das Artes e dos Espectáculos, Dr.<sup>a</sup> Teresa Caeiro e pelo então Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins, o Conservatório de Música Regional de Música de Vila Real tem vindo a comprovar o sucesso da aposta feita, quer através do número de alunos, que actualmente ronda os 400, quer pelas iniciativas levadas a efeito pela Direcção Executiva e Direcção Pedagógica.

O universo da população escolar do Conservatório estende-se por toda a área do Distrito de Vila Real, abrangendo os Concelhos de Vila Real, Peso da Régua, Vila Pouca de Aguiar, Sabrosa, Murça, Alijó e Chaves.

O CRMVR tem sido gerido sob a entidade Fundação Comendador Manuel Correia Botelho – entidade esta nascida a 14 de Novembro de 2003 com os propósitos da promoção de actividades culturais, artísticas e científicas. Actualmente, assume a denominação de “Conservatório Regional de Música de Vila Real, Comendador Manuel Correia Botelho - Associação Cultural”.

“Dado o meio em que a Escola está inserida, o Conservatório Regional de Música de Vila Real tem um papel importante a desempenhar na cooperação de um processo que visa o desenvolvimento cultural da Região.”<sup>39</sup>

### **1.3.2 Escola Básica EB 2,3 Diogo Cão**

O Agrupamento de Escolas Diogo Cão, sediado na freguesia da Nossa Senhora da Conceição, é homologado em 2003, resultando da integração da Escola EB 2,3 Diogo Cão com o Agrupamento Horizontal “Do Alvão às Portas da Bila”. Em 2007, a dimensão do agrupamento alarga-se com a integração do Agrupamento Horizontal D. Dinis.

A Escola EB 2,3 Diogo Cão, inaugurada em 1972, sede do agrupamento, contemplava 713 alunos no ano lectivo de 2009/2010 (578 alunos no 2.º ciclo e 135 alunos

---

<sup>39</sup> Projecto Educativo do CRMVR 2013-2016



no 3.º ciclo). Este estabelecimento contempla o regime articulado ao nível do 2.º ciclo com uma turma exclusiva tanto no 5.º ano como no 6.º ano.

Este agrupamento, constituído por níveis de ensino do Jardim de Infância ao 3.º ciclo, exerce a sua intervenção numa vasta área geográfica, abrangendo a sua rede escolar treze freguesias marcadas pela ruralidade e três freguesias urbanas do Concelho de Vila Real.

### **1.3.3 Escola Secundária Camilo Castelo Branco**

A Escola Secundária /3 Camilo Castelo Branco assume esta designação em 1978, todavia este estabelecimento de ensino data de 1848. Encontra-se localizada na freguesia de S. Dinis, em Vila Real.

Ao longo da sua história várias foram as fases de desenvolvimento e denominações atribuídas. Em 1911, a Escola é elevada ao estatuto de Liceu Central de Camilo Castelo Branco, porém as reformas do Estado Novo fazem recuar à designação de Liceu Nacional. Com o seu desenvolvimento afectado pelas instalações disponíveis, a forma do edifício actual resulta de um período de obras iniciadas a 1932 e concluídas a 1943.

Dados referentes ao ano lectivo de 2013/2014 estimam 276 alunos no 3.º ciclo do ensino básico regular e 565 alunos ao nível secundário regular, cifrando-se a totalidade da oferta formativa deste estabelecimento de ensino em 1136 alunos. O regime articulado é, aqui, promovido ao nível do 3.º ciclo e secundário. No curso básico conta com uma turma exclusiva em cada ano do 3.º ciclo e no curso secundário conta, no corrente ano lectivo (2014/2015), com um número recorde de alunos inseridos numa turma mista de 10.º ano.

### **1.3.4 Escola Secundária Morgado de Mateus**

O Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus é constituído em 2012, em consequência da decisão do Ministério da Educação em fundir o Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo do Amaral e a Escola Secundária/3 Morgado de Mateus.

O historial do agrupamento remonta a 1984 com a criação da Escola preparatória n.º 2 de Vila Real apenas leccionando o 2.º ciclo. Uma vez englobado o 3.º ciclo assume a denominação de Escola C+S Monsenhor Jerónimo do Amaral (Escola EB 2,3 Monsenhor Jerónimo do Amaral com a posterior alteração de toponímia). Em 1986, inicia actividade a Escola Secundária n.º 3 com o ensino básico nesse ano e o ensino secundário no ano

seguinte. Por esta altura a escola assume o nome de Morgado de Mateus, designação que se mantém até à actualidade. Com o novo regime de autonomia, administração e gestão de escolas, em 1999, são constituídos dois Agrupamentos Horizontais: o Agrupamento Horizontal de Escolas da Senhora da Pena e o Agrupamento Horizontal de Escolas Viladouro. Em 2003, estes dois agrupamentos são agregados com a Escola EB 2,3 Monsenhor Jerónimo do Amaral, a qual passou a ser a escola sede do então formado Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor do Amaral. Inicialmente constituído por cinquenta escolas, pela primeira vez se verifica uma unidade administrativa escolas que agrega a educação de infância e 1.º ciclo aos 2.º e 3.º ciclos. A natureza actual do agrupamento surge em 2012 com a inclusão do ensino secundário em agrupamentos de ensino básico.

No ano lectivo de 2014/2015, este agrupamento contempla uma turma específica em regime articulado e, diferenciando-se das outras Escolas/Agrupamentos em foco, alunos em regime articulado inseridos em turmas mistas. Do 2.º e 3.º ciclos, apenas o 8.º ano não está representado (se atendermos à desistência do único aluno deste nível em pleno ano escolar).

Dados referentes ao ano lectivo anterior (2013/2014) indicam que o Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus, nos níveis em que o regime articulado se aplica, estimava a população escolar do 2.º ciclo em 324 alunos, do 3.º ciclo em 428 alunos e do ensino secundário regular 291 alunos. A totalidade da oferta formativa do agrupamento cifra-se nos 2132 alunos.

“Este agrupamento é responsável pelas respostas educativas a todas as crianças e jovens residentes na parte Este do Rio Corgo do concelho de Vila Real.”<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus 2014-2018, Caracterização do Agrupamento

## 1.4 Metodologia – Ferramentas de recolha de dados

O trabalho de investigação proposto visa explorar a realidade do ensino especializado artístico em música – concretamente o regime articulado – na Cidade de Vila Real, a bilateralidade entre o Conservatório Regional de Música e os estabelecimentos de ensino que acolhem este modelo, a visão do Professor, do Encarregado de Educação, que ao longo dos anos acompanham a evolução desta prática.

Em investigação, do aleatório não se obtém resultados pelo que se impõe a sistematização de procedimentos em prol da recolha, análise e interpretação de uma determinada realidade: a particularidade da Cidade de Vila Real, a especificidade da cultura sócio-educativa, a fim de se compreender o fenómeno de interesse que o ensino especializado da música, em regime articulado, neste meio, representa.

Com efeito, após revisão bibliográfica no âmbito de metodologias de investigação, a instrumentação metodológica utilizada começou pela pesquisa documental, através da qual se promoveu a análise de documentos contemporâneos e retrospectivos como documentos oficiais informativos arquivados, tabelas estatísticas, actas, legislação, em sede de arquivo do CRMVR (totalizando nove anos desta prática).

Pretendendo-se o conhecimento de docentes quanto ao fenómeno em estudo e a natureza subjectiva desse objectivo, a entrevista impõe-se como ferramenta – “(...) uma técnica cada vez mais mobilizada nos trabalhos de campo de estudantes e investigadores em ciências sociais (...)” (Torres & Palhares, 2014: 167). Perante uma interacção social particular entre interlocutores, é possível caracterizar o momento de entrevista como excepcional: um sentido de excepcionalidade pela emergência das

“expectativas associadas à situação entre os que dela participam, decorrentes da própria raridade quotidiana das circunstâncias que configuram o processo de interacção reconhecível como uma situação de entrevista” (2014: 173).

Para Ferreira,

“a primeira questão a ser colocada pelo investigador quando opta pela entrevista no seu desenho metodológico é se essa técnica, na sua extensa variedade, será de facto a mais adequada ao objecto de estudo (...)” (Torres & Palhares, 2014: 168).

Para esse fim, foram consideradas as diferentes modalidades possíveis de entrevista: estruturada, aberta e semi-estruturada. Numa entrevista estruturada, o alinhamento do

guião apresenta-se objectivo, de resposta fechada, quase que na forma de um inquérito verbal, não oferecendo espaço de manobra ao entrevistado nem margem ao entrevistador para aprofundar a informação obtida, colocar questões acessórias relacionadas, realizar uma análise qualitativa. Numa entrevista aberta, a plena liberdade permitida ao raciocínio do entrevistado colocaria dificuldades no cruzamento de dados da generalidade das entrevistas realizadas e a obtenção de conclusões, dada a informação dispersa. Dito isto, optou-se por aplicar a entrevista semi-estruturada que, através de guião previamente elaborado se consegue um eixo orientador de um contexto de interacção directa entre entrevistador e entrevistado, numa reformulação constante do fio condutor dado o papel activo do entrevistador e a liberdade balizada do entrevistado, na obtenção de eventuais esclarecimentos acrescidos conforme a flexibilidade e diversidade desta ferramenta permitem. Ferreira compara esta última variante de entrevista – “(...) um campo de possibilidade de improvisação substancialmente alargado, quer nas questões levantadas, quer nas respostas dadas” (2014: 171) – à arte da improvisação, não de forma anárquica senão preparada, informada e controlada (idem). Assim como na música, “a improvisação é concebida como a habilidade de, simultaneamente, produzir e interpretar sons, dentro de determinados parâmetros harmónicos, melódicos ou rítmicos” (idem). Foram elaborados guiões para o recurso a entrevista a aplicar aos conjuntos de docentes (tanto do ensino regular como do ensino artístico), a leccionarem na Escola EB 2,3 Diogo Cão, Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus e CRMVR, no corrente ano lectivo (2014/2015), que contribuíram com o seu conhecimento e experiência.

Foi, ainda, considerado a elaboração de um inquérito submetido aos Encarregados de Educação, para respectivas impressões. Igualmente relevante, a perspectiva do Encarregado de Educação, estabeleceu-se como ferramenta de recolha o inquérito por questionário: um questionário auto-administrado, em que o inquirido regista as suas próprias respostas, cenário onde se exclui comunicação oral entre inquiridor e inquirido e permite comparações concretas entre as respostas obtidas. Com esta ferramenta procura-se a recolha de factos, opiniões, atitudes, razões e satisfação (Torres & Palhares, 2014: 137) do inquirido sobre o tema abordado. Embora maioritariamente composto por questões fechadas, o documento elaborado não termina sem a oportunidade de o inquirido expressar-se, com a liberdade possível, numa questão aberta. Para Hill, um questionário com perguntas abertas e pergunta fechadas é “útil quando pretendemos obter informação

qualitativa para complemento e contextualização da informação quantitativa obtida pelas outras variáveis” (Torres & Palhares, 2014: 139).

#### **1.4.1 Pesquisa Documental**

Para a pesquisa documental foi requerido o acesso ao “arquivo morto” do CRMVR, assim como dados complementares semelhantes às três escolas de ensino regular de maior foco: Escola EB 2,3 Diogo Cão, Escola Secundária Camilo Castelo Branco e Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus. Esta necessidade foi apresentada, pessoalmente, em quatro espaços directivos das instituições referidas.

O acesso ao arquivo do CRMVR foi uma constante durante o ano lectivo. Uma vez clarificada a autorização, por parte da Direcção Pedagógica, a um acesso livre e desimpedido, a visita ao arquivo ocorre a partir de Novembro de 2014<sup>41</sup> com maior regularidade ao longo do 2.º período<sup>42</sup> do calendário lectivo. Após um primeiro contacto de reconhecimento da organização do espaço e localização da potencial informação relevante se verificou uma organização simples e visualmente quase imediata. No entanto, devo acusar alguma dificuldade na análise da documentação de anos lectivos mais recentes considerando a disposição provisória de alguns anos lectivos e a necessidade de atender a outros espaços da instituição na busca da informação pretendida<sup>43</sup>.

#### **1.4.2 Entrevista**

Na aplicação da entrevista semi-estruturada – gravada com autorização prévia e transcrita – foram considerados dois conjuntos-alvo: uma entrevista destinada ao colectivo de docentes do ensino regular das escolas já referidas e uma outra visando o colectivo de docentes do CRMVR (seja com responsabilidade de turma no âmbito das disciplinas de Formação Musical, Classe de Conjunto, História da Música, seja com responsabilidades directivas ou outro estatuto considerado relevante).

---

<sup>41</sup> Em Novembro de 2014 realizaram-se visitas ao arquivo do CRMVR nos dias 5, 12 e 19.

<sup>42</sup> Visitas realizadas nos dias 5, 7 e 21 de Janeiro de 2015 e nos dias 4, 11 e 18 de Fevereiro de 2015.

<sup>43</sup> A partir do ano lectivo 2010/2011, a disposição provisória da documentação, com especial ênfase nos anos lectivos 2012/2013 e 2013/2014, dificultou a análise documental. Solicitada ajuda à Direcção Pedagógica, um dos seus elementos, o Professor Luís Filipe Santos, referia que “(...) pelo facto de ser material recente, parte considerável da informação” relevante a este estudo “está arquivado na Direcção Pedagógica”.

O primeiro contacto com três escolas de ensino regular foi estabelecido via correio electrónico, em Fevereiro, com o objectivo de solicitar colaboração e o consequente encaminhamento da mensagem aos Directores de Turma e demais docentes afectos a turmas/alunos em regime articulado. Sem efeito, o contacto foi reforçado pessoalmente junto das direcções das escolas referidas ainda antes do término do 2.º período lectivo, registando-se uma recepção favorável à colaboração e divulgação. Contudo, a quase total ausência de desenvolvimentos levou ao contacto, por via de correio electrónico, com os Directores de Turma, no sentido de promover a divulgação da investigação e consequente vontade de aplicar entrevista. No contacto estabelecido, via correio electrónico, às direcções das escolas, a informação foi apresentada de forma sucinta, à qual se anexava a Carta de Apresentação (Anexo I). A Carta de Apresentação introduz o autor, o tema a que se propõe estudar, o âmbito da sua realização e ferramenta metodológica pretendida junto da instituição visada. O mesmo procedimento repetiu-se no contacto com os Directores de Turma.

No CRMVR, a Direcção Pedagógica prontamente acedeu divulgar a vontade de aplicar entrevista a um colectivo de professores, reforçando, por correio electrónico, o que foi possível, na maioria dos casos, introduzir verbalmente.

Um conjunto-alvo na aplicação desta ferramenta, docentes do ensino artístico, contemplou um total de cinco professores. Destes cinco indivíduos, dois são do sexo feminino e três do sexo masculino e as suas idades variam entre os vinte e quatro e os cinquenta anos. As suas responsabilidades no CRMVR variam entre a leccionação de Formação Musical, Classe de Conjunto, Coro, docente de Instrumento com função directiva. O número de entrevistados é estabelecido pela participação voluntária daqueles que acederam à proposta do autor.

O critério, na selecção da amostragem deste conjunto-alvo, é único: o facto da Cidade de Vila Real contemplar um estabelecimento de ensino especializado de música oficial, o único capaz de leccionar o regime articulado. Os docentes seleccionados são parte integrante do CRMVR no ano lectivo da redacção deste documento. A experiência de leccionação não é balizadora da participação nesta investigação. Pretende-se, inclusive, diversidade a nível etário e de carreira profissional. Desta amostragem encontram-se indivíduos que acompanham a evolução da instituição desde a sua constituição assim como docentes que vivem a realidade local no seu primeiro ano lectivo ao serviço do CRMVR. Uma vez que a ocorrência da entrevista decorreu ao longo do mês de Maio, 3.º período

lectivo, considera-se que, indivíduos nesta última condição referida tenham contribuído a prestar à presente investigação.

O guião desta entrevista (Anexo III) contempla quatro domínios na secção A: nome, idade, habilitação profissional e actividade profissional no CRMVR (parâmetro no qual se pretende referência a disciplinas tuteladas, funções desempenhadas, tempo de serviço dedicado à instituição). A secção B contempla onze questões. As primeiras duas apelam ao tempo de serviço do entrevistado, pela perspectiva histórico-temporal, ao ser questionada a percepção do desenvolvimento do regime articulado, da sua promoção junto de pais e escolas locais e receptividade dos mesmos. A terceira questão foca o encarregado de educação e o seu conhecimento no momento de optar pelo regime articulado. As questões quatro, cinco e seis, atentam generalizadamente a perspectivas como o regime articulado ser seleccionado a partir do aspecto financeiro, condição social, facilidades académicas, aspecto pedagógico/cultural, como o regime articulado complementa o plano curricular ou representa lacunas a longo prazo ou, ainda, a relação das avaliações entre disciplinas de natureza distinta. A questão sete direcciona-se para o conceito de pressão, neste regime de frequência, abrangendo o aluno, o professor, o encarregado de educação, o sistema. As questões oito e nove partem da responsabilidade na opção pelo regime articulado para se focarem no ingresso ao 1.º grau com maior ou menor número de critérios estabelecidos, com ou sem iniciação musical, ideias e soluções para o desejado aumento de acessos a este regime com, pelo menos, um ano de Iniciação Musical no currículo. A questão dez é uma reflexão sobre a realidade turbulenta do ano lectivo procurando-se, ainda que modestamente, opinião no arranque do ano lectivo, directrizes oriundas do poder central, gestão política das dificuldades, financiamento, o sistema. Por fim, uma reflexão voltada para o meio em estudo, a questão onze interroga sobre que melhorias se podem implementar na relação entre as instituições locais na agilização da prática do regime articulado.

O segundo conjunto-alvo, docentes do ensino regular, contemplou três professores. Destes três indivíduos, um é do sexo feminino e dois do sexo masculino e as suas idades variam entre cinquenta e sessenta anos. A longevidade da carreira docente varia entre vinte e sete e trinta anos. O número de entrevistados é estabelecido pela participação voluntária daqueles que acederam à proposta do autor.

O critério que sustenta a segunda amostragem pretendida é a titularidade, no ano lectivo da redacção deste Documento, de uma ou mais disciplinas do horário de alunos ou turmas em regime articulado. Os Professores afectos a esta tipologia de aluno/turma são

oriundos de dois de três estabelecimentos de ensino da Cidade de Vila Real contactados: Escola Secundária Camilo Castelo Branco e do Agrupamento de Escolas Morgado Mateus.

O guião desta entrevista (Anexo IV) contempla cinco domínios na secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais: nome, idade, longevidade da carreira docente, estabelecimento de ensino actual (a partir do qual é entrevistado) com respectivo tempo de serviço no mesmo e total de turmas a cargo. A secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Regular contempla dezoito questões. As primeiras quatro questões pretendem-se leves, assumindo-se como uma fase inicial na abordagem do contacto do Professor com o regime articulado, da maior ou menor exigência burocrática associada a uma turma neste regime, da metodologia de aula, características semelhantes ou distintas face ao regime ordinário. A questão cinco e seis focam o aluno quanto ao grau de exigência que se pode associar à frequência do regime articulado e ao seu empenho generalizado dentro e fora da sala de aula. A questão sete incide na percepção que o entrevistado tem, de uma forma generalizada, do conhecimento do Encarregado de Educação quanto ao regime articulado. A questão oito, ainda com o Encarregado de Educação em plano de fundo, estreita a opinião do entrevistado ao questionar a forma como a opção por este regime é pensada, incluindo exemplos de ordem social, financeira, entre outros. A questão nove estabelece uma relação entre os resultados diferentes (em termos de avaliações) que por vezes um aluno obtém consoante a natureza da disciplina. A questão dez explora um potencial preconceito quanto à frequência do regime articulado no sentido de as disciplinas artísticas ocuparem um espaço em detrimento de outras. A questão onze aborda o conceito de pressão, tomando como ponto de partida e exemplo o limite de desfasamento legalmente enquadrado entre escola e conservatório, aplicado ao aluno, professor e ao sistema em geral. A questão doze é colocada estrategicamente nesta altura da entrevista, uma vez que, após um conjunto de variáveis abordadas, acredita-se que o entrevistado esteja em melhores condições de elaborar um rol de vantagens e desvantagens na opção por este regime de frequência. A questão treze parte da associação recorrente entre a frequência do regime articulado e aptidão/talento do aluno, potenciando-se aqui uma questão secundária para definição de talento por parte do entrevistado. A questão catorze aborda o acesso ao regime articulado, no que respeita a critérios de admissão. A questão quinze alude a um percurso de cinco anos neste regime, numa comparação aos aluno em regime ordinário, em virtude de maiores ganhos por esse factor. A questão dezasseis pretende uma reflexão sobre medidas possíveis para que a frequência/a opção pelo regime articulado aconteça com conhecimento mais aprofundado.



A questão dezassete procura explorar a percepção do entrevistado no que ao financiamento/investimento no ensino artístico concerne. Por última, a questão dezoito, volta-se para o meio local e é proposto ao entrevistado uma reflexão para a melhoria da prática do regime articulado no meio educativo local.

### **1.4.3 Inquérito**

Pela dificuldade natural de chegar pessoalmente à amostragem de Encarregados de Educação, um inquérito estatístico permite a obtenção de informação no estudo de atitudes, valores, crenças e comportamentos sem necessidade de contacto directo entre as partes. Os inquéritos, em formato de papel, entregues aos alunos de regime articulado quando reunidos em turmas de Formação Musical, foram distribuídos, ora pelo inquiridor, ora pelo titular da turma, com uma nota introdutória, alertando para a importância e responsabilidade da acção pretendida, e, posteriormente, recolhidos pelos professores dessas mesmas turmas e a mim devolvidos. Mais uma vez, a Direcção Pedagógica (CRMVR) mostrou-se totalmente cooperante.

O documento totaliza quatro páginas, sendo uma página de capa e três de questionário. Na capa é exposto o âmbito da sua realização, o propósito visado, a sua dimensão e tempo estimado para a sua execução. Por seu turno, o questionário é apresentado em duas secções, dedicando-se a secção A à identificação do Encarregado de Educação e respectivo educando – informação confidencial para exclusivo conhecimento do inquiridor e, também, para organização da recolha – e a secção B a dados e impressões relativos à frequência do ensino articulado. De referir, ainda dentro da secção B se subentendem quatro secções. Do ponto um a três há uma contextualização do aluno pela indicação da Escola, turma, grau de instrumento frequentados assim como o cumprimento de Iniciação ou a existência de formação prévia ao ingresso no modelo articulado. Do ponto quatro a sete, as possibilidades a assinalar surgem na forma assumida de resposta a uma interrogação, enquanto que do ponto oito ao quinze a resposta se cumpre objectivamente em cinco níveis de concordância face a uma afirmação enunciada. O último ponto destaca-se do todo pela sua natureza aberta, dando a oportunidade ao inquiridor de contemplar algum aspecto que não tenha surgido, uma opinião crítica que queira partilhar livremente.

Foram entregues cento e setenta e dois inquéritos<sup>44</sup>, cobrindo o total de alunos a frequentar o regime articulado no corrente ano lectivo (2014/2015). A entrega decorreu na última semana do mês de Abril, concedendo-se a margem de duas semanas para fechar a recolha. O processamento de dados inicia-se com base em cento e dezasseis inquéritos recolhidos.

---

<sup>44</sup> Face ao número original de alunos em regime articulado – cento e setenta e quatro – constata-se a desistência de dois alunos (um do 5.º ano e outro do 8.º ano do Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus) no decorrer do ano lectivo.

## Parte II

### 2.1 Análise de Documentação Oficial – Evolução da massa discente em Regime Articulado

A evolução da massa discente global do Conservatório Regional de Música de Vila Real (CRMVR) divide-se em duas fases. Nos primeiros cinco anos do seu exercício, o volume de alunos cresceu, em média, cinquenta e cinco alunos ao ano. Numa segunda fase, a partir do ano 2009/2010, constata-se uma estabilidade numérica em torno da cifra psicológica dos quatrocentos alunos, balizada pelos picos de quatrocentos e vinte e seis alunos (2010/2011) e trezentos e oitenta e nove alunos (2012/2013). O corrente ano lectivo (2014/2015) contemplou com um total de alunos na ordem dos trezentos e noventa e três.

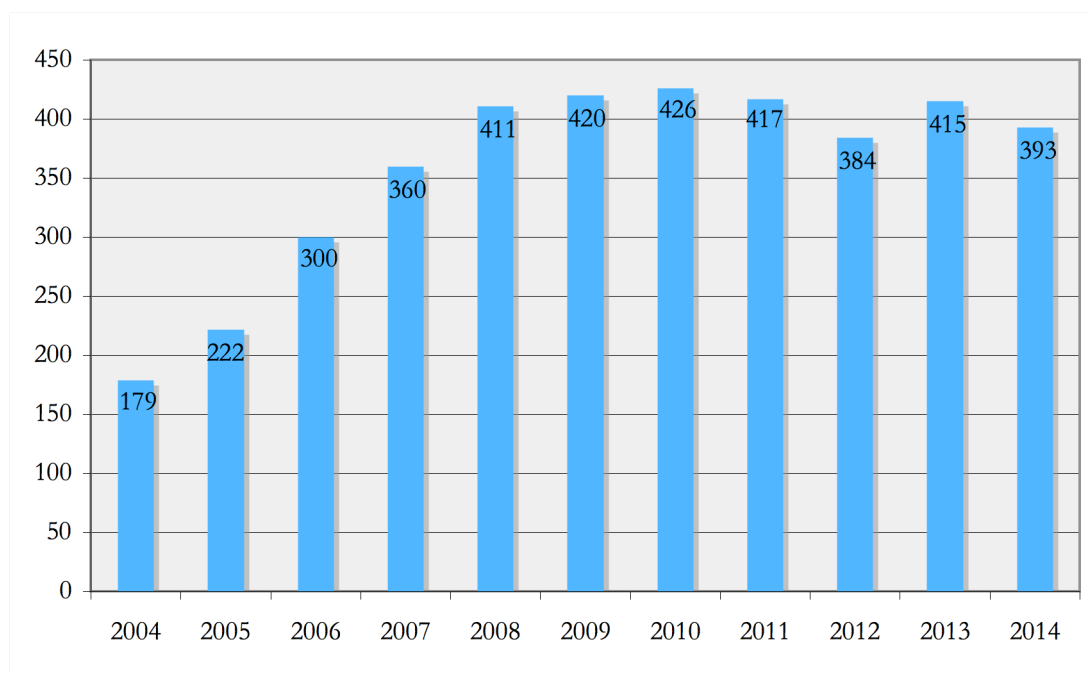
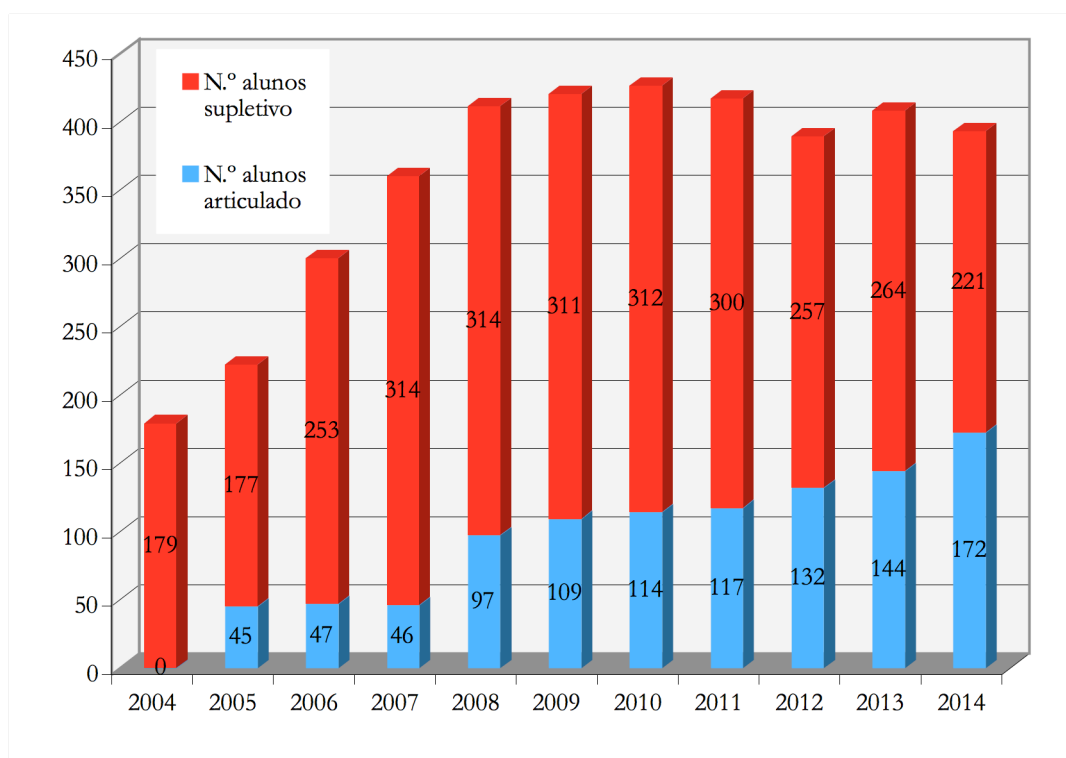


Gráfico 1 – Evolução da população escolar no CRMVR

Após um ano de actividade lectiva, no ano de 2005/2006, o CRMVR coloca em prática protocolos firmados com nove estabelecimentos de ensino para a implementação

do regime articulado. Este conjunto original é constituído por seis escolas da Cidade de Vila Real, de meio urbano, e duas escolas da região, exteriores ao Concelho de Vila Real, em Alijó e Vila Pouca de Aguiar, a uma distância entre os 44 km e os 33 km, respectiva e sensivelmente.



**Gráfico 2 – Distribuição da população escolar por regime de frequência**

Como evidencia o gráfico acima disposto, é possível verificar a evolução do número de alunos em regime articulado em contraste com o restante volume de alunos, pelo número de discentes em regime supletivo.

O conjunto original de parcerias para a implementação do regime articulado, em 2005/2006, contemplou a Escola Secundária Camilo Castelo Branco, a Escola EB 2,3 Diogo Cão, a Escola Secundária Monsenhor Jerónimo Amaral, a Escola Secundária S. Pedro, o Colégio Nossa Senhora da Boavista, a Escola Secundária Morgado Mateus, o Colégio Moderno S. José, a Escola EB 2,3 D. Sancho II (Alijó) e a Escola EB 2,3 Vila Pouca de Aguiar. Este conjunto manter-se-ia inalterado pelo ano lectivo seguinte, 2006/2007, ao qual viria a juntar-se a Escola Secundária C/ 3.º Ciclo de Mirandela, no ano

lectivo de 2007/2008. Em termos de níveis de ensino, a variação de alunos a frequentar o 2.º e 3.º ciclos é pouco expressiva, resultando numa relativa paridade até então.

Ao longo dos primeiros três anos de prática deste modelo de ensino-aprendizagem, o número de alunos pouco se alterou. Com o ano lectivo de 2008/2009, verifica-se um aumento relevante de alunos em regime articulado. Neste ano, vários estabelecimentos de ensino regular aumentam a representatividade de alunos em regime articulado. Na liderança encontra-se a Escola EB 2,3 Diogo Cão, com dezanove alunos (maioritariamente ao nível do 2.º ciclo), seguida pela Escola Secundária Monsenhor Jerónimo Amaral (maioritariamente ao nível do 2.º ciclo) e pela Escola Secundária S. Pedro (ao nível do 3.º ciclo), ambas com dezasseis alunos cada uma. Para o aumento de alunos neste regime, foi igualmente relevante a presença de dez alunos (maioritariamente ao nível do 2.º ciclo) do Colégio Salesianos de Poiães, localizado a cerca de 22 km, sensivelmente, que, assim, se junta ao colectivo de estabelecimentos de ensino regular.

No ano de 2009/2010, com um acréscimo global de doze alunos, a maior representatividade de alunos em regime articulado provém da Escola Secundária S. Pedro, com vinte e um alunos no 3.º ciclo, da Escola EB 2,3 Diogo Cão e Escola Secundária Monsenhor Jerónimo Amaral, com dezanove alunos cada (ambas maioritariamente com alunos no 2.º ciclo). Ausenta-se, temporariamente, a Escola Secundária C/ 3º Ciclo de Mirandela, todavia surge a primeira referência à Escola EB 2,3 Luciano Cordeiro (Mirandela).

Embora o número global de alunos em regime articulado acuse um aumento gradual, porém residual, ao longo dos dois anos lectivos seguintes, as transformações reais acontecem ao nível da representatividade dos estabelecimentos de ensino regular. Três instituições destacam-se: a Escola Secundária Monsenhor Jerónimo Amaral, com vinte e nove alunos em regime articulado no ano lectivo de 2010/2011 e vinte e um alunos em 2011/2012 (maioritariamente ao nível do 2.º ciclo), a Escola EB 2,3 Diogo Cão, com vinte e cinco alunos e quarenta e três em 2010/2011 e 2011/2012 (quase exclusivamente ao nível do 2.º ciclo), respectivamente, e a Escola Secundária Camilo Castelo Branco, com vinte e vinte e oito alunos em 2010/2011 e 2011/2012 (quase exclusivamente ao nível do 3.º ciclo, residual a nível secundário), respectivamente. A partir de 2010/2011 o Colégio Moderno S. José deixa de figurar na lista de escolas afectas ao regime articulado.

O ano lectivo de 2012/2013 revela um acréscimo de quinze alunos à cifra global registada o ano anterior. Na liderança da representatividade está a Escola EB 2,3 Diogo Cão, com cinquenta e um alunos (exclusivamente ao nível de 2.º ciclo), seguida a curta

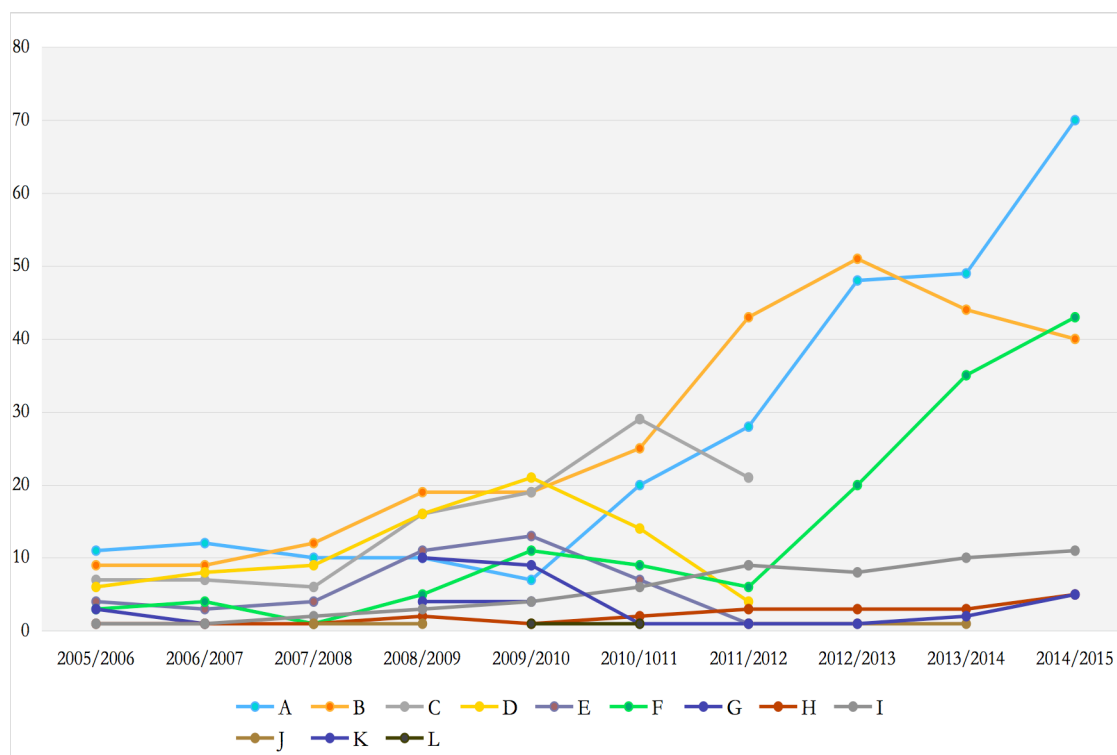
distância pela Escola Secundária Camilo Castelo Branco (quase exclusivamente ao nível do 3.º ciclo), com quarenta e oito alunos. Neste ano constitui-se o Agrupamento de Escolas Mordado Mateus (AEMM), do qual faz parte integrante a Escola Secundária Monsenhor Jerónimo Amaral e cuja sede é a Escola Secundária Morgado Mateus. Este Agrupamento, no ano lectivo referido, faz-se representar com vinte alunos (ao nível do 2.º e 3.º ciclos – Escola Secundária Monsenhor Jerónimo Amaral). De forma permanente se verifica, a partir deste ano lectivo, a ausência da Escola Secundária S. Pedro e do Colégio Nossa Senhora da Boavista.

Em 2013/2014, a Escola Secundária Camilo Castelo Branco fazia-se representar com quarenta e nove alunos (ao nível do 3.º ciclo), a Escola EB 2,3 Diogo Cão com quarenta e quatro alunos (ao nível do 2.º ciclo) e o AEMM, a fechar o conjunto de estabelecimentos mais representativo, com trinta e cinco alunos (2.º e 3.º ciclos). Regista-se, ainda, a referência pontual de um aluno da Escola EB 2,3 Luciano Cordeiro (Mirandela), integrada no Agrupamento de Escolas de Mirandela (AEM) desde 2012.

No corrente ano lectivo, seis escolas/agrupamentos estão afectos ao regime articulado. A Escola Secundária Camilo Castelo Branco, com setenta alunos, atinge um número recorde de discentes nesta tipologia de ensino. Tradicionalmente promovendo o regime articulado em turmas exclusivas ao nível do 3.º ciclo, conta pela primeira vez com uma turma (mista) ao nível do secundário, com oito alunos integrados numa turma da área de ciências. O Agrupamento de Escolas Diogo Cão – designação que surge pela primeira vez na listagem de alunos em regime articulado (em documento interno do CRMVR) – tem como sede a única escola com 2.º e 3.º ciclos, a Escola EB 2,3 Diogo Cão. Tradicionalmente promovendo o regime articulado ao nível do 2.º ciclo, em turmas exclusivas, conta, este ano lectivo, com quarenta alunos. O AEMM faz-se representar com quarenta e três alunos (ao nível do 2.º e 3.º ciclos). A Escola EB 2,3 Vila Pouca de Aguiar, agora parte integrante do recente Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar, vê a sua representatividade crescer de uma forma muito diluída ao longo dos anos, contando, em 2014/2015, com onze alunos (ao nível do 2.º e 3.º ciclos). A Escola EB 2,3 D. Sancho II (Alijó) e o Colégio Salesianos de Poiães encerram o presente conjunto com cinco alunos cada (ao nível do 2.º e 3.º ciclos).

A evolução do número de alunos em regime articulado, por ano lectivo e por estabelecimento de ensino, poderá ser constatado no gráfico seguinte, no qual os estabelecimentos de ensino estão representados por letras: Escola Secundária Camilo Castelo Branco – A, Escola EB 2,3 Diogo Cão – B, Escola Secundária Monsenhor

Jerónimo Amaral (AEMM) – C, Escola Secundária S. Pedro – D, Colégio Nossa Senhora da Boavista – E, Escola Secundária Morgado Mateus (AEMM) – F, Colégio Moderno S. José – G, Escola EB 2,3 D. Sancho II (Alijó) – H, Escola EB 2,3 Vila Pouca de Aguiar – I, Escola Secundária C/3.º ciclo (Mirandela) – J, Colégio Salesianos de Poiars – K e Escola EB 2,3 Luciano Cordeiro (Mirandela) – L.



**Gráfico 3 – Distribuição da população escolar por estabelecimento de ensino regular**

Naturalmente, os resultados de um determinado modelo de ensino requerem anos para se fazerem sentir, para que as relações entre estabelecimentos de ensino se estreitem face a objectivos comuns.

Os primeiros anos da prática do regime articulado na Cidade de Vila Real e na região são uma consequência esperada da introdução de uma forma de estar na escola, ou entre escolas, nova para o meio educativo local. A sensibilização de direcções de escola, professores e de encarregados de educação permitiu que o volume de alunos a frequentarem o regime articulado descolasse em relativo pouco tempo.

Os alunos que, hoje, no término do ano escolar de 2014/2015, cumprem um quinto ano em regime articulado, isto é, concluem o nono ano de escolaridade do curso básico,

representam a geração mais numerosa até à data. Acresce um outro dado não menos positivo: nunca como no corrente ano lectivo o CRMVR teve tantos alunos a prosseguirem para o ensino secundário, neste regime. O facto de se tratarem de oito alunos não poderá jamais ser diminuído se atendermos à caracterização do meio sócio-educativo. Tais dados espelham a influência positiva deste estabelecimento de ensino artístico especializado, que se ramifica muito além das fronteiras do Conselho de Vila Real.

No que ao género concerne, no âmbito do regime articulado, verifica-se relativa igualdade, nos primeiros anos. A partir de 2008/2009 constata-se uma ligeira superioridade numérica do género feminino, que ganha maior expressão a partir do ano 2011/2012. Esta tendência mantém-se no ano lectivo em estudo (2014/2015).

Efectivamente, o ano lectivo de 2010/2011 representa um eixo, não apenas temporal face ao décimo aniversário do CRMVR ou aos nove anos da prática local do regime articulado, mas na relevância gradualmente crescente de um investimento inicial e consequente adesão de pais e alunos. Mais do que nunca é possível afirmar que o regime articulado está estabelecido, que a informação e o conhecimento deste regime circulam com fluidez e maior rigor. É possível assumir, sem falsa modéstia, a qualidade da oferta formativa especializada, naturalmente, de evolução permanente.



## **2.2 Interpretação de entrevistas**

Este segmento contempla a implementação de um guião de entrevista a dois conjuntos de indivíduos, cada um com uma constituição alinhavada em conformidade com os dois contextos educativos distintos representados pelos intervenientes: o ensino artístico especializado e o ensino regular.

Uma vez que o CRMVR constitui o local de trabalho do autor do presente documento, estavam reunidas as condições para um contacto mais imediato, formal e informalmente, com o objectivo de capitalizar a disponibilidade dos professores que acederam colaborar. Para estabelecer o conjunto de docentes do ensino regular, a acção de contacto iniciou-se com a apresentação do tema e solicitação de colaboração, via correio electrónico, a direcções de escola e directores de turma. A este primeiro contacto seguiu-se a deslocação física às direcções das três escolas alvo da Cidade de Vila Real. Com a insistência, por correio electrónico, junto de directores de turma procedeu-se à implementação do guião de entrevista correspondente junto dos professores que acederam colaborar.

Para os fins a que se propõe, considera-se válida a amostra reunida.

### **2.2.1 Entrevistas a Docentes do Conservatório Regional de Música de Vila Real**

No âmbito de entrevista a docentes do ensino especializado artístico foi possível concretizar um total de cinco entrevistas (Anexo V-IX), cruzando experiências de percursos pessoais e profissionais diferenciados, faixas etárias distintas e ambos os géneros. Todavia, acrescenta-se a intenção inacabada de um sexto exercício – Professor X (Anexo XIII: 214) – que, por força das exigências das funções desempenhadas pelo entrevistado à data do mesmo e disponibilidades de ambas as partes, não foi possível levar a termo após a necessária interrupção. Ainda assim, não obstante a sua não interpretação em linha com as restantes, fica o registo, em anexo, deste contributo.

Na primeira questão – “Ao longo do tempo, que desenvolvimento neste modelo pode assinalar? Como foi promovido o regime articulado?” – procura-se a perspectiva temporal e a experiência de leccionação no estabelecimento de ensino em foco e meio circundante. Pelo colectivo possível reunido obtiveram-se três respostas válidas, enquanto

que os restantes dois elementos, após enunciada a questão, concordaram na ausência de dados para o fim proposto, dada a ligação laboral iniciada no corrente ano lectivo (2014/2015).

Com o seu ingresso na estrutura (CRMVR) em 2007, o Professor B caracteriza o regime articulado como modelo então já dinamizado. Não obstante a primeira geração de alunos em regime articulado recuar, apenas, ao ano lectivo de 2005/2006, Professor B contextualiza: “o Conservatório vem ocupar o espaço aberto por outra instituição (Real Filarmonia), beneficiando de uma estrutura já existente, de canais de comunicação já estabelecidos” (Anexo VI: 145). Desta forma, aliada à forte promoção por via do passa-palavra constata, ainda, a “ligação de alguns professores, impulsionadores do regime articulado, ligados às escolas da região, que fez com que houvesse sempre uma certa ligação das escolas a este Conservatório”.

O Professor A regista, na sua opinião, a crescente proximidade entre o Conservatório e as escolas do ensino regular. Nesse sentido, reforça a presença de “representantes” do Conservatório (também denominados, por vezes, de directores de turma do Conservatório) nas reuniões de conselho de turma e o papel dos directores de turma da escola regular enquanto parte integrante dos canais de comunicação e disseminação da informação aos Encarregados de Educação (EE). Por outro lado, é peremptório no aspecto onde essa proximidade, ainda, falha. Ao nível das actividades promovidas, o Professor A constata que o envio da informação tende a chegar, da escola regular ao Conservatório, apenas em determinados contextos: quando interfere com as aulas dos alunos na escola<sup>45</sup> (visita de estudo, por exemplo). Se alguma actividade acontece em horário extra-curricular, é pontual o Conservatório tomar conhecimento.

Este aspecto é revelador de alguma falta de conhecimento mútuo, especialmente, do conhecimento do *modus operandi* de uma escola artística por parte de uma escola de ensino mais genérico, considerando que o senso comum está mais familiarizado com a tipologia de um horário escolar diurno. O que, por vezes, é preciso ressaltar concerne a necessidade de determinadas disciplinas artísticas contemplarem, eventualmente, o fim da tarde, seja a Classe de Conjunto pela sua natureza colectiva, seja a aula de Instrumento pela soma de disponibilidades entre o professor e os seus alunos. Neste sentido, o contraste entre um horário escolar mais balizado, de uma escola de ensino regular, e este somado a outras variáveis a que um horário no Conservatório está sujeito (actividades extra-curriculares, horários laborais dos EE, por exemplo) traduz-se na necessidade de que melhor

---

<sup>45</sup> Anexo V: 131

comunicação se estabeleça entre os dois estabelecimentos de ensino para que se evitem situações em que um determinado professor do Conservatório não tome conhecimento de uma actividade apenas pelo aluno ou EE, quando tal não acontece após falta à sua disciplina, e, também, melhor comunicação do Conservatório para as escolas no sentido de estas acompanharem, com mais proximidade, a actividade desenvolvida no Conservatório e contribuírem mais activamente na divulgação da produção musical dos alunos em regime articulado. Ainda assim, no âmbito das actividades promovidas, o Professor A revela melhorias: “(...) muitas vezes, são lançadas propostas para trabalho, digamos, interdisciplinar, entre o ensino vocacional e o ensino genérico” e através das quais é possível trabalhar-se ideias no Conservatório para apresentação da escola regular dos alunos em regime articulado.

Por seu turno, o Professor D enuncia como aspecto transformador, na evolução do regime articulado, a divulgação. E afirma (Anexo VIII: 163):

“se, antigamente, (o Conservatório) limitava-se a receber visitas de escolas, hoje, o desenvolvimento do regime articulado é diferente por termos o Conservatório a mandar mais informação para o exterior e com a preocupação de emitir essa informação atempadamente”.

No entanto, apesar da evolução da relação e comunicação entre escolas, e aproximando-se da perspectiva do Professor A, o Professor D não se imiscui a considerar existência de lacunas e concretiza: “talvez porque não vejo, ainda, muita abertura da escola do ensino regular para acolher o regime articulado e, especialmente, para o perceber” (Anexo VIII: 163).

O passa-palavra, na promoção do regime articulado, foi tão fundamental na sua implementação, na reunião das primeiras gerações de alunos neste regime de frequência, como o é hoje. Prova disso é a afirmação de 53,4% dos EE inquiridos, assinalando como principal veículo na tomada de conhecimento do regime articulado “amigos/familiares”. Se, outrora, o CRMVR beneficiou da presença, na sua estrutura, de docentes com conhecimento aprofundado do meio escolar local, da sua relação com as escolas do ensino regular, hoje o Conservatório promove activamente o trabalho de professores e alunos dentro e fora de portas fruto da experiência adquirida, da qualidade do ensino praticado e do reconhecimento crescente pelos diferentes agentes educativos do impacto positivo no percurso académico e pessoal de um aluno em regime articulado. Não obstante uma evolução gradualmente positiva da realidade educativa, conseqüente do esforço de pais e escolas, a necessidade de diálogo é constante e a maior abertura à natureza distinta das

tipologias de ensino que compõem o currículo do regime articulado requer sensibilidade e vontade de um sucesso crescente focado no aluno e, por conseguinte, o sucesso das escolas que o formam.

A questão seguinte – “Como podemos descrever a receptividade das Escolas e dos Encarregados de Educação?” – é de igual natureza na busca da percepção temporal do entrevistado. Desta forma, e à semelhança do momento anterior, foram consideradas as intervenções de três dos cinco indivíduos.

Na sua exposição, o Professor A (Anexo V: 134) estabelece dois grupos de EE: alguns “querem que eles (os filhos) tenham o máximo de vivências positivas e formativas possível e depois há uma fatia grande de EE que procura vir aqui tirar vantagens” (vantagens de um horário diminuído, de ficar na turma no turno da manhã na outra escola). Mais acrescenta que a postura de um EE face ao regime articulado, às duas componentes do currículo, será a postura do seu educando.

Quanto à receptividade das Escolas, o Professor B recupera a alusão a elementos do corpo docente que, numa fase inicial da instituição e da implementação do regime articulado, usufruíam de canais privilegiados para esse fim e a evolução recente na relação entre escolas com a criação de um representante do Conservatório nas reuniões de conselho de turma. Referindo-se aos EE, classifica a receptividade de “muito boa” (Anexo VI: 147), fruto da possibilidade de escolha que o EE tem à sua disposição quanto ao regime de frequência do seu educando no Conservatório.

O Professor D estabelece, também, dois grupos de EE: aqueles “que sabem que o regime articulado é um caminho vocacional” e aqueles “que têm o educando a frequentar o regime, a aprender, sabendo que não é para seguir, e com a bonificação financeira” (Anexo VIII: 164). Mais acrescenta que muitos EE “sabem das bonificações, (...) mas não sabem as exigências inerentes ao estudo de música/instrumento” (Anexo VIII: 164). No que respeita à receptividade das Escolas, o Professor D recordou a existência, em tempos idos, de directores de turma conhecedores da caracterização do regime articulado, dos vários trâmites e legislação associada. Contudo, num discurso mais próximo de uma impressão actual, considera que “não faz sentido, neste momento, ainda haver um fosso de comunicação e de relação por parte das escolas face ao Conservatório” e “porque é que algumas escolas – por ingenuidade ou falta de vontade de aprender – não querem fazer mais por uma relação mais directa ou em geral” (Anexo VIII: 165).

É da comum concordância, entre os docentes do CRMVR, que o regime articulado conquistou o seu espaço no contexto local. Ultrapassada a desconfiança inicial, própria da implementação de algo novo, constata-se o gradual aumento da receptividade das Escolas a partir do diálogo entre as partes envolvidas. O aumento do volume de alunos na frequência deste modelo, um crescimento sustentado que, agora, se pretende estável e sustentável, é o resultado do esforço local. Dito isto, é, igualmente, da opinião geral a possibilidade dessa receptividade das Escolas ganhar maior profundidade. Para esse fim, considera-se a necessidade permanente de espírito aberto à aprendizagem das realidades escolares mútuas. Aos EE é-lhes reconhecida uma postura actual mais informada. Ao mesmo tempo, há a necessidade de ir mais longe no conhecimento do EE. Além da melhoria do acesso à informação sobre o regime articulado, existem aspectos que não podem ser descritos da mesma forma que a definição do número de disciplinas artísticas a integrar o currículo. Citando o Professor D, sugere-se “estabelecer uma reunião com os pais que vêm inscrever os educandos no regime articulado, pela primeira vez, no fim do ano lectivo prévio ao seu ingresso” (Anexo VIII: 164). Desta forma, poderá ser mais um passo para que seja da consciência geral dos EE a essência do ensino vocacional, as necessidades da disponibilidade temporal e mental de estudo de um instrumento tão diferentes do estudo realizado para as disciplinas da escola regular e de outras tantas características associadas à aprendizagem de música.

Na questão três, o foco estreita-se no papel do EE: “Consegue caracterizar o conhecimento dos Encarregados de Educação sobre o regime articulado, no momento de optarem ou não por este modelo?”.

Embora considere não haver muita informação para avaliação do estágio do conhecimento de um EE, neste cenário, o Professor A recupera o modelo de dois grupos de EE e acrescenta: “os pais que procuram ir buscar as vantagens não têm muita informação acerca das consequências e depois começam a queixar-se das consequências à medida que o tempo avança (...)” (Anexo V: 135). Neste sentido, o Professor A estabelece a relação inerente ao ensino vocacional entre o (pouco) tempo de escola e o tempo associado ao trabalho (que se pretende) diário em casa. “Parece que os pais nunca teriam perspectivado isso, anteriormente” (Idem) – refere. Igualmente parte do ensino vocacional conta-se actividade necessariamente extra-curricular: audições/concertos e respectivos ensaios, estágios de orquestra/coro, *masterclasses* estabelecidas em interrupções lectivas, por exemplo.

O Professor B enuncia como consequência positiva do actual EE melhor informado a valorização do regime articulado além da, outrora, tão considerada gratuidade do mesmo. E concretiza: “(...) o sucesso escolar, não só do lado da escola artística, mas também da escola genérica, que as turmas do regime articulado têm tido” (Anexo VI: 148). Sem menosprezar a relevância do aspecto financeiro para muitas famílias, o Professor B constata que a percepção do EE, hoje em dia, acompanha aspectos como a dimensão das turmas de regime articulado, na escola regular, os horários tendencialmente flexíveis e compactos, a relevância de um conjunto de factores que promovem um maior sucesso de uma turma, enquanto colectivo, especialmente na componente curricular da escola regular.

Se o Professor C considera não ter uma impressão a partilhar, o Professor E considera dois níveis de conhecimento entre aqueles cujos educandos ingressam no curso básico provenientes do nível de Iniciação cumprida no CRMVR e aqueles EE que, perante o momento de ingressar no 5.º ano, tomam conhecimento do regime articulado pelo contacto com outros EE. Se por um lado, verificam-se EE com uma noção do que a realidade do ensino artístico representa, por outro

“os pais que vêm do zero, isto é, numa primeira abordagem ao Conservatório e ao ensino de música, chegam com a ideia de colocar o educando a estudar música, mas sem a noção de seriedade inerente e desejável à sua aprendizagem” (Anexo IX: 180).

Neste ponto, recorde-se a realidade dual estabelecida pelo Professor D, na questão anterior: se por um lado estabelece EE “que sabem que o regime articulado é um caminho vocacional”, por outro EE “que têm o educando a frequentar o regime, a aprender, sabendo que não é para seguir, e com a bonificação financeira” (Anexo VIII: 164). No mesmo tom reforça com a impressão que os EE conhecem apenas as linhas gerais em torno do regime articulado – a relação entre as disciplinas das duas componentes do currículo, algumas características do horário, das avaliações.

A celebrar dez anos de maturidade, o regime articulado, aos olhos dos EE e da região assume valores seguros. Graças à sua tendencial gratuidade, muitas famílias têm acesso à educação artística e embora seja um aspecto tão relevante na génese da implementação do modelo como na actualidade (2015), já não apenas um de poucos factores que lhe é atribuído. Hoje, o EE conhece o sucesso da aprendizagem das turmas que, na escola regular, são de regime articulado, quer pela sua dimensão tendencialmente mais reduzida, quer pela disciplina incutida pela aprendizagem de música e de um instrumento. Hoje, o EE busca a aliança entre o impacto da bonificação económica no orçamento familiar e a possibilidade de proporcionar uma formação mais completa ao seu educando, a vivência da

música, uma formação em prol de maior rendimento escolar, de constantes metas de trabalho, da disciplina e metodologia de trabalho individual e em grupo, uma formação que alia disciplinas humanísticas, científicas a uma vertente artística, que transcende o percurso pessoal e académico do aluno.

Perante a questão “Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral, como favorável a médias, progressão académica mais fácil, financeiramente mais apelativa, só para enumerar alguns exemplos?”, o Professor A afirma que, para um determinado tipo de EE, o regime articulado é um modelo ao qual se buscam vantagens, numa relação entre a (também) ocupação do tempo livre e a “formação positiva e formativa”. Referindo-se a médias, considera que esse factor já não constitui a percepção errada que acontecia nos primeiros anos de vigência do regime articulado. E acrescenta:

“à medida que as escolas com o regime articulado se vão tornando mais conviventes com o modelo, vão começando a mostrar a sua verdadeira natureza, que é uma natureza bastante selectiva e restritiva quanto às potencialidades que as crianças devem desenvolver para terem sucesso, para terem as tais notas, médias elevadas” (Anexo V: 136).

A partir do cenário das médias enquanto factor decisório pela opção pelo regime articulado, o Professor B, como prova de que tal não representa a actual motivação dos EE, apresenta o exemplo de uma escola local que tomou a decisão de, para fins de acesso ao quadro de honra, retirou as disciplinas curriculares artísticas da fórmula de cálculo. Para este docente, o cenário evocado anula a eventual ideia de que as médias das avaliações constituam uma motivação real para a opção pelo modelo, uma vez que “entendem que o Conservatório não é fácil ou que pode comprometer a média dos alunos” (Anexo VI: 149) – refere. E a partir da natureza do ensino vocacional artístico, o Professor B remata: “a avaliação performativa deixa pouca margem para dúvidas” (Anexo VI: 150).

O Professor C coloca a sua perspectiva em dois planos. Ao nível do curso básico considera que a motivação varia entre o gosto pela música, o aspecto financeiro ou a decisão dos colegas de turma do educando em escolherem o regime articulado. Ao nível do curso secundário “há a perspectiva de seguir música como futuro profissional” (Anexo VII: 158) – considera.

O Professor D não acredita que o EE veja o regime articulado como uma opção fácil. Considera que a haver a percepção de percurso académico mais acessível, trata-se de “uma ilusão que se fica pelo início do percurso” (Anexo VIII: 167) e regista EE a valorizarem o aspecto financeiro e outros as potenciais aptidões dos educandos. Quanto ao

cenário global das motivações dos EE, conclui: “acredito que esteja muito dividido” (Anexo VIII: 168).

Pela sua parte, o Professor E considera que a iniciativa de ingressar no 1.º grau “se trata de uma opção maioritariamente tomada pelos EE” (Anexo IX: 180), mas não motivados por médias, acrescentando que “a dada altura, os alunos percebem que precisam de estudar muito mais para tudo” (idem). Na opinião deste docente, “a grande motivação para os alunos procurarem a música é porque o estudo da música está cada vez mais na moda, (...) porque se ouve muito mais música (...) e diz-se que faz bem e é bom para o crescimento das crianças” (idem).

O ponto número cinco do inquérito proposto aos EE elencou treze opções de resposta na busca do que motivou a opção pelo regime articulado com a possibilidade de assinalar as opções que entendesse. As opções “formação académica mais completa” e “aspecto financeiro” foram referenciadas por setenta e oito e setenta e cinco vezes, respectivamente, com a representatividade de cerca de 20,3% e 19,5%, respectivamente, de um total de trezentas e oitenta e quatro respostas assinaladas. Logo de seguida surgem as opções “preferência pela música face a outras actividades extra” e “desenvolvimento do gosto, da sensibilidade”, referenciadas sessenta e seis e sessenta e uma vezes, respectivamente, representando cerca de 17,2% e 15,9%, respectivamente. Naturalmente, não é possível avaliar se um determinado EE considerou mais ou menos a formação académica mais completa em relação ao aspecto financeiro através de resultados provenientes de inquéritos submetidos. Contudo, constata-se que, efectivamente, o aspecto financeiro é, por um lado, uma preocupação actual assim como uma motivação legítima desde a implementação do regime articulado e, por outro lado, pela maturidade que este modelo tem localmente, os resultados alcançados pelos alunos que dele usufruíram, ao longo do tempo, fala por si. Hoje em dia, os EE reconhecem, mais do que nunca, a validade do regime articulado na formação dos seus educandos. Citando o Professor B, “o nosso trabalho deve ser orientado no sentido de provocar uma procura do valor intrínseco do que é estudar música” e “a música, a criação artística vale por si mesma e temos o dever de educar nesse sentido e não como algo apenas secundário que ajuda na matemática (...)” (Anexo VI: 149).

Na questão cinco – “Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada. – o Professor A reage



afirmativamente. Ao mesmo tempo, em contexto de frequência do curso secundário e eventuais limitações nas opções posteriores do aluno no acesso ao ensino superior, assinala um maior cuidado das escolas, uma vez que

“já permitem ao aluno fazer um percurso duplo, digamos, frequentar o regime articulado, mas, na escola genérica, frequentarem as disciplinas que seriam postas de lado, no sentido de manterem todas as portas abertas” (Anexo V: 147).

E, perante a flexibilidade do cenário enunciado enquanto eventual resposta aos anseios dos EE nas hipotéticas mudanças de ideias ou gostos dos educandos, o Professor A entende como uma salvaguarda em caso de

“descoberta de que, afinal, não são só apenas os gostos, mas de que o potencial físico ou cognitivo não permite estar a desenvolver o ensino artístico com um futuro profissionalizante” (Idem).

Na opinião do Professor B, a ideia de um “futuro comprometido” não acontece ao nível do ensino básico, no entanto, destacando o conjunto recorde de alunos (oito) a ingressarem no nível secundário em regime articulado e em simultâneo, neste ano lectivo de 2014/2015, considera, no âmbito da frequência deste nível de ensino, um sinal claro do combate ao pré-conceito, e consequente inverdade, “de que quem fosse para o secundário, em regime articulado, não podia fazer mais nada” (Anexo VI: 151). Este docente reforça que o ensino secundário é um momento de opções, em que “uma escolha está mais vocacionada num sentido, outra estará para outro” (Anexo VI: 152). Enuncia, também, um exemplo de articulação, entre o CRMVR e uma escola local (Escola Secundária Camilo Castelo Branco), pelo acordo alcançado para que o conjunto de alunos supra citado do curso secundário em regime articulado fossem integrados numa turma de ciências, “sendo facultada a possibilidade, ainda que de forma não oficial, de frequentarem a disciplina de matemática” (Idem). Na validação de qualquer tipo de opção/frequência de um curso secundário, o Professor B, refere que

“um aluno que termine o 12.º ano tem a habilitação correspondente a esse 12.º ano, equivalente a qualquer aluno que termine um qualquer 12.º ano, com a possibilidade de aceder ao ensino superior, a vários cursos, desde que capaz de cumprir exame específico requerido” (Anexo VI: 151-152).

E remata: “em termos de (o regime articulado) ser completamente redutor, porque já se passou essa ideia e alunos fugiram deste regime por isso (...)”, tal “não corresponde à realidade” (Anexo VI: 152).

O Professor C considera que os EE “têm consciência do que implica a frequência do regime articulado” e não “que julguem resultar numa aprendizagem desfalcada” (Anexo VII: 159). Por seu turno, o Professor E, afirmou, incisivamente, que “a educação que se dá na escola genérica aos alunos, que não frequentem um conservatório, é que está desfalcada” e esclarece: “se o aluno chega ao 10.º ano e diz ter gostado tanto da aula de Matemática como de Educação Musical, pergunta se pode continuar a ter Educação Musical e isso não existe” (Anexo IX: 183).

Confessa “imensa dificuldade em promover a continuidade no regime articulado” e estabelece dois tipos de alunos, na fase de transição entre os cursos básico e secundário: “uns desistem de todo porque não vão ter tempo nenhum para estudar música, outros vão para o regime supletivo porque têm medo do regime articulado afectar as médias” (Idem). Perante os receios de alguns alunos com o tempo disponível para o estudo, o Professor E recorda a sua realidade pessoal, de frequência da área de artes no ensino secundário – época em que “era rara a frequência do regime articulado” –, “fazia as disciplinas todas do conservatório (entenda-se, em regime supletivo) e tirava boas notas” (Idem).

Na opinião do Professor D, de uma forma geral, é um cenário que não se verifica dado o “incremento de alunos na Cidade” (Anexo VIII: 169). Centrando a atenção no nível secundário, o docente considera não haver muita informação, visto que os alunos reduzem-se a uma “vaga ideia do que poderão ter pela frente” (Idem) e à relação entre o “número de disciplinas que vão ter face ao estudo que é necessário” (Idem). Neste sentido, o Professor D lamenta que as escolas não dêem “o devido valor e oportunidade aos alunos em regime articulado para, durante o ano lectivo, poderem estudar”, “(...) evidenciando uma certa ausência de (...) bom senso ao não sobrecarregar só porque correspondem melhor ao que pretendem” (Idem). No capítulo dos receios em torno do curso secundário em regime articulado, a permissividade de professores do ensino regular e EE quando o aluno falta a disciplinas artísticas para estudar para disciplinas da escola e a intolerância no cenário inverso é um aspecto gerador de pressão sobre o aluno, refere o docente. E, para a melhoria, não só deste tópico, mas geral, considera ser possível a partir da relação entre escolas através do aumento do conhecimento da realidade do Conservatório por parte das escolas regulares, uma vez que “o desconhecimento não é má fé, no entanto a falta de

vontade de querer saber um bocadinho mais (...) faz toda a diferença” (Anexo VIII: 171) – remata.

A frequência dos níveis de ensino básico e secundário comporta momentos distintos na formação e crescimento de um aluno e de significância distinta com a consequente panóplia de sentimentos e preocupações de um EE associados. O curso básico promove conteúdos transversais para a estruturação de uma base sólida de conhecimento. Neste nível de ensino, a frequência em regime articulado é considerada, por pais e professores, uma mais-valia na formação do aluno, no qual pais vêem uma formação académica mais completa e professores uma ausência de pré-conceito à sua frequência. A realidade do curso secundário é claramente diferente. Neste nível de ensino, o percurso escolhido comporta a tomada de decisões ponderadas. Cada vertente da oferta formativa tem a sua essência e, assim como as áreas humanística e científica, a frequência do curso secundário em regime articulado não escapa à sua natureza vocacional. Esta última modalidade de frequência não é mais nem menos restritiva que as restantes, todavia o receio é francamente maior. Pelos alunos, as médias são factor de ponderação. Pelos EE, a possibilidade prática de o seu educando mudar a trajectória a determinado momento é uma preocupação. Dito isto, constata-se uma diminuição gradual de algum pré-conceito associado à frequência do regime articulado no curso secundário, no entanto algumas reservas persistem.

Face ao enunciado na questão seis – “Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas, no Conservatório. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas, por ventura por parte de Encarregados de Educação, Docentes do Ensino Regular?” – o Professor A elabora cenários comparativos entre o aluno e cada meio escolar: “os alunos bons que nós temos no Conservatório são bons, também, na escola” e “os alunos de excelência na escola são, também, alunos de excelência no Conservatório”. E acrescenta:

“o caso dos alunos de excelência não serem bons no conservatório, o que nós verificamos é que, muitas vezes, da parte dos EE há uma noção de desinvestimento naquilo que é o ensino artístico” (Anexo V: 139).

O docente apela ao elemento-chave do sucesso de qualquer aluno, o EE, que considera ter um “papel determinante”. Neste sentido afirma que “quando os pais valorizam a participação dos filhos aqui (no Conservatório), geralmente, os filhos sentem essa pressão positiva (...) e correspondem” e que “quando os pais desinvestem no Conservatório, eles (os alunos/filhos) são maus no Conservatório” (Idem).

O Professor B desenvolve a sua intervenção com a abordagem do conceito de inteligências múltiplas<sup>46</sup>, conceito este estabelecido pelo investigador pioneiro na matéria Howard Gardner. O docente considera que há uma sensibilização a fazer no sentido de colocar termo a uma “ditadura de que a inteligência abrange tudo e um aluno inteligente tem de ser bom a tudo, tem de dominar todas as áreas” (Anexo VI: 153). Além da inteligência musical estar consagrada pelo autor/investigador supra citado, o Professor B reforça a igual necessidade de sensibilizar o espaço de acção do CRMVR, dos EE, para o conceito de inteligência emocional. Noutro sentido, o Professor B alerta para a comparação das naturezas de ambas tipologias de ensino em causa: “se é (ensino) genérico estamos a falar de algo mais abrangente (...), enquanto que especializado implica algo diferente” (Idem). E acrescenta o “facto das inteligências serem múltiplas e não podemos colocar tudo no mesmo saco” (Idem).

Pela sua parte, o Professor C afirma que os EE, “muitas vezes, não distinguem” (Anexo VII: 160) e confessa que, face à realidade de haver bons alunos nas disciplinas do ensino regular que não o são tanto nas disciplinas artísticas, o esclarecimento junto dos EE “torna-se mais difícil quando é inserido o conceito de quadro de honra, para o qual as disciplinas artísticas tendem a interferir” (Idem).

Na opinião do Professor D, a essência deste tema traduz-se numa “questão de escolhas e uma distinção entre escolas” (Anexo VIII: 171), uma vez que “importa muito mais ter sucesso na Escola do que no Conservatório” (Idem). Sustenta com a consideração de que a ausência de uma gestão de tempo disponível do aluno, pelo EE, pelo conjunto global das disciplinas implica que “o estudo das disciplinas do Conservatório fica sempre para trás” (Idem). Aborda o discurso do aluno, familiar para qualquer docente de uma disciplina artística, quando determinado aluno não estuda para Instrumento devido à ocorrência de um teste na Escola e afirma: “dizem-no sem peso na consciência, mas sim por ter sido uma escolha” (Idem). O docente considera que, de uma forma geral, não a consciência de “que a música é uma linguagem” (Anexo VIII: 172) e que “os pais têm de perceber que, se isto é uma linguagem e se querem que o educando aprenda este tem de ler, de ouvir o idioma, de o praticar regularmente” (Anexo VIII: 173), seja Música, seja Inglês. Numa alusão às actividades extra-curriculares, este docente, perante casos de alunos que, além da carga horária escolar, têm muitas horas de actividades extra-curriculares, alerta:

---

<sup>46</sup> Não obstante a relevância do enunciado, este não será desenvolvido, uma vez não se tratar do âmbito principal deste Trabalho.

“muitos alunos não são capazes de abdicar daquelas semanas de treino, de desporto extra-escola, para estudar, mas conseguem abdicar das disciplinas em que estão inscritos, uns a pagar a propina do regime supletivo, outros faltando a disciplinas de regime articulado, que saem na pauta de avaliações, para dedicar o tempo a outra coisa” (Anexo VIII: 172).

O Professor E realça que “na aula de Instrumento, que é uma aula de um para um, o professor de Instrumento tem um conhecimento tal do aluno, que dificilmente a nota não será justa” (Anexo IX: 184) e reforça que “o nível de exigência, numa aula de um para um, é muito maior” (Idem). Numa analogia ao desporto, este docente afirma que “treinar um colectivo e um treino de um para um permite resultados diferenciados: ou o aluno é bom, ou é mediano e merecedor de nível três” (Idem).

As perspectivas em torno da relação entre disciplinas, entre duas naturezas de ensino, entre escolas, entre pais, professores e alunos, são várias e complementares em prol da compreensão de um fenómeno e, ainda, do sucesso último do aluno. A ideia de que um aluno inteligente adquire esse estatuto pela soma de índices máximos, a todas as disciplinas, na pauta de avaliação de final de período, é redutora, é um factor de pressão injusto e ignorante que o sistema tende a exercer sobre o aluno bom e menos bom. Por ainda que o sistema de ensino em Portugal tarde em escapar à ideologia de formar todos da mesma forma<sup>47</sup>, pais e, especialmente, professores têm o dever, senão a obrigação, de se informarem, de reconhecer a existência de pontos fortes e fracos nos seus alunos/educandos e prevenir a visão curta que tantas vezes assola a leitura da pauta de avaliações e (a visão não tão curta) quando olham/comparam a outras avaliações. A valorização do conceito de inteligências múltiplas será uma forma de valorizar as duas componentes curriculares constituintes de um currículo tantas vezes escolhido pela autoridade parental e que, assim, resultará em escolha mais informada. É conclusão assumida que uma boa gestão do tempo permite o estatuto de bom aluno, tenha ele índices máximos ou nem tanto. Todavia, gestão de tempo não deve ser sinónimo de ocupação permanente/diária com actividades extra-curriculares, senão por uma ponderação daquilo que o educando poderá precisar, em determinada fase da sua vida (se a actividade desportiva para o exercício físico e a extroversão, se a música para a sensibilidade cultural e capacidade de concentração), em vez de depositar uma criança num rol de actividades diferentes, na qual não tem uma capacidade real de evolução, não tem tempo de estudar, brincar ou descansar.

---

<sup>47</sup> A mera alusão à existência de regime articulado em música, dança ou canto gregoriano, ainda que tenha crescido no passado recente, não é suficiente num país que torna o acesso a sectores da educação elitista, quando as instituições estão reféns de financiamento e o acesso universal à educação é um princípio relativizado face à Constituição.

A questão sete do guião – “Considera haver maior pressão para o sucesso académico de um aluno em regime articulado? Colocando-se a questão pelo aluno e, também, no papel do Professor.” – aborda o conceito de pressão. O Professor A considera que o conceito de pressão aplica-se à escola vocacional, exercida pela escola regular, “quando as notas mais baixas (de disciplinas artísticas) dos alunos em regime articulado são votadas, não porque põem em causa a progressão do aluno de ano lectivo, mas simplesmente porque não permitem ao aluno, por exemplo, entrar no quadro de honra” (Anexo V: 139) e acrescenta: “isso é uma falta de visão daquilo que é a honra” (Idem).

O Professor B começa por caracterizar a sociedade actual: uma sociedade que vive para o imediato. A partir deste conceito de pressão, face à natureza do estudo de um instrumento, refere que é exigido a um aluno um sentido de compromisso para esse fim, “estar parado, desacelerar o pensamento, estudar um instrumento outra vez, e outra vez, (...) baseado em tentativa-erro” (Anexo VI: 154). No que concerne ao modelo de avaliação, o docente recorda a natureza da avaliação cumulativa entre 1.º e 2.º períodos e a inexistência de uma avaliação concreta do 3.º período, que resulta numa avaliação global do ano lectivo. Na opinião deste docente, “para o ensino artístico especializado seria muito importante que houvesse uma nota para o 1.º período, outra nota para o 2.º, outra para o 3.º e depois uma média para a nota final” (Idem), uma vez que “para a lógica performativa seria o ideal” (Anexo VI: 155). No âmbito do regime articulado, em contexto de reunião de conselho de turma, alega que “muitas vezes vemo-nos confrontados com alguma pressão para subirmos alguma nota, porque não percebem a especificidade do ensino artístico, dos conteúdos serem performativos” (Idem). E conclui: “a avaliação é o sistema do ensino genérico aplicado ao ensino especializado – o que não encaixa bem” (Idem).

O Professor C julga não existir pressão, por um lado, quando os alunos frequentam o regime articulado “por gosto” (Anexo VII: 161), no entanto, noutra perspectiva, “perante os restantes colegas da escola regular, há uma pressão natural e isso é sentido pelos Encarregados de Educação” (Idem). Por seu turno, o Professor E sintetiza: “os alunos do regime articulado sentem uma pressão muito grande, para com eles próprios e os pais, para tirar boas notas, porque faz parte do curso da escola” (Anexo IX: 184).

Na opinião do Professor D, não há pressão “directamente relacionado com o regime articulado” (Anexo VIII: 173). Refere que “o trabalho em música, sendo artístico, criativo e vocacional, implica fazer em aula e continuar/reforçar em casa” (Idem), isto é, “a pressão que existe é pela consciência que o aluno tem, de que existe em reforçar o que é feito em

aula, que há uma aula semanal na qual é preciso apresentar trabalho” (Idem). Colocando a questão ao nível do papel do professor, este docente partilha um contexto de pressão que diz ser a percepção de alguns EE de que o CRMVR é exigente, “uma exigência que prejudica o desempenho nas outras disciplinas” (Anexo VIII: 174) – acrescenta. Refere que “nem sempre acontece ouvir um pedido de exigência para que o educando melhore o seu desempenho” (Idem), mas antes “baixar o esforço para que os alunos possam sobressair nas outras disciplinas” (Idem) e conclui: “a pressão que existe, e acredito que seja em minoria, não resulta de um pai pedir ao professor para o filho fazer mais e melhor, mas antes para facilitar” (Idem).

O conceito de pressão pode assumir variadas formas. A pressão por desconhecimento ou negativamente direccionada na relação entre escola de ensino regular e escola de ensino artístico vocacional poderá ser resultado da realidade escolar desnivelada, tradicionalmente, verificada a partir dos agentes afectos ao ensino regular sobre o ensino artístico, eventualmente, por uma ausência de experiência de aprendizagem no meio musical, por uma abertura (ainda) insuficiente ou pouca vontade de aprender sobre uma tipologia de ensino diferente da sua. Deste cenário decorrem momentos em que, em reuniões de conselho de turma docentes do ensino regular propõem-se a votar a subida de uma nota de disciplina artística, depois dessa nota estar firmada numa reunião geral de professores da escola artística, após discussão pelos mesmos, exercendo, é certo, *autoridade*<sup>48</sup> consagrada legalmente, mas, por outro lado, dificilmente com *competência*<sup>49</sup> para esse exercício. Momentos em que não é questionada a produção de um aluno, mas se é possível o acesso ao quadro de honra ou momentos em que parece transcendental aceitar índices de avaliação elevados nas disciplinas genéricas e índices mais modestos nas disciplinas artísticas. A pressão, de pais e professores, assume muitas vezes os resultados em detrimento do processo de trabalho, de uma quantificação no fim de período em detrimento de valores como a persistência, metodologia, gestão do tempo, sentido auto-crítico, felicitação pelos objectivos cumpridos e aceitação de objectivos falhados não obstante o esforço. Também, pais e professores, por vezes, esquecem que um aluno não tem de revelar máximo domínio nas diferentes disciplinas, as médias, no fim de cada período/ano lectivo, são de relevância relativa ao longo do curso básico ou sequer limitativas das opções à disposição do aluno na transição para o curso secundário.

---

<sup>48</sup> Entenda-se: direito legalmente estabelecido de se fazer obedecer.

<sup>49</sup> Com o significado de capacidade ou aptidão, neste contexto, é referida por oposição à relação com o conceito de autoridade. Ter poder de decisão não implica suficiência para decidir em determinadas circunstâncias, considerando-se, eventualmente, determinada decisão um potencial abuso do exercício de poder.

Preocupante, a comparação de contextos distintos: não se pode comparar alunos (ou turmas de) em regime articulado com alunos em regime ordinário, na escola regular, particularmente pelas médias. Por outro lado, a pressão pode ser positiva. A pressão é positiva quando um EE exige ao educando tempo dedicado à Matemática e tempo dedicado à Formação Musical, quando o foco é a compreensão e apreensão de conteúdos, quando a gestão de tempo é regrada entre ambas as componentes do currículo do educando (muitas vezes da opção do EE), quando a gestão de tempo tem em consciência a natureza performativa do ensino artístico e a exigência/regularidade do trabalho em casa/entre aulas. Para que a pressão assuma cada vez mais uma conotação positiva, a caracterização do ensino artístico, a frequência do regime articulado, não obstante a evolução local do mesmo, exige uma continuada sensibilização e divulgação transversal ao campo de acção educativa.

A questão enunciada no número oito do guião – “Para aceder ao 1.º grau, em regime articulado, além de uma prova de admissão, basta o ingresso no 5.º ano de escolaridade. Pode esta condição ser considerada de simplista?” – o Professor A relaciona o tema directamente com a tipologia do EE e coloca alguns cenários perante um aluno, que aos dez anos ingressa no curso básico. Neste sentido, considera relevante saber se, até ao momento em causa, o EE estimulou o seu educando ao longo da infância, “levando-os a concertos, colocando-os a aprender música em escolas” (Anexo V: 140) ou “se têm vivência musical, hábitos de ouvir música” (Idem). Acredita, também, ser possível colmatar a diferença de alunos que não tenham cumprido Iniciação Musical ou algum tipo de formação musical prévia ao nível básico e alunos que ingressam no 1.º grau com algumas bases “com o devido apoio em casa” (Idem). Colocado o cenário de um ingresso no curso básico com a condição de determinado aluno ter cumprido, pelo menos, um ano de Iniciação Musical, ao nível do 1.º ciclo, seja, na percepção do EE, pela eventual condição preferencial do Conservatório na admissão/frequência do regime articulado, seja pelo acesso privilegiado ao 1.º grau face a alunos externos, o Professor A afirma que “o ideal seria a frequência dos quatro anos de Iniciação Musical e mais dois de pré-Iniciação Musical” (Idem). E questionado sobre a possibilidade de se ingressar no 5.º ano (1.º grau do curso básico de música) sem o equivalente ao 1.º ciclo (quatro anos de Iniciação Musical), considera “uma falha do próprio sistema” (Anexo V: 141), que este “deveria ser mais rigoroso” (Idem), e acrescenta:



“nota-se a pouca importância que é dada ao ensino pré-escolar na rede de infantários públicos. Nós devíamos ter um ensino pré-escolar gratuito, abrangente e fornecido pelo Estado. E temos uma rede bastante deficitária quanto às necessidades. Se eles (Estado/infantários/jardins de infância) não fornecem essa oportunidade de formação desde o pré-escolar, não poderiam exigir isso como condição para o ingresso. É uma lacuna no sistema que ainda não foi vista, possivelmente, ou ainda não foi assumida porque, também, implica os seus custos” (Idem).

Pela valorização da formação musical prévia ao ingresso no 5.º ano de escolaridade, reforça:

“nós sabemos que a psicologia da música e a psicologia do desenvolvimento cognitivo fala de janelas temporais que devem ser exploradas para o desenvolvimento de determinadas competências, sob pena de serem mais difíceis de adquirir, mais tarde” (Anexo V: 140).

O Professor B realça que a natureza da prova de admissão “é a de ser igual para todos” (Anexo VI: 155), que “não distingue alunos” (Idem), no entanto destaca que “há uma parte da prova que é a parte instrumental e, se o aluno já tiver conhecimentos, terá um resultado melhor, seja aluno interno, seja externo” (Idem). Considera, também, que o tema enunciado “é uma questão que se coloca na nossa região e não noutras” e exemplifica com a área de cordas do Conservatório do Porto na qual

“não entra nenhum aluno no 1.º grau, para o 5.º ano, que não saiba já tocar o instrumento, sem formação prévia num qualquer estabelecimento de ensino, até porque quem pensa em optar por este tipo de ensino percebe que há que se preparar de alguma forma” (Idem).

A partir de um exemplo de um meio diferente, acrescenta que, em Vila Real, “estamos, ainda, a dar esses passos” (Idem).

Perante a preferência óbvia, de qualquer professor, pela formação musical prévia ao ingresso no 5.º ano/1.º grau, o Professor C considera, efectivamente, algo simplista, apesar de se verificar a boa adaptação de alguns alunos que ingressaram sem bases prévias. Ainda assim destaca a importância, além da prova de admissão em concreto, da “entrevista individualizada ao Encarregado de Educação no sentido de se compreender as perspectivas, seja do EE, seja do educando, quanto ao regime articulado” (Anexo VII: 161).

O Professor D considera que a questão enunciada “é assunto para ser discutido ao mais alto nível, com o MEC” (Anexo VIII: 175). Numa abordagem à oferta escolar de Música ao nível do 1.º ciclo, refere que

“um aluno que entre no 1.º grau aqui (no Conservatório), no 5.º ano da escola, sem bases é um rótulo para aqueles que leccionam Música nas escolas primárias (AEC) por estarem a fazer as coisas erradas” (Idem).

Em discurso técnico, acrescenta:

“a parte rítmica, a entoação, a noção de afinação, são aspectos que devem ser trabalhados a partir de um primeiro ano, na escola, a partir do momento em que têm acesso a quatro anos de acesso à Música enquanto disciplina de 1.º ciclo” (Idem).

Desta forma, considera que “para aqueles alunos que chegam ao 5.º ano de escola, essa base deveria existir” (Idem) e que se podem “fazer provas de admissão muito bem pensadas e estruturadas, mas este problema de base persiste” (Idem). A relevância desta questão é tal, que o docente conclui:

“era uma das coisas que deveria estar em cima da mesa para que os estabelecimentos de ensino superior formem professores de Educação Musical com as ferramentas pedagógicas para que, uma vez no mercado de trabalho, sejam capazes de criar essa base, que tantas vezes falha, para que os alunos possa progredir, de uma forma mais sustentada e construtiva, na continuidade da formação artística e vocacional” (Idem).

Face ao enunciado, o Professor E reage afirmativamente e acrescenta: “um aluno que, aos dez anos, começa a aprender música, e logo em regime articulado, acho que força o ensino a baixar a fasquia” (Anexo IX: 185). Idealmente, considera, “todos os que ingressam no curso básico de música, em regime articulado ou não, deveriam ter frequentado Iniciação Musical” (Idem), mas constata que

“no nosso país, na nossa cultura, neste nosso meio envolvente, ainda não temos uma máquina que valorize o ensino da música a tal ponto para que todos os pais venham inscrever os filhos com seis ou sete anos e, na chegada ao 5.º ano de escolaridade, saberem se querem o regime articulado ou não” (Idem).

O docente regista um hábito (ainda) corrente de “os pais ouvirem falar no regime articulado uns meses antes e depois inscrevem com base no que apenas ouviram falar” (Idem). Nesse sentido deseja que haja mais “cultura quanto às características do regime em

si e da aprendizagem de música, a uma distância temporal do ingresso no 5.º ano de escolaridade de forma a permitir alguma aprendizagem e experimentação prévias” (Idem).

Para a classe docente, é de unânime consenso promover a formação musical antes dos dez anos, prévia ao ingresso no nível básico de ensino, especialmente se contemplada a opção pelo regime articulado. Acima de tudo, uma vasta literatura especializada constata o impacto extremamente positivo da aprendizagem de música na primeira década de vida de uma criança e a existência de janelas temporais para que esta seja sujeita a estímulos para um outro nível de desenvolvimento neurológico, cognitivo e psicomotor. Além destes factos cientificamente estudados e comprovados, permitir que um aluno aprenda e vivencie a música num nível equivalente ao 1.º ciclo atenua a pressão, junto de alunos e professores, aquando o seu ingresso no 1.º grau/5.º ano, em duas perspectivas mais imediatas: a frequência de Iniciação Musical permite introduzir o aluno à música, a um ou mais instrumentos, de uma forma mais livre, mais espontânea, um contexto passível de aplicar mais justamente a máxima de “aprender brincando” e diminui o impacto de, no nível básico, o aluno, especialmente em regime articulado, passar a respeitar uma matriz de conteúdos ou maior número de avaliações, eventualmente, e iniciar o contacto com a notação musical, a linguagem que representa, como uma tábua rasa, assim como a comparação, por vezes desmotivante, face a alunos no “mesmo” nível, mas com bases, com grau de desenvolvimento diferentes. Também, é certo que o Conservatório não é o único meio de promoção de uma educação musical ao nível do pré-escolar ou 1.º ciclo (na forma de Iniciação Musical). A oferta criada em contexto de AEC constitui uma oportunidade para o contacto com a música, desde que assumida pelas entidades responsáveis e docentes respectivos com seriedade e visão de desenvolvimento do aluno além do conceito de passatempo. As condições de admissão, por via de uma matriz de prova, devem ser iguais para todos e o factor de diferenciação, entre alunos com ou sem conhecimento prévio ao ingresso no curso básico de música, o domínio técnico de determinado instrumento. No entanto, dada a caracterização da aprendizagem de música, de um instrumento, isto é, o potencial reflexo que representa para uma criança, é difícil não considerar a possibilidade de ingressar no curso básico de música, em regime articulado, simplista, se atendermos, apenas, à possibilidade que a matrícula de um aluno no 5.º ano de escolaridade abre. A geografia, a população discente local, são, também, um factor pelo volume de alunos que potencia a uma instituição como o CRMVR. A valorização de toda uma formação musical anterior ao 2.º ciclo poderá atenuar esta questão, uma vez que

procedimentos como a matrícula no 5.º ano e o cumprimento de uma prova de admissão seriam ultrapassados com outros argumentos.

A questão nove – “Seria viável sensibilizar o meio escolar do 1.º ciclo, promovendo a aprendizagem de música nessa faixa etária e assim diminuir gradualmente o volume de alunos que, no ingresso do 5.º ano, acedem ao Conservatório sem bases?” – procura sugestões para a melhoria de um cenário enunciado. O Professor A aponta para uma exploração mais assertiva de uma rede já existente de modo a potenciar uma formação de articulação entre os níveis de ensino do pré-escolar aos 1.º e 2.º ciclos, no domínio da Música. Desta forma, poderia constituir-se uma solução

“a partir do tempo de formação que seria concedido a educadores, que trabalham com as crianças, que teriam uma vez por mês uma formação colectiva de formação musical, dentro do Conservatório, e que faria parte da estrutura do Conservatório ter esse departamento de formação à comunidade educativa alargada e que seria uma das soluções do Conservatório, devidamente financiada, devidamente paga pelo sistema nacional de ensino” (Anexo V: 142).

Uma formação “em que iam trabalhar repertório, melhorar a sua dicção, a sua maneira de cantar, fichas de trabalho, materiais didácticos gravados, que poderiam implementar no próximo mês” (Idem).

O Professor B considera desejável e enuncia a estratégia adoptada este ano lectivo (2014/2015) com esse propósito, que se traduz na “publicidade às pré-inscrições no Conservatório nos jornais, na imprensa regional” (Anexo VI: 147). Além da (tradicional) visita das escolas ao Conservatório, refere a participação, “nos últimos dois/três anos, no FAN (Festival de Ano Novo) – nos *Concertinhos*, aproveitando este contexto para levar o Conservatório às escolas” (Anexo VI: 156). O docente acrescenta, por último, o reforço,

“não só ao nível do 1.º ciclo, mas do pré-escolar, com o Curso de Movimento e Som a ser recolocado novamente na nossa oferta, como consequência da nossa preocupação e vontade de que os alunos venham para o Conservatório o mais cedo possível” (Idem).

Pela sua parte, o Professor C reage afirmativamente, todavia confessa não ter conhecimento das iniciativas do CRMVR nesse sentido. Ainda assim, referindo-se ao conceito de AEC, acrescenta: “pela minha experiência, nesse contexto, ter um professor com sensibilidade à frente de uma turma de crianças, numa idade fulcral como essa, faz toda a diferença” (Anexo VII: 162).

A opinião do Professor E inicia com uma afirmação clara: “a solução é sempre formação e divulgação” (Anexo IX: 186). E deixa o alerta de uma realidade que conhece fora da geografia de Vila Real: “nas escolas do 1.º ciclo, muitos professores de ensino básico não fazem ideia de que o regime articulado existe” (Idem), sem rematar que “passa por nós – professores do ensino artístico – mostrar mais da nossa realidade” (Idem).

Por seu turno, o Professor D considera que “um aluno que entre no primeiro grau aqui (no Conservatório), no 5.º ano da escola, sem bases, é um rótulo para aqueles que leccionam Música nas escolas primárias (AEC) por estarem a fazer as coisas erradas” (Anexo VIII: 175) e que “não há assim tantos professores que tenham tido uma experiência, uma avaliação pedagógica, a nível superior, sobre o saber que fazer” (Anexo VIII: 176). Na sua opinião,

“se houver um primeiro ciclo com bases, com fundamento, que deixe os alunos familiarizarem-se com esta linguagem, na chegada ao 1.º grau, ao trabalhar-se a capacidade cognitiva de raciocínio, tudo se desenrola mais rápido, porque os alunos percebem. A ausência deste trabalho faz com que os alunos, no 1.º grau, eles vêem, mas não percebem que na pauta temos linha-espaco-linha-espaco-linha, que uma nota vem a seguir à outra, que de baixo para cima é do grave para o agudo. Não percebem isto logo e, nesse nível, têm de decifrar a figuração rítmica, a nota que determinada figura representa na pauta, acrescem os aspectos técnicos do instrumento... tudo ao mesmo tempo” (Anexo VIII: 177).

Este docente considera que “deveria haver uma maior preocupação ao nível do 1.º ciclo, não lhe dar a roupagem de um ATL, mas dar-lhe importância” (Idem), reforça a existência de estudos “a comprovar os ganhos transversais da aprendizagem de música” (Idem) e lamenta uma certa inoperância das escolas, de um forma geral, que “se fizessem pressão, para este cenário evoluir, mal seria o MEC não ouvir” (Idem).

É alargado o consenso em torno da valorização de toda uma formação musical anterior ao 2.º ciclo. A exploração de uma rede já existente, a aliança entre jardins de infância/escolas do 1.º ciclo e o Conservatório (sem menosprezar a relevância de um eventual contributo camarário no processo) poderá ser o contributo para o maior enriquecimento local na educação e na cultura. Lamenta-se é que, até maior e melhor acção governativa central, seja, na região de Vila Real, o CRMVR e demais agentes da acção educativa a assumirem a responsabilidade quase total dessa promoção.

Na penúltima questão do guião – Este ano lectivo tem sido turbulento a diferentes níveis. Começou com muitas incertezas quanto ao calendário lectivo, atrasos nas candidaturas a financiamento, atrasos nos vencimentos dos professores, manifestações

nacionais dos professores do ensino artístico especializado. Que reflexão podemos fazer nesta recta final do ano lectivo? – propõe-se uma reflexão em torno da conjuntura do ano lectivo 2014/2015.

O Professor A comenta o que considera a falta de seriedade do MEC perante aquilo a que chama de “criação de situação pública do ensino das artes” (Anexo V: 143) e justifica que, se assim não fosse, “em primeiro lugar, não teríamos modelos de financiamento tão díspares entre o norte, o centro e o sul” (Idem), haveria “um calendário escolar que não levanta os problemas que o calendário do regime articulado levanta com a questão das trinta e seis semanas” (Idem) e haveria, “uma visão vertical mais integrada das necessidades de base ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo” (Idem). Considera, ainda,

“que toda a turbulência, que tem acontecido, decorre dessa ligeireza com que o MEC resolveu implementar o regime articulado, simplesmente, porque a Lei de Bases para isso conduzia” (Idem).

O Professor B classificou o ano lectivo 2014/2015 como um ano “muito difícil” (Anexo VI: 156), particularmente, ao nível do financiamento. Enquanto que o contrato patrocínio (destinado aos níveis das Iniciações – equivalente ao ensino primário – e ensino secundário) foi elaborado antes do início do ano lectivo, refere que “a candidatura ao FSE, que regula o ensino básico, o grosso dos nossos alunos, decorreu após o arranque do ano lectivo” (Idem). Por este facto, acrescenta:

“tivemos de tomar decisões um bocadinho às escuras, tivemos directores de escolas e EE a questionar se podiam inscrever os alunos ou não e nós (CRMVR) sem saber muito bem se as regras se mantinham ou não, que alunos seriam aceites naquele regime – visto que ao não serem aceites seria a escola (o Conservatório) a suportar o custo inerente ao aluno...” (Idem).

Uma sugestão, por este docente, é direccionada ao MEC que “nestes espaços temporais entre o faz e não faz candidatura” (Anexo VI: 157) e as tranches do FSE/POPH, “podia desbloquear algumas verbas, posteriormente devolvidas ou descontadas, para fazer face à ginástica de tesouraria que se vive até à chegada das tranches de financiamento” (Idem).

O Professor C, recente na estrutura do CRMVR, afirma ter sentido “mais a instabilidade, face a outros locais de trabalho, ao nível de atrasos nalguns vencimentos” (Anexo VII: 162), confessando-se privilegiado ao lidar maioritariamente com escolas com “provisionamento, tesouraria, para gerir a situação sem que os seus professores sentissem

as dificuldades gerais” (Anexo VII: 163). Ainda assim, reconhece ser preocupante “olhar à volta e ver tantos colegas a passar dificuldades” (Idem).

O Professor E assume o ano como “particularmente difícil” (Anexo IX: 186) e, na sua opinião, trabalhar no ensino artístico é trabalho precário. Em tom de desabafo, acrescenta:

“um professor de Inglês sabe que vai leccionar Inglês. Se é colocado ou não é outra história, mas a disciplina existe e a escola existe. Nós temos menos dados seguros, de um ano lectivo para o outro, sobre o que cai ou o que permanece de pé, que alunos é que o Estado deixa entrar ou priva pelo financiamento” (Anexo IX: 187).

Para este docente, “dar o Português e a Matemática e obrigar a pagar mais educação do que isso é emburrecer o povo” (Idem) e remata: “estamos a lutar contra a maré” (Idem).

O Professor D considera que “o aspecto musical e artístico, no país, traduz-se numa falta de cuidado a nível de cultura” (Anexo VIII: 178) e, perante escolas a precisar de auxílio financeiro para instalações ou para professores, o cenário de escolas (ainda que do ensino artístico) fecharem, “com os dois pais a trabalhar, nos dias de hoje, seria um problema” (Idem) para a dinâmica de muitos agregados familiares. Com o desinvestimento nas escolas do ensino artístico especializado, o docente acredita que “a história musical do país morreria” (Idem), se as escolas comessem a fechar, e “as raízes portuguesas podem vir a deixar de existir se não houver uma máquina de dinamismo cultural” (Idem). Alertando para a “consciência política e social” (Idem), acrescenta:

“com tantos Ministérios, num Ministério com tantos assessores não haja alguém com o filho a frequentar o Conservatório Nacional e a dizer que o filho quase levou com um pedaço de qualquer material em cima, porque uma das escolas mais emblemáticas está a cair, ao lado do Governo” (Idem).

A conclusão mais imediata é a crença na melhoria de um modelo de ensino-aprendizagem como o regime articulado. Nesse sentido reclama-se uma discussão séria, que não pode estar permanentemente refém da recuperação económica do país. A uniformização do financiamento às escolas do ensino artístico especializado, de norte a sul, é apenas uma sugestão repetida entre docentes. A criação de uma plataforma informática comum, que permita os docentes de ambas escolas aceder a determinada informação do aluno, à simples marcação/justificação de falta, seria um avanço bem-vindo. A ausência de sensibilidade do poder central na promoção da articulação entre escolas de tipologia de ensino distinta, consagrando e articulando as suas diferenças, resulta na consequente ideia

erradamente construída, na percepção de alguns EE e docentes do ensino regular, de que articulação significa que a escola artística vocacional deve reger-se pelos moldes da escola genérica quando tal não é aplicável. A promoção do ensino artístico, da natureza do regime articulado, não pode ser deixada exclusivamente para os estabelecimentos de ensino artístico especializado, embora seja igualmente seu dever, mas sim partir de indicações do poder central que harmonize as realidades escolares que se unem, no currículo de um aluno em regime articulado, duas realidades escolares que, não sendo passíveis de fundir, se podem articular e co-existir com maior eficiência.

No último ponto do guião de entrevista realizada a docentes do CRMVR, o número onze – Um olhar sobre este meio em que nos inserimos. De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade? – procura-se olhar o futuro, essencialmente local, e acrescentar algo mais ao que fora dito ao longo da entrevista.

O Professor A começa por elencar a primeira necessidade, e, por ventura, a medida de execução mais imediata, que concerne a coordenação de horários pela “atribuição de dias inteiros ou períodos do dia (turnos) bem definidos” (Anexo V: 144), transversalmente pelos estabelecimentos de ensino regular em articulação com o CRMVR. No âmbito das actividades escolares, da marcação de eventos extra-curriculares, considera que “as escolas têm as suas autonomias, mas têm de dar conhecimento de parte a parte” (Idem), e salvaguarda que, pela natureza da escola de música, esta terá maior actividade, necessariamente. Um contributo para melhor articulação entre escolas seria, na opinião do docente, que as duas escolas elaborassem os respectivos regulamentos internos em conjunto, acreditando na decorrente fluência do ano lectivo. Noutra matéria, igualmente, relevante é o conceito de “trabalhar em comunidade” (Idem) para o docente:

“(…) seria trabalhar, dentro do agrupamento, verticalmente, desde o topo, que é o liceu, até ao jardins de infância, que alimenta esse liceu de população escolar, e dar à escola de ensino vocacional, que articula com esse agrupamento, o papel de conduzir o processo de integração/articulação até aos níveis mais baixos” – níveis base de ensino (Idem).

O Professor B atribui os sucessos alcançados ao diálogo e ao diálogo retorna quando perspectiva a contínua busca de soluções. Dado o número de escolas com protocolos firmados com o CRMVR, o docente refere que



“essas escolas têm regulamentos internos diferentes umas das outras e diferentes do nosso e o que tem sido pedido, muitas vezes, ao Conservatório, é que se adapte a esses regulamentos, mas, ao mesmo tempo não podemos ter medidas diferentes para todos os alunos” (Anexo VI: 157).

O docente enaltece a “maior sensibilidade por parte das direcções de escolas” (Idem) e enuncia um exemplo resultante dessa mesma sensibilidade: a continuidade pedagógica pela aceitação dos horários da disciplina de Formação Musical, propostos pelo CRMVR, algo que “nunca assim foi em nove anos e foi possível” (Idem). E remata: “tudo graças ao diálogo e à argumentação” (Idem).

O Professor C, pelo contacto recente com a realidade local, considera haver uma necessidade de melhoria da comunicação entre escolas. Também o Professor E recorda a sua experiência recente e faz balanço positivo.

Na opinião do Professor D é da maior relevância que existam reuniões em que os interessados nesta matéria contemplem direcções de escola, directores de turma, EE e que a informação: “que a informação circule em ambos os sentidos: não só do Conservatório para as escolas, mas vice-versa” (Anexo VIII: 178). O docente reclama maior consciência face ao funcionamento do Conservatório, face ao regime articulado, “pelas diferentes formas de actuar: são dois regulamentos internos diferentes, são critérios e formas de avaliação diferentes” (Anexo VIII: 179), terminando a sua intervenção pela valorização das várias componentes de ensino.

O cenário ideal contempla a atribuição de um ou dois dias inteiros da semana para que os alunos de regime articulado se possam focar nas disciplinas artísticas e consequente margem de estudo e concentração para as mesmas. Por oposição, a realidade (ainda) contempla momentos em que a disciplina de Formação Musical surge entre disciplinas do currículo tradicional, que nada têm a ver com a sua natureza. Do ponto de vista da disponibilidade mental do aluno de regime articulado face a cada uma das componentes do seu currículo, enquanto o diálogo local não conseguir persuadir as partes envolvidas para um conceito de horário idealmente em prol do aluno de regime articulado, que se reúnam esforços para, no mínimo, estabelecerem-se períodos da manhã ou tarde especificamente para determinada componente do currículo e uma organização da mancha horária que favoreça períodos de estudo (recordando a natureza performativa do ensino artístico, o estudo do instrumento). A preferência pelo modelo de turma exclusiva de regime articulado, isto é, composta inteiramente por alunos de estatuto equivalente, representa um investimento nesses mesmos alunos, no modelo de ensino-aprendizagem, numa valorização pedagógica, artística e, por que não, cultural.

Após a interpretação das entrevistas implementadas a docentes do ensino artístico especializado em exercício laboral no CRMVR, no corrente ano lectivo (2014/2015), fica patente um olhar rico, a partir do interior deste estabelecimento de ensino, sobre o tema em estudo. A sensibilidade e opinião singulares de cada interveniente constitui, indiscutivelmente, um complemento de valor para a compreensão do fenómeno de interesse que o regime articulado, enquanto modelo de ensino-aprendizagem, representa e o espaço que este ocupa no quadro educativo das famílias, que dele usufruem, e de uma cidade e região em geral.

## **2.2.2 Entrevistas a Docentes do ensino regular**

No âmbito de entrevista a docentes do ensino regular foi possível concretizar um total de três entrevistas (Anexo IV: 129), reunindo a representação de ambos os ciclos do curso básico, duas escolas de três inicialmente previstas e docentes de um leque variado de áreas de estudo como a Matemática, Geografia ou Educação Física. A denominação dos intervenientes assume a designação pelas letras F, G e H.

A primeira de dezoito questões – Como chega ao contacto com turmas do articulado? – permite ao Professor F contextualizar a sua experiência ao referir a atribuição de uma turma em regime articulado há quatro anos, pela direcção de Escola, que, no corrente ano lectivo de 2014/2015, atribuiu “novamente uma turma em regime articulado, que agora inicia o 3.º ciclo do curso básico” (Anexo X: 188). Conclui ao reforçar que a atribuição de uma turma destas características nunca foi iniciativa própria.

O Professor G, numa posição semelhante, refere-se a “imposição de ordem de serviço” pela direcção de Escola. E acrescenta: “essa área de ensino era algo misteriosa, no início, mas tornou-se regular ter turmas em regime articulado nos últimos anos” (Anexo XI: 199).

O Professor H revela que “a primeira vez que contacto com turmas em regime articulado foi nesta Escola e porque me foi atribuído no horário” (Anexo XII: 208). Importa acrescentar que este docente lecciona há dois anos no estabelecimento de ensino em causa.

A atribuição de turmas com este estatuto, seja turma exclusiva, seja turma mista<sup>50</sup>, parte da decisão de direcções de escola em todos os casos citados, variando, apenas, na temporalidade em que esse contacto foi estabelecido. Desta forma, o Professor H regista o contacto mais recente do conjunto abordado.

Na segunda questão do guião – São as turmas do regime articulado mais exigentes para o Professor em termos administrativos: procedimentos, burocracia? – o Professor F considera “um pouco, porque os EE acham que estamos em posse de muita informação, que só fica no Conservatório” (Anexo X: 188) e que, perante as dúvidas de EE, por vezes, relacionadas com o CRMVR, “muitas vezes não sei responder, mas ocupa tempo responder a tanto *email*” (Idem), acrescenta, aludindo à iniciativa de ceder contacto de correio electrónico.

O Professor G não nota “diferença alguma, em termos burocráticos, face a uma turma que não seja do regime articulado” (Anexo XI: 199), enquanto que o Professor H refere que “no dia-a-dia, não representa nenhum acréscimo fora do normal” (Anexo XII: 208).

Na opinião deste colectivo, os procedimentos associados a turmas afectas ao regime articulado não vão além da atenção maior a aspectos mais específicos (pauta de avaliação com as disciplinas artísticas, por exemplo), considerando, assim, uma postura padrão no papel de docente.

Na terceira questão – Considera alguma metodologia de aula específica em função do regime de frequência da turma? – o Professor F considera que “a metodologia pode variar de turma para turma, porque as turmas têm características diferentes” e que “não tem a ver com ser do regime articulado, mas com cada turma em si”. Mais acrescenta que, os alunos em regime articulado, são alunos que “apreendem mais rapidamente os conceitos, tendencialmente mais envolvidos, mas não implica uma metodologia diferente por esse factor” (Anexo X: 190).

O Professor G afirma que “as condições, na minha disciplina, são iguais para todos” (Anexo XI: 200), enquanto que o Professor H afirma que, na sua disciplina, não nota “quem é do regime articulado ou não” (Anexo XII: 209), acreditando que “haja outras disciplinas onde se note alguma diferença” (Idem).

---

<sup>50</sup> Uma turma mista é composta por alunos que frequentam o regime articulado e alunos que frequentam o ensino regular de forma ordinária, enquanto que uma turma exclusiva significa que todo o colectivo dessa turma frequenta determinado nível de ensino em regime articulado.

É unânime, para este colectivo, a consideração de que o estatuto da turma (ou de determinados alunos dentro de uma turma), pela sua afectação ao regime articulado, não constitui a necessidade de uma metodologia de aula por esse factor.

Na questão número quatro – Existem características-padrão de uma turma em regime articulado em contexto de aula? – o Professor F, ainda que sem termo de comparação dada a ausência de turma de nível equivalente sob o seu domínio, refere que “os alunos em regime articulado têm muitos mais afazeres, como é normal, muito mais tarefas no Conservatório e é natural que não se dediquem tanto às tarefas aqui da Escola” (Anexo X: 190).

O Professor G afirma que “a maior parte dos alunos tem uma capacidade de atenção superior à dos colegas de não-articulado” (Anexo XI: 200), acrescentando que “são alunos com mais facilidade em concentrarem-se e de se organizarem em sala de aula, o que permite que as aulas tenham uma fluência superior a turmas que não são de regime articulado” (Idem).

Pela sua parte, o Professor H afirma que “neste grupo (turma mista de 2.º ciclo), não noto diferença absolutamente nenhuma” (Anexo XII: 209).

Foram relatadas qualidades dos alunos em regime articulado ao nível da atenção em aula, capacidade de concentração e características ao nível da fluência de aula ou da dedicação às disciplinas da escola regular. No entanto, dadas as reacções diferentes, levanta-se a dúvida de que a percepção da existência de características-padrão possa variar consoante a natureza exclusiva ou mista da turma e a disciplina leccionada por determinado docente, antes mesmo de ser considerada a longevidade da experiência do docente com o regime articulado.

No ponto cinco – Entende o regime articulado, por esse factor, como sendo mais exigente para o aluno? – o Professor F responde em sentido negativo, considerando que “se se gosta, não haverá grande problema” e acrescenta:

“alguns têm vocação, mas se (os alunos) não estiverem lá (regime articulado) nunca vão saber se têm vocação, se têm aptidões ou não, e será no 3.º ciclo que irão ver isso” (Anexo X: 190).

O Professor G, inicialmente hesitante, reage positivamente e afirma:

“o regime articulado, que, para mim, tem a ver com a concepção que tenho do ensino da Música, é uma actividade extremamente exigente, o que faz com que os alunos tenham de ter qualidades para estar sempre em superação, porque aprender música não é fácil” (Anexo XI: 200).

O Professor H, ainda que não reconheça alguma diferença entre alunos em regime articulado ou regime ordinário, reconhece que “em termos de sobrecarga de horário, há um acréscimo, naturalmente” (Anexo XII: 209) e remata: “dos alunos que gostam nunca os ouvi a queixarem-se” (Idem), enquanto que “os outros limitam-se a não cumprir” (Idem).

A perspectiva dominante rege-se pela motivação dos alunos. O factor essencial afasta-se do conceito do modelo de frequência, o qual não constitui pressão, pela tendência de reacção da maioria, e, ainda que reconhecendo o impacto no horário semanal, centra-se, na opinião geral, na relação entre o gosto do aluno e o seu sucesso.

Na questão seis – Considera que os alunos do regime articulado, por esse factor, têm maior empenho na sala de aula, trabalho proposto, nas suas actividades escolares? – o Professor F reage positivamente, considerando que “a disciplina que trazem da aprendizagem da música reflecte-se nalguns alunos” (Anexo X: 191).

O Professor G afirma que,

“na minha disciplina, e sem particularizar, os alunos de regime articulado são concentrados, têm espírito de sacrifício, não desistem à primeira e permitem uma fluência grande no desenrolar das aulas” (Anexo XI: 200).

O Professor H, objectivamente, apresenta, como resposta, um cenário prático: “tenho dois índices dois, um é aluno de regime articulado, outro não é” (Anexo XII: 210), confirmando a mesma proporção nos índices cinco.

As reacções à questão levantada foram mistas. Constata-se uma tendência para uma generalização positiva à questão, no entanto as perspectivas variam entre o cenário de que um aluno mais pró-activo, por natureza, poderá ver essa característica reforçada pela frequência do regime articulado, enquanto que um aluno mediano continuará mediano ou uma avaliação da questão baseada nos índices relevados numa pauta de avaliações no fim do período lectivo.

Na questão seguinte – Considera os Encarregados de Educação bem informados sobre o modelo articulado? – o Professor F é peremptório a afirmar o desconhecimento dos EE em relação ao regime articulado. Na sua opinião, “há um ou outro EE bem

informado, mas a maioria (...) está mal informada” (Anexo X: 192) e revela que entre as matérias mais incompreendidas está o término tardio das aulas do Conservatório ou a justificação de faltas de disciplinas artísticas na escola regular (quando concerne os respectivos professores e o Conservatório).

Para o Professor G, esta questão coloca-se sobretudo a um director de turma pelo que afirma: “não lhe posso dar uma resposta capaz, porque o meu contacto com Encarregados de Educação é mínima, considerando que sou professor de uma disciplina apenas” (Anexo XI: 200).

O Professor H, na sua relação com o EE, considera-se somente uma ponte na transmissão de dados de avaliações oriundas do Conservatório. Revela que “são pontuais as referências ao Conservatório” (Anexo XII: 210) nas reuniões de fim de período e na entrega de “informação das avaliações de período, frequentemente já é do seu conhecimento” (Idem).

Das diferentes intervenções, só uma opinião revela ter base para caracterizar o conhecimento dos EE sobre o ensino articulado. Dos três docentes, o Professor G é o único que não assume a função de direcção de turma. Também a considerar é o facto de a direcção de turma do Professor H contemplar uma turma mista. Desta forma, o facto de lidar com um colectivo de EE que não partilha o interesse comum quanto ao regime articulado, é possível admitir que não esteja reunido um ambiente favorável a um à vontade maior característico de uma reunião de avaliação de uma turma exclusiva, como é o caso do Professor G.

Na questão número oito do guião – Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral pelos Encarregados de Educação, como – só para enumerar alguns exemplos – favorável a médias, progressão académica acessível, financeiramente apelativa, condição social, horário e turma privilegiados? – o Professor F considera que “genericamente, todos gostam de música, logo ter os filhos no ensino artístico é uma mais valia” (Anexo X: 194) e descarta, prontamente, o factor das médias. Afirma que “se não fosse o aspecto financeiro, muitos não teriam forma de pagar” (Idem) e acredita que “a maioria olhará o regime articulado pela formação, do gosto pela música enquanto arte” (Idem).

O Professor G enuncia um cenário bipartido de alunos no regime articulado, visto que considera que uns “têm talento, são pessoas motivadas para a aprendizagem de música, querem continuar a aprender um instrumento” (Anexo XI: 201) e “outros estão lá pelo

horário privilegiado, à procura de algum tipo de privilégio para a carreira de estudante” (Idem).

O Professor H crê que “alguns alunos foram para o regime articulado para que aquele rigor e disciplina do Conservatório viesse corrigir alguns aspectos” (Anexo XII: 210) e revela, ainda, não identificar “interesse por privilégios, em geral” (Anexo XII: 211).

O cenário evocado pelo Professor G, ao estabelecer dois tipos de alunos na frequência do regime articulado, é idêntico à posição de alguns docentes do ensino artístico especializado, nomeadamente, do Professor A – ao considerar que alguns EE “querem que eles (os filhos) tenham o máximo de vivências positivas e formativas possível e depois há uma fatia grande de EE que procura vir aqui tirar vantagens” (Anexo V: 134). Desta forma, há uma visão tendencialmente bipartida da população discente, que usufrui desta opção de frequência, assim como a nível dos EE. O Professor H, ainda que indirectamente, dirige-se para uma conclusão semelhante ao ponderar a frequência do regime articulado a partir do conhecimento das qualidades do mesmo, mas, parcialmente, pela motivação errada. Contudo, a percepção optimista do Professor F é reforçado com alguns dos resultados obtidos dos inquéritos aos EE. A partir do ponto número cinco do inquérito proposto aos EE, que elencou treze opções de resposta na busca do que motivou a opção pelo regime articulado, as opções “formação académica mais completa” e “aspecto financeiro” foram referenciadas por setenta e oito e setenta e cinco vezes, respectivamente, com a representatividade de cerca de 20,3% e 19,5%, respectivamente, de um total de trezentas e oitenta e quatro respostas assinaladas. Essa mesma percepção optimista pode, ainda, ser corroborada pelo Professor B quando este considera como consequência positiva do actual EE melhor informado a valorização do regime articulado além da, outrora, tão considerada gratuidade do mesmo.

No ponto nove – Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas do Conservatório e vice-versa. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas? – o Professor F considera que “se o aluno não apresenta bons resultados no Conservatório, é porque não está motivado” (Anexo X: 194) e está relacionado “com aptidões, com motivações, interesses” (Idem). O docente afirma que “há matérias que motivam mais que outras” (Idem) e que “o mesmo acontece com disciplinas e professores” (Idem). Por outro lado, não exclui responsabilidades do EE. Neste âmbito considera que

“os pais não querem conversar com os filhos, sobre as suas motivações, não perguntam o porquê de não gostar desta ou daquela matéria. Se calhar obrigavam os filhos a fazerem outra leitura ao dizerem que, se está ali, é porque, à partida, é importante para a formação deles. Não se pode estar à espera que o professor faça tudo” (Idem).

O Professor G reage afirmativamente. E desenvolve:

“há alunos que, por exemplo, gostarão imenso de estar no Conservatório, dão tudo para terem uma aprendizagem forte e as disciplinas cá da Escola têm menos interesse que as do Conservatório. O vice-versa também será verdade” (Anexo XI: 201).

Perante a sugestão de uma eventual tendência para se olhar as disciplinas do Conservatório da mesma forma que se olha, tradicionalmente, as disciplinas da escola regular, o docente considera uma concepção errada e acrescenta que

“pode ser por falta de conhecimento, pode ser por falta de sensibilidade para o tipo de ensino que o regime articulado configura. Eu, como sou de uma área com muitos pontos de contacto com a aprendizagem de música, sugiro que imaginemos se houvesse regime articulado para Educação Física: teríamos os mesmos problemas” (Anexo XI: 201-202).

Na opinião do Professor H, “a escola pública tem timbre facilitador” (Anexo XII: 211), considerando que há escolas sem pressão por resultados e outras com determinadas metas a atingir. Neste âmbito, considera que “se um conservatório quer um percurso bem estruturado e alicerçado, tem de usar algum rigor, sem dúvida, e que aí faça alguma diferença” (Idem). Perante a sugestão de um cenário em que um aluno, com quatro e cinco na escola, tem nível três ou inferior numa disciplina artística ou uma pauta de vários índices negativos na escola e tudo positivo nas disciplinas do Conservatório, o docente classifica, objectivamente, “uma questão de motivação” (Idem).

O conceito de motivação foi recorrente na generalidades das intervenções. Por vezes, esquece-se que a motivação não tem de ser, a meu ver, de igual proporção por tudo o que nos rodeia, que, em contexto escolar, entende-se motivação por todas as disciplinas ou matérias abordadas dentro de determinada disciplina. A motivação varia, também, pela relação directa com as aptidões, com aqueles domínios onde cada um se revela, se sente, mais forte, assim como pela relação entre professor-aluno. O papel do EE é uma referência da maior pertinência, neste assunto. A valorização de todas as componentes do currículo do educando compete, sobretudo, ao EE e não apenas ao professor. A par da referência do Professor G sobre o papel do EE, recordaria a intervenção do Professor D em que, perante o contexto de escolhas e distinção entre escolas, considera que



“um pai seja capaz de dizer todos os dias: vai estudar Português, vai estudar Matemática; mas não se lembra que tem Saxofone ou de dizer: ainda não te vi a estudar instrumento, a estudar Formação Musical, a pegar nas partituras de Classe de Conjunto” (Anexo VIII: 171).

Face a uma atenção, por vezes, centrada apenas nas avaliações de fim de período, importa estimular o aluno/educando para a pertinência dos conteúdos abordados, para a gestão eficiente do seu tempo e uma valorização das metas a cumprir nas diferentes componentes curriculares subjacentes à frequência do regime articulado.

No ponto dez – Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada. – o Professor F não considera existirem ideias pré-concebidas pela frequência do regime articulado. Recorda que, no ensino secundário, os alunos “também têm de escolher entrar para a área de ciências ou a área de letras” (Anexo X: 195) e que “existem disciplinas de tronco comum, independentemente da área que frequentem” (Idem).

No mesmo tom, o Professor G tece a mesma consideração. Todavia, sugere um modelo de escola – uma escola de artes – como a solução ideal para um modelo de aprendizagem artística. O docente acredita que, assim, “este regime (articulado) desapareceria, a escola de artes existiria e a outra escola (regular) seria integrada na escola de artes” (Anexo XI: 203), ou seja, “a escola de artes receberia os alunos com talento e vocacionados para isso e a restante escola – disciplinas como Português e etc. – estaria lá dentro” (Idem).

Face ao enunciado, o Professor H afirma que “perdem umas disciplinas, mas ganham outras” (Anexo XII: 212) e acrescenta que “cada percurso terá o seu contributo consoante as componentes que tem” (Idem), “não se pode considerar melhor ou pior” (Idem).

Na opinião do Professor B, o facto histórico de uma geração de oito alunos ingressar no ensino secundário em regime articulado, em simultâneo, no ano lectivo de 2014/2015, evidencia, na sua opinião, “a clarificação que tem sido feita quanto à frequência neste regime” (Anexo VI: 151). Em linha com alguns docentes do ensino regular acima referidos, o Professor B considera que “uma escolha está mais vocacionada num sentido, outra estará para outro, obviamente, e por isso existem estas ramificações (...)” (Anexo VI: 152).

A realidade, no CRMVR, revela que os alunos, finalistas de um curso básico em regime articulado, que transitam para o nível secundário, e que querem continuar a

aprender Música e querem continuar no Conservatório, são, na sua maioria, alunos que continuam a gostar da aprender um instrumento, de estar no Conservatório, mas que o vêem como um complemento ao seu percurso académico e não um futuro vocacional e profissionalizante. Desta forma, acabam por abandonar este estatuto de frequência, primeiramente, pelo impacto que as disciplinas artísticas teriam nas médias, em caso de continuidade em regime articulado, e, uma vez ponderado o regime supletivo, a carga horária pelo combinado entre escola regular e as disciplinas do curso secundário de música e, ainda, a propina mensal, tornam-se factores decisivos na continuidade ou não da sua relação com o Conservatório. O Professor B reforça que

“um aluno que termine o 12.º ano tem a habilitação correspondente a esse 12.º ano, equivalente a qualquer aluno que termine um qualquer 12.º ano, com a possibilidade de aceder ao ensino superior, a vários cursos, desde que capaz de cumprir exame específico requerido” (Anexo VI: 151-152).

Alertando que o CRMVR não procurar “seduzir” cegamente para o modelo de ensino em foco, este mesmo docente acrescenta que “em termos de ser completamente redutor (...) parece-me um pré-conceito que não corresponde inteiramente à verdade e tem sido combatido” (Anexo VI: 152).

Na décima primeira questão – Sabendo o limite de desfasamento máximo entre grau de disciplina artística e ano de frequência, de que forma está o sistema, o professor e o aluno sob pressão? – o Professor F afirma não sentir pressão alguma, a título pessoal, e considera que não se coloca (tanto) a questão sobre a escola regular. Partilha o exemplo de um aluno que tem uma negativa a uma disciplina do Conservatório, mas confessa desconhecer as implicações desse cenário. Uma vez esclarecido de que uma negativa a uma disciplina artística, no fim do ano lectivo, significa que o aluno apenas fica retido a essa disciplina, sem qualquer relação na transição das restantes disciplinas<sup>51</sup> (se caso único, por exemplo) e da possibilidade de o aluno recuperar para um grau equiparado ao nível escolar geral, no ano lectivo seguinte, por via de prova de acumulação<sup>52</sup>, o docente classifica como um cenário gerador de pressão “sobre o aluno, os pais e o Conservatório” (Anexo X: 195).

O Professor G afirma que “a questão do sucesso escolar provoca sempre um factor de pressão sobre os alunos, sobre os EE e sobre os professores” (Anexo XI: 204). Acredita

---

<sup>51</sup> Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho de 2012, artigo 10.º, número 6: Diário da República, 1.ª série — N.º 146

<sup>52</sup> Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho de 2012, artigo 11.º, número 1: Diário da República, 1.ª série — N.º 146

que a questão não se coloca ao nível das “disciplinas de tronco comum do ensino regular” (Idem), mas “ao nível do ensino artístico, (...) a pressão será maior” (Idem).

Na opinião do Professor H, a questão face ao papel do docente afirma “que não, que não faz sentido algum” (Anexo XI: 213). Face ao papel do aluno acredita que “se for responsável e quiser mesmo é natural que faça pressão” (Idem).

A avaliação, no ensino artístico, é essencialmente performativa e, citando o Professor B, “deixa pouca margem para dúvidas” (Anexo VI: 151). Cada aula de uma disciplina artística é uma meta em si, porque o trabalho de aula é apenas uma fracção do todo da produção do aluno. Em casa, o estudo, a prática instrumental, pretende-se diária e vai além da consagração do trabalho de casa numa folha de papel. Desta forma, a pressão existe e tem tudo para ser positiva. Para esse fim, naturalmente começa com o papel do professor, mas é essencialmente consequência do desempenho do aluno e da valorização das componentes curriculares, por alunos e EE, e consequente gestão de tempo, tarefas e actividades várias.

Um cenário em que se verifique um desfasamento comporta, evidentemente, uma fase de pressão para todos os agentes educativos: aluno, EE e professor. Naturalmente que existem dificuldades, ou até limitações, que podem ser insanáveis, precisamente porque não há que se ser vocacionado para tudo. Dito isto, e porque é possível recuperar de um desfasamento, importa recordar que qualquer “plano de recuperação” começa em casa: com um incremento de esforço do aluno, com o acompanhamento do EE. Importa recordar que um aluno com índice três de avaliação, também é um aluno cumpridor de objectivos, também pode ser um bom aluno. O contexto privilegiado da sala de aula, por exemplo, da disciplina de Instrumento resulta num “conhecimento tal do aluno, que dificilmente a nota não será justa” (Professor E, Anexo IX: 184) e, ainda no âmbito do ensino artístico, o Professor D considera: “não posso dar o que o aluno não me dá” (Anexo VIII: 174). Por seu turno, o Professor F afirma:

“há alunos que são muito bons alunos, têm uma cultura vasta, enorme capacidade de raciocínio e depois nem sempre se reflecte em termos de teste, em termos de quantificação” (Anexo X: 196).

No ponto doze do guião é sugerido ao entrevistado que enuncie vantagens e desvantagens do regime articulado.

Neste âmbito, o Professor F considera vantajoso “uma formação complementar e acessível financeiramente” (Anexo X: 196), assim como considera que “a disciplina e a

capacidade de concentração, que ganham com a música, tem impacto nas disciplinas do currículo regular” (Idem). No ponto de vista de desvantagens não faz registo algum, “se os alunos conseguirem gerir horários e actividades”, nota.

Na opinião do Professor G, o regime articulado

“é vantajoso para um aluno que tenha talento, vocação, que quer, tem espírito de sacrifício, pois vai conseguir, de certa forma, aprender as bases daquilo que quer para o seu futuro e, ao mesmo tempo, ir concluindo o ensino regular” (Anexo XI: 204).

O Professor H, enquanto vantagem, enuncia “o contributo para a formação dos alunos” (Anexo XII: 213) e que “o abrir de perspectivas é indiscutível” (Idem). Considera que, “para alguns alunos, ter apenas o currículo do ensino regular seria muito pouco” (Idem) e “no caso do instrumento, eu acho uma coisa fantástica alguém que sabe um instrumento e pode transmiti-lo num contexto tão próximo” (Idem). Na opinião do docente, “quando se trata de alunos com apetência, qualidade de trabalho” (Idem), regista, apenas, vantagens, contudo “quando se trata de alunos que frequentam mais pela vontade do pai”, crê que “aparecerão inconvenientes” (Idem).

O regime articulado é um modelo de ensino-aprendizagem que enriquece o percurso académico e o crescimento pessoal de qualquer aluno. O seu sucesso não é uma consequência natural, mas a soma de variáveis como a aptidão, o gosto do aluno pelo que faz, capacidade de organização, vontade de querer fazer melhor, entre outras. Para esse mesmo sucesso, o EE é igualmente fundamental. Não basta matricular e esperar que o contexto de sala de aula faça milagres. A valorização das componentes pelo EE deve ser equilibrada, assim como a capacidade de o EE exigir do seu educando tempo para dedicar a Português e tempo para dedicar a Formação Musical. Ainda que o EE seja incapaz de auxiliar o estudo de matéria artística, é de valor o fomento de hábitos de estudo regular, a supervisão desse mesmo estudo, o interesse em questionar o educando sobre o contexto de aula e indicações do professor, de modo a reavivar a memória do seu educando. A postura do aluno perante o regime articulado poderá ser consequência directa da postura que o EE assume perante o mesmo.

Na questão número treze – Considera que o regime articulado se deva circunscrever ao “talento”<sup>53</sup>? – o Professor F reage negativamente, acreditando que, numa fase inicial, se trata de formação básica e, ainda, que “há talentos que têm de ser descobertos” (Anexo X:

---

<sup>53</sup> Não obstante a relevância do conceito enunciado, este não será desenvolvido, visto não se tratar do âmbito principal deste Trabalho.

196). Nesta tónica, acrescenta: “se ninguém apresentar um instrumento musical, se ninguém o desenvolver ou questionar quanto a isso, o aluno não sabe se tem esse talento” (Idem).

O Professor G considera que “é necessário algum talento, porque a música é tão específica e os cérebros não são todos musicais” (Anexo XI: 204), visto que “há pessoas com inteligência emocional, que são extraordinárias e que naquela inteligência mais algorítmica são fracas (...)” (Idem), “há pessoas que são autênticos génios da matemática e são um autêntico desastre em termos de relacionamento humano” (Idem). Numa referência indirecta ao seu conceito pessoal de “escola de artes”, o docente insiste: “na perspectiva de alunos a seguirem estudos de música a nível superior, acho que as coisas se deviam fazer de forma diferente” (Anexo XI: 205).

O Professor H, entre talento, apetência ou motivação, considera, acima de tudo, que “não pode ser indiscriminado” (Anexo XII: 213) e acredita que

“tem de haver um equilíbrio entre as motivações dos meninos, o potencial que eles têm, canalizar a disponibilidade deles, seja para o regime articulado, seja para as línguas ou a catequese, para o desporto ou o que for” (Idem).

Para este fim, o docente considera que “os pais têm de ter o bom senso de procurar um currículo para aquilo que os seus educandos precisam, gostam, podem fazer” (Idem) e, desta forma, “os alunos poderão tirar partido do currículo que têm” (Idem) ou, de outro modo, “poderá não ser muito produtivo” (Idem).

Nesta questão do que é o talento, o que são aptidões, perante um aluno que se candidata ao Conservatório, com nove anos e a ingressar no 5.º ano de escolaridade, este terá características inatas, mas se um aluno não for exposto a um instrumento, nunca saberemos se as tem ou não. O Professor F questiona: “se nunca colocarmos o aluno a ouvir música, como sabemos se tem ouvido” (Anexo X: 196)? “Se não colocarmos o aluno a tocar um instrumento, como sabemos se tem destreza psicomotora para?” (Idem). Por outro lado, um conservatório não pode existir apenas para formar músicos profissionais, ou seja, de acesso limitado a “talento”, mas, além das vantagens do estudo de música enunciadas por um vasto número de estudos científicos, também para, no futuro, haver um público melhor formado.

Na questão catorze – Considera que o acesso ao regime articulado está demasiado massificado, ou, dito de outra forma, de acesso pouco criterioso – o Professor F confessa

não ter uma opinião aprofundada sobre esta matéria, valorizando a existência de uma prova de admissão enquanto ferramenta preventiva de uma eventual massificação.

O Professor G refere que “a questão deve ser feita mediante os objectivos estabelecidos para o regime articulado” (Anexo XI: 205). Considera que

“se se persegue a ideia de uma população educada para a música, tem de se correr o risco da generalização”; “se o objectivo é bons instrumentistas, bons músicos, se calhar, terá de ser uma admissão mais filtrada” (Idem).

Ainda que se confesse não dominar a realidade, o Professor H acredita não se verificar uma massificação. Por outro lado, considera “mais relevante as razões que levam os alunos até lá” – a optarem pelo regime articulado (Anexo XII: 214).

O crescimento do volume de alunos em regime articulado, no CRMVR contempla três períodos ao longo dos seus nove anos de implementação. A primeira fase cinge-se aos três anos iniciais, de 2005 a 2007 – com variação do número de alunos entre os quarenta e cinco e os quarenta e sete. A segunda fase é estabelecida com um incremento do número de alunos em regime articulado na ordem dos 110%, em 2008, face ao ano anterior, e estende-se até 2011 – com variação do número de alunos entre os noventa e sete e os cento e dezassete alunos. De 2012 até ao presente, o número de alunos em regime articulado cresce, sensivelmente, 9% (2013) e 19% (2014). Na opinião do Professor B, “(...) o Conservatório, neste momento, está bem dimensionado (...)” (Anexo VI: 147) e refere, ainda, a existência de “(...) mais procura enquanto a demografia começa a diminuir no geral (...)” (Idem). O nível de ensino que representa o maior volume de alunos, no CRMVR, é o curso básico, precisamente, onde surge a primeira oportunidade para a opção de frequência em regime articulado. Neste sentido o acesso ao Conservatório, em geral, e ao regime articulado, em particular, não pode ser indiscriminado por um factor principal: a sustentabilidade da estrutura, física e financeiramente. Em contexto de prova de admissão, a actual direcção pedagógica do CRMVR faz questão de receber os EE com uma entrevista individual, na qual é feito um enquadramento geral da instituição, dos regimes de frequência e dos objectivos do próprio EE. A prova propriamente dita, ao candidato à admissão, comporta além de exercícios técnicos vários, uma entrevista indirecta em tom de conversa corrente para professores reconhecerem traços gerais, da personalidade e do contexto geográfico e escolar, do potencial futuro aluno. Dito isto, importa afirmar a impossibilidade natural de conhecer, verdadeiramente, um potencial aluno num contexto como o momento de prova de admissão, pelo que trata, também, de se criar condições para

“descobrir talentos, criar e aprofundar gostos” (Professor F, Anexo X: 196). Em suma, a percepção dos docentes do ensino regular tende a considerar uma não massificação do regime articulado. Os dados corroboram essa impressão e evidenciam um crescimento sustentado. A sensibilidade do poder central, em matéria de financiamento, deveria ter em consideração que

“o ensino básico (...) serve para dar as bases, para apontar direcções futuras. O aluno terá muitas mais opções no ensino secundário e no ensino superior, se tiver muitas mais bases e, assim, fará uma escolha mais consciente” (Idem).

Na questão quinze – Um aluno que frequente cinco anos de ensino básico em regime articulado leva, do seu percurso académico, mais que os pares de regime ordinário? – o Professor F é peremptório na reacção afirmativa.

No mesmo tom, o Professor G considera que um aluno que frequente cinco anos de ensino básico em regime articulado

“leva um processo mais rigoroso e exigente, porque, além de fazerem aquilo que os outros meninos fazem, ainda têm a aprendizagem de algo que é complexo e difícil, que exige sacrifício, persistência e concentração. Sai de lá com ganhos na sua formação humana. São pessoas preparadas para questões mais exigentes, coisa que o ensino regular não lhes transmite” (Anexo XI: 206).

De igual modo, o Professor H afirma não ter “a menor dúvida” (Anexo XII: 214). O docente considera

“que todas as componentes do currículo são fundamentais. É preciso que os meninos sejam capazes de lidar com a exigência da carga horária, porque, de facto, não faz sentido ir para o Conservatório para depois não cumprirem com os trabalhos de sistematização. (...) Desde que eles consigam aguentar o ritmo proposto pelo currículo, penso que é sempre vantajoso” (Idem).

A questão enunciada recolheu uma indiscutível unanimidade. A estruturação do curso básico complementado com uma vertente artística e vocacional é ultrapassar as balizas de um ensino regular tradicional. Para alguns docentes, o ensino regular não basta. Comparativamente, “o ensino genérico é que está altamente desfalcado” (Anexo IX: 183) – afirma o Professor E. Na palavra do Professor H, “para alguns alunos, ter apenas o currículo do ensino regular seria muito pouco” (Anexo XII: 213). À aprendizagem de Música, à prática de um instrumento, é-lhes reconhecidas várias características: disciplina, rigor, método de trabalho, espírito de sacrifício, perseverança, entre outros. No entanto,

nenhum modelo de ensino representa um sucesso *per se*. As referências à “exigência da carga horária” (Anexo XII: 214) e ao “ritmo proposto pelo currículo” (Idem) do regime articulado, pelo Professor H, são relevantes. Uma carga horária que junta duas componentes, duas escolas, exige uma capacidade de gestão assinalável entre o momento de aula e o momento de trabalho de casa, o espaço para estudar e o espaço para outras actividades e descansar. Para esse fim o EE é fundamental. Porque, na verdade, é este quem, por último, decide assinalar a opção da frequência pelo regime articulado, compete-lhe certificar-se que o tempo do seu educando contempla o estudo das diferentes componentes do currículo, que esse estudo deve ser regular. Igualmente fundamental será a gestão do número de actividades extra-curriculares de um aluno. Desta forma, vários são os factores que podem contribuir para o sucesso de um aluno em regime articulado, desde que valorizado, primeiro pelo EE e consequentemente pelo aluno.

Na questão número dezasseis do alinhamento – Assumindo que nem todos os alunos/Encarregados de Educação olham para o regime articulado com a mesma seriedade, que estratégias se poderiam implementar para aprofundar o conhecimento do meio escolar na sensibilização para este regime de ensino-aprendizagem? – o Professor F começa por sugerir

“sessões de esclarecimento onde se pode dizer as competências desenvolvidas no regime articulado para que os pais decidam se, realmente, o pretendem para os educandos” (Anexo X: 197).

Considera necessário “passar para os pais a impressão de que as duas escolas tentam articular o melhor possível” (Idem) e que “se a comunicação fosse mais aberta, mais clara, isso passaria para os pais” (Idem). Sugere, ainda, que

“se podia começar com ambas as direcções sentarem à mesa, quiçá com os directores de turma, e todos aceitarem as opiniões de todos e resultar em texto, em Regulamento Interno” (Idem).

Alerta que “não se pode passar por cima de algumas questões sensíveis para alguns alunos, pais, professores, como a conciliação dos momentos de avaliação (...)” (Idem) e remata: “com mais informação, haverá mais boa vontade quanto ao regime articulado” (Idem).

O Professor G considera que



“a sensibilização dos EE poderia começar muito cedo, até porque penso que o que estará em causa, mais do que o aluno, será o EE, que teria de ser sensibilizado para o que é o regime articulado e os seus objectivos” (Anexo XI: 206).

E acrescenta:

“os esclarecimentos deveriam acontecer junto do 1.º ciclo, em cada centro escolar, marcar eventos, reunindo professores de um conservatório, pais de alunos de 3.º ano, professores da escola regular em causa, o director da escola” (Idem).

O Professor H, por seu turno, confessa não visualizar forma diferente de organização. Na sua opinião considera que

“precisávamos de ver isto como um todo, mas para isso precisávamos de disponibilidade para podermos ir além do que as reuniões nos permitem. Eu acho que bem não está, mas, da forma como as coisas nos são colocadas, melhor do que isto seria difícil” (Anexo XII: 214).

É de comum acordo a necessidade de chegar aos EE cada vez mais cedo. Neste sentido, o Professor B indica que, no corrente ano lectivo, se está “a fazer publicidade às pré-inscrições no Conservatório nos jornais, na imprensa regional (...)” (Anexo VI: 147), alertando que “a médio prazo tem de haver um reforço desta publicidade” (Idem) em virtude da “redução demográfica em determinadas faixas etárias” (Idem). Esta necessidade é, também, veiculada pelo Professor A na referência à formação prévia ao curso básico: “o ideal seria a frequência dos quatro anos de Iniciação Musical e mais dois de pré-Iniciação Musical” (Anexo V: 140). Para aprofundar o conhecimento do meio escolar na sensibilização para este regime de ensino-aprendizagem, há que ponderar explorar com maior profundidade a rede de AEC estabelecida no sentido de valorizar a oportunidade que representa na aprendizagem de música, na sensibilização dos alunos para o domínio artístico e meio de enriquecer o EE, antecipando, por ventura, a caracterização da frequência do curso básico em regime articulado. O Professor A recorda que

“houve autarquias que levaram isso muito a sério, fizeram sistemas de formação de professores e integraram-nos nos conservatórios em contacto directo com professores de Formação Musical e de Instrumento. Esse sistema funcionou muito bem” (Anexo V: 141).

Desta forma, é, igualmente, comum a percepção de verticalidade necessária à análise da potencial evolução académica, complementada com a Música, ao longo do pré-escolar,

1.º ciclo, cursos básico e secundário. Enquanto esta necessidade não representa um reconhecimento pelas entidades públicas e políticas, compete ao CRMVR e às escolas, que evidenciem disponibilidade, estabelecer chão comum para o enriquecimento do percurso académico dos alunos desde tenra idade, a chegada da informação aos EE com maior impacto e, por conseguinte, o fortalecimento da aprendizagem de música, em geral, e do regime articulado, em particular.

Na penúltima questão – Considera que o ensino artístico tem tido o apoio e promoção devidos por parte do Ministério da Educação? – o Professor F, objectivamente, afirma que “nenhum ensino, que implique gastos adicionais por parte do Ministério, está a ter o apoio devido” (Anexo X: 198).

O Professor G, reagindo em tom negativo, considera que “o ensino artístico, como tudo o que é arte, neste país, tem dificuldade em apoios oficiais e não escapa a esse fado” (Anexo XI: 207).

O Professor H revela que “em vinte e sete anos de serviço, aparece-me, aqui, pela primeira vez o regime articulado/ensino artístico, por isso acredito que não deve ter muito apoio” (Anexo XII: 215).

Num Portugal em crise, valores fundamentais da República, como a educação ou a cultura, sofrem algum tipo de impacto. Porém, com ou sem crise, que cultura terá uma sociedade quando um docente conhece, pela primeira vez, o regime articulado, a música como complemento ao currículo tradicional do curso básico, ao fim de vinte e sete anos de carreira? Este atraso cultural terá, certamente, justificações mais e menos plausíveis, seja pela ditadura salazarista que domina parte do século XX, seja por um MEC que não promove a aproximação entre escolas do ensino artístico especializado e do ensino regular, após a criação do regime articulado, enquanto mediador. Citando o Professor E: “(...) dar o Português e a Matemática e obrigar a pagar mais educação do que isso é emburrecer o povo” (Anexo IX: 187).

No último ponto do guião de entrevista a docentes do ensino regular – de que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade? – o Professor F considera que o mais importante é “diálogo, uma comunicação clara e aberta, com seriedade intelectual” (Anexo X: 198) e, também, “trabalhar em conjunto, em equipa” (Idem).

O Professor G confessa não dominar “a realidade local, a relação do Conservatório com outras escolas” (Anexo XI: 207), pelo que considerou não ter mais a acrescentar.

Na sua opinião, o Professor H afirma que “entre os estabelecimentos de ensino da Cidade, acho que cada um trabalha para si” (Anexo XII: 215). O docente acrescenta a crença de que cada escola da Cidade

“faz o melhor que pode, mas isto podia ser melhor se houvesse mais conexão entre estas unidades todas. Isto podia ser melhor, mas é o que temos. Mas eu estou convencido que, se os pais forem conscientes, se tiverem uma visão de currículo que esteja de acordo com as potencialidades dos educandos, isto corre tudo bem” (Anexo XII: 216).

O sentimento de individualismo da acção dos estabelecimentos de ensino está patente nas intervenções dos entrevistados. Ao desejo do trabalho em equipa, declarado pelo Professor F, corresponde a sugestão do Professor A de uma construção dos respectivos regulamentos internos em conjunto. Talvez assim, se evitasse a expectativa de que o CRMVR, o elo comum entre as escolas, se adapte a cada regulamento interno de cada escola do ensino regular (Professor B). O diálogo e, conseqüente incremento da sensibilidade dos diferentes agentes educativos, permitiu a maior evolução na prática do regime articulado, nos últimos anos. O diálogo será, também, parte fundamental da aculturação do ensino artístico pelo meio sócio-educativo da Cidade e Região de Vila Real.

Após a interpretação das entrevistas implementadas a docentes do ensino regular, em exercício laboral em Escolas do centro da Cidade de Vila Real, no corrente ano lectivo (2014/2015), fica patente a perspectiva dos mesmos, a partir de áreas disciplinares distintas e da experiência pedagógica ao longo de períodos temporais variados, sobre o tema em estudo. A percepção singular de cada interveniente constitui, indiscutivelmente, um complemento de valor para a compreensão do fenómeno de interesse que o regime articulado, enquanto modelo de ensino-aprendizagem, representa e o espaço que este ocupa no quadro educativo das famílias, que dele usufruem, e de uma cidade e região em geral.

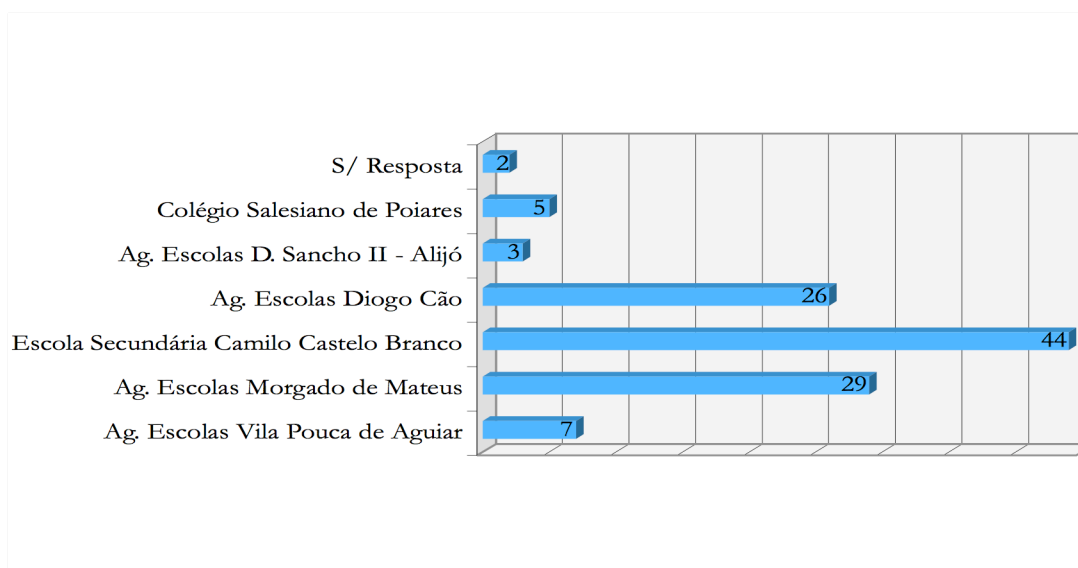
## **2.3 Interpretação de Inquéritos**

### **2.3.1 Análise dos inquéritos a Encarregados de Educação de alunos em Regime Articulado**

Do total de cento e setenta e dois inquéritos distribuídos foram recolhidos cento e dezasseis inquéritos para análise, interpretação e consequente apresentação de resultados. O volume de inquéritos recolhidos representa 67,44%, considerando-se a amostragem significativa. Alguns factores para que o índice de recolhas não tenha sido ainda maior prendem-se com a consideração de alguns Encarregados de Educação em responderem apenas a um inquérito – apesar de terem mais que um educando no regime de frequência em estudo, logo terem recebido mais do que um inquérito – e situações de perda ou preenchimento indevido pelo aluno.

A secção A contemplou a identificação do Encarregado de Educação e respectivo educando apenas para mera organização da informação e conhecimento do inquiridor. A necessidade de requerer esta informação visou um maior rigor na recepção dos inquéritos e promover, junto dos alunos que não os entregaram num período expectável de uma a duas semanas, o reforço da acção através da entrega de segunda via do documento, sempre que possível, e graças, também, à intervenção significativa dos Professores de Formação Musical para este propósito. Dito isto, relembra-se o carácter de confidencialidade atribuído a esta secção inicial do documento.

A secção B – “Dados e Impressões relativos à frequência do Regime Articulado” começa por requerer, na questão número um, a indicação da escola do ensino regular e turma frequentadas pelo educando.



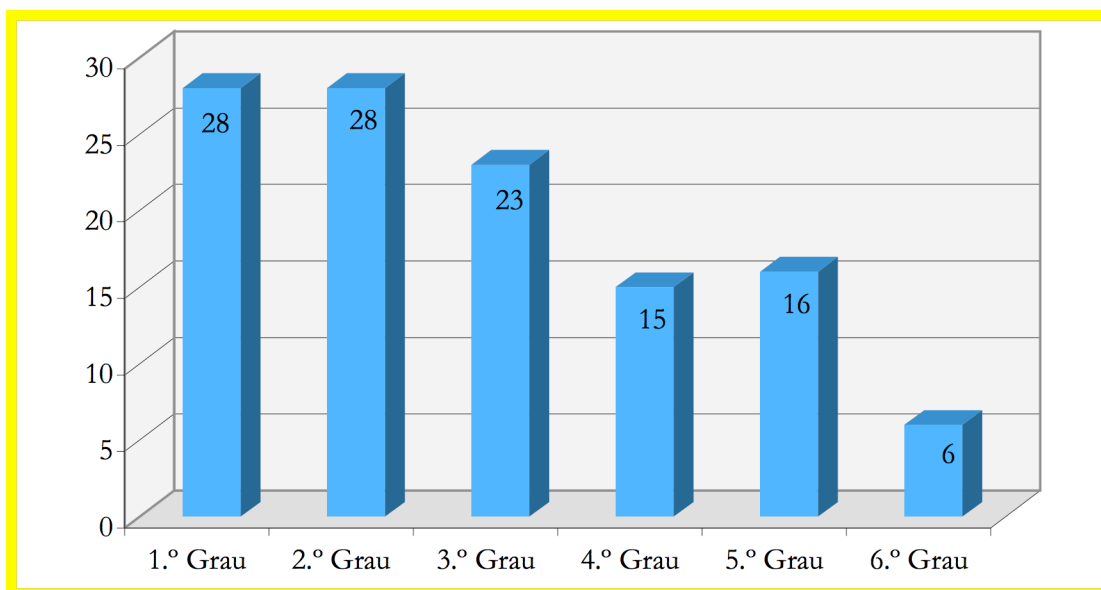
**Gráfico 4 – Mapa de Escolas do ensino regular frequentadas pela população escolar do CRMVR**

Esta primeira questão permite caracterizar a dispersão geográfica, via estabelecimento de ensino regular frequentado, da amostra recolhida. No gráfico acima indicado, o mapeamento da massa discente é liderado pela presença de quarenta e quatro alunos da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, representando 37,9% do total. Em segundo plano surgem os Agrupamentos de Escolas Morgado de Mateus e Diogo Cão com vinte e nove e vinte e seis alunos, respectivamente, representando 25% e 22,4%, respectivamente. Geograficamente distanciados surgem o Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar com sete alunos (6%), o Colégio Salesiano de Poiares com cinco alunos (cerca de 4,3%) e o Agrupamento de Escolas D. Sancho II com três alunos (cerca de 2,6%). Em dois inquéritos não foi possível aferir esta informação (cerca de 1,7%).

É por demais evidente como a polarização pela centralidade de algumas instituições se faz espelhar nos resultados. Apesar da natureza de alguns agrupamentos de escolas contemplarem uma vasta área rural de influência, escolas como a Escola Secundária Camilo Castelo Branco (focando especialmente o 3.º ciclo), a Escola Secundária Morgado de Mateus (sede de agrupamento), a Escola EB 2,3 Monsenhor Jerónimo Amaral (Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus, adjacente à escola sede) ou a Escola EB 2,3 Diogo Cão (sede de agrupamento e única escola de 2.º e 3.º ciclos do agrupamento) situam-se em meio urbano, na Cidade de Vila Real.

Em segundo lugar, é requerido o grau de frequência à disciplina de instrumento. Neste parâmetro verificou-se, ainda, a equiparação ou desfasamento do grau desta

disciplina artística, frequentado no CRMVR, face ao ano frequentado na escola de ensino regular, registando-se o desfasamento de cinco alunos (4,3%).



**Gráfico 5 – Grau de frequência na disciplina de Instrumento**

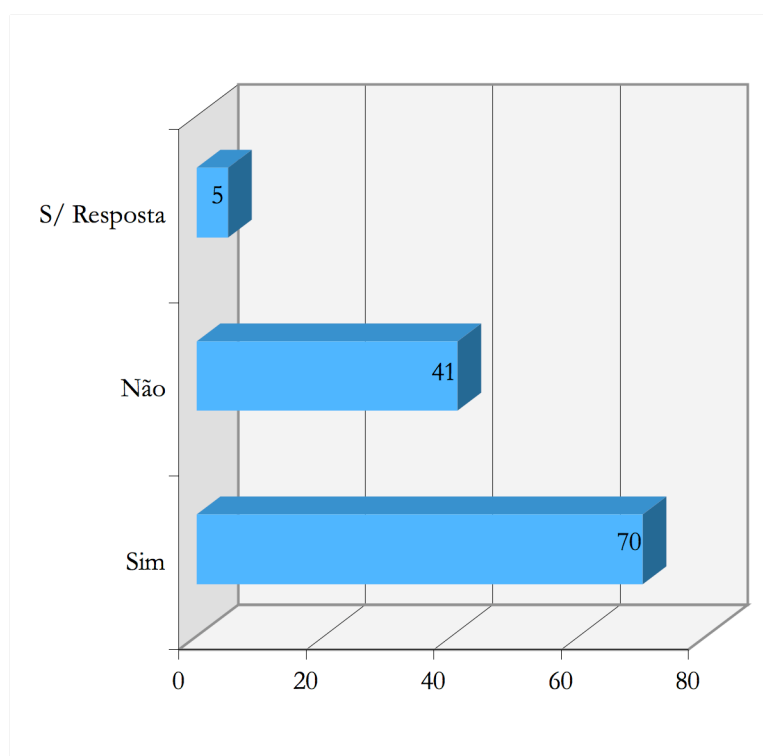
Constata-se uma forte representação dos graus de instrumento associados ao 2.º ciclo, 1.º e 2.º graus, com representação igual de vinte e oito alunos em cada grau (cuja soma resulta em cerca de 48,3% do total). A frequentarem o 3.º grau estão vinte e três alunos (cerca de 19,8%), quinze alunos frequentam o 4.º grau (cerca de 12,9%) e dezasseis alunos frequentam o 5.º grau (cerca de 13,8%). Ao nível do curso complementar/secundário, encontram-se seis alunos (cerca de 5,2%).

Com o crescimento do número de alunos a frequentarem o regime articulado, cria-se a tendência para haver maior volume de alunos ao nível do 2.º ciclo. No entanto, uma maior ou menor variação entre o volume de alunos por nível de ciclo, ao longo dos anos, não conduz a discrepâncias de maior, senão a um certo equilíbrio. Uma realidade oposta encontra-se no momento de decidir o caminho a tomar, findo o curso básico, no ingresso do curso secundário.

Facto é que, entre o 2.º e o 3.º ciclos, temos, em termos de períodos temporais, a diferença entre um compromisso de dois anos, no 2.º ciclo, e de três anos, no 3.º ciclo. Em termos de exigência global das matrizes de conteúdos, um 2.º ciclo será mais exequível, entre vários factores da natureza do mesmo, também pela necessidade de se jogar, no âmbito das disciplinas artísticas, com alunos que chegam a um 1.º grau com alguma bagagem musical a partir, por exemplo, de alguma Iniciação Musical – dentro do próprio

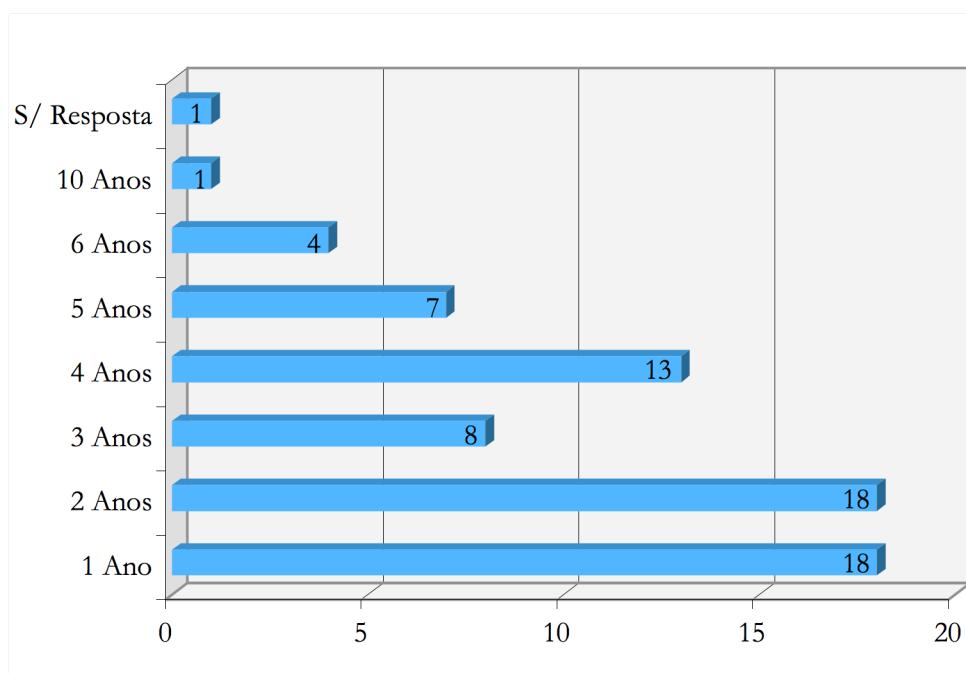
Conservatório, inclusive – e com alunos cujo primeiro contacto com a música ou o Conservatório acontece com o ingresso no 1.º grau/5.º ano. Embora a transição entre 2.º e 3.º ciclos não constitua nenhum filtro em particular, a não continuidade, as desistências pontuais, poderão dever-se ao diagnóstico do cumprimento do 2.º ciclo, partindo ou abrangendo a perspectiva do Encarregado de Educação, de um professor ou até mesmo do próprio aluno.

Na questão número três, procurou-se aferir quantos alunos, no corrente ano lectivo (2014/2015), tiveram Iniciação Musical equivalente ao nível do 1.º ciclo ou algum tipo de formação prévia ao ingresso no 1.º grau.



**Gráfico 6 – Formação prévia ao 1.º grau**

Em consequência de resposta afirmativa foi, ainda, solicitada a concretização em anos.



**Gráfico 7 – Quantificação da formação prévia ao 1.º grau**

Desta forma, verifica-se que setenta educandos (cerca de 60,3%) obtiveram alguma espécie de formação musical prévia ao ingresso no curso básico. Quarenta e um alunos (cerca de 35,3%) não tiveram nenhuma forma de educação musical e, ainda, acusa-se cinco ausências de resposta (cerca de 4,3%).

A partir do conjunto de setenta respostas afirmativas, 25,7% indicou um ano de formação prévia ao curso básico, 25,7% indicou dois anos, 11,4% indicou três anos, 18,6% indicou quatro anos, 10% indicou cinco anos, 5,7% indicou seis anos e, ainda, 1,4% indicou dez anos de formação prévia. Registo, ainda, de uma ausência de resposta (1,4%).

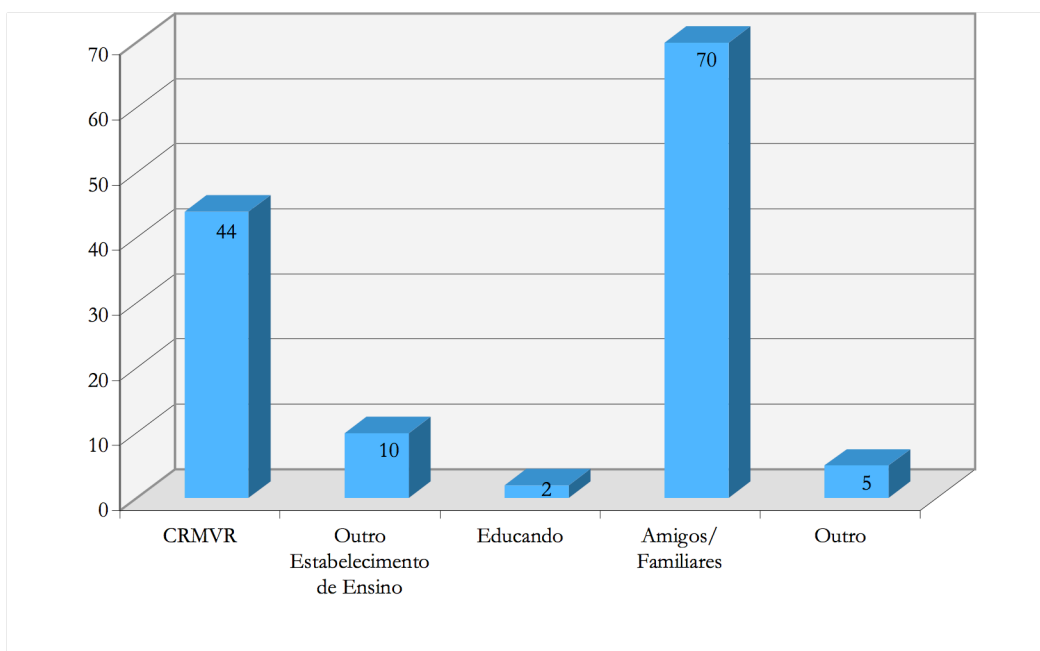
É extremamente positivo concluir que a maioria do actual (2014/2015) conjunto de alunos em regime articulado obteve algum tipo de formação musical prévia ao ingresso no 1.º grau do curso básico de música. A frequência de Iniciação Musical permite, naturalmente, um contacto com a música mais precoce, se considerarmos o, ainda, considerável volume de alunos cuja familiarização com os instrumentos musicais, as sensações de ver, conhecer e explorar instrumentos musicais, acontece sob uma certa pressão inerente à escolha de um instrumento, em contexto de prova de admissão ao Conservatório, por exemplo. Se acrescentarmos, além da ausência de formação prévia, uma ausência de estímulo, até ao momento de ingressar no regime articulado ou no Conservatório, no que concerne a hábitos de audição de música em casa, idas a concertos,



entre outros, o primeiro contacto com o Conservatório, com os instrumentos musicais à disposição, poderá ser avassalador.

Tomar conhecimento que dezoito alunos cumpriram um ano de Iniciação Musical e outros tantos dois anos é positivo. Por outro lado, dentro do grande total dos inquiridos, este conjunto de alunos com um e dois anos de formação prévia ao curso básico de música representam apenas 31%. A Iniciação Musical abrange um período de quatro anos paralelamente equiparados à duração do 1.º ciclo do ensino regular. Representa uma janela temporal fundamental pela liberdade de acção abrangente ao serviço do professor, conferindo-lhe a oportunidade de explorar e estimular as características do aluno, desenvolver e trabalhar sensorialmente o aluno e alicerçar uma panóplia de bases para a etapa seguinte, o ingresso no curso básico de música. Um quadriénio desta ordem poderá potenciar ao aluno uma experimentação suficiente para se redescobrir. Por vezes isso representa um estreitar de relação com o instrumento inicialmente escolhido ou até, graças ao crescimento em harmonia com o universo envolvente, escolher outra opção, prevenindo-se algum tipo de frustração que possa surgir em pleno curso básico. Igualmente prudente, o cumprimento de Iniciação Musical poderá resultar num diagnóstico do professor ou Encarregado de Educação de que o regime articulado é ou não uma opção adequada às características ou produção musical de um determinado aluno. O aumento da média de anos cumpridos ao nível de Iniciação Musical será sempre desejável e vantajoso, especialmente para o aluno. Num cenário ideal, a Iniciação Musical seria, ainda, antecedida por uma educação musical pré-escolar.

Com a questão número quatro inicia-se a sequência de respostas por escolha múltipla. Neste ponto, em concreto, questiona-se o veículo pelo qual o Encarregado de Educação teve conhecimento do regime articulado.



**Gráfico 8 – Veículo de tomada de conhecimento do regime articulado**

O principal meio pelo qual os Encarregados de Educação chegaram ao conhecimento do regime articulado foi através de amigos/familiares. Esta opção foi assinalada setenta vezes, liderando com uma representatividade de cerca de 53,4% de um total de cento e trinta e uma selecções. Em segundo lugar, igualmente destacado, surge o CRMVR, assinalado quarenta e quatro vezes (cerca de 33,6%). Em menor escala, outro estabelecimento de ensino (além do Conservatório) foi uma opção assinalada dez vezes (cerca de 7,6%), “outro” meio de tomada de conhecimento foi assinalado por cinco vezes (cerca de 3,8%) e, por último, por duas vezes o educando foi indicado como forma de tomada de conhecimento (cerca de 1,5%).

Na opção de “outro estabelecimento de ensino” foi requerida informação adicional. Nesta especificação complementar foram referenciadas: uma escola básica em contexto urbano (concelho de Vila Real), estabelecimentos de ensino externos ao concelho de Vila Real (entre escolas primárias públicas e um colégio), a Banda (Marcial ou Filarmónica local) e, ainda, um Agrupamentos de Escolas de Lisboa.

Na opção de “outro” veículo de tomada de conhecimento, as respostas concretizaram-se: no facto de o Encarregado de Educação ser Docente, o facto de o irmão ou irmã frequentar ou ter frequentado este regime de ensino e a frequência de familiares de amigos ou colegas neste regime de ensino.

Embora, inicialmente, fosse expectável, pelo autor, a selecção de apenas uma opção de resposta, verificou-se que treze Encarregados de Educação indicaram duas opções e, ainda, um indicou três opções, representando 11,2% e 0,9%, respectivamente. Entre a validação ou a anulação da resposta, assumindo a não especificação/indicação dessa expectativa na questão escrita, sem prejuízo dos resultados obtidos ou da interpretação dos mesmos, foram consideradas respostas válidas, salvaguardando-se, para efeito de registo, a presente informação.

A questão número cinco elencou treze opções de resposta na busca do que motivou a opção pelo regime articulado com a possibilidade de o Encarregado de Educação assinalar as opções que entendesse.



**Gráfico 9 – Motivação da opção pelo regime articulado**

Identifica-se um conjunto líder, de duas opções de resposta, no elenco geral. As opções “formação académica mais completa” e “aspecto financeiro” foram referenciadas por setenta e oito e setenta e cinco vezes, respectivamente, com a representatividade de cerca de 20,3% e 19,5%, respectivamente, de um total de trezentas e oitenta e quatro respostas assinaladas. Um segundo conjunto líder similar de resposta é identificado pelas opções “preferência pela música face a outras actividades extra” e “desenvolvimento do gosto, da sensibilidade” e foram referenciadas sessenta e seis e sessenta e uma vezes, respectivamente, representando cerca de 17,2% e 15,9%, respectivamente. Continuando em sentido decrescente, assinalada trinta e seis vezes, surge a opção “aliar complemento curricular a ocupação positiva dos tempos livres”, traduzindo-se em 9,4% de representatividade. Menos expressivas foram as opções “actividade socialmente valorizada” e “possibilidade de horário escolar privilegiado”, assinaladas catorze (3,7%) e treze vezes (3,4%), respectivamente, e as opções “possibilidade de o educando integrar turma de alunos seleccionados” e “evolução académica mais acessível” foram assinaladas dez vezes cada uma (2,6% cada). Com resultado residual, as opções “outro” recolheram oito indicações (2,1%), “permitir o educando acompanhar os seus amigos” foi assinalada seis vezes (1,6%), “estabelecimento de ensino regular a frequentar” quatro vezes (1%) e, por fim, “melhor contributo para a média de avaliações” três vezes (0,8%).

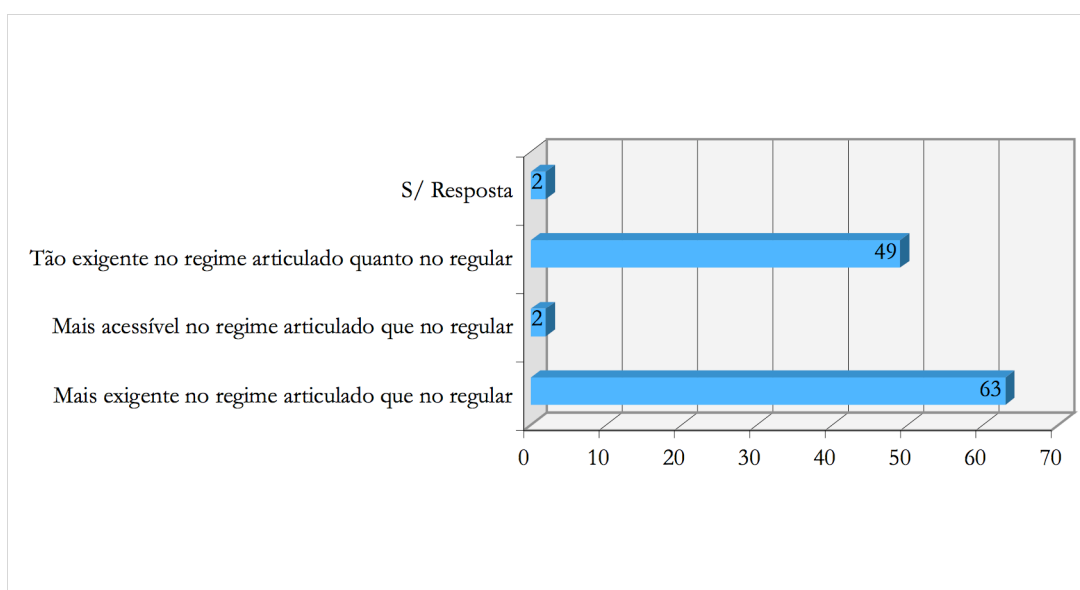
Na possibilidade de resposta “outro”, o Encarregado de Educação teve a oportunidade de concretizar. Neste espaço, foram acrescentadas motivações como o “desenvolvimento de aptidão inata” do educando, o ensino superior como objectivo, “o facto de a música ser a paixão do educando desde cedo”, “formação pessoal e desenvolvimento cultural” ou, ainda, “a música como via de concentração, apresentação e simultaneamente lúdica”.

As opções “formação académica mais completa” e “aspecto financeiro” por raras vezes não foram assinaladas em conjunto. Por um lado, a maturidade da vigência do regime articulado, no meio educativo em estudo, e do tempo de vida do próprio CRMVR, enquanto estrutura, permite ter Encarregados de Educação gradualmente melhor informados quanto ao enriquecimento transversal consequente à aprendizagem de um instrumento musical, de música. Por outro lado, pouca sensibilidade familiar resiste ao apelo do factor financeiro. Embora o aspecto financeiro se refira à propina de frequência do Conservatório, coberta pelo Estado/FSE, podemos considerar um mínimo do apoio que deveria assistir estes alunos e respectivas famílias se atendermos ao facto de a aquisição de um instrumento musical, a sua manutenção, compra de material associado, ser taxado

como bem de luxo – ao ser cobrada a taxa máxima de IVA<sup>54</sup>. Estas duas opções, por mais distintas que – aparentemente – sejam, na verdade não são tão dissociáveis quanto isso.

O segundo conjunto de opções mais assinalado, “preferência pela música face a outras actividades extra” e “desenvolvimento do gosto, da sensibilidade”, vem reforçar a forma como o Encarregado de Educação vê, com cada vez mais conhecimento de causa, a música enquanto educação, enquanto formação curricular académica e pessoal.

A questão número seis sugere três níveis de exigência no percurso académico de um aluno em regime articulado.



**Gráfico 10 – A exigência entre regime articulado e o ensino regular**

O volume de respostas ficou polarizado entre duas das três opções. Sessenta e três Encarregados de Educação (54,3%) consideram o percurso académico “mais exigente no regime articulado que no regular”, enquanto quarenta e nove (42,2%) consideram que este é “tão exigente no regime articulado quanto no regular”. Apenas dois (1,7%) consideram o percurso académico “mais acessível no regime articulado que no regular”. Mais se acrescenta que, em dois inquéritos (1,7%), a questão encontrava-se em branco, contabilizando-se como “sem resposta”.

Apesar de, matematicamente, haver uma liderança clara de resposta, não é possível esconder a proximidade entre os dois picos registados, à curta distância de catorze votos. É facto cada vez mais assumido que o Encarregado de Educação chega ao Conservatório

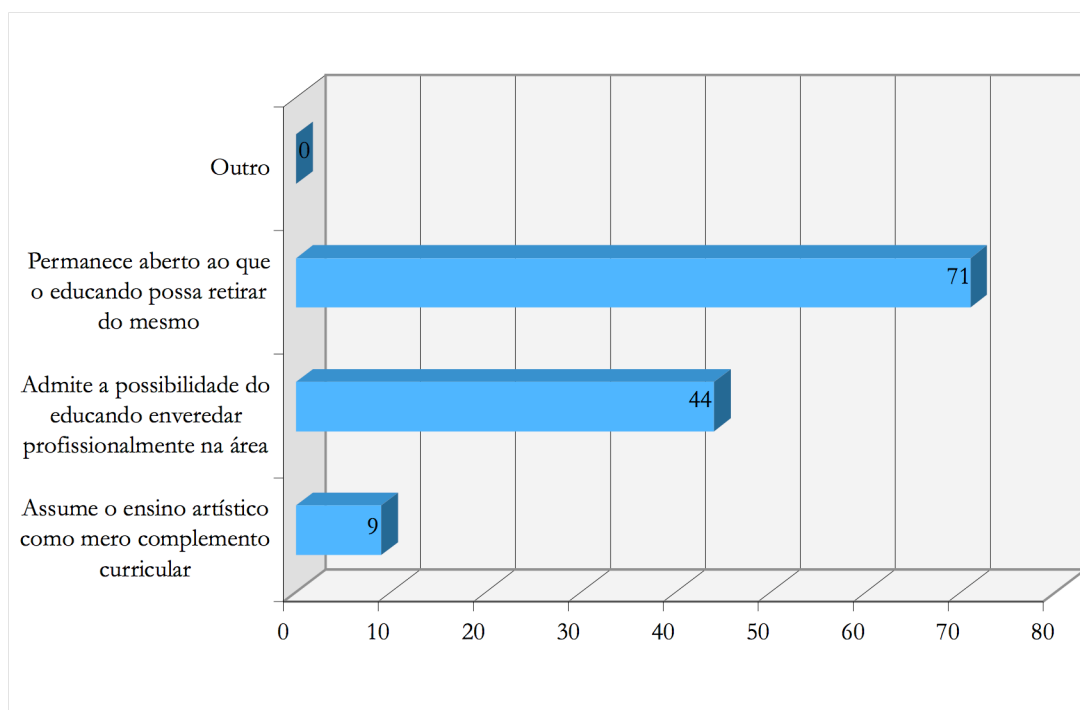
<sup>54</sup> Situação fracamente contornada com descontos em determinados estabelecimentos comerciais, perante prova de matrícula em estabelecimento de ensino de música.

cada vez mais conhecedor sobre o regime articulado e a aprendizagem de música, no entanto esta polarização verificada poderá espelhar a percepção, de uma parte ainda significativa dos inquiridos, da natureza do ensino artístico especializado não tão aprofundada.

A natureza performativa da aprendizagem de um instrumento musical, o contexto de aula, de avaliação e apresentação pública, implicam um conjunto maior de variáveis no processo de aprendizagem em comparação à postura e à natureza de aula da maioria das disciplinas de tronco comum do currículo do ensino genérico. O permanente exercício de superação aula após aula, no estudo que se pretende diário, de metodologia e disciplina de trabalho, de auto-conhecimento, contempla um impacto ao nível psico-motor e não apenas cognitivo como na tradicional sala de aula.

A pedagogia, junto do Encarregado de Educação, é constante e deve-o ser para que este acompanhe cada vez melhor o seu educando e valorize as metas atingidas. A crescente aculturação só será possível perante a disponibilidade das partes envolvidas.

A questão número sete sugere três posturas possíveis do Encarregado de Educação perante a opção pela frequência do educando no regime articulado.



**Gráfico 11 – Postura perante a opção pelo regime articulado**

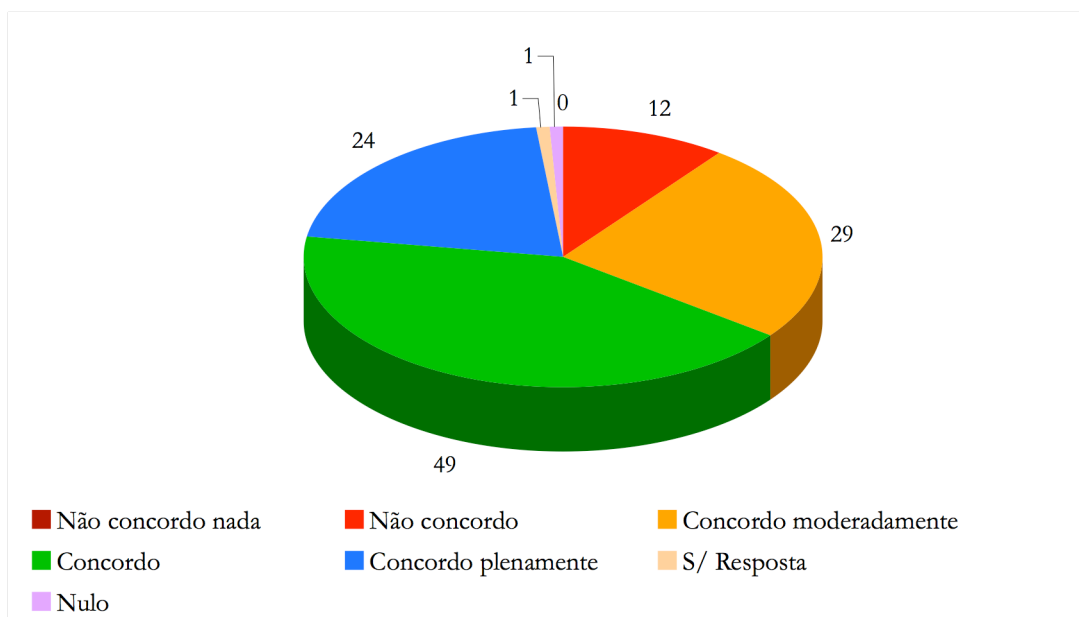
Tal como se sucedeu com a questão anterior, também aqui o volume de respostas ficou polarizado entre duas das três opções. A opção de que o Encarregado de Educação “permanece aberto ao que o educando possa retirar do mesmo” foi assinalada Setenta e uma vezes (57,3% de um total de cento e vinte e quatro respostas indicadas). A segunda posição mais assinalada, na qual o Encarregado de Educação “admite a possibilidade do educando enveredar profissionalmente na área” (música), foi apontada quarenta e quatro vezes (35,5%). Apenas por nove vezes (7,3%) o Encarregado de Educação “assume o ensino artístico como mero complemento curricular”.

Perante um número reduzido de opções de resposta, na perspectiva do inquiridor, era espectável apenas uma resposta assinalada. No entanto, oito Encarregados de Educação indicaram duas respostas (daí a relação entre cento e dezasseis inquéritos e cento e vinte e quatro respostas contabilizadas neste ponto), representando cerca de 6,9% da amostragem. Entre a validação ou a anulação da resposta, assumindo a não especificação/indicação dessa expectativa na questão escrita, sem prejuízo dos resultados obtidos ou da interpretação dos mesmos, foram consideradas respostas válidas, salvaguardando-se, para efeito de registo, a presente informação. Deste conjunto minoritário de Encarregados de Educação, dois indicaram a parêntese de opções de respostas “assume o ensino artístico como mero complemento curricular” e “permanece aberto ao que o educando possa retirar do mesmo”, enquanto seis dos quais indicaram a parêntese “permanece aberto ao que o educando possa retirar do mesmo” e “admite a possibilidade do educando enveredar profissionalmente na área”.

Das três possibilidades concretas de resposta, podemos considerar uma opção geral e duas opções de resposta mais específica. De entre o par de resposta específica, a que assume a música a nível profissional como eventual futuro evidencia algum espírito aberto. Perante velhos mitos de que a música não é opção séria ou sequer sustento por si só, o volume de respostas obtido é interessante, embora precoce para a esperança de que o paradigma da valorização social de um músico profissional esteja a mudar a uma velocidade maior. Por seu turno, olhar o ensino artístico como mero complemento curricular conduz a uma significância algo simplista.

A resposta mais assinalada, de abertura ao que o educando possa retirar, de natureza mais geral e, também, neutra, distancia-se demarcadamente das outras opções. De certa forma, representa um meio-termo face às duas opções citadas. Por outro lado, acarreta algum sentido de politicamente correcto, embora inferir tal percepção ao inquirido permaneça no campo da especulação.

Com o ponto número oito do inquérito, inicia-se uma sequência de afirmações às quais o Encarregado de Educação assinala um de cinco graus de concordância.



**Gráfico 12 – Maior responsabilidade e pressão no regime articulado**

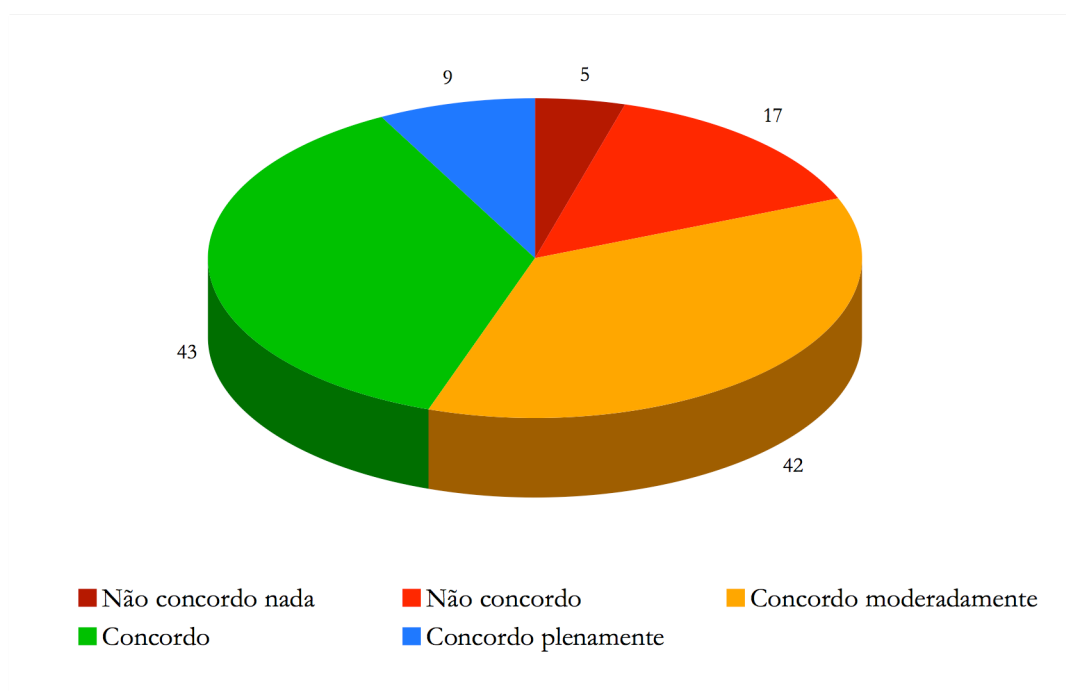
Perante a consideração de que “um aluno em regime articulado tem maior responsabilidade e pressão na sua evolução”, quarenta e nove Encarregados de Educação concordam, representando 42,2% do total de cento e dezasseis inquéritos processados. Em segundo plano surgem os graus de concordância “concordo moderadamente” e “concordo plenamente”, com vinte e nove (25%) e vinte e quatro (21,7%) indicações, respectivamente. Menos representativa, a opção “não concordo” foi apontada doze vezes (10,3%). Acrescenta-se, ainda, o indicador zero na opção “não concordo nada”, uma ausência de resposta (0,86%) e uma resposta considerada nula (0,86%), uma vez que, neste caso, foram assinalados dois graus de concordância e, dada a tipologia de enunciado/resposta é assim contabilizada.

A principal conclusão prende-se com o facto de a esmagadora maioria – quase 89% dos inquiridos – assumir algum tipo de concordância positiva para com a afirmação sugerida. Mesmo para o quarto dos inquiridos que respondeu mais moderadamente, estes resultados poderão elucidar uma percepção de disciplina e rigor, não só no estudo, como na gestão de tempo, gestão do dia-a-dia, inerente ao reforçado sentido de responsabilidade que a frequência do regime articulado acarreta. O facto de a frequência em cada uma das escolas estar, desta forma, interligada, o aluno em regime articulado tem a sua evolução



sempre mais exposta. Os resultados de uma escola estão mais presentes na outra e vice-versa e, apesar das naturezas distintas das disciplinas genéricas e das do ensino especializado de música, esta simbiose tende a gerar uma pressão – que se pretende positiva – que tende a elevar a qualidade do rendimento do aluno. A pressão advém, também, da natureza performativa do ensino artístico, não só em contexto de aula ou avaliação periódica perante júri, mas da exposição e apresentação de trabalho em público (individual e colectiva). Face à realização de avaliação maioritariamente escrita (à qual não se menospreza uma natural ansiedade de alguns alunos), seja testes de avaliação, seja trabalhos vários, inerente ao ensino regular, a aliança entre duas realidades, estreitada pela frequência do regime articulado, exerce, sobre estes alunos, uma tendencial elevação de resultados transversais, exigência consigo próprios, metas e objectivos constantes e sentido de dever e brio no processo/resultado de trabalho.

No ponto nove, é sugerida a consideração “o facto de um instrumento requerer trabalho diário, nada impede várias actividades extra-curriculares durante a semana”.



**Gráfico 13 – Relação entre estudo do instrumento e actividades extra**

Com os presentes resultados, verifica-se a polarização dos indicadores “concorde” e “concorde moderadamente”. Na liderança, ainda que a uma distância tangencial, a opção de resposta “concorde” foi indicada por quarenta e três Encarregados de Educação (36,2%), enquanto a opção “concorde moderadamente” recolheu quarenta e duas

indicações (36,2%). Mais distanciada, a opção “não concordo” foi apontada dezassete vezes (14,7%). Com uma representatividade mais residual, os extremos dos graus de concordância “concordo plenamente” e “não concordo nada” foram assinalados nove (7,8%) e cinco vezes (4,3%), respectivamente.

Tomando por base os números acima notados, julgou-se pertinente verificar o grau frequentado ao instrumento pelo educando dos Encarregados de Educação, que seleccionaram as duas opções de concordância mais registadas, no sentido de estabelecer relação entre há quanto tempo estavam estes Encarregados de Educação envolvidos com o regime articulado e a resposta dada. Constatou-se a maior presença dos primeiros três níveis do curso básico, ou seja, de um conjunto de alunos a frequentarem o regime articulado há um, dois e três anos.

Levanta-se, aqui, um contraponto entre a natureza da aprendizagem de um instrumento e a vontade de um Encarregado de Educação (em alguns casos por iniciativa do educando) multiplicar a actividade extra-curricular, seja pelo intuito formativo, seja pelo carácter ocupacional. É possível que, apesar de se constatar um conhecimento mais alargado quanto às características da frequência do regime articulado, a natureza do estudo de um instrumento musical (ainda) não acompanhe o crescente enraizamento deste modelo de ensino-aprendizagem.

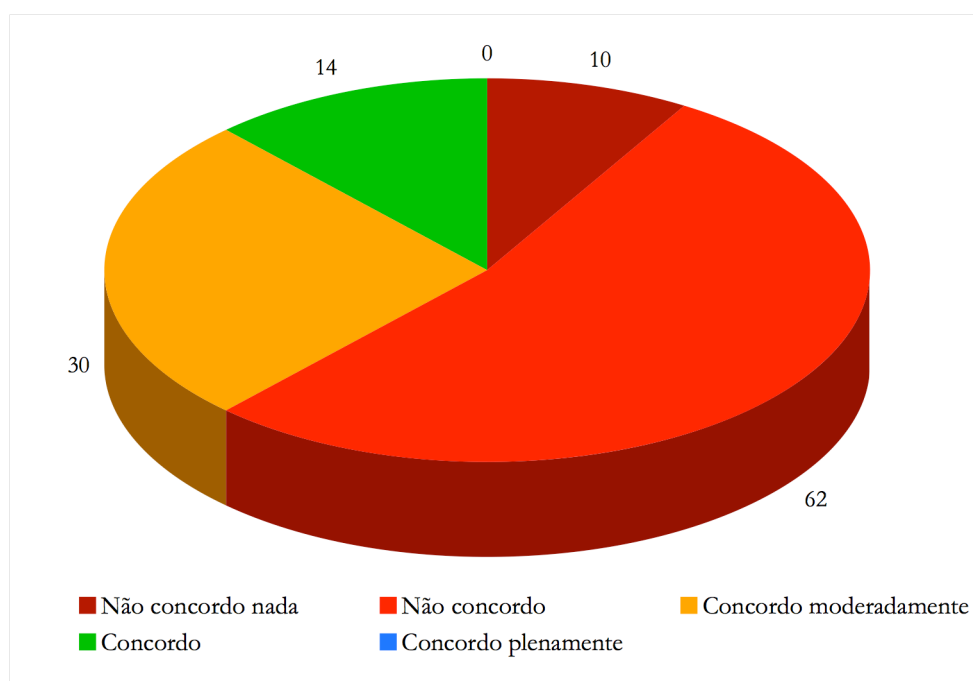
Desde o primeiro dia, no Conservatório, todo o professor procura incutir o espírito de estudo diário junto da sua disciplina de instrumento, de Formação Musical. Essa cultura é transmitida tanto ao educando como ao seu Encarregado de Educação, para que todos remem para o mesmo lado e porque todos são fundamentais no sucesso de um aluno. Ora, desse espírito consta a necessidade de tempo, que parece correr cada vez mais rápido. Para um estudo proveitoso ao instrumento, não basta reunir tempo no sentido estritamente matemático, mas de condições que permitam o aluno chegar ao instrumento com a capacidade de concentração e espaço necessários para que esse tempo, que nem sempre precisa elevar-se a horas, se converta em produção real.

Gerir o estudo do instrumento entre aulas e deslocações já requer uma certa ginástica, especialmente àqueles que se encontram desde a periferia da cidade de Vila Real a distâncias como Vila Pouca de Aguiar ou Alijó. Consoante um conjunto de variáveis, a partir de um certo número de actividades extra-curriculares, a produtividade de um aluno poderá banalizar-se.

A participação em demasiadas actividades poderá ser contraproducente perante o objectivo de promover experiências diversificadas. Uma divisão do tempo diário/semanal

tão espartilhada poderá comprometer o sucesso nalguma actividade mais concreta, comprometer o desenvolvimento do gosto e de competências com maior profundidade e, ainda, períodos de descanso.

No ponto dez, procura-se a opinião do Encarregado de Educação quanto ao revelo de alguma formação musical prévia ao ingresso no regime articulado, medindo, assim, uma maior ou menor valorização da frequência da Iniciação Musical.



**Gráfico 14 – Relevância da formação prévia ao ingresso no regime articulado**

Perante o enunciado “considerando o relevo das disciplinas artísticas no conjunto das duas escolas, é irrelevante um aluno ingressar no regime articulado sem iniciação a um instrumento”, constata-se que, de uma forma destacada, sessenta e dois Encarregados de Educação não concordam, representando 53,5% das opções de resposta. A segunda opção mais assinalada, “concordo moderadamente”, conta com a opinião de trinta Encarregados de Educação (25,9%). Em menor escala as opções de resposta “concordo” e “não concordo nada” foram assinaladas catorze (12,1%) e dez vezes (8,6%), respectivamente. Por último, com representação nula fica a opção de “concordo plenamente”.

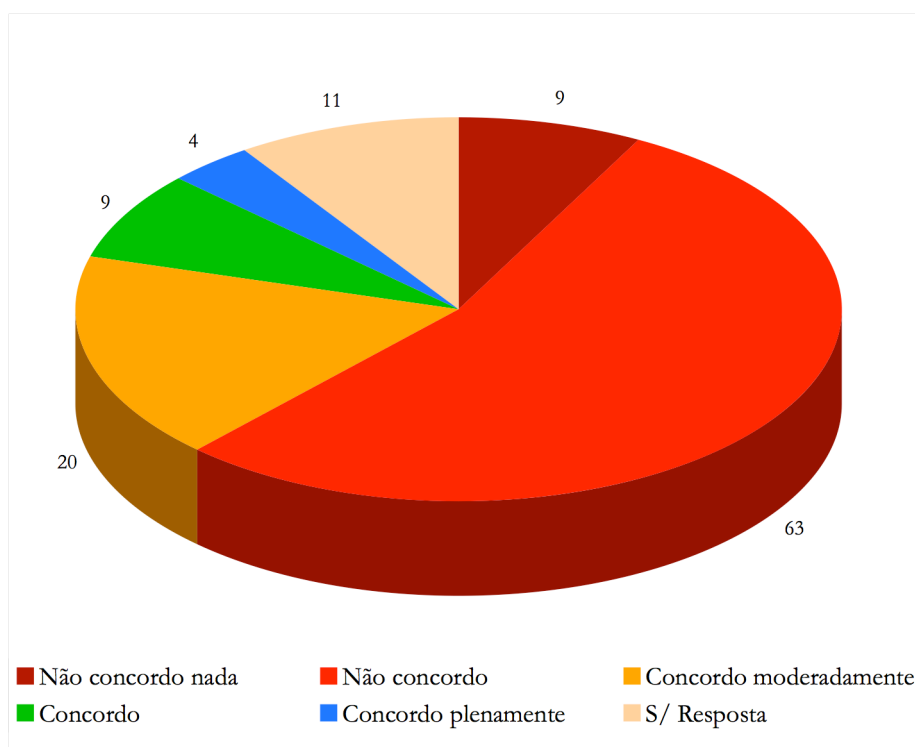
De um forma bastante clara, a frequência da Iniciação Musical ou outro tipo de formação prévia ao ingresso no regime articulado é, aqui, amplamente valorizada. Os níveis de discordância rondam os 66%, dois terços dos inquiridos, o que leva a relacionar este

ponto com o ponto três, que quantifica quantos alunos tiveram Iniciação Musical. É possível estabelecer uma relação directa entre o volume de alunos que frequentaram algum tipo de Iniciação Musical e a consideração dos Encarregados de Educação registada no presente ponto, da qual se regista uma coerência global.

Com alguma frequência surgem Encarregados de Educação que, valorizando a música e a aprendizagem de um instrumento, por falta de oportunidade ou desconhecimento, lamentam o facto de o seu educando ter ingressado no curso básico sem qualquer formação prévia. Conclusões como esta surgem, por vezes, apenas ao fim de um ano de frequência no Conservatório e não necessariamente por resultados menos positivos do aluno, mas sim pelo (então posterior e sempre bem-vindo) reconhecimento das vantagens associadas a uma Iniciação Musical.

É possível um aluno vingar no curso básico de música sem Iniciação Musical, é. No entanto, mais óbvia e imediata é a desvantagem em que se encontra no ponto de partida, que o 1.º grau representa, e que constitui um desafio a professores e alunos. Naturalmente, o sucesso passará pelas características várias do aluno, a sua pré-disposição para a actividade e o acompanhamento que lhe é feito pelo seu Encarregado de Educação.

No ponto onze, é sugerida, ao Encarregado de Educação, a seguinte consideração: “o facto de um aluno, em regime articulado, não poder ultrapassar um desfasamento de dois anos entre escolas é um aspecto pouco significativo dado tratar-se de modelo de ensino mais acessível”.



**Gráfico 15 – Relevância do desfasamento entre escolas enquanto modelo de ensino mais acessível**

De uma forma muito clara, sessenta e três Encarregados de Educação manifestaram a sua discordância ao assinalarem a opção “não concordo”, representando 54,3% do total. Distanciada, em segundo lugar, a opção “concordo moderadamente” recolheu vinte indicações (17,2%). Entre os graus de concordância menos representados, tanto “concordo” como “não concordo nada” foram apontados por nove Encarregados de Educação (7,6%), cada um, e quatro optaram por “concordo plenamente” (3,5%). Por onze vezes verificou-se ausência de resposta (9,5%).

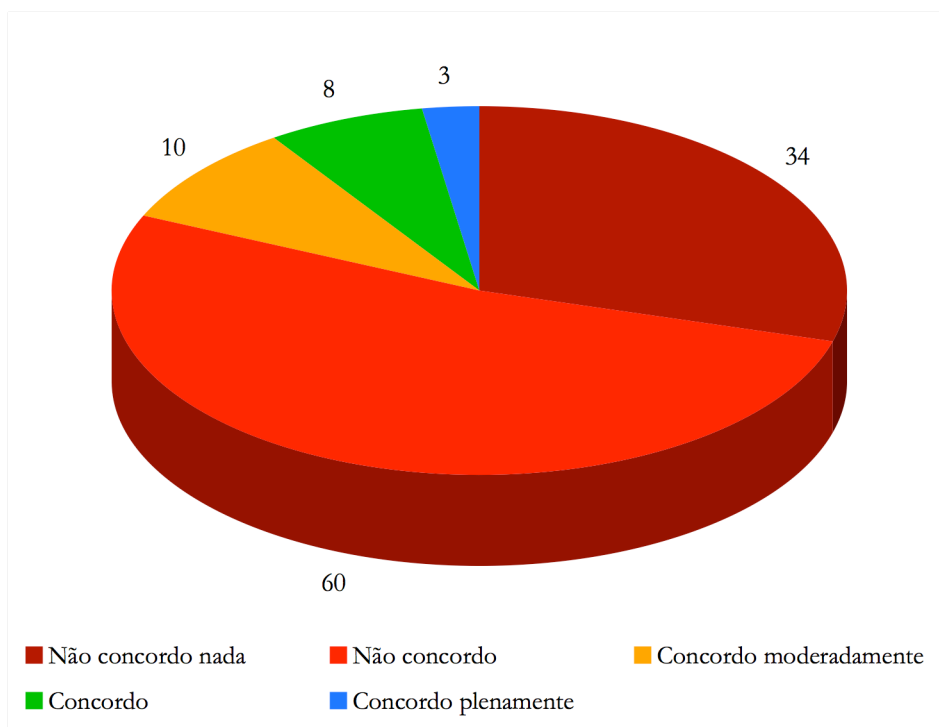
Um desfasamento de níveis é sempre indesejável para escolas, professores e alunos, também, por implicar (se possível) estratégias de compensação e alguma pressão sobre os diferentes agentes.

Dentro das três disciplinas artísticas que compõem o curso básico de música, a não aprovação a uma determinada disciplina nada influencia a progressão das restantes. Por outro lado, um aluno que se encontre desfasado poderá dispor de uma prova de acumulação, em meados do ano lectivo, mediante um conjunto de critérios. Desta forma, existem soluções para a recuperação de um aluno, perante um cenário de desfasamento.

Estabelecendo-se um paralelo ao ponto seis deste inquérito, no qual os inquiridos vincaram as opiniões de o percurso académico ser mais/tão exigente, entre o regime

articulado e o ensino regular, regista-se uma coerência global para com os resultados do presente ponto. Em ambas as questões é reconhecida a significância da relação entre escolas, independentemente do aspecto específico focado.

No ponto doze, temos uma nova abordagem ao conceito de pressão associado ao regime articulado (já referenciado no ponto oito), desta vez, focado no papel do professor.

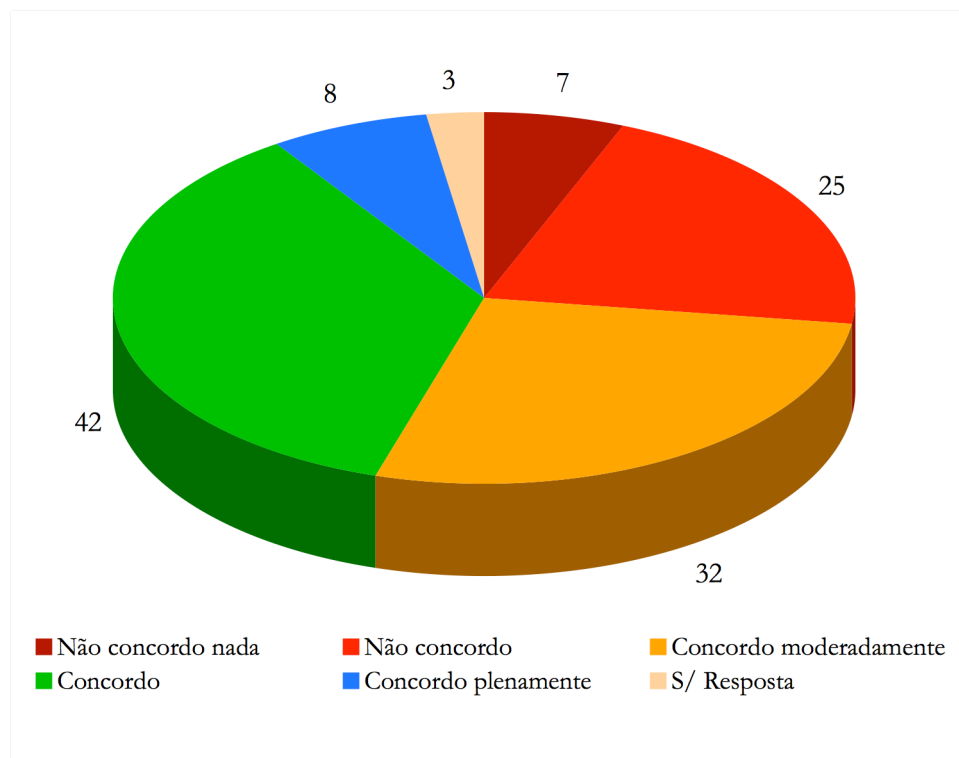


**Gráfico 16 – O professor enquanto alvo de pressão, no regime articulado**

Perante a sugestão de “o professor de uma turma ou aluno em regime articulado é alvo de maior pressão para transitar o aluno de ano lectivo”, a esmagadora maioria dos Encarregados de Educação assumiu a sua discordância. Destacadamente, sessenta inquiridos optaram pela opção de resposta “não concordo”, representando 51,7%. Trinta e quatro Encarregados de Educação (29,8%) assinalaram “não concordo nada”. A opção “concordo moderadamente” foi indicada dez vezes (8,6%), “concordo” traduziu-se em oito opiniões (6,9%) e “concordo plenamente” em três (2,6%).

Uma turma em regime articulado tem uma dinâmica diferente de outras turmas e algumas características específicas do ponto de vista burocrático. Apesar disso, os Encarregados de Educação não vêem o professor enquanto alvo de pressão perante o regime de frequência de uma turma ou do aluno e que tal não influencia ou constrange a sua acção.

No ponto treze, estabelece-se um comparativo entre que posicionamento têm as disciplinas artísticas e as do ensino regular, com os exemplos de Língua Portuguesa e Matemática.



**Gráfico 17 – Posicionamento das disciplinas dos diferentes ensinos**

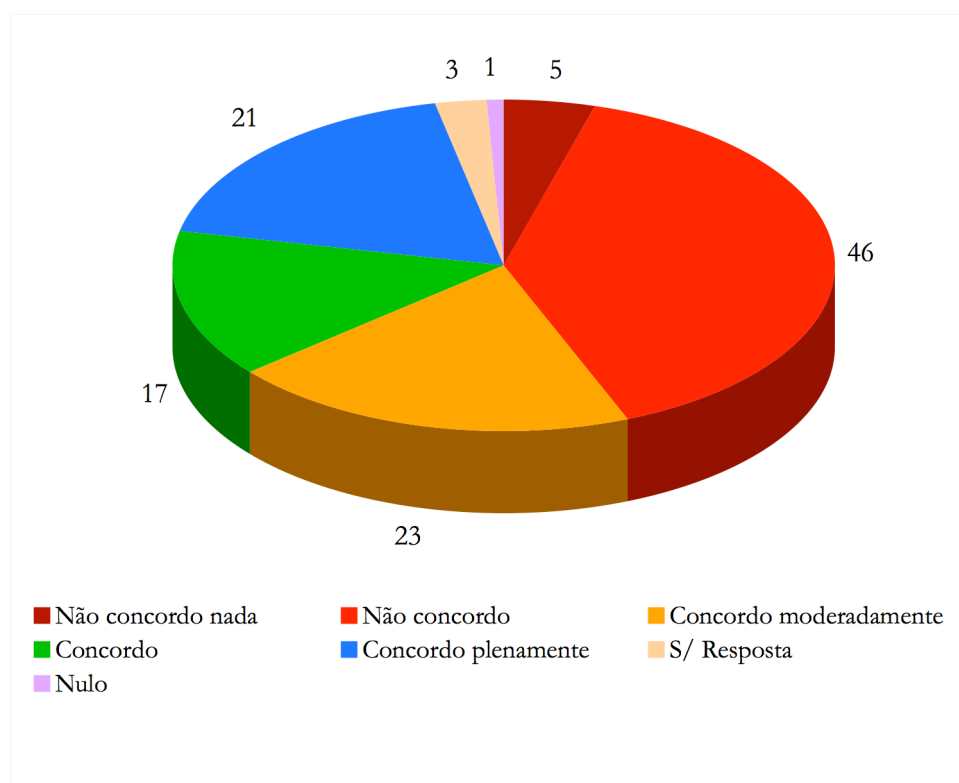
Perante o enunciado “entre a Escola e o Conservatório, as disciplinas artísticas surgem após acauteladas disciplinas fundamentais como Português ou Matemática”, verifica-se uma certa dispersão de resultados. Na liderança das opções de resposta, quarenta e dois Encarregados de Educação assinalaram “concordo”, representando 36,2% do total. Ainda em plano positivo, trinta e dois indicaram “concordo moderadamente” (27,6%). Em terceiro lugar, vinte e cinco Encarregados de Educação (21,6%) assinalaram “não concordo”. Dos graus de concordância mais residuais, “concordo plenamente” foi referenciado oito vezes (6,9%) e “não concordo nada” sete vezes (6%). Em três inquéritos verificou-se ausência de resposta (2,6%).

Independentemente das opções de futuro que se vá tomando, seja na transição para o ensino secundário, seja para o ensino superior, o sucesso da conclusão da escola de ensino regular é incontornável. Ainda assim, quanto à paridade entre as disciplinas artísticas – a disciplina específica de Instrumento, a Formação Musical enquanto gramática da

música, a Classe de Conjunto enquanto acção performativa colectiva e de convergência de conteúdos reunidos (cingindo ao currículo do curso básico) – e as disciplinas do ensino genérico – além dos exemplos citados (Português, Matemática), a referência estende-se a Inglês, Geografia, etc. – tende a não existir e, por vezes, merece especial atenção quando em contexto de regime articulado.

Importa referir, e de transmissão permanente ao Encarregado de Educação, que a música é em si linguagem e matemática, que antes de se aprender a falar ou contar se produz som. A paridade entre estas duas realidades disciplinares impõe-se pelo desenvolvimento mais completo e transversal de uma criança, de um aluno.

No ponto catorze, apela-se a uma característica emblemática das escolas do ensino regular: o quadro de honra. Aqui, sugere-se ao Encarregado de Educação a seguinte consideração: “o Conservatório deve elaborar as avaliações considerando o acesso do aluno ao quadro de honra”.



**Gráfico 18 – Avaliações atribuídas em função do quadro de honra**

De uma forma destacada, constata-se a posição de quarenta e seis Encarregados de Educação ao assinalarem a opção “não concordo”, representando 39,7% dos resultados. Nos três graus de concordância em plano positivo, as opiniões estão diluídas: vinte e três



Encarregados de Educação indicaram “concordo moderadamente” (19,8%), vinte e um indicaram “concordo plenamente” (18,1%) e dezassete seleccionaram “concordo” (14,7%). A opção mais residual, “não concordo nada”, recolheu cinco opiniões (4,3%). Em três circunstâncias verificou-se ausência de resposta (2,6%) e por um momento (0,8%) foi considerada resposta nula por esta estar rasurada.

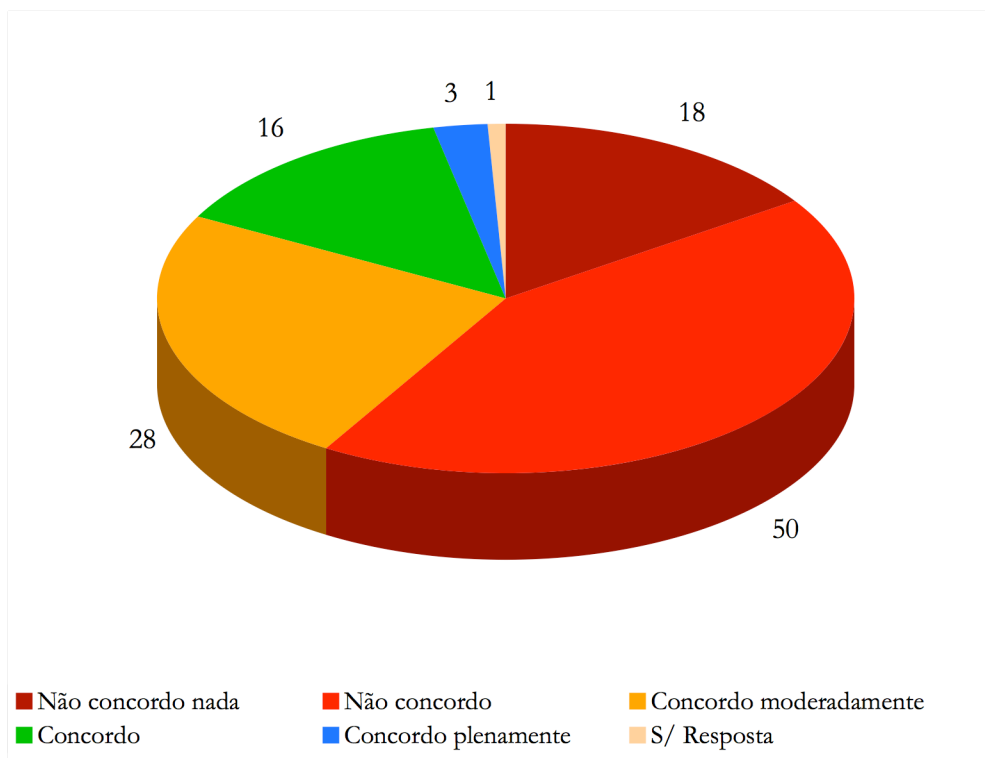
Apesar da liderança sectorial de um nível de discordância concreto (“não concordo”), o conjunto da concordância negativa representa 44%, enquanto a globalidade da concordância positiva – aparentemente dispersa – soma uns superiores 52,6%.

Esta questão comporta algum conflito de sensibilidades e alguma falta de reflexão conjunta entre escolas, professores e Encarregados de Educação. A figuração de um aluno no quadro de honra (que só existe nas escolas de ensino regular) pressupõe que o aluno atingiu uma média de resultados tal de consagração de um rendimento qualitativo disciplinarmente transversal. Acontece, não raras vezes, haver alunos, em regime articulado e não só, que obtêm as melhores classificações na escola de ensino regular, mas não o repetem da mesma forma às disciplinas artísticas, assim como hão alunos que acusam melhor rendimento no Conservatório que nas disciplinas genéricas. Existem factores que parecem ser esquecidos em prol de um acesso simbólico a um quadro de honra. A natureza distinta de ambas escolas, genérica e especializada, constitui um desafio, para um aluno em regime articulado, na elevação de uma média de classificações, claramente superior face àqueles alunos em regime ordinário. Sujeitar diferentes tipologias de alunos, alunos de contextos e percursos distintos, à mesma fórmula de acesso revela-se algo ingrato.

O Encarregado de Educação, que passa a conhecer o regime articulado a partir da vivência do seu educando, compreende relativamente cedo que não se trata de algo favorável a médias, facilitista. O que parece não ser, ainda, compreendido pela generalidade das partes é que não se pode esperar que uma das escolas decida atribuir classificações, não em função do seu rendimento, da qualidade da sua produção, mas em função de um quadro (que se pretende) de honra.

É preciso lembrar que o ser-se bom aluno, o ser-se inteligente, não implica ter nota máxima a todas as disciplinas, considerando a existência de inteligências múltiplas. Para algo emblemático como o quadro de honra das escolas, seria prudente repensar-se o conceito, evitar a proliferação de uma competitividade nem sempre saudável, ora de alunos, ora de Encarregados de Educação, reconstruir fórmula de cálculo e critérios, comparar o que é possível comparar entre os alunos de uma determinada escola.

Na última questão fechada do inquérito, o ponto quinze, é enunciada uma terceira abordagem ao conceito de pressão, revisitando-se o papel do aluno. É colocada à consideração do Encarregado de Educação: “um aluno em regime articulado não tem pressão acrescida por esse factor”.



**Gráfico 19 – Ausência de pressão pela frequência do regime articulado**

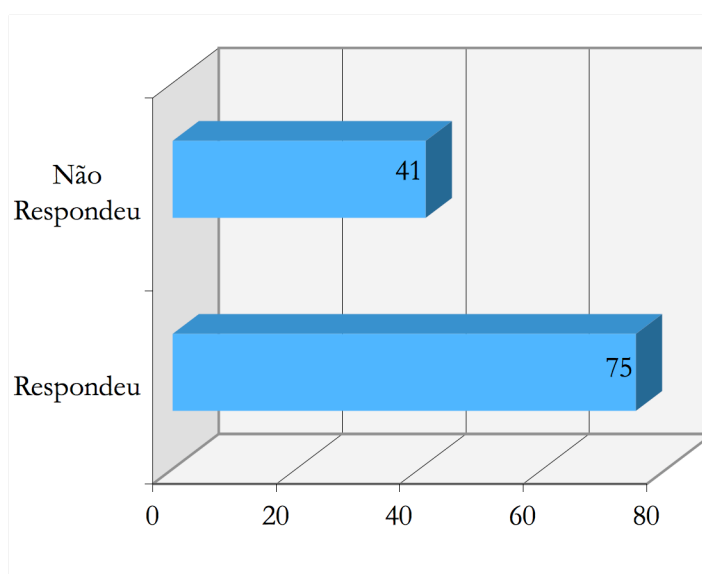
Em primeiro plano, constata-se que a opção “não concordo” foi assinalada por cinquenta Encarregados de Educação, representando 43,1%. Mais distanciada, segue-se a opção “concordo moderadamente”, apontada por vinte e oito vezes (24,1%). As opções de resposta “não concordo nada” e “concordo” contam com dezoito (15,5%) e dezasseis (13,8%) referências, respectivamente. Apenas três opiniões (2,6%) indicaram “concordo plenamente” e por uma ocasião (0,9%) verificou-se ausência de resposta.

De uma perspectiva global, 59% dos inquiridos assume algum tipo de discordância para com a afirmação sugerida, assumindo a existência de pressão acrescida ao aluno de regime articulado. Impõe-se um termo de comparação para com o ponto oito deste inquérito, no qual era sugerido que “um aluno em regime articulado tem maior responsabilidade e pressão na sua evolução”. Se então, os resultados revelavam uma concordância positiva com a existência de pressão na ordem dos 89%, neste ponto quinze, os resultados reflectem uma diferença de 20% na sustentação da mesma opinião favorável

à existência de pressão. Este desvio de coerência de resposta traduz-se em vinte e três inquiridos que não assinalaram uma opção de resposta inversamente proporcional, um conjunto pouco representativo.

Globalmente, parece estabelecida boa parte da exigência natural e real, junto dos Encarregados de Educação, inerente à frequência do regime articulado.

Por fim, o inquérito contempla uma questão aberta, o ponto dezasseis, na qual se requer, ao Encarregado de Educação, uma opinião, na forma de sugestão ou crítica, quanto ao regime articulado enquanto regime de frequência e quanto à sua prática pela Escola e pelo Conservatório.



**Gráfico 20 – Volume de respostas à questão aberta**

Verifica-se que setenta e cinco Encarregados de Educação formularam algum tipo de resposta, representando 64,7% do total dos inquiridos. Desta forma, a ausência de resposta constitui a fatia menor do colectivo (35,3%).

Ao longo de setenta e cinco opiniões recolhidas é possível elaborar seis categorias: cinco delas caracterizadas por palavras-chave e uma sexta onde se reúnem opiniões singulares.

A referência líder na opinião crítica dos EE – “articulação” – é apontada trinta e quatro vezes. Neste ponto, alguns EE consideram que não existe uma articulação real entre os dois estabelecimentos de ensino, que falta coordenação a vários níveis. Entre os exemplos enunciados, os EE apontam uma ausência de concertação na marcação dos momentos de avaliação (Anexo XIV, R. 22: 225), na elaboração dos horários, que nem

sempre privilegiam os alunos em regime articulado quanto ao estabelecimento das disciplinas artísticas na mancha horária semanal, a incompreendida necessidade de entregar justificações de faltas (das disciplinas artísticas) no Conservatório em vez de ao director de turma, na escola regular (Anexo XIV, R. 16: 225), ou a falta de planificação atempada de concertos e audições em função da escola regular (Anexo XIV, R. 20: 225).

Em várias intervenções, os EE complementaram a sua opinião com sugestões. Se por um lado há a sugestão de uma maior integração do Conservatório na escola regular, para que os professores do Conservatório conheçam o aluno nas outras disciplinas (“como um todo” e não só a parte artística – Anexo XIV, R. 3: 224), por outro, há quem concretize a relevância de um representante do Conservatório comparecer às reuniões de pais, de entrega das avaliações de período. Importa referir que alguns directores de turma se consideram pouco capazes de explicar e desenvolver informação proveniente do Conservatório, que seja mais técnica, ou mero veículo de transmissão de informação. Dito isto, é, igualmente, oportuno lembrar a existência de hora de atendimento – como é do conhecimento geral e informação afixada publicamente em local próprio – para cada docente do Conservatório. Aceitando as limitações naturais de um director de turma em determinado domínio, reforça-se a existência de meios para as contornar, para o EE tratar de questões mais específicas, em contexto mais apropriado. Se é ou não possível cada docente do Conservatório estabelecer uma reunião para entrega e discussão das avaliações, é uma sugestão que poderá ser colocada em discussão.

A constatação de uma ausência de articulação, por parte dos EE, é colocada de duas formas: consideram que ambas as escolas não se articulam ou consideram que o Conservatório não se articula devidamente com a escola regular. Em jeito de contraponto à opinião de que a articulação parece mais deficitária do Conservatório para a escola regular, importa referir que a escola regular deve, efectivamente, conhecer mais e melhor as actividades do Conservatório, pois todos ganham com a divulgação e valorização do trabalho dos alunos. Será, igualmente, relevante que a escola regular partilhe com o CRMVR as suas actividades, especialmente se decorrerem em horários das disciplinas artísticas. Essa comunicação deve acontecer preferencialmente a nível institucional e antes das ditas actividades, evitando, assim, sucessivas situações em que os docentes do Conservatório tomem conhecimento por um ou outro aluno ou EE, prévia ou posteriormente à actividade.

A necessidade de melhor articulação entre dois estabelecimentos de ensino, na implementação do regime articulado, é uma constante e um trabalho inacabado,

considerando a permanente evolução do estado da educação e da realidade sócio-cultural local. Essa necessidade implica e aplica-se, em igual medida, a ambas entidades.

Em segundo lugar, o assunto apontado cerca de vinte e cinco vezes concerne o horário e calendário escolares. Neste sentido, alguns EE consideram que os alunos do regime articulado têm demasiadas aulas de música fora do “horário normal semanal”, que pode referir-se a aulas estabelecidas após as dezoito horas ou aos Sábados de manhã, por exemplo. Além de referirem que o calendário escolar não é igual ao dos alunos que não estão no ensino articulado, declaram a ausência de nexos quanto a este aspecto, uma vez que tal constitui um prejuízo do tempo dedicado às disciplinas do ensino regular e, também, da vida particular do aluno (Anexo XIV, R. 4: 224). Partindo da opinião de que as aulas nas férias escolares não se revelam benéficas, visto que os alunos do regime articulado acabam por ter um período de férias menor (Anexo XIV, R. 7: 224), isto é, de que as férias do Conservatório deveriam acompanhar as da escola (Anexo XIV, R. 10: 224), acrescentaria que, ainda que se trate de opinião legítima, por vezes as interrupções escolares – vulgo férias – permitem a ocorrência de momentos relevantes ao contexto do aluno de uma escola de música. Uma masterclasse, um determinado concerto, entre outros eventos podem ser úteis para a apresentação de trabalho de um aluno, para mais um estímulo enquanto executante e/ou ouvinte. Por vezes, nas necessidades de ir além do calendário escolar e do desenvolvimento constante do aluno encontra-se o espaço necessário para desenvolver trabalho, de uma forma diferente, sem as contingências do referido calendário escolar.

Neste tópico, consta, também, a opinião crítica de uma penalização das turmas em regime articulado face às turmas do regime ordinário do ensino regular pela dispensa a algumas disciplinas do plano de estudo desse mesmo ensino (Anexo XIV, R. 14: 224). A opção pela frequência do educando em regime articulado pressupõe a necessidade de substituir determinadas disciplinas do ensino regular (Educação Musical, Educação Visual, por exemplo) para que se integrem as disciplinas artísticas. Esta substituição visa um equilíbrio de um plano de estudos enriquecido com o estudo da música. A reflexão que se impõe visa os conceitos de ganhos e perdas, a médio e longo prazo, no momento de ingressar o educando no curso básico assim como na sua transição para o 3.º ciclo ou curso secundário. Mais se acrescenta a opção facultativa de frequência às disciplinas ditas substituídas: a realidade do corrente ano lectivo (2014/2015) reflecte um número de alunos a frequentarem, por opção própria, a disciplina de Educação Visual, por exemplo, à qual a

caracterização da frequência em regime articulado prevê essa dispensa. Em contraste, surge a opinião de que os alunos do regime articulado deveriam ter um horário menos sobrecarregado (Anexo XIV, R. 69: 230). Ainda que não seja possível aferir com exactidão a extensão desta opinião, a sobrecarga do horário de um aluno pode acontecer, num primeiro exemplo, quando este (ou o seu EE) toma a iniciativa de frequentar disciplinas às quais está dispensado. Outro aspecto a ser considerado é a toda a actividade extracurricular que determinado aluno possa ter. Mesmo com a substituição de disciplinas da escola regular com disciplinas de natureza artística há um aumento do volume de trabalho, de estudo, que se pretende diário (com a natural variação proporcional à faixa etária), dada a natureza do ensino artístico especializado. Dito isto, toda a oferta extracurricular promovida pelo EE merece especial ponderação. Um conjunto excessivo de actividades, o sentido de compromisso com o currículo articulado escolhido menos forte e um menor rigor na gestão do tempo poderão traduzir-se num impacto pouco benéfico ao desenvolvimento do aluno. Essa ponderação poderá ser decisiva na maior ou menor sobrecarga do horário do educando.

Ainda neste ponto é referenciado a possibilidade de haver mais escolhas nos horários das aulas do Conservatório (Anexo XIV, R. 45: 228) e de haver horários mais flexíveis para atender a quem se desloca de fora da Cidade (Anexo XIV, R. 62: 230). A elaboração de horários é um exercício complexo em qualquer escola, mas assume um outro nível quando nos referimos a um conservatório. Para este último avançar com a elaboração dos horários precisa que as escolas de ensino regular os apresente em primeiro lugar. Entre muitas variáveis, os horários dependem do que ambas as escolas estabelecem para as turmas exclusivas em regime articulado e demais alunos em turmas mistas, da sensibilidade das escolas de ensino regular face à valorização deste regime de frequência e à sensibilidade na criação de condições pensadas para o aluno e para o seu estudo no sentido de gerir o seu dia-a-dia de forma mais eficiente. Neste sentido, uma maior eficiência na elaboração dos horários do regime articulado poderá resultar de um incremento de turmas exclusivas e de espaços temporais melhor definidos para as disciplinas artísticas, começando pela definição de turnos (manhã, tarde) e evoluindo até à possibilidade de dia inteiro. Acresce, na construção de horários e concretamente ao CRMVR, o factor geográfico e a consequente gestão de um corpo docente significativamente deslocado. Também em torno da geografia da região, consta o desafio de algumas famílias na deslocação cumprida a partir de maiores distâncias até ao Conservatório e à Cidade de Vila Real. Neste cenário, a conjugação da vida familiar e laboral assume outros contornos, mas cujo esforço nem sempre é possível

atenuar com a elaboração dos horários. A flexibilização de propostas de horários poderia surgir com o incremento do número de alunos a partir de determinadas geografias ao ponto de recolher apoios das autarquias correspondentes para o transporte desses alunos, uma ou duas vezes por semana. Não só essa iniciativa do poder local captaria a atenção de mais EE como demonstraria conhecimento das vantagens, para os alunos, da aprendizagem de música e de um instrumento assim como sinal claro de apoio à educação.

Com dezanove referências é possível estabelecer um conjunto de opiniões positivas relativas ao regime articulado. Considera-se apreciação positiva desde a ausência de crítica ou sugestão (Anexo XIV, R. 5: 224 e R. 18: 225) até à declaração de um estágio perfeito deste regime de frequência (Anexo XIV, R. 13: 225).

Embora haja um número maioritário de intervenções curtas e objectivas, algumas apreciações foram mais longe. Na reflexão de alguns EE enunciam-se ganhos da frequência do regime articulado pelas inúmeras competências transversais adquiridas para toda a vida do educando como o sentido de responsabilidade, de disciplina, capacidade de trabalho em grupo, entre outras (Anexo XIV, R. 52: 228). Há o reconhecimento de um ensino da música mais abrangente, ao nível dos alunos, e socialmente de acesso mais justo, no que concerne ao aspecto financeiro (Anexo XIV, R. 66: 230). Por uma ocasião, é, ainda, partilhada a particular opinião de que mais disciplinas do ensino regular deveriam dar lugar a mais disciplinas artísticas, no Conservatório (Anexo XIV, R. 63: 230).

“Bem-hajam todos os que dão muito do seu trabalho, muitas vezes para além dos seus limites” (Anexo XIV, R. 25: 225).

Num plano mais residual, contabilizam-se sete referências que, pela sua singularidade, são, a partir da palavra-chave “outros”, aqui discriminadas.

Na opinião de um EE, o Conservatório deve elaborar as avaliações em função do acesso de um aluno ao quadro de honra sempre que sejam as disciplinas artísticas a prejudicar esse acesso pela sua natureza mais exigente (Anexo XIV, R. 1: 224). Desta forma, o EE reforça, por escrito, neste ponto último do inquérito, a opção de concordância positiva assinalada no ponto catorze do mesmo documento. O tema do quadro de honra não é unânime entre as sensibilidades dos diferentes agentes do meio educativo. Os resultados obtidos a partir dos inquéritos aos EE permitiu concluir que a concordância negativa, apesar da liderança sectorial de um nível de discordância concreto (“não concordo” com 39,7%) representa 44% perante a globalidade da concordância positiva

estabelecida em 52,6%. Por outro lado, quando o tema é abordado em entrevista a docentes do ensino artístico especializado e do ensino regular, é possível reunir perspectivas contrastantes. Em contexto de entrevista, explicando porque não julgava que as médias fossem uma motivação real pela opção do regime articulado, o Professor B lembrava o caso de uma escola da Cidade que não conta com as disciplinas artísticas para o acesso ao quadro de honra e que tal representa uma “retirada de importância a disciplinas que são curriculares, que fazem parte de um curso, de uma escolha” (Anexo VI: 150). Em contexto semelhante, o Professor H, classificava a exclusão das disciplinas artísticas da fórmula de acesso ao quadro de honra de “absurdo porque faz parte do currículo do aluno” (Anexo XII: 210) e o Professor A considerava que “a honra é ser vertical e ser íntegro, portanto ter um desempenho que merece o quadro de honra num sítio e noutro” (Anexo V: 139). Como já foi referido, o tema não é consensual, o que pode indicar a necessidade de clarificação junto de EE, professores e escolas da simbologia de um quadro de honra (definição de conceito), da maior consciencialização das características inerentes à frequência do regime articulado, da aceitação dessas características aquando o ingresso/a inscrição no mesmo, da valorização de ambas as componentes do currículo do aluno.

Nesta categoria inclui-se a opinião de que o regime articulado é muito exigente, “comprometendo o tempo de estudo, quer para as disciplinas da Escola, quer para as do Conservatório” (Anexo XIV, R. 30: 226). No que à exigência do ensino artístico concerne, pela experiência enquanto docente de piano e pela memória de estudante, os últimos anos têm-se pautado por uma moderação assinalável nesse âmbito. Por outro lado, enquanto docente do CRMVR é possível reconhecer a constante atenção à evolução das gerações de alunos, no meio sócio-cultural em que se insere, acompanhada de um sentido de orgulho positivo na qualidade do serviço educativo prestado, do desenvolvimento de crianças e jovens sustentado no mérito do seu esforço, do seu trabalho e da sua realização artística enquanto parte integrante da sua formação pessoal e académica. Indirectamente relacionada, é, também, a referência concreta de um EE à disciplina de Formação Musical e propõe a criação de mecanismos e a definição de estratégias para que os alunos consigam ultrapassar as suas dificuldades (Anexo XIV, R. 36: 227).

Uma outra opinião visa o contraste da média de um aluno em regime articulado com a de um aluno que não frequente esse regime. Este EE refere o facto de a “(...) classificação de um aluno em regime articulado, quando comparada com as dos colegas de turma que não frequentam o Conservatório, é muito menor, o que faz com que o aluno fique com uma média inferior” (Anexo XIV, R. 42: 227). Importa mencionar as naturezas distintas



das tipologias de ensino regular e artístico, do que é estar numa sala de aula a ouvir e a escrever e estar numa sala de aula com um instrumento, a ler partitura, processá-la e executá-la, em simultâneo. Igualmente na distinção de uma aprendizagem em contexto colectivo ou individual, o Professor E comentava que “(...) na aula de instrumento, que é uma aula de um para um, o professor de instrumento tem um conhecimento tal do aluno, que dificilmente a nota não será justa” (Anexo IX: 113). Desta forma, acrescenta-se que “(...) direccionar uma gestão do tempo que (os alunos) têm não fazendo uma organização regrada para fazerem as disciplinas todas, obviamente não vão fazer as disciplinas todas (com o mesmo nível). Neste caso, “o estudo das disciplinas do Conservatório fica sempre para trás” (Professor D, Anexo VIII: 171). A comparação entre alunos que frequentam o regime articulado e alunos que, na mesma turma ou escola, apenas frequentam o ensino regular é comparar alunos de realidades diferentes, de naturezas de ensino distintas.

O último tema incluído nesta categoria propõe que as aulas decorram no mesmo estabelecimento de ensino (Anexo XIV, R. 60: 229). Para a rentabilização do parque organológico do Conservatório talvez seja preferível que instrumentos como o Piano e muitos outros da disciplina de Percussão, por exemplo, permaneçam nas instalações do mesmo com a devida supervisão e salvaguarda, evitando duplicação de material dispendioso. No caso da disciplina de Formação Musical estabelece-se a deslocação do docente sempre que existem condições para esse fim, a cada ano lectivo. A hipótese de implementação de regime integrado implicaria um estudo aprofundado que analisasse a viabilidade do mesmo.

A menção de testes de avaliação acontece em seis opiniões expressas. Na opinião dos EE, a desarticulação entre o Conservatório e a Escola, nesta matéria, resulta em momentos de avaliação simultâneos ou pouco espaçados entre si (Anexo XIV, R. 31: 226), por ventura, com uma calendarização tardia por parte do Conservatório e sem considerar a calendarização da escola de ensino regular (Anexo XIV, R. 26: 226).

Um dos temas que marca o ano lectivo em estudo (2014/2015) é a marcação de testes, nomeadamente a avaliação na disciplina de Formação Musical. Esta disciplina tem apenas um momento de avaliação por período escolar, que se divide entre uma prova oral e uma escrita, com uma semana de intervalo, como é tradicionalmente aplicado. De acordo com o testemunho do Professor D (Anexo VIII: 167), “os testes escrito e oral de Formação Musical estão marcados em Setembro para o ano lectivo inteiro” e acrescenta:

“(…) recordo o exemplo de, numa determinada semana, os alunos terem marcados quatro testes e depois terem outras tantas avaliações orais, que não constam em plano nenhum, mas que directores de turma, alunos, todos sabem e ninguém reclama. Agora, se fosse o professor de Formação Musical a marcar alguma coisa...” (Anexo VIII: 179).

Uma vez que há uma disciplina (Formação Musical) com um momento de avaliação – que é repartido em duas provas – perante um conjunto de disciplinas do ensino regular com mais momentos e modelos de avaliação, ao longo do período lectivo, por ventura, a articulação entre escolas, nesta matéria, pudesse ser facilmente melhorado.

Importa, ainda, recuperar a natureza de ambos os ensinos. Em entrevista, o Professor A (Anexo V: 144) expressava o seguinte:

“Ou o aluno fez o seu percurso ao longo do período, como o devia fazer, ou não é dois dias antes que o fará. Logo, ele pode ter o teste de música misturado com vinte testes a disciplinas do ensino genérico. O teste de música ou vem preparado desde o princípio do período ou não há possibilidade de o fazer sequer.”

Por fim, a última referência a enunciar – divulgação – foi discriminada em quatro opiniões. Neste âmbito, os EE reclamam maior divulgação do trabalho dos alunos, maior partilha “destes para com os colegas de escola” (Anexo XIV, R. 8: 224), reconhecendo-se, também, a “limitação de tempo a que todos estão sujeitos – alunos e professores” (Anexo XIV, R. 11: 224). De facto, nem sempre a gestão de espaços e a demais logística se reúnem favoravelmente na promoção de actividades. Contudo, a legítima e bem-vinda sugestão de que “deveria haver mais saídas em regime de concertos para incentivar o aluno” (Anexo XIV, R. 27: 226) é o caminho a seguir na elevação do trabalho dos alunos e no reconhecimento do seu mérito – que será o mérito das instituições que os formam.

Ainda neste tema, surge a opinião de que “existe pouca informação exterior face às vantagens do regime articulado”. Pode-se abordar o conceito de divulgação quanto ao regime articulado de diferentes perspectivas: no sentido de antecipar o conhecimento da frequência do regime articulado, a acção de promoção poderá abarcar maior número de escolas de ensino primário, professores e EE de alunos a uma maior distância da frequência do quarto ano de escolaridade, promover mais deslocações dos alunos do Conservatório em momentos musicais ou estabelecer colóquios ou acções de formação sobre o regime

articulado e o ensino de música em geral a docentes do primeiro ciclo e educadores de infância. Dito isto, salienta-se uma impressão actual:

“neste momento, as pessoas estão melhor informadas do que já estiveram e, se na génese iam pelo caminho da gratuitidade do regime, hoje em dia já olham para outras coisas: o sucesso escolar, não só do lado da escola artística, mas também da escola genérica, que as turmas do regime articulado têm tido” (Professor B, Anexo VI: 148).

### 3. Conclusão

O enquadramento das artes na educação aparenta ser uma questão problemática, por ventura, paradoxal, situada entre a afirmação da sua pertinência para uma formação humanista e criativa e a sua implementação no currículo. As presentes orientações curriculares contemplam o domínio das artes na educação, quer no que se refere à música, quer às outras formas de expressão artística, pela democratização do ensino que potenciou o incremento de mecanismos de resposta às inúmeras necessidades de desenvolvimento de apetências, nos domínios da criação, da interpretação e da produção audiovisual. Nota, ainda, para a determinação governamental no desenvolvimento de uma política de qualificação profissionalizante da docência afecta ao ensino artístico especializado.

Com a implementação do regime articulado pretendia-se dar resposta à diversidade da população escolar e também às necessidades de uma formação de excelência para uma via profissionalizante. No entanto, a sua operacionalização tem-se deparado com diversos constrangimentos, nomeadamente, a inexistência de Iniciação Musical, de formação ao nível do 1.º ciclo, e, numa perspectiva holística, um fio condutor estruturante desde o pré-escolar ao curso secundário.

Em Vila Real, a implementação do regime articulado, ao segundo ano do exercício de leccionação do CRMVR (2005/2006), beneficia, em primeiro lugar, de uma massa discente, em parte, herdada de um estabelecimento de ensino de música que precede a criação do Conservatório – a Real Filarmonia –, e da presença de docentes, no CRMVR, com vasto conhecimento da realidade escolar do Concelho e da Região, relações estreitas com escolas locais, assim como conhecimento aprofundado da tramitação subjacente a essa mesma implementação. Desta forma, o regime articulado estreia-se com uma primeira geração de quarenta e cinco alunos e o estabelecimento de protocolos com nove estabelecimentos de ensino. Em meados da sua existência (2009/2010), o CRMVR assinala a marca dos cento e nove alunos em regime articulado, oriundos de onze estabelecimentos de ensino, situados dentro e fora do Conselho, ao passo que, no seu décimo aniversário, no ano lectivo de 2014/2015, contempla o máximo histórico de cento e setenta e dois alunos no regime de frequência referido, provenientes de seis estabelecimentos de ensino/agrupamentos escolares. Com nove anos de maturidade na prática deste modelo de ensino-aprendizagem, é tempo de registo de um crescimento gradual da população escolar afecta à frequência do modelo em estudo e da diminuição do número de estabelecimentos de ensino da Cidade e

da Região por cessação de protocolos ou consequência da reorganização escolar actual e consequente formação de agrupamentos escolares. Dos estabelecimentos de ensino regular com protocolo em vigor, no ano lectivo de 2014/2015 – Escola EB 2,3 Diogo Cão, Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Agrupamento de Escolas Morgado Mateus, Colégio Salesianos de Poiães, Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar, Escola Básica D. Sancho II (Alijó) –, constata-se a presença dominante da escola pública.

A promoção do regime articulado, na génese da sua implementação, desenvolveu-se com esclarecimentos à comunidade escolar de então, nomeadamente, ao nível do plano de estudos contemplado – uma novidade para os Encarregados de Educação e docentes do ensino regular. Paradoxalmente, registou-se adesão imediata e, também, para algum cepticismo, tanto pela novidade curricular como pela gratuidade da propina de frequência no Conservatório. Actualmente, os desafios são outros. Volvida uma década, a população escolar e demais agentes educativos usufruem de uma realidade sócio-cultural distinta. Não só há provas dadas na viabilidade da execução do regime articulado, como pais e professores têm, hoje, acesso a mais informação relacionada. O CRMVR e as escolas de ensino regular parceiras na execução deste modelo conquistaram a aproximação necessária para a melhoria na elaboração de horários, anulando a existência de “tempos mortos” constatados numa fase inicial e promovendo a articulação possível em virtude das condições que o sistema oferece. Em 2015, o CRMVR não relaxa sobre as metas alcançadas. Os índices de natalidade estão na ordem do dia e é preciso salvaguardar a sustentabilidade da casa. Com efeito, a promoção do regime articulado, em particular, e da aprendizagem de música, em geral, multiplica-se em diferentes estratégias, nomeadamente, a continuação do estímulo ao passa-palavra – tão relevante hoje, como na sua génese, se atendermos ao facto de que 53,4% dos EE inquiridos afirmarem tomar conhecimento do regime articulado por “amigos/familiares” –, a recuperação da oferta formativa ao nível do pré-escolar e da publicação na imprensa local das diferentes modalidades de frequência no CRMVR e da implícita oferta escolar global.

Não obstante as barreiras quebradas, a comunicação entre escolas, o exercício da articulação, neste âmbito, recolheu múltiplas impressões. Na opinião de professores, constata-se alguma desconexão, que o envio da informação tende a chegar, da escola regular ao Conservatório, apenas em determinados contextos, nomeadamente, quando interfere com as aulas dos alunos na escola (Professor A, Anexo V: 131) e a necessidade de criação de instrumentos informáticos comuns de divulgação pedagógica e didáctica das actividades comuns às duas escolas, isto é, cada sítio (*site*) de uma escola ter ligação ao sítio

da outra escola, em resultado de uma ordem de determinado organismo governamental competente, para as escolas que articulam com outra escola e desta forma uma melhor resposta à passagem de informação de um lado para o outro ao serem lançadas actividades no CRMVR e serem do conhecimento da outra escola e vice-versa, beneficiando, por último, a chegada da informação ao EE (Professor A, Anexo V: 135). Na opinião de alguns EE, a comunicação entre escolas é colocada a um nível mútuo, de vice-versa, em que a troca de informação é insuficiente de ambos os lados, mas a grande maioria tende a colocar o Conservatório numa posição deficitária em termos de troca de informação. Consideram que o Conservatório não está tão presente na escola regular. Em matéria da articulação na elaboração de horários dos alunos em regime articulado, considera-se articulação ideal as escolas/os alunos terem um dia, um dia e meio, dois dias dedicados ao Conservatório. A organização curricular por tipologia da disciplina por turnos, separação de tempos, já é algo facilitador ainda que, eventualmente, não seja o ideal e distante da desarticulação que o encadeamento das diferentes disciplinas, sobrepostas no mesmo turno, representa (Professor A, Anexo V: 134). Dito isto, importa enunciar uma novidade, em nove anos de execução deste regime de frequência, a continuidade pedagógica na aceitação das Escolas dos horários da disciplina de Formação Musical propostos pelo Conservatório em virtude da aproximação inter-escolas conquistada pelo diálogo (Professor B, Anexo VI: 148). Na alusão ao regulamento interno, um documento circunscrito exclusivamente ao estabelecimento a que se destina, recorda-se que escolas têm regulamentos internos diferentes umas das outras e diferentes do CRMVR. Acontece que, muitas vezes, é pedido ao Conservatório para se adaptar a esses regulamentos, quando não é possível ter medidas diferentes para todos os alunos (Professor B, Anexo VI: 157). É lamentado o facto de os regulamentos internos não terem sido feitos em conjunto pelas duas escolas, que executam o regime articulado, por iniciativa de entidades governativas, por ausência de um papel interventivo dos mesmos, desde o princípio do funcionamento do regime articulado, no esforço da coordenação inter-escolas (Professor A, Anexo V: 143; Professor F, Anexo X: 198). Dos aspectos positivos da actual relação entre escolas, destaque para o estabelecimento de um representante do Conservatório nas reuniões de avaliação da escola regular, enquanto porta-voz das matérias discutidas previamente em reuniões de avaliação do CRMVR, ressaltando a opinião de alguns EE de que o representante do Conservatório devia estar presente na reunião de pais, e o registo frequente do lançamento de propostas para trabalho interdisciplinar, entre o ensino vocacional e o ensino genérico, através das

quais se trabalham ideias no Conservatório para apresentação dos alunos em regime articulado na respectiva escola regular.

Centrada a discussão na relação do Encarregado de Educação com o regime articulado, vários docentes estabelecem dois tipos de EE. Por um lado, é caracterizado o EE que procuram o regime articulado por uma questão de crescimento humanístico, criativo e espiritual do educando, pelo máximo de vivências positivas possível. Por outro, existe uma facção de EE que procura as vantagens de um horário tendencialmente diminuído/compacto na escola regular, as vantagens de ficar na turma de tendencial menor dimensão, de poder enviar o educando para o Conservatório, ao fim da tarde, para uma ocupação ao estilo de actividade extra-curricular. Este último conjunto não terá muita informação acerca deste modelo e com tendência a queixar-se das consequências à medida que o tempo avança, percebendo o tempo que o ensino vocacional exige: embora pouco em termos da presença na escola, acresce o trabalho diário ao instrumento para obterem resultados positivos, juntamente com as actividades necessariamente extra-curriculares de apresentação pública e formativa – trabalhos de orquestra, de fim-de-semana para apresentar em audições, concertos, estágios realizados em períodos não lectivos (Professor A, Anexo V: 136). Esta dicotomia, também, é colocada de uma outra forma. Por um lado, existe uma parte dos EE cujos educandos vêm de uma Iniciação Musical, internamente do Conservatório, que terão melhor noção do que esta realidade representa, eventualmente do que o regime articulado representa, com algum hábito de assistir às audições e concertos. Por outro, os EE que, numa primeira abordagem ao Conservatório e ao ensino de música, chegam com a ideia de colocar o educando a estudar música, mas sem a noção de seriedade inerente e desejável à sua aprendizagem (Professor E, Anexo IX: 181). Perante as classificações obtidas pelo educando às diferentes disciplinas (artísticas e genéricas), a perspectiva do EE sobre ambas as componentes curriculares do regime articulado, verifica-se que os alunos que são bons no Conservatório são bons, também, na escola regular. Todavia, quando acontece o inverso, o caso dos alunos de excelência não serem bons no Conservatório, constata-se que, muitas vezes, há um desinvestimento, da parte dos EE, naquilo que é o ensino artístico. Se o EE valorizar a participação do educando no Conservatório, à partida, o educando sente essa pressão positiva, sente o valor social que é dado à actividade musical e corresponde (Professor A, Anexo V: 139). Por vezes, regista-se alguma frustração, por parte do EE, em situações em que o educando, brilhante no ensino genérico, não tem o mesmo sucesso no Conservatório. Esta situação decorre da potencial expectativa de que os resultados do educando são directamente proporcionais entre

disciplinas de naturezas distintas, aparentando o EE não perspectivar o facto de existirem inteligências múltiplas e, assim, evitar colocar tudo no mesmo saco, isto é, comparar o que não é comparável (ensino genérico e ensino artístico), naturalmente com pontos em comum, mas diferentes (Professor B, Anexo VI: 153). Na valorização de um currículo tantas vezes da opção do EE, a sensibilização do mesmo poderia começar muito mais cedo (Professor G, Anexo XI: 206), poderá considerar-se estabelecer uma reunião com os EE que pretendem inscrever os educandos no regime articulado pela primeira vez, no fim do ano lectivo prévio ao seu ingresso, a explicar e consciencializar os pais para o que representa na sua essência e nos seus objectivos (Professor D, Anexo VIII: 165), para que os pais consciencializem os seus educandos de que as componentes do currículo são igualmente relevantes (Professor H, Anexo XII: 214). Dito isto, importa assinalar que os EE estão melhor informados do que já estiveram e, se na génese iam pelo caminho da gratuidade do regime articulado, actualmente, o sucesso escolar, não só do lado da escola artística, mas também da escola genérica, que as turmas do regime articulado têm tido, é o alvo maior da atenção generalizada (Professor B, Anexo VI: 148). Na busca do que motivou a opção pelo regime articulado, os EE, na aplicação de inquérito, assinalou as opções “formação académica mais completa” e “aspecto financeiro” setenta e oito e setenta e cinco vezes, respectivamente, com a representatividade de cerca de 20,3% e 19,5%, respectivamente, de um total de trezentas e oitenta e quatro respostas indicadas. Logo de seguida surgem as opções “preferência pela música face a outras actividades extra” e “desenvolvimento do gosto, da sensibilidade”, referenciadas sessenta e seis e sessenta e uma vezes, respectivamente, representando cerca de 17,2% e 15,9%, respectivamente

Para um aluno, o regime articulado é um indiscutível abrir de perspectivas com um estímulo para as capacidades de alguns alunos atingirem outros patamares (Professor H, Anexo XII: 213). Alunos a frequentarem o regime articulado são caracterizados, maioritariamente, por uma capacidade de atenção/concentração superior à dos alunos de “não-articulado”, espírito de sacrifício, por não desistirem à primeira e pela facilidade de organizarem-se em sala de aula e consequente fluência superior a turmas que não são de regime articulado (Professor G, Anexo XI: 200). A maior capacidade de concentração, responsabilidade, autonomia e disciplina são, muitas vezes, atribuídos à aprendizagem de música pelo seu impacto positivo nas disciplinas do ensino regular, considerando-se, ainda, que a exposição a esta vertente artística, enquadrada na formação básica complementar dos alunos e financeiramente acessível às famílias, permite descobrir talentos no curso de ensino próprio a essa exploração (Professor F, Anexo X: 196). Estudar um instrumento



implica uma situação de compromisso, sentido de responsabilidade (Professor B, Anexo VI: 154), consciência que a música é uma linguagem e de que, a nível de exigência, é imperativo que os EE percebam que um aluno, quando ingressa no Conservatório para estudar música, precisa de pegar no instrumento, preferencialmente, diariamente, exercitar a leitura, entoar, ouvir mais música, para que toda uma base se construa e resulte num desenvolvimento mais rápido (Professor D, Anexo VIII: 172). O trabalho/estudo em música que, sendo artístico, criativo e vocacional, implica realizar em aula e continuar/reforçar em casa, não é algo que resulte a partir de estudo uma vez por semana ou na véspera de aula, pelo que a pressão a existir será pela consciência que o aluno tem de que há uma aula semanal na qual é preciso apresentar trabalho (Professor D, Anexo VIII: 173), a qual representa uma meta. Se uma escola, que tem regime articulado, não incentiva os alunos a estudar e limita-se a retirar as disciplinas do Conservatório de uma questão como, por exemplo, o acesso ao quadro de honra para não ser um problema, não está a ajudar o aluno (Professor D, Anexo VIII: 173). Os alunos em regime articulado, ao terem mais tarefas no Conservatório, é natural que, em alguns casos, não se dediquem tanto às tarefas da escola regular – algo que, por vezes, alguns professores da escola regular não entendem, eventualmente, por falta de vontade em compreender o outro lado (Professor F, Anexo X: 190). De recordar que, especialmente, na aula de Instrumento, que é uma aula de um para um, o professor de Instrumento tem um conhecimento tal do aluno, que dificilmente a nota não será justa e o nível de exigência, numa aula individual é, naturalmente, maior face a uma aula colectiva (Professor E, Anexo IX: 184). Felizmente, a acusação de que as disciplinas artísticas são exigentes, entenda-se potencial prejuízo ao desempenho do aluno nas disciplinas da escola regular, assim como pedidos para baixar o esforço para que os alunos possam sobressair nas outras disciplinas (Professor D, Anexo VIII: 174) representa uma minoria dos EE. Para um maior sucesso do aluno ao longo do curso básico, idealmente, todos os que ingressam no 5.º ano, em regime articulado ou não, deveriam ter frequentado Iniciação Musical (Professor E, Anexo IX: 185). Mais do que a diferença entre alunos que tiveram ou não, reconhecendo que, com o devido apoio em casa, em alguns casos, é possível colmatar essa diferença, a psicologia da música e a psicologia do desenvolvimento cognitivo refere janelas temporais que devem ser exploradas para o desenvolvimento de determinadas competências, sob pena de serem mais difíceis de adquirir, mais tarde (Professor A, Anexo VI: 140). A parte rítmica, a entoação, a noção de afinação, são aspectos que devem ser trabalhados a partir de um 1.º ano, na escola, a partir do momento em que têm acesso a quatro anos de acesso à Música enquanto

disciplina de 1.º ciclo. Havendo um 1.º ciclo que permita os alunos familiarizarem-se com esta linguagem, na chegada ao 1.º grau haverá uma base para que os alunos possam progredir, de uma forma mais sustentada e construtiva, na continuidade da formação artística e vocacional (Professor D, Anexo VIII: 175). Um aluno que, aos dez anos, começa a aprender música, e logo em regime articulado, força o ensino a baixar a fasquia (Professor E, Anexo IX: 185), pelo que a valorização da disciplina de Música, ao nível do 1.º ciclo, não pela roupagem de um ATL, mas com a devida importância seria capitalizar a sua já introdução neste nível de ensino básico e, com a pressão das escolas, fazer este cenário evoluir (Professor D, Anexo VIII: 177). No nosso país, na nossa cultura, não temos uma máquina que valorize o ensino da música a tal ponto para que os EE inscrevam os educandos com seis ou sete anos e, na chegada ao 5.º ano de escolaridade, decidirem pelo regime articulado ou não (Professor E, Anexo IX: 185), contudo, importa referir o perfil psicológico de um instrumentista, assim como um atleta de alta competição, pela sua capacidade de perseverança na procura da perfeição. Contrariamente a um ensino mais tradicional, o aluno está sempre a ser posto em causa, ou seja, o aluno está sempre a competir com ele próprio. Todos os dias. É a procura pela excelência (Professor G, Anexo XI: 202).

Para a posteridade, a solução será sempre formação e divulgação (Professor E, Anexo IX: 186), um equilíbrio entre as motivações, o potencial e a disponibilidade dos alunos, seja para o regime articulado, seja para que domínio for (Professor H, Anexo XII: 213). A necessidade de diálogo é constante e a maior abertura à natureza distinta das tipologias de ensino que compõem o currículo do regime articulado poderá potenciar a melhoria de algumas questões sensíveis para alguns alunos, pais e professores, como a conciliação dos momentos de avaliação, o estabelecimento de alguns aspectos comuns no Regulamento Interno (Professor F, Anexo X: 197). Idealmente, as entidades governamentais deveriam ter o papel principal na mobilização do todo em prol deste modelo de ensino-aprendizagem, na criação de mecanismos favoráveis à articulação entre escolas, fazendo as pessoas encontrarem-se, estabelecendo-se reuniões em conjunto (Professor A, Anexo V: 134). Se para o 2.º ciclo em diante seria mais vantajoso para as escolas terem turmas exclusivas em vez de turmas mistas, para que todos os presentes em conselhos de turma se dedicassem às mesmas temáticas e os alunos dessas turmas convergissem sinergias pela partilha das mesmas vivências, ao nível do 1.º ciclo os esclarecimentos deveriam acontecer em cada centro escolar, com a marcação de eventos, reunindo professores do Conservatório, pais de alunos de 3.º ano, sensivelmente,

professores da escola regular em causa, o director da escola (Professor G, Anexo XI: 206). Muitas autarquias levaram as AEC muito a sério ao desenvolverem sistemas de formação de professores e integraram-nos nos conservatórios, em contacto directo com professores de Formação Musical e de Instrumento – algo por explorar por parte das entidades governamentais responsáveis (Professor A, Anexo V: 141). Uma forma de potenciar o regime articulado e explorar todo o potencial da estrutura criada ao nível do 2.º ciclo do curso básico em diante seria pela presença na rede de jardins de infância e escolas do 1.º ciclo a partir do tempo de formação que seria concedido às educadoras, que trabalham com as crianças, uma vez por mês, uma formação colectiva de formação musical, dentro do Conservatório, uma estrutura que faria parte do Conservatório – um departamento de formação à comunidade educativa alargada – e que seria uma das soluções do Conservatório devidamente financiada pelo sistema nacional de ensino (Professor A, Anexo V: 142) e no que ao professor de AEC concerne, por seu turno, passaria pelo Conservatório, periodicamente, a estabelecer o seu trabalho semanal com um professor de Classe de Conjunto, de Formação Musical do Conservatório. Se o senso comum, neste meio envolvente, tomar conhecimento dos ganhos associados à aprendizagem de música, especialmente em tenra idade, pelo menos ao nível do 1.º ciclo, para não nos alongarmos ao nível do pré-escolar ou da audição de música durante a gravidez, do que é sensorial, do que é o estímulo cognitivo e o que a música faz às crianças de uma forma tão livre como a Iniciação Musical permite, a opção pelo regime articulado seria algo natural.

A realidade, na Educação em Portugal, é, na sua essência, um exercício de pressão, no tempo presente (2015). Erradamente, numa opinião pessoal, o ensino está focado no aluno e respectivos resultados, nas avaliações constantes numa folha de papel, período a período, ano a ano, em detrimento do processo de ensino-aprendizagem, dos conteúdos, de metodologias de ensino. Se, outrora, o apoio na forma de “explicações”, que um aluno procurava no auxílio do seu desempenho escolar, representavam um estigma, sinal flagrante de dificuldades a roçar um limite de índices negativos, num determinado momento, hoje, é moda. Actualmente, uma panóplia de momentos de “explicação”, os apoios a esta e aquela disciplina, a preparação para exames no 4.º, 6.º e 9.º anos – que assumiram um ruído maior com Nuno Crato enquanto Ministro da Educação – contribui para uma sobrecarga semanal, para a proliferação de “centros de estudos” enquanto área de negócio, para o stresse de alunos e pânico dos EE, para uma aprendizagem projectada para passar provas, em vez da aprendizagem ou retenção de conhecimento.

A pressão, que o sistema coloca sobre professores é transmitida, inevitavelmente, para os alunos e respectivos EE. Todavia, a pressão pode ser positiva, se direccionada para o que realmente é importante. O mérito não se traduz exclusivamente na concretização matemática representada numa pauta de avaliação. O mérito pode ter tanto ou maior reconhecimento pelo processo de trabalho, esforço e dedicação evidenciados por um aluno. Os números que figuram avaliações jamais serão capazes de fazer justiça a esses indicadores. A pressão será positiva se valorizada a dimensão curricular como um todo, se se procurar a superação das dificuldades e desafios em vez de um alpinismo académico facilitista.

Em Vila Real, o regime articulado possui um histórico. Um histórico de sucesso, um presente sólido, de potenciais melhorias diagnosticadas, um futuro optimista, pleno de desafios constantes.

## 4. Implicações do Estudo

O presente Estudo é o resultado de uma análise e reflexão crítica sobre a maturação que o regime articulado representa, em 2014/2015, circunscrito à realidade de Vila Real. Com efeito, foram ouvidos professores do ensino artístico especializado e professores do ensino regular. Recebeu-se o contributo escrito de Encarregados de Educação.

A partir da base, aqui, estabelecida de conhecimento do fenómeno estudado está constituído o ponto de partida para uma discussão mais aberta sobre a execução deste modelo de ensino-aprendizagem, de vantagens reconhecidas pelos vários agentes da acção educativa. Registam-se inúmeras iniciativas propostas para uma maior evolução, nomeadamente, reuniões de discussão do tema mais alargadas, maior e melhor promoção da aprendizagem de música e da natureza do regime articulado ao nível do pré-escolar e 1.º ciclo junto de alunos, pais, educadores, professores, directores de escola, contínua aproximação entre escolas na conciliação de actividades, horários, avaliações, aspectos de regulamento interno, comunicação em geral.

Reconhecida a modéstia do âmbito académico da presente investigação, seria do superior interesse da Cidade/Conselho de Vila Real, e demais região, uma maior dedicação das entidades governamentais a esta vertente da educação e o financiamento de um estudo mais aprofundado e abrangente na busca do contributo de directores de escola e maior número de docentes de estabelecimentos de ensino com e sem protocolo para a execução deste modelo, assim como o potencial contributo de agentes do poder local.

## **5. Bibliografia**

### **5.1 Monografias, Teses e Relatórios**

Biklen, S. & Bogdan, R. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora

Fernandes, D., Ó, J., Ferreira, M., Marto, A., Paz, A. & Travassos, A. (2007). *Estudo de avaliação do ensino artístico. Relatório final revisto*.

Folhadela, P.; Vasconcelos, A. & Palma, E. (1998). *Ensino especializado de música - reflexões de escolas e de professores*. Lisboa: DES/ME.

Pereira, M. (2011). *O Impacto do Ensino Articulado para Piano no Ensino Especializado (Tese de Mestrado)*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (3.ª Ed.)*. Lisboa: Gradiva.

Torres, L. & Palhares, J. (2014). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais da Educação*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.

### **5.2 Legislação consultada**

Lei 46/86, de 14 de Outubro: Diário da República, 1.ª série – N.º 237

Lei 46/86, de 14 de Outubro, artigo 6º, número 1: Diário da República, 1.ª série – N.º 237

Evolução do diploma da lei de bases do sistema educativo: Lei 46/86, de 14 de Outubro,

Lei 115/97, de 19 de Setembro, Lei 49/2005, de 30 de Agosto, e Lei 85/2009, de 27 de Agosto

Lei 85/2009, de 27 de Agosto: Diário da República, 1.ª série – N.º 166

Decreto-Lei n.º 344/90, de 2 de Novembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 253

Decreto-Lei n.º 310/83, de 1 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 149

Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 270

Lei n.º 9/79, de 19 de Março: Diário da República, 1.ª série – N.º 65

Evolução do estatuto do ensino particular e cooperativo: Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, Decreto-Lei n.º 169/85, de 20 de Maio, Decreto-Lei n.º 75/86, de 2 de Abril, Decreto-Lei n.º 484/88, de 29 de Dezembro, Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 138-C/2010, de 28 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 33/2012, de 23 de Agosto

Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de Novembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 213

Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho, artigo 3.º: Diário da República, 1.ª série – N.º 146

Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho, artigo 4.º, número 1: Diário da República, 1.ª série – N.º 146

Portaria n.º 691/2009, de 25 de Junho, artigo 7.º, número 4: Diário da República, 1.ª série – N.º 121

Lei n.º 9/79, de 19 de Março: Diário da República, 1.ª série – N.º 65

Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, Decreto-Lei n.º 169/85, de 20 de Maio, Decreto-Lei n.º 75/86, de 2 de Abril, Decreto-Lei n.º 484/88, de 29 de Dezembro, Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 138-C/2010, de 28 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 33/2012, de 23 de Agosto

Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de Novembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 213

A organização das iniciações no 1.º ciclo constam na Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho, artigo 3.º: Diário da República, 1.ª série – N.º 146

Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho, artigo 4.º, número 1: Diário da República, 1.ª série – N.º 146

Portaria n.º 691/2009, de 25 de Junho, artigo 7.º, número 4: Diário da República, 1.ª série – N.º 121

Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho, artigo 7.º, números 3 e 4: Diário da República, 1.ª série – N.º 146

Despacho n.º 17932/2008, de 3 de Julho: Diário da República, 2.ª série – N.º 127

Despacho n.º 15897/2009, de 13 de Julho: Diário da República, 2.ª série – N.º 133

Resolução n.º 86/2007, de 3 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 126

Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 237

Despacho Normativo n.º 4/2008, de 24 de Janeiro: Diário da República, 2.ª série – N.º 17

Resolução n.º 98/2012, de 26 de Novembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 228

Resolução n.º 33/2013, de 20 de Maio: Diário da República, 1.ª série – N.º 96

Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, artigo 3.º, alínea c)

Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de Março: Diário da República, 1.ª série – N.º 42  
Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de Março: Diário da República, 1.ª série – N.º 42  
Portaria n.º 691/2009, de 25 de Junho: Diário da República, 1.ª série – N.º 121  
Decreto-Lei n.º 6/2001, de 25 de Janeiro: Diário da República, 1.ª série – N.º 15  
Decreto-Lei n.º 94/2011, de 3 de Agosto: Diário da República, 1.ª série – N.º 148  
Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 146  
Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 129  
Portaria n.º 243-B/2012, de 13 de Agosto: Diário da República, 1.ª série – N.º 156  
Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho: Diário da República, 1.ª série – N.º 129  
Portaria n.º 419-B/2012, de 20 de Dezembro: Diário da República, 1.ª série – N.º 246  
Portaria n.º 59-B/2014, de 7 de Março: Diário da República, 1.ª série – N.º 47  
Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho de 2012, artigo 10.º, número 6: Diário da República, 1.ª série — N.º 146  
Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho de 2012, artigo 11.º, número 1: Diário da República, 1.ª série — N.º 146

### **5.3 Referências Cibernéticas**

[www.anqep.gov.pt/default.aspx](http://www.anqep.gov.pt/default.aspx) — sítio consultado a 28 de Abril de 2015  
[www.qren.pt](http://www.qren.pt) — consultado a 5 de Maio de 2015  
[www.poph.qren.pt](http://www.poph.qren.pt) — consultado a 5 de Maio de 2015  
[www.diogocao.edu.pt/agrupamento/projectoeducativo0913.pdf](http://www.diogocao.edu.pt/agrupamento/projectoeducativo0913.pdf) — Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas Diogo Cão  
[www.aemm.pt](http://www.aemm.pt) — Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus 2014-2018  
[www.aeccb.pt](http://www.aeccb.pt) — Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco



## Anexos

### Anexo I: Modelo da Carta de Apresentação

Exmo. Senhor  
Presidente do Conselho Executivo da  
Escola (MODELO)

Eu, Bruno M. Rua e Silva, venho por este meio solicitar a sua autorização para a colaboração dos docentes afectos às turmas do regime articulado, bem como o acesso histórico de registos vários, na concretização de um modesto estudo no âmbito do Projecto Educativo, do 2.º Ano do Mestrado em Ensino de Música, que frequento, ministrado pela Universidade de Aveiro.

O Trabalho a que me proponho realizar visa explorar a realidade do regime articulado na Cidade de Vila Real, a bilateralidade entre o Conservatório Regional de Música e os estabelecimentos de ensino que acolhem este modelo, o conhecimento, a experiência, impressões várias dos professores, que ao longo dos anos acompanham a evolução desta prática.

A ideia deste tema surge pela maturidade possível, ao quarto ano lectivo consecutivo, na qualidade de Docente de Piano do Conservatório Regional de Música de Vila Real e pela particular experiência que o papel de Representante/Director de Turma junto da Escola Camilo Castelo Branco permitiu, no ano lectivo transacto. Não só esta última experiência me valeu uma forte aprendizagem como me alertou para o quanto desconheço.

Desta forma, encaro a presente solicitação/proposta como o aprofundar do meu conhecimento, no só da realidade local, como do ensino (articulado) de uma forma geral, contribuindo, por ventura, para um ensaio passível de estreitar relações entre as instituições envolvidas.

Ao abrigo das regras definidas no código de ética da Universidade de Aveiro, não serão tornados públicos quaisquer dados de natureza pessoal. Os resultados não produzirão qualquer imagem da instituição.

A sua aprovação e apoio são fundamentais para a concretização deste meu Trabalho.

Assim, e atento o exposto, agradeço desde já a sua disponibilidade.

Sem mais, com os meus melhores cumprimentos,

Atentamente,

Bruno Rua

## **Anexo II: Inquérito**

### **INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO**

#### **Caracterização da motivação pela opção do regime articulado**

Esta investigação insere-se no âmbito de Projecto Educativo, do 2.º Ano de Mestrado em Ensino de Música, ministrado pela Universidade de Aveiro.

O presente estudo surge como uma reflexão acerca dos motivos que levam o Encarregado de Educação a seleccionar o regime articulado para o seu educando.

Os dados recolhidos serão objecto de análise quantitativa, expressando que factores sustentam a opção pelo regime articulado.

Neste questionário não existem respostas certas ou erradas, apenas a recolha de impressões, dados e opiniões relativos ao regime articulado.

São dados confidenciais a identificação do aluno e Encarregado de Educação. Servem para mera organização da informação e conhecimento do inquiridor.

O inquérito é composto por quatro páginas e requer apenas alguns minutos da sua atenção.

A sua colaboração é fundamental na elaboração desta investigação.

Agradecido,  
Bruno Rua, Abril de 2015

## Secção A – Dados pessoais

1. Nome do EE: \_\_\_\_\_
2. EE do aluno (nome e n.º mecanográfico do CRMVR): \_\_\_\_\_

## Secção B – Dados e Impressões relativos à Frequência do Ensino Articulado

1. Indique a Escola do Ensino Regular e Turma frequentadas pelo educando.

\_\_\_\_\_

2. Indique o grau de frequência do educando na disciplina de instrumento? \_\_\_\_\_

3. O educando teve Iniciação ao Instrumento ou formação prévia ao ingresso no 1.º grau? Se sim, quantos anos? \_\_\_\_\_

4. Teve conhecimento do regime articulado através:

- ☐ Conservatório Regional de Música de Vila Real
- ☐ Outro(s) Estabelecimento(s) de Ensino, especifique: \_\_\_\_\_
- ☐ Educando
- ☐ Amigos/Familiares
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

5. O que motivou a opção pelo regime articulado? Assinale as opções que entender.

- ☐ Desenvolvimento do gosto, da sensibilidade
- ☐ Aliar complemento curricular a ocupação positiva do tempo livre (Audições, etc.)
- ☐ Possibilidade de horário escolar privilegiado
- ☐ Possibilidade de o educando integrar turma composta por alunos “seleccionados”
- ☐ Actividade socialmente valorizada
- ☐ Aspecto financeiro (propina de freq. do Conservatório)
- ☐ Formação académica mais completa
- ☐ Evolução académica mais acessível
- ☐ Melhor contributo para a média de avaliações
- ☐ Estabelecimento de Ensino Regular a frequentar
- ☐ Permitir ao educando acompanhar os seus amigos
- ☐ Preferência pela Música face a outras actividades extra
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

**6. Considera o percurso académico:**

- ☐ mais exigente no regime articulado que no regular  
☐ mais acessível no regime articulado que no regular  
☐ tão exigente no regime articulado quanto no regular

**7. Ao optar pelo modelo do regime articulado:**

- ☐ assume o ensino artístico como mero complemento curricular  
☐ admite a possibilidade do educando enveredar profissionalmente na área  
☐ permanece aberto ao que o educando possa retirar do mesmo  
☐ outro: \_\_\_\_\_

**8. Um aluno em regime articulado tem maior responsabilidade e pressão na sua evolução.**

- ☐ Não concordo nada    ☐ Não concordo    ☐ Concordo moderadamente  
☐ Concordo    ☐ Concordo plenamente

**9. O facto de um instrumento requerer trabalho diário, nada impede várias actividades extra-curriculares ao longo da semana.**

- ☐ Não concordo nada    ☐ Não concordo    ☐ Concordo moderadamente  
☐ Concordo    ☐ Concordo plenamente

**10. Considerando o relevo das disciplinas artísticas no conjunto das duas escolas, é irrelevante um aluno ingressar no regime articulado sem iniciação a um instrumento.**

- ☐ Não concordo nada    ☐ Não concordo    ☐ Concordo moderadamente  
☐ Concordo    ☐ Concordo plenamente

**11. O facto de um aluno, em regime articulado, não poder ultrapassar um desfaseamento de dois anos entre as escolas é um aspecto pouco significativo dado tratar-se de modelo de ensino mais acessível.**

- ☐ Não concordo nada    ☐ Não concordo    ☐ Concordo moderadamente  
☐ Concordo    ☐ Concordo plenamente

**12. Um professor de uma turma ou aluno em regime articulado é alvo de maior pressão para transitar o aluno de ano lectivo.**

- ☐ Não concordo nada    ☐ Não concordo    ☐ Concordo moderadamente  
☐ Concordo    ☐ Concordo plenamente

**13. Entre a Escola e o Conservatório, as disciplinas artísticas surgem após acauteladas disciplinas fundamentais como Português ou Matemática.**

- ☐ Não concordo nada    ☐ Não concordo    ☐ Concordo moderadamente  
☐ Concordo    ☐ Concordo plenamente

**14. O Conservatório deve elaborar as avaliações considerando o acesso do aluno ao “quadro de honra”.**

- ☐ Não concordo nada    ☐ Não concordo    ☐ Concordo moderadamente  
☐ Concordo    ☐ Concordo plenamente

**15. Um aluno em regime articulado não tem pressão acrescida por esse factor.**

- ☐ Não concordo nada    ☐ Não concordo    ☐ Concordo moderadamente  
☐ Concordo    ☐ Concordo plenamente

**16. Na sua opinião, que sugestões/críticas se podem apontar ao regime articulado, à sua prática na Escola e no Conservatório?**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Obrigado pelo seu tempo!

## **Anexo III: Modelo de Guião de Entrevista a Docentes do Ensino Artístico Especializado**

### **Guião de Entrevista**

#### **Docentes do Ensino Artístico Especializado**

##### **Secção A – Dados pessoais**

1. Nome:
2. Idade:
3. Habilitação Profissional e Académica:
4. Actividade Profissional no CRMVR (disciplinas tuteladas, funções desempenhadas e tempo de serviço):

##### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Artístico Especializado**

1. Ao longo do tempo, que desenvolvimento neste modelo pode assinalar? Como foi promovido o regime articulado?
2. Como podemos descrever a receptividade das Escolas e dos Encarregados de Educação?
3. Consegue caracterizar o conhecimento dos Encarregados de Educação sobre o regime articulado, no momento de optarem ou não por este modelo?
4. Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral, como favorável a médias, progressão académica mais fácil, financeiramente mais apelativa, só para enumerar alguns exemplos?

5. Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.
6. Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas, no Conservatório. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas, por ventura por parte de Encarregados de Educação, Docentes do Ensino Regular?
7. Considera haver maior pressão para o sucesso académico de um aluno em regime articulado? Colocando-se a questão pelo aluno e, também, no papel do Professor.
8. Para aceder ao 1.º grau, em regime articulado, além de uma prova de admissão, basta o ingresso no 5.º ano de escolaridade. Pode esta condição ser considerada de simplista?
9. Seria viável sensibilizar o meio escolar do 1.º ciclo, promovendo a aprendizagem de música nessa faixa etária e assim diminuir gradualmente o volume de alunos que, no ingresso do 5.º ano, acedem ao Conservatório sem bases?
10. Este ano lectivo tem sido turbulento a diferentes níveis. Começou com muitas incertezas quanto ao calendário lectivo, atrasos nas candidaturas a financiamento, atrasos nos vencimentos dos professores, manifestações nacionais dos professores do ensino artístico especializado. Que reflexão podemos fazer nesta recta final do ano lectivo?
11. Um olhar sobre este meio em que nos inserimos. De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

Obrigado pelo seu tempo!



## **Anexo IV: Modelo de Guião de Entrevista a Docentes do Ensino Regular**

### **Guião de Entrevista**

#### **Docentes do Ensino Regular**

##### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

1. Nome:
2. Idade:
3. Anos de carreira docente:
4. Estabelecimento de ensino actual e tempo de serviço:
5. Total de turmas a seu cargo:

##### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Regular**

1. Como chega ao contacto com turmas do articulado?
2. São as turmas do regime articulado mais exigentes para o Professor em termos administrativos: procedimentos, burocracia?
3. Considera alguma metodologia de aula específica em função do regime de frequência da turma?
4. Existem características-padrão de uma turma em regime articulado em contexto de aula?

5. Entende o regime articulado, por esse factor, como sendo mais exigente para o aluno?
6. Considera que os alunos do regime articulado, por esse factor, têm maior empenho na sala de aula, trabalho proposto, nas suas actividades escolares?
7. Considera os Encarregados de Educação bem informados sobre o modelo articulado?
8. Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral pelos Encarregados de Educação, como – só para enumerar alguns exemplos – favorável a médias, progressão académica acessível, financeiramente apelativa, condição social, horário e turma privilegiados?
9. Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas do Conservatório e vice-versa. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas?
10. Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.
11. Sabendo o limite de desfasamento máximo entre grau de disciplina artística e ano de frequência, de que forma está o sistema, o professor e o aluno sob pressão?
12. Enuncie vantagens e desvantagens do regime articulado.
13. Considera que o regime articulado se deva circunscrever ao “talento”?

14. Considera que o acesso ao regime articulado está demasiado massificado, ou, dito de outra forma, de acesso pouco criterioso?

15. Um aluno que frequente cinco anos de ensino básico em regime articulado leva, do seu percurso académico, mais que os pares de regime ordinário?

16. Assumindo que nem todos os alunos/Encarregados de Educação olham para o regime articulado com a mesma seriedade, que estratégias se poderiam implementar para aprofundar o conhecimento do meio escolar na sensibilização para este regime de ensino-aprendizagem?

17. Considera que o ensino artístico tem tido o apoio e promoção devidos por parte do Ministério da Educação?

18. De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

Obrigado pelo seu tempo!

## **Anexo V: Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado – Professor A**

Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado

### **Professor A**

#### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

Entrevistado A, NR, 21.05.2015

Habilitação Académica e Profissional: Profissionalizado p/ Ensino de Filosofia (nível secundário), Profissionalizado p/ Educação Musical (2.º ciclo), Mestrado em Ensino de Música (Ensino Vocacional), Mestrado em Psicologia da Música  
Disciplina(s) leccionada (s): Formação Musical, Coordenação do Departamento

#### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Artístico Especializado**

**Bruno Rua (BR):** Ao longo do tempo, que desenvolvimento neste modelo pode assinalar? Como foi promovido o regime articulado?

**Professor A (Prof. A):** O que eu noto é que começa a haver maior proximidade entre as escolas do ensino artístico e as escolas do ensino genérico. Isso nota-se sobretudo ao nível da atribuição das avaliações e da presença dos professores (do Conservatório) nas reuniões em conjunto, da passagem da informação aos directores de turma para serem depois distribuídas aos pais. Ao nível das actividades promovidas, tanto por uma escola como por outra, acho que ainda há pouca participação. Geralmente, as informações da outra escola (escola do ensino regular) só chega à escola do ensino artístico quando vão interferir com as aulas, quando os meninos vão ter uma visita-de-estudo e não vão poder vir às aulas. Quando há actividades extra-curriculares, por exemplo, nós, raramente, somos informados. Mesmo assim noto algumas melhorias nessa articulação, porque, por exemplo, nas reuniões

de avaliação, muitas vezes, são lançadas propostas para trabalho, digamos, interdisciplinar, entre o ensino vocacional e o ensino genérico. Já me aconteceu aqui, em Vila Real, ter propostas que me chegaram do lado de lá para eu trabalhar aqui (CRMVR) na aula, que depois iam ser apresentadas lá nas actividades internas.

**BR:** A partir daí, faço já uma questão secundária. Pelos inquéritos que tenho processado, ou seja, pela opinião dos Encarregados de Educação (EE), a esmagadora maioria considera que a articulação é, em alguns casos, inexistente ou está muito aquém do que pode ser. Pelo que eu percebi, o ano (lectivo) passado, em reuniões de avaliação, a escola (do ensino regular) queixa-se que o Conservatório não lhes dá a informação necessária ou a tempo e horas. Por seu turno, os pais têm esta percepção do Conservatório face à escola do ensino regular. Alguns (pais) colocam esta questão a um nível mútuo, de vice-versa, em que a troca de informação é insuficiente de ambos os lados, mas a grande maioria tende a colocar o Conservatório numa posição deficitária em termos de troca de informação. Sentem que o Conservatório não está tão presente. Inclusive, alguns EE sugerem que o representante do Conservatório devia estar presente na reunião de pais, ou seja, não só na reunião das avaliações com o colectivo de professores de uma determinada turma, mas na entrega das avaliações também. E isto porquê? Não só, no ano passado, uma Directora de Turma me reconhecia que nem sempre era fiel na transmissão de informação, porque é informação técnica e o ideal seria um professor do Conservatório a transmiti-la, como alguns pais entendem que o Conservatório nem sempre está presente nesses momentos.

**Prof. A:** Nós já percebemos que há sistemas de administração médios e de coordenação média, que, se existem nas escolas do ensino genérico, não existem nas escolas do ensino vocacional, porque não são viáveis, não são possíveis, nomeadamente a figura do director de turma nesta escola. Neste modelo de ensino não faz sentido e não é possível. Quanto ao contacto com os pais, a escola do ensino vocacional tem sempre o cuidado de ter um horário de atendimento marcado, em que os pais podem estabelecer o contacto, se o precisarem. O que me parece é que essa queixa parte da questão da facilidade que era juntar tudo numa situação. Eu não sei se isso é muito desejável porque nós estamos a procurar articular o que não é articulável...

**BR:** Pelas diferentes naturezas de ensino?

**Prof. A:** Por naturezas muito, muito diferentes. Para haver uma articulação correcta, eventualmente, os meninos deveriam ter não uma mistura, no mesmo dia, de aulas de música e de aulas de outras disciplinas, mas deveriam ter, eventualmente, um dia inteiro dedicado às aulas de música e não uma manhã ou uma tarde. Piora, ainda, esta questão

quando se pensa no Conservatório de Música do Porto, por exemplo, quando eles (os alunos) têm as disciplinas todas sobrepostas no mesmo turno: têm classe de conjunto, depois vão ter português, depois vão ter violino, depois têm matemática...

**BR:** Isso é a maior desarticulação que se pode promover.

**Prof. A:** É a maior desarticulação possível, porque não se está a partir do princípio, que é um princípio válido na produção artística, de que a entrega à produção artística exige algum tempo de recolhimento, exige a criação de um tempo interior e de uma vida interior diferente daquela que se consegue ter, ou que é possível, ou desejável ter, noutras situações. Há uma necessidade de recolhimento e de concentração, que é muito mais exigente do que em disciplinas do ensino genérico. A articulação ideal seria, eventualmente, as escolas/os alunos terem um dia, um dia e meio, dois dias dedicados ao conservatório. A questão dos turnos, terem aulas de manhã num sítio e de tarde no outro, já facilita essa separação de tempos, digamos, mas, eventualmente, ainda não é o ideal. É melhor do que ter as diferentes disciplinas todas encadeadas, intercaladas, porque isso não funciona mesmo.

**Prof. A:** Eu tenho a impressão de que a DREN (Direcção Regional de Educação do Norte) tem tido um papel pouco interventivo na questão da articulação, porque a tal desarticulação deve-se, muitas vezes, a questões como a arrogância dos pequenos direitos: “isto na nossa escola é assim e na outra escola não interessa como é”. Cada conselho directivo da sua escola não está muito aberto a dialogar e a mudar procedimentos antigos para poderem incorporar uma outra realidade. Parece-me que a DREN, sobretudo no início do lançamento deste regime de ensino articulado, devia ter tido uma papel muito mais interventivo na criação desses mesmos mecanismos, fazendo as pessoas encontrarem-se, fazendo as reuniões em conjunto.

**BR:** Será que o facto de as escolas terem a sua autonomia faz com que não vão mais longe nesse sentido?

**Prof. A:** Isso notou-se sobretudo nos primeiros anos. Havia muito pouca abertura dos conselhos directivos para as necessidades do ensino vocacional e do ensino vocacional para as exigências do ensino genérico.

**BR:** Por ventura, assumindo-se que o ensino artístico se devesse processar de acordo com a natureza e os moldes do ensino regular.

**Prof. A:** Esse é o pressuposto que, suponho eu, orienta esta organização e esta integração do ensino artístico no ensino não artístico. É o pressuposto de que o ensino artístico, agora, vai fazer parte do sistema de ensino geral. Portanto, há uma fatia de individualidade da produção artística que não tem o seu devido reconhecimento. Ao longo do tempo tem

ficado melhor quanto a esta última questão, as atitudes estão mais colaborativas, actualmente. Mas lembro-me que há três anos, por exemplo, ainda se colocavam estas questões: alguns conselhos directivos não queriam saber se a escola do ensino artístico precisava disto ou daquilo, faziam os horários como bem entendia e a escola do ensino artístico que resolvesse os seus problemas a partir daí. Agora já se consegue dialogar um bocado nesse sentido. Acho que a DREN foi pouco interventiva a criar mecanismos e esses modos de procedimento desde o princípio, assim como na criação de instrumentos informáticos comuns de divulgação pedagógica e didáctica das actividades comuns às duas escolas. As escolas deviam ter uma página (na internet) comum, eventualmente, ou cada sítio (*site*) de uma escola ter ligação ao sítio da outra escola, em resultado de uma ordem da DREN para as escolas que articulam com outra escola. Isto era uma maneira de responder à questão dos pais quanto à passagem de informação de um lado para o outro, porque as actividades eram lançadas aqui (CRMVR) com alguma antecedência e estariam no conhecimento da outra escola e vice-versa.

**BR:** Uma plataforma comum para uma verdadeira articulação.

**BR:** Como podemos descrever a receptividade das Escolas e dos Encarregados de Educação? De certa forma a resposta anterior já descreve a receptividade das escolas, pelo que podemos focar a receptividade do EE ao longo destes anos.

**Prof. A:** Acho que há dois grupos muito demarcados. Há aqueles que procuram fazer isto por uma questão de intento no crescimento espiritual dos filhos, num sentido alargado, isto é, querem que eles tenham o máximo de vivências positivas e formativas possível e depois há uma fatia grande de EE que procura vir aqui tirar vantagens: as vantagens de um horário diminuído, mais compacto do outro lado, as vantagens de ficar na turma no turno da manhã na outra escola, de poder mandar para cá o filho ao fim da tarde e ele ter logo ali como que ocupação com actividades extra-curriculares. Estes dois modelos de pais reflectem, depois, duas atitudes dos filhos perante a escola do ensino vocacional.

**BR:** Consegue caracterizar o conhecimento dos Encarregados de Educação sobre o regime articulado, no momento de optarem ou não por este modelo?

**Prof. A:** Eu acho que, quanto a isso, não há muita informação de acordo com o modelo dos pais. Os pais que procuram ir buscar as vantagens não têm muita informação acerca das consequências e depois começam a queixar-se das consequências à medida que o tempo avança, percebendo o tempo que o ensino vocacional exige: embora pouco em

termos da presença na escola, acresce o trabalho diário ao instrumento para obterem resultados positivos, juntamente com as actividades extra-curriculares de apresentação pública e formativa – trabalhos de orquestra, de fim-de-semana para apresentar audições, concertos, estágios realizados em períodos não lectivos. Parece que os pais nunca teriam perspectivado isso, anteriormente.

**BR:** Há uma ou outra opinião dos Encarregado de Educação que entende que, nas interrupções lectivas, o Conservatório deveria estar fechado. Eu entendo, correndo o risco de fazer uma interpretação precoce, que uma interrupção lectiva não deve ser usada para aulas extra, *masterclasses*, não são para ensaios da orquestra ou do coro. Por ventura, alguns Encarregados de Educação entendem que o Conservatório deveria funcionar nos moldes que se conhece naturalmente, socialmente atribuídos ao ensino regular, ou seja, passo o exemplo: ao Sábado fecha e não há nada.

**Prof. A:** Há uma certa desarticulação mental quanto à convivência dos dois modelos de ensino. As perspectivas estão erradas.

**BR:** Pode-se considerar que há uma certa ausência de cultura escolar quanto ao ensino artístico, que nem sempre o ensino regular promove, porque directores e professores nem sempre conhecem a natureza dos professores e da escola do ensino artístico.

**Prof. A:** Os conservatórios já têm estado a procurar colmatar essa falta de informação, fazendo sessões de esclarecimento das expectativas do ensino vocacional para os pais que querem inscrever os filhos nesta modalidade de ensino, de maneira a que, mais adiante, não haja a queixa do género “eu não sabia que isto exigia tanto tempo”.

**BR:** No fundo, é uma acção dos conservatórios. Não podemos estar à espera que o sistema a promova. É uma acção dos conservatórios, neste caso concreto do CRMVR, que deverá quase que cumprir um roteiro pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo, promovendo, nas reuniões de pais ou no arranque de um ano lectivo de uma 4.ª ou 3.ª classe, numa fase mais imediata, colóquios no sentido de alertar o Encarregado de Educação para forma como o regime articulado funciona, o que o caracteriza, os ganhos, os deveres e necessidades do educando e do regime em si.

**Prof. A:** Os conservatórios têm ocupado um bocado esse papel. Pelo menos este (CRMVR) está a fazer isso.

**BR:** Sim, até porque a sua sobrevivência/sustentabilidade depende disso e não devemos ficar à espera da acção de uma DREN ou até mesmo do Ministério da Educação e Ciência (MEC) para esse fim.



**BR:** Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral, como favorável a médias, progressão académica mais fácil, financeiramente mais apelativa, só para enumerar alguns exemplos?

**Prof. A:** O regime articulado é, para um certo modelo de pais que vêm buscar vantagens, financeiramente mais apelativa. Têm aqui a ocupação dos tempos livres numa actividade, que sabem que é positiva e formativa, e não há dispêndio de dinheiro. Agora, favorável a médias? Eu tenho a impressão de que os pais, no princípio, nos três/quatro anos após a criação do regime articulado, os pais inscreviam os miúdos um bocado nesse desconhecimento. Achavam que a música é muito fácil, vão tirar grandes notas, ou seja, nem sequer vão gastar muito tempo ou dinheiro. Já se tem vindo a perceber que não. À medida que as escolas com o regime articulado se vão tornando mais conviventes com o modelo, vão começando a mostrar a sua verdadeira natureza, que é uma natureza bastante selectiva e restritiva quanto às potencialidades que as crianças devem desenvolver para terem sucesso, para terem as tais notas, médias elevadas.

**BR:** Eu posso acrescentar uma opinião de um Encarregado de Educação que dizia, isto por palavras minhas, que os alunos em articulado face aos colegas que têm Religião e Moral ou Educação Visual, em termos de avaliações saem penalizados e que tal é injusto. Eu pergunto: será por causa do Conservatório ou porque não percebeu que são naturezas distintas e não podemos comparar aquele educando com outro em regime ordinário, seja na mesma turma – uma turma mista, seja na turma da sala ao lado na escola? Se alunos têm percursos diferentes, porque estamos a compará-los?

**Prof. A:** Isso é uma falta de cultura muito grande. É puro desconhecimento. Primeiro está a colocar essas disciplinas no capítulo da ocupação do tempo livre, quando Educação Visual (e Tecnológica) é muito importante para a destreza manual, para determinar esquemas espaciais nas crianças.

**BR:** Eu imaginei, por suposição minha, que fosse, quanto às médias de avaliações na pauta afixada perante o olhar alheio, uma consideração sobre o aluno em articulado que tem notas mais baixas porque, se calhar, não está apenas sentado numa sala de aula com vinte a trinta alunos e é prejudicado por isso. Tenho alguma dificuldade nesta leitura.

**BR:** Considera existir ideias pré-concebidas no Encarregado de Educação ou ao nível das escolas de ensino regular, num eventual segundo plano, sobre a frequência do regime

articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.

**Prof. A:** Sim, acho que há algum pré-conceito, que nem sempre vem no sentido correcto. Por exemplo, nunca se devia retirar a frequência da Educação Física e substituí-las pelas disciplinas do ensino artístico, no regime articulado, em qualquer das modalidades artísticas. O primeiro instrumento de concretização material da actividade artística de um criador é o corpo, que se quer saudável física e mentalmente. É um bom domínio e conhecimento do corpo, sobretudo fisicamente tanto para os *performers* que fazem teatro, dança ou música. As artes visuais poderão estar num segundo plano, neste sentido, mas mesmo aí, se pensarmos na tortura de Miguel Ângelo, ao longo de vários anos, a pintar a Capela Sistina e as doenças desenvolvidas nesse âmbito, mesmo as artes visuais, pegando neste exemplo extremo, são abrangidas por esse pré-conceito.

**BR:** Eu perguntava pela questão que se coloca, por ventura, mais no fim do ensino básico ou ao nível do secundário. O facto de ser mais limitativo nas opções posteriores do aluno no seu caminho para o ensino superior.

**Prof. A:** Quanto a isso as escolas já estão a ter algum cuidado. Já permitem ao aluno fazer um percurso duplo, digamos, frequentar o regime articulado, mas, na escola genérica, frequentarem as disciplinas que seriam postas de lado, no sentido de manterem todas as portas abertas. Eu acho isso muito positivo.

**BR:** É muito mais flexível. E acaba por atender aos receios dos Encarregados de Educação, eventualmente, face a mudanças de ideias dos educandos, absolutamente legítima nessa altura.

**Prof. A:** Ou a descoberta de que, afinal, não são só apenas os gostos, mas de que o potencial físico ou cognitivo não permite estar a desenvolver o ensino artístico com um futuro profissionalizante. Logo, há aí uma opção que fica salvaguardada.

**BR:** Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas, no Conservatório. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas, por ventura por parte de Encarregados de Educação, Docentes do Ensino Regular?

**Prof. A:** Eu acho que o papel do EE é determinante. Os alunos bons que nós temos no Conservatório são bons, também, na escola, os alunos de excelência na escola são, também, alunos de excelência no Conservatório. Quando acontece o contrário, o caso dos alunos de excelência não serem bons no Conservatório, o que nós verificamos é que, muitas vezes, da

parte dos EE há uma noção de desinvestimento naquilo que é o ensino artístico. São aqueles EE que vieram buscar vantagens ao ensino artístico: uma ocupação dos tempos livre, uma actividade vagamente formativa sem grande dispêndio de dinheiro. Quando os pais valorizam a participação dos filhos aqui (no Conservatório), geralmente, os filhos sentem essa pressão positiva, sentem o valor social que é dado à actividade musical e correspondem. E como são bons alunos, são bons cognitivamente e intelectualmente, são bons a nível dos hábitos e métodos de estudo, também se tornam bons no Conservatório. Agora, quando os pais desinvestem no Conservatório, eles (os alunos/filhos) são maus no Conservatório.

**BR:** Considera haver maior pressão para o sucesso académico de um aluno em regime articulado? Colocando-se a questão pelo aluno e, também, no papel do Professor.

**Prof. A:** As escolas do ensino vocacional sentem essa pressão nas reuniões de turma/de avaliação quando as notas mais baixas dos alunos em regime articulado são votadas, não porque põem em causa a progressão do aluno de ano lectivo, mas simplesmente porque não permitem ao aluno, por exemplo, entrar no quadro de honra. Isso é uma falta de visão daquilo que é a honra. A honra não é ser honrado num sítio e não ser no outro. A honra é ser vertical e ser íntegro, portanto ter um desempenho que merece o quadro de honra num sítio e noutro. Isso pressupõe, da escola do ensino genérico, uma certa arrogância de “estou em primeiro lugar”, “esta é mais importante que a outra”.

**BR:** Eu tive uma leve sensação, nesse sentido, quando, ao me explicarem determinados procedimentos, me dizem que aquela é a escola-mãe, a sede no que concerne à articulação, logo a escola tem o poder de subir uma nota de qualquer disciplina, em conselho de turma. A par disto perguntava-me: o que é o quadro de honra? O que estão a premiar ao aluno?

**Prof. A:** Notas para uma determinada média, assiduidade, comportamento na escola, não pode ter faltas injustificadas ou queixas de alguma ordem. Em tempos tive um EE a propósito da justificação de uma falta de um aluno, cuja condição de injustificada inviabilizava o acesso ao quadro de honra. Se estava injustificada é porque não foi justificada no tempo certo. Se deve ter acesso ao quadro de honra por causa disso? Se deve perder o acesso? Bem, tem de ter um comportamento honrado, que, neste caso, é justificar as faltas no tempo devido. Ainda por cima, estamos a falar de um período lectivo para o outro. Agora, colocando as coisas numa perspectiva pessoal, se o aluno tem um comportamento ou um desempenho que não lhe deve dar acesso ao quadro de honra? Isso

não posso dizer, porque trata-se de um aluno empenhado e trabalhador. Só por isso fui atrás ver se é possível fazer a justificação da falta, porque reconheço o perfil empenhado do aluno.

**BR:** Bom, isso foi um caso concreto, do qual não podemos fazer exemplo.

**BR:** Para aceder ao 1.º grau, via regime articulado, além de uma prova de admissão, basta o ingresso no 5.º ano de escolaridade. Pode esta condição ser considerada de simplista? Posso acrescentar que o foco é a Iniciação Musical *versus* sem Iniciação Musical, o arranque de um aluno, no 1.º grau, do zero perante uma matriz específica *versus* começar do zero perante uma matriz livre ao nível da Iniciação Musical e a gestão de aula e do ano lectivo de um professor nesses casos.

**Prof. A:** Isso toca na questão dos perfis do EE. São EE que, ao longo do percurso escolar, até aos dez anos, estimularam bastante os miúdos, levando-os a concertos, colocando-os a aprender música em escolas “de bairro” (de dimensão local)? Se têm vivência musical, hábitos de ouvir música, em conjunto, eventualmente? São EE que valorizam a actividade em si – o que é muito importante? Eventualmente, os miúdos chegam aqui (ao Conservatório) e, com o devido apoio em casa, podem colmatar essa diferença (de não ter cumprido Iniciação Musical no estabelecimento a que concorrem no acesso ao 1.º grau). Agora, não digo que seja esse o nosso perfil mais abrangente do EE São as excepções. É verdade que há uma diferença muita grande quando se entra no regime articulado com e sem Iniciação Musical. E nós sabemos que a psicologia da música e a psicologia do desenvolvimento cognitivo fala de janelas temporais que devem ser exploradas para o desenvolvimento de determinadas competências, sob pena de serem mais difíceis de adquirir, mais tarde. Nas crianças, para o desenvolvimento motor e cognitivo da organização do som – memória auditiva, etc. – sabemos que isso é verdade.

**BR:** Por vezes as pessoas esquecem-se que isto não é a nossa opinião, mas consta dos imensos estudos científicos sobre esta matéria. Mais acrescento, a partir dos inquéritos ao EE, no que concerne à frequência de Iniciação Musical do actual (2014/2015) conjunto de alunos em regime articulado, o sim lidera com a frequência de um a dois anos. Nesse sentido, é um dado satisfatório...

**Prof. A:** É satisfatório, mas não é o ideal. O ideal seria a frequência dos quatro anos de Iniciação Musical e mais dois de pré-Iniciação Musical. Na interpretação do ser satisfatório ou não, há que ter em atenção o seguinte: alguns EE, quando se apercebem que é uma condição preferencial do Conservatório fazer admissão ao regime articulado a alunos que

tenham feito a Iniciação Musical, vêm no último ano da Iniciação Musical inscrevê-los aqui, como se esse ano de Iniciação Musical cumprisse todo o percurso de desenvolvimento que eles não tiveram para trás.

**BR:** Ou será que o EE inscreve no último ano de Iniciação Musical pelo facto de saberem, por amigos ou familiares – que tem sido o veículo líder pelo qual tomam conhecimento do regime articulado, que têm acesso privilegiado ao 1.º grau face a alunos externos?

**Prof. A:** Exactamente.

**BR:** De certa forma, a questão inicial foi pensada, em primeiro plano, sobre o sistema. Será que o sistema, mais do que a cultura do EE sobre música, o ensino de música ou o regime articulado, não deveria ser mais selectivo, assertivo ou rigoroso?

**Prof. A:** Deveria ser mais rigoroso, exactamente.

**BR:** Por exemplo, só acederia ao 1.º grau em regime articulado se tiver pelo menos um ano de Iniciação Musical. Porque se permite a opção de frequência só porque o aluno transita para o 5.º ano?

**Prof. A:** Isso é uma falha do próprio sistema. Nota-se a pouca importância que é dada ao ensino pré-escolar na rede de infantários públicos. Nós devíamos ter um ensino pré-escolar gratuito, abrangente e fornecido pelo Estado. E temos uma rede bastante deficitária quanto às necessidades. Se eles (Estado/infantários/jardins de infância) não fornecem essa oportunidade de formação desde o pré-escolar, não poderiam exigir isso como condição para o ingresso. É uma lacuna no sistema que ainda não foi vista, possivelmente, ou ainda não foi assumida porque, também, implica os seus custos.

**BR:** Se calhar acrescentaria: uma outra valorização da música como disciplina nuclear curricular em vez de reduzida a AEC (Actividade Extra-Curricular).

**Prof. A:** A actividade musical nas AEC, dependendo do sítio, da autarquia onde se está, pode funcionar muito bem ou muito mal. Houve autarquias que levaram isso muito a sério, fizeram sistemas de formação de professores e integraram-nos nos conservatórios em contacto directo com professores de Formação Musical e de Instrumento. Esse sistema funcionou muito bem. Isto quer dizer que é, também, uma falta de exploração dessa possibilidade por parte da DREN e do MEC, porque essa estrutura já existe. Agora, ela podia ser explorada de uma maneira mais assertiva por parte da DREN.

**BR:** Eu pensaria, agora, no Agrupamento de Escolas Diogo Cão. Tomei conhecimento, pelo seu Projecto Educativo, que a Escola Diogo Cão é a única com 2.º e 3.º ciclo e o Agrupamento contempla uma série de escolas primárias e jardins de infância. A caracterização deste Agrupamento refere uma abrangência de treze freguesias

marcadamente rurais – com péssimas estradas, péssima rede de transportes públicos – e três freguesias urbanas, ou seja, pensando não só nas deficiências do sistema global, pensando à escala de Vila Real Cidade/Concelho, como se procede? Teria de haver uma enorme vontade política da DREN com os agentes políticos locais para haver um colectivo qualificado a deslocar-se a este rol de jardins de infância...

**Prof. A:** A solução passa por essa presença, mas essa presença não tem de ser feita a partir do desmembramento daquilo que é a escola vocacional de música, mas pode ser feita, precisamente, a partir do tempo de formação que seria concedido às educadoras, que trabalham com as crianças, que teriam uma vez por mês uma formação colectiva de formação musical, dentro do Conservatório, e que faria parte da estrutura do Conservatório ter esse departamento de formação à comunidade educativa alargada e que seria uma das soluções do Conservatório, devidamente financiada, devidamente paga pelo sistema nacional de ensino. Isto era a única maneira de fazer esta articulação, que se pretende do regime articulado, ser uma articulação eficaz. Era fazer uma formação, não digo semanal, mas mensal junto de educadores, eles terem um dia reservado para uma sessão de quatro/cinco horas no Conservatório, em que iam trabalhar repertório, melhorar a sua dicção, a sua maneira de cantar, fichas de trabalho, materiais didácticos gravados, que poderiam implementar no próximo mês. A mesma coisa aconteceria com as escolas primárias: o professor da escola primária, o professor da AEC, passaria pelo Conservatório, de duas em duas semanas, por exemplo, e estabeleceria o seu trabalho semanal com um professor de Classe de Conjunto, de Formação Musical do Conservatório...

**BR:** Como um tutor, quase ao estilo de tutoria.

**Prof. A:** Exactamente. Dentro dessa imagem de formação alargada aos agentes educativos da comunidade escolar. Era a única maneira de fazer com que o regime articulado realmente tivesse frutos e funcionasse articuladamente e se explorasse todo o potencial desta estrutura que foi criada ao nível do 2.º ciclo do ensino básico em diante, mas que para baixo não existe. Quer dizer, ela existe, mas não está articulada.

**BR:** Seria viável sensibilizar o meio escolar do 1.º Ciclo, promovendo a aprendizagem de música nessa faixa etária e assim diminuir gradualmente o volume de alunos que no ingresso do 5.º ano acedem ao Conservatório sem bases? Penso que o ponto nove ficou respondido.

**BR:** Este ano lectivo tem sido turbulento a diferentes níveis. Começou com muitas incertezas quanto ao calendário lectivo, atrasos nas candidaturas a financiamento, atrasos nos vencimentos dos professores, manifestações nacionais dos professores do ensino artístico especializado. Que reflexão podemos fazer nesta recta final do ano lectivo?

**Prof. A:** Pode-se dizer que, afinal, o MEC vê-se obrigado pela Lei de Bases do Sistema Educativo a criar uma situação pública do ensino das artes, mas que nunca levou essa incumbência a sério, nunca a tratou com a seriedade que devia ter. Senão, em primeiro lugar, não teríamos modelos de financiamento tão díspares entre o norte, o centro e o sul. Em segundo lugar, teríamos um calendário escolar que não levanta os problemas que o calendário do regime articulado levanta com a questão das trinta e seis semanas. Em terceiro lugar, já teríamos, nesta altura, uma visão vertical mais integrada das necessidades de base ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, conforme se falou na questão anterior. Acho que toda a turbulência, que tem acontecido, decorre dessa ligeireza com que o MEC resolveu implementar o regime articulado, simplesmente, porque a Lei de Bases para isso conduzia. Não estou a dizer que este modelo de articulação é o mais correcto ou venha a dar os melhores resultados sequer. Acho que foi só uma resposta que o MEC fez perante as obrigações da Lei de Bases do Sistema Educativo. Não pensou no melhor modelo de fazer a articulação, porque senão teria pensado noutros modelos. Em relação ao calendário escolar, há uma questão mais séria ainda, que é fazer um calendário lectivo andar a reboque de festas religiosas, que cria grandes assimetrias entre a duração dos períodos lectivos, de ano para ano. Todos os anos, o material que temos estruturado para um período lectivo, no ano a seguir esse período vai ter mais quatro semanas. É preciso mudar tudo e não falo de conteúdos, mas de materiais, *timings* de testes, reorganização do planeamento de conteúdos. Não um período lectivo que, de ano para ano, tenha um determinado número de semanas. O Natal nem está em causa, a questão coloca-se nas festas móveis como a Páscoa, que tem implicações muito sérias no 2.º e 3.º períodos...

**BR:** São logo 2/3 do ano.

**Prof. A:** Isso é muito negativo para o ensino genérico e muito mais negativo para o regime articulado.

**BR:** Mais mediática foi a questão do financiamento. O modelo de financiamento, o facto de parte do financiamento ser proveniente do quadro europeu, que não chega às escolas a tempo e horas – passo a expressão.

**Prof. A:** Bem, eles (os financiamentos) chegam a Portugal a tempo e horas. Eles não chegam é às escolas, porque ficam a fazer juros algures.

**BR:** Por fim, um olhar sobre este meio em que nos inserimos. De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

**Prof. A:** Primeiro, eventualmente, coordenar melhor a questão dos horários lectivos: a atribuição de dias inteiros ou períodos do dia (turnos) bem definidos. Depois, assumir que quanto a marcação de actividades extra-curriculares, as escolas têm as suas autonomias, mas têm de dar conhecimento de parte a parte. É evidente que a escola de música vai ter muitas mais actividades extra-curriculares que a outra escola, porque faz parte da sua natureza, do seu ensino, apresentar actividades, inclusive de performance pública. Outra questão importante seria trabalhar, dentro do agrupamento, verticalmente, desde o topo, que é o liceu, até ao jardins de infância, que alimenta esse liceu de população escolar, e dar à escola de ensino vocacional, que articula com esse agrupamento, o papel de conduzir o processo de integração/articulação até aos níveis mais baixos (níveis base de ensino). Acho que é essa a maneira de trabalhar com a comunidade. Há mais uma questão importante que toca na marcação dos testes, das audições...

**BR:** Outra questão apontada pelos EE.

**Prof. A:** As escolas são diferentes, têm regulamentos diferentes e tem de ser assim. Um determinado regulamento tem validade dentro daquela escola e não tem, nem pode, noutra. Isto implicava que os regulamentos internos tivesse sido feitos em conjunto pelas duas escolas (que executam o regime articulado). Isso obrigava a que uma DREN tivesse tido um papel interventivo, desde o princípio do funcionamento do regime articulado, no esforço da coordenação. A questão dos regulamentos levanta muitos problemas ao longo de um ano lectivo.

**BR:** Por exemplo, o número de testes por semana, o facto de alguns pais ficarem confusos por terem testes na escola e audição de instrumento no mesmo dia, ou terem os testes da escola e os testes de Formação Musical numa determinada semana...

**Prof. A:** Mas aí é falta de cultura musical dos pais, de cultura alargada. Na música, aquilo que se prepara para ser avaliado, desenvolve-se a longo prazo. Não é com um estudo de dois dias antes, como para uma disciplina de natureza cognitiva, que vai resolver a questão. Ou o aluno fez o seu percurso ao longo do período, como o devia fazer, ou não é dois dias antes que o fará. Logo, ele pode ter o teste de música misturado com vinte testes a disciplinas do ensino genérico. O teste de música ou vem preparado desde o princípio do período ou não há possibilidade de o fazer sequer.



**BR:** Obrigado pela disponibilidade.

## **Anexo VI: Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado – Professor B**

Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado

### **Professor B**

#### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

Entrevistado B, 33 anos, 22.05.2015

Habilitação Académica e Profissional: Licenciatura (Pré-Bolonha)

Disciplina(s) leccionada(s), Funções: Violino, Director Pedagógico

#### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Artístico Especializado**

**Bruno Rua (BR):** Ao longo do tempo, que desenvolvimento neste modelo pode assinalar? Como foi promovido o regime articulado?

**Prof. B:** Quando eu integrei o Conservatório (CRMVR), em 2007, o regime articulado já estava dinamizado. É um regime de frequência que tem tido alguma afluência, porque é um regime facilitador no princípio da articulação entre a escola do ensino genérico e a escola do ensino artístico. Com a sua gratuidade, são estes os dois pontos-chave deste regime de ensino. A sua promoção passa por estes aspectos e, tanto quanto eu sei, na génese houve uma promoção muito boca-a-boca e a implementação deste regime é facilitada porque o Conservatório vem ocupar o espaço aberto por outra instituição (Real Filarmonia), beneficiando de uma estrutura já existente, de canais de comunicação já estabelecidos. Aliás, tanto quanto sei, este Conservatório já iniciou actividade com um contrato-patrocinio. Hoje em dia é muito comum haver autorizações de leccionação, mas sem direito a financiamento. Mesmo quando havia esse direito havia um período de carência. Depois, havia, também, alguma ligação de alguns professores, no início, alguns impulsionadores do regime articulado, nomeadamente o Prof. José Alberto Ribeiro, ligados

às escolas da região, que fez com que houvesse sempre uma certa ligação das escolas a este Conservatório.

**BR:** Eu posso acrescentar que, no inquérito ao Encarregado de Educação (EE), ao questionar a forma da tomada de conhecimento sobre o regime articulado, é esse passapalavra, essa tradição oral que, ainda hoje, é líder enquanto veículo de informação, seguido pelo CRMVR na promoção deste regime.

**Prof. B:** É a melhor forma de publicidade. Este ano estamos a fazer publicidade às pré-inscrições no Conservatório nos jornais, na imprensa regional, e desconheço se alguma vez foi tomada acção semelhante. Isto é válido para todo o país: há uma redução demográfica em determinadas faixas etárias. Achamos que o Conservatório, neste momento, está bem dimensionado, mas a médio prazo tem de haver um reforço desta publicidade (à pré-inscrição, aos regimes de frequência) para ocuparmos as vagas a que, neste momento, temos financiamento. Já são conhecidos casos, aqui no norte, escolas que, naquele período de prosperidade abriram muitas vagas e conseguiram financiamento para alunos e turmas, ao abrigo do Fundo Social Europeu (FSE), mas que neste ano lectivo já não conseguiram preencher.

**BR:** Logo, se ocupam menos vagas, o financiamento encolhe e, esperando que algum dia o estado demográfico se inverta, se calhar o financiamento não abre instantaneamente.

**Prof. B:** Claro. Aliás, nós estamos numa situação inversa. Este ano temos mais alunos apoiados do que alguma vez tivemos. Esse passo foi dado, ou seja, contra a corrente, temos mais procura enquanto a demografia começa a diminuir no geral. Temos de fazer um reforço nesse sentido para manter esta estrutura bem dimensionada em conformidade com a região. E parece-me que estamos a conseguir isso.

**BR:** Fazendo a ponte com a segunda questão do guião: como podemos descrever a receptividade das Escolas e dos Encarregados de Educação? De certa forma, o aspecto das Escolas foi parcialmente respondido...

**Prof. B:** Ainda na relação entre escolas, temos um sistema, relativamente recente, de representatividade, que tem melhorado, também, essa articulação. Se outrora houveram esses canais, eles deixaram de existir, porque as pessoas que tiveram ligação ao Conservatório, na génese da instituição e da implementação do regime articulado, deixaram de ter essa ligação directa. Penso que foi há cerca de três anos que se estabeleceu este sistema de representatividade. Aliás, tu próprio (Bruno Rua) já foste representante do Conservatório e, por essa experiência, também poderás concluir que isso foi muito

importante: o facto de termos representação nos conselhos de turma. Penso que no início, este sistema não contemplava um representante assumido, mas, por alturas dos conselhos de turma, as reuniões eram distribuídas por vários professores, não havendo propriamente uma continuidade. A decisão de ter um professor, que conheça os alunos daquela turma, estabelecendo-se os professores de Formação Musical como representantes, veio melhorar esses canais de entendimento. Penso que, hoje, há uma maior sensibilidade para o que pode ajudar no sucesso escolar dos alunos. Nomeadamente, este ano lectivo (2014/2015), as escolas foram sensíveis aos nossos argumentos quanto a continuidade pedagógica e manutenção dos horários das aulas de Formação Musical, pelo que esses canais de comunicação continuam a ser melhorados, essa comunicação continua a ser feita. A receptividade do Encarregado de Educação (EE) é muito boa, em primeiro lugar, pela possibilidade de escolha. Enquanto que houve escolas, em determinadas realidades, que só aceitaram alunos em regime articulado, nós (CRMVR) nunca tivemos essa posição. A influência na escolha do regime articulado, em certos casos, é uma influência pedagógica. Por exemplo, nós já tivemos protocolos com determinados colégios que, hoje em dia, não temos e há uma altura em que o aluno vai para o 7.º ano e o seu EE tem preferência por um determinado colégio com que o Conservatório calha de não ter protocolo. Ir para o 7.º ano é favorável optar pelo regime articulado porque toda a turma está focada, partilham com os colegas esta realidade, enquanto que se estiverem numa escola onde não há regime articulado, eles têm amigos que não sabem o que é feito aqui, não partilham com os colegas as características do ensino artístico. Isto faz com o que o Conservatório vá ficando marginalizado (no dia-a-dia), porque não partilham com os colegas da mesma idade as conversas sobre música. Uma vez no regime articulado, as conversas com os amigos, que tocam todos um instrumento, que tocam juntos nas classes de conjunto, favorece o sucesso escolar, considerando a influência do meio em que estão inseridos.

**BR:** Foi referida uma influência pedagógica, ao EE, pela opção de frequência no regime articulado. Numa outra perspectiva, a instituição (neste caso, o CRMVR), também, dependerá do volume de alunos neste regime pelo aspecto do financiamento, de contributo financeiro para um orçamento interno, não?

**Prof. B:** Há a ideia de que o financiamento de um aluno em regime articulado é diferente de um aluno em supletivo. Penso que essa ideia foi erradamente construída, porque, em termos de legislação, são regimes com regulamentação distinta, em alguns pontos. O regime articulado é tendencialmente gratuito ao passo que no regime supletivo há cobrança de propina. Desde que entramos no Fundo Social Europeu (FSE), se for cobrada propina a

um aluno em regime articulado, ela tem de ser devolvida, ou seja, o FSE paga determinado valor por aluno, independentemente de ele estar em regime supletivo ou articulado, e ao ser cobrada propina seria o valor co-financiado pelo FSE menos a dita propina. A vantagem de ser cobrada uma propina será mais uma questão de tesouraria/liquidez e não o financiamento variar consoante o regime de frequência.

**BR:** Consegue caracterizar o conhecimento dos Encarregados de Educação sobre o regime articulado, no momento de optarem ou não por este modelo?

**Prof. B:** Neste momento, as pessoas estão melhor informadas do que já estiveram e, se na génese iam pelo caminho da gratuidade do regime, hoje em dia já olham para outras coisas: o sucesso escolar, não só do lado da escola artística, mas também da escola genérica, que as turmas do regime articulado têm tido. As turmas do articulado são tendencialmente mais pequenas e isto promove, sem dúvida, o sucesso escolar. Os pais, hoje em dia, estão mais atentos a estas questões. Em termos de horário, há uma certa flexibilização, é possivelmente ter-se um horário mais compacto, evita-se que o horário se estenda além das 18h30 – salvo a excepção da disciplina de Classe de Conjunto, porque implica conjuntos de alunos nas diferentes modalidades de frequência, senão não era possível ter uma orquestra de sopros mais completa e com qualidade, por exemplo. Cada vez mais os pais estão sensíveis a estas questões. O aspecto financeiro também é importante: eu tenho a certeza que há EE que, se não fosse pela gratuidade do regime articulado, não teriam condições de ter o seu educando a estudar cá...

**BR:** Apenas um parêntesis. Pelos inquéritos submetidos aos EE, há dois aspectos que lideram, na motivação pela escolha deste regime: o aspecto financeiro, concretizado com referência à propina do Conservatório, e uma formação académica mais completa. São duas em treze opções de resposta, que lideram esta questão.

**Prof. B:** Uma formação académica mais completa teremos de ligar com o próprio sucesso escolar...

**BR:** Sim. O parâmetro terá sido pensado até pela aliança curricular entre a componente artística e as disciplinas do ensino regular...

---Pausa devido a solicitação de terceiros ao entrevistado, no âmbito das suas funções---

**BR:** Falávamos do conhecimento dos EE, do benefício que a propina representa e do facto dos EE estarem cada mais esclarecidos, embora haja, na minha opinião, sempre

trabalho a fazer nesse sentido. Naturalmente, também depende das características do EE, daqueles que, de alguma forma, têm uma ligação mais afectiva à música ou promovem a audição de música, em casa, na ida a concertos, e daqueles que chegam à opção do regime articulado por amigos/familiares, eventualmente, mas sem uma cultura anterior a esse momento. Partindo dos resultados que tenho visto, pelos inquéritos aos EE, parece-me claro o benefício de um aluno ter usufruído de Iniciação – versus uma chegada ao 1.º grau sem formação prévia – e quanto ao trabalho fora da aula, ao trabalho nas interrupções lectivas, de facto, o crescendo da afluência ao regime articulado – apontado pelos vários colegas (CRMVR) e legitimado pelos números – mostra que há muito trabalho pela frente. Também falamos de um Conservatório que, com os seus dez anos, é jovem.

**Prof. B:** O nosso trabalho deve ser orientado no sentido de provocar uma procura do valor intrínseco do que é estudar música, porque ajuda na escola, na matemática...

**BR:** Não sei se iria tão longe, isto é, não sei se a percepção da maioria dos EE vai no sentido de ver a música aliada à escola genérica, como linguagem, como matemática...

**Prof. B:** A música, a criação artística vale por si mesma e temos o dever de educar nesse sentido e não como algo apenas secundário que ajuda na matemática, etc..

**BR:** Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral, como favorável a médias, progressão académica mais fácil, financeiramente mais apelativa, só para enumerar alguns exemplos?

**Prof. B:** Favorável a médias? Hoje em dia, é discutível. A minha opinião não está co-substanciada em nenhum trabalho – como estás a fazer e que será útil para tirarmos muitas conclusões, útil a esta comunidade, penso eu. Por exemplo, nós temos uma escola, com quem temos protocolo para o regime articulado, que, para o quadro de honra dessa escola, as notas das disciplinas de música não contam. Essa retirada de importância a disciplinas que são curriculares, que fazem parte de um curso, de uma escolha, achamos nós, por pressão de alguns EE, é demonstrativo de que a opção não é pelas médias. Esta retirada acontece porque, de alguma forma, entendem que o Conservatório não é fácil ou que pode comprometer a média dos alunos. Logo, não me parece que seja por aí que se opta pelo regime articulado.

**BR:** No inquérito aos EE, numa questão aberta, e isto a título de mero exemplo, um EE referia, após um ano do educando neste regime, alguma injustiça pelo facto de os alunos que têm Religião e Moral ou Educação Visual têm melhores médias que os alunos em regime articulado. Eu pergunto-me se o pensamento de ser favorável a médias não será por

uma ideia de um percurso académico mais acessível, em vez do valor intrínseco do regime em si. Julgo que estas concepções poderão surgir pelo (ainda) não reconhecimento das naturezas distintas das tipologias de ensino regular e artístico, do que é estar numa sala de aula a ouvir e a escrever e estar numa sala de aula, com um instrumento, a ler partitura, processá-la e executá-la em simultâneo, ou seja, surgem, por ventura, da cultura quanto ao ensino artístico...

**Prof. B:** A nossa avaliação é performativa e a avaliação performativa deixa pouca margem para dúvidas. A opinião que vou expressar é pessoal e não reflecte o pensamento ou acção da Direcção Pedagógica, mas sinto que, no ensino genérico, as notas, neste momento, estão inflacionadas. A prova disso é a altura dos exames em que as médias da escola caem...

**BR:** Isso é uma impressão generalizada. Falando por alto, pelo que se lê e ouve na imprensa, começa-se a generalizar essa inflação das notas para, de certa forma, se protegerem os alunos no momento da ida a exame. Os alunos vão a exame com uma média um ou dois pontos acima, uma vez que se assume um descalabro em exame, parece-me...

**Prof. B:** É o que volto a frisar, na avaliação performativa não há muita margem. Na diferença entre formação e conhecimento posso dar um exemplo: eu posso ler tudo sobre a Capela Sistina e responder brilhantemente a qualquer questão sobre ela, mas sem estar lá, sem sentir o cheiro, não é conhecimento... Eu posso saber tudo sobre a Sonata ao Luar (L. Beethoven), saber tudo na teoria, mas não quer dizer que a consiga executar por isso. Tenho de a tocar, estudar, entrar na obra. Depois há uma parte performativa desse conhecimento, que é muita clara. Se a questão das médias influencia a escolha do regime articulado, será para a não escolha do mesmo, neste momento. Pelo que tem sido o *feedback* de alguns EE, que admito poderem não ser a maioria, pelo que temos conhecimento por se dirigirem aqui (CRMVR), as médias não são favoráveis à escolha dos regime articulado.

**BR:** Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.

**Prof. B:** Ao nível do ensino básico, há pouco essa ideia de que o futuro fica comprometido. Já ao nível do ensino secundário, o efeito foi no sentido contrário. Neste ano lectivo (2014/2015) tivemos a entrada de oito alunos para o ensino secundário, em regime articulado. Nunca tivemos tantos alunos em articulado neste nível de ensino, muito menos todos de uma vez. Isto evidencia a clarificação que tem sido feita quanto à frequência neste regime. Um aluno que termine o 12.º ano tem a habilitação

correspondente a esse 12.º ano, equivalente a qualquer aluno que termine um qualquer 12.º ano, com a possibilidade de aceder ao ensino superior, a vários cursos, desde que capaz de cumprir exame específico requerido. No ano passado, tivemos o caso de um EE que nos colocou várias dúvidas, mas que teve uma acção muito pró-activa com contacto a várias universidades, procurou saber exames específicos de acesso a um curso de engenharia, colocou-me em contacto com o Júri Nacional de Exames...

**BR:** Para um EE é uma altura da vida com preocupações nas decisões tomadas pelo educando e, se o educando vai pela paixão, o EE é obrigado a tentar puxar pela razão...

**Prof. B:** Mas houve aqui pré-conceito, sem dúvida, de que quem fosse para o secundário, em regime articulado, não podia fazer mais nada.

**BR:** Ficaria limitado nas suas opções...

**Prof. B:** Nós fazemos opções. Uma escolha está mais vocacionada num sentido, outra estará para outro, obviamente, e por isso existem estas ramificações, senão não faria sentido. Mas em termos de (o regime articulado) ser completamente redutor, porque já se passou essa ideia e alunos fugiram deste regime por isso, parece-me um pré-conceito que não corresponde inteiramente à verdade e tem sido combatido. Hoje em dia há muitos cursos, muitas escolas profissionais, e tenho dúvidas que o mercado de trabalho venha a absorver tanta gente formada nesta área. Mas isto é transversal ao país e interessa-nos aqui (CRMVR) não seduzir para este tipo de ensino. Facto é que havia um pré-conceito...

**BR:** Talvez pelo receio do EE de uma mudança de ideias do educando, de uma mudança de gostos, de afinal não quererem aquele caminho...

**Prof. B:** Um aluno que faça o 12.º ano em ciências pode-se candidatar a um curso de humanidades, no ensino superior. As pessoas têm esse conhecimento e bastando ao aluno cumprir uma exame específico de acesso. Nós (CRMVR) chegamos ao ponto de acordar, com a Escola Camilo Castelo Branco, a integração do conjunto de alunos em regime articulado numa turma de ciências, sendo facultada a possibilidade, ainda que de forma não oficial, de frequentarem a disciplina de matemática...

**BR:** Isto mostra a flexibilidade deste conselho directivo. É uma posição que poderia ser generalizada: permitir aos alunos cumprir um crédito extra, passo a expressão.

**Prof. B:** Mostra articulação, também. Eu julgo que até será o caso de um aluno apenas, mas eu acredito que um aluno, assistindo à aula de matemática, decidindo concorrer a uma engenharia, tem os requisitos para. Poderá ter algumas dificuldades porque não esteve no ramo vocacionado para isso, mas ninguém poderá dizer que o aluno não o pode fazer, que está impedido de o fazer. Não corresponde à realidade.



**BR:** Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas, no Conservatório. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas, por ventura por parte de Encarregados de Educação, Docentes do Ensino Regular?

**Prof. B:** É uma sensibilização que temos de fazer, também. Já há muitos anos atrás se começou a falar em inteligências múltiplas e recordo-me de Howard Gardner como um pioneiro nessa matéria. Dentro do meio académico, das ciências da educação, é um conceito disseminado, no entanto, ao nível do nosso campo de acção, do EE, ainda impera a ditadura de que a inteligência abrange tudo e um aluno inteligente tem de ser bom a tudo, tem de dominar todas as áreas. Esse pré-conceito de que a inteligência é só uma, um conceito lógico-dedutivo do ser inteligente, é esbatido no livro de Gardner, onde este estabelece cerca de sete tipos de inteligência e, ainda assim, acaba a dizer que é apenas um ponto de partida no estudo desta matéria. Já então consagra a inteligência musical e nós temos de sensibilizar para isso. Hoje em dia, já se fala muito em inteligência emocional, também para a qual temos de sensibilizar o meio. A verdade é que alguns EE acusam alguma frustração quando alguns alunos, que são brilhantes no ensino genérico, aqui, não têm o mesmo sucesso. Isto deve-se ao facto das inteligências serem múltiplas e não podemos colocar tudo no mesmo saco.

**BR:** Voltamos à necessidade permanente da promoção da cultura da natureza distinta do ensino artístico. Por vezes, os EE ou alguns professor do ensino regular, regem-se apenas pelo formato mais generalizado, pela natureza do ensino regular, e acabam por tentar aproximar os moldes do ensino artístico aos moldes que melhor conhecem, do ensino regular. Acabamos por andar a reboque de algo que não é possível fundir.

**Prof. B:** Se atendermos à natureza das coisas, estamos a falar de ensino genérico e ensino especializado, ou seja, se é genérico estamos a falar de algo mais abrangente, próprio da natureza da palavra, enquanto que especializado implica algo diferente. Quando comparamos coisas temos de ter cuidado, de ver se são comparáveis. Neste caso, não é comparável (ensino genérico e ensino artístico), porque são ensinos com natureza diferente, naturalmente com pontos em comum, mas diferentes.

**BR:** Considera haver maior pressão para o sucesso académico de um aluno em regime articulado? Colocando-se a questão pelo aluno e, também, no papel do Professor.

**Prof. B:** Estudar um instrumento implica uma situação de compromisso, sentido de responsabilidade. Nós estamos numa sociedade que vive para o agora, para o amanhã. Estudar um instrumento é algo que requer muita paciência e muitas vezes nos estamos a fazer uma coisa e já queremos estar a fazer outra. Estar parado, desacelerar o pensamento, estudar um instrumento outra vez, e outra vez, e ainda não está bem, baseado em tentativa-erro... Nós temos alunos que gostam, depois torna-se difícil, não percebem que exige trabalho e deixam de gostar. Isto não é uma coincidência. Depois de falarmos sobre este assunto com os alunos, percebemos que não deixaram de gostar. É difícil e a característica/tendência geral é ir pelo mais fácil. Podemos pensar na consciência ecológica de que teremos de mudar a nossa forma de estar/viver, mas depois é mais fácil acender a luz...

**BR:** Há também o argumento tecnológico. Para uma geração que cresce nos anos 90 e para os alunos que crescem hoje, há uma panóplia muito mais vasta e acessível de telemóveis, tablets e computadores portáteis que redefinem o conceito de imediato e tornam difícil parar e trabalhar.

**Prof. B:** É a luta que há no nosso ensino. Um aluno, um professor. Agora até temos dois alunos por aula por questões de sistema de horários e carga horária repartida igualmente entre eles. Isto exige um nível de preparação muito grande. O aluno se não estudar, com o professor ali (na aula) só para ele, o que vai apresentar? Acabamos, muitas vezes, por estar a estudar com o aluno, na aula. A preparação do trabalho individualizado é diferente da preparação para o trabalho de grupo, tanto para o professor, como para o aluno. É este sentido de responsabilidade, o facto de ser performativo, sermos um bocadinho como atletas de alta competição... Muitas vezes as notas baixam no 3.º período, porquê? O aluno está a correr bem: o objectivo é fazer cem metros em dez segundos e no fim do 2.º período o aluno está na marca dos onze segundos. Tudo indica que, a manter o ritmo de trabalho, cumpra a distância nos dez segundos previstos. Mas o aluno chegou ao 3.º período e parou, ou seja, acaba o 3.º período na marca dos catorze segundos. Isto, do ponto de vista performativo, significa que os objectivos não são cumpridos, apesar de, no 2.º período, ter dado mostras do potencial cumprimento. Como se lida com isto no sistema que existe? Na avaliação contínua temos o 1.º período e no 2.º período e essa avaliação é cumulativa, isto é, avalias o 2.º, mas tendo em consideração o 1.º período. No 3.º período, não há propriamente nota do 3.º, mas uma avaliação global do ano lectivo. Para o ensino artístico especializado seria muito importante que houvesse uma nota para o 1.º período, outra nota para o 2.º, outra para o 3.º e depois uma média para a nota final. Para a lógica performativa

seria o ideal, mas não é o sistema que existe. Já chegamos à conclusão do que é o ensino genérico e o ensino especializado, mas a avaliação é o sistema do ensino genérico aplicado ao ensino especializado – o que não encaixa bem. No regime supletivo, as avaliações das disciplinas artísticas são exclusivamente da soberania do Conservatório, no âmbito das suas reuniões internas; no regime articulado temos a soberania nos conselhos de turma, com um representante do Conservatório presente, e muitas vezes vemo-nos confrontados com alguma pressão para subirmos alguma nota, porque não percebem a especificidade do ensino artístico, dos conteúdos serem performativos. Eu dou sempre este exemplo: o atleta de alta competição, a metáfora do aluno que no 2.º período está numa marca alinhada aos objectivos, mas estagna e acaba por falhá-los. Isto são questões pertinentes para as quais se requer permanente sensibilização. Este ensino está mais democratizado e estão agora a surgir os estudos. Algumas coisas que, aqui, disse são parte da minha opinião, da minha sensibilidade, mas custa-me fazer afirmações. Depois de um estudo como este, vamos poder fazer algumas afirmações, ter algumas certezas, e isso é excelente.

**BR:** Para aceder ao 1.º grau, via regime articulado, além de uma prova de admissão, basta o ingresso no 5.º ano de escolaridade. Pode esta condição ser considerada de simplista? Eu subentendo, nesta questão, o acesso ao 1.º grau com ou sem Iniciação Musical cumprida em algum instrumento...

**Prof. B:** Isso é uma questão que se coloca na nossa região e não noutras. Por exemplo, olhando ao caso do Conservatório do Porto, na área das cordas, que eu conheço melhor, não entra nenhum aluno no 1.º grau, para o 5.º ano, que não saiba já tocar o instrumento, sem formação prévia num qualquer estabelecimento de ensino, até porque quem pensa em optar por este tipo de ensino percebe que há que se preparar de alguma forma. Isto é um exemplo de um meio diferente do nosso. Aqui (em Vila Real), estamos, ainda, a dar esses passos. Já temos muitos alunos na Iniciação, gostaríamos de ter mais, mas também sabemos que a prova de admissão não distingue alunos: a prova é igual para todos. Agora, há uma parte da prova que é a parte instrumental e, se o aluno já tiver conhecimentos, terá um resultado melhor, seja aluno interno, seja externo. A natureza da prova é a de ser igual para todos.

**BR:** Seria viável sensibilizar o meio escolar do 1.º ciclo, promovendo a aprendizagem de música nessa faixa etária e assim diminuir gradualmente o volume de alunos que no ingresso do 5.º ano acedem ao Conservatório sem bases?

**Prof. B:** É desejável e estamos a fazê-lo. Como referi antes, desconheço que se tenha feito antes a publicação em jornais, voltamos a ter as visitas ao Conservatório...

**BR:** E eu pergunto, porque não ir o Conservatório às escolas, na forma de colóquios sobre este ensino...

**Prof. B:** Além da visita das escolas ao Conservatório, temos participado, nos últimos dois/três anos, no FAN (Festival de Ano Novo) – nos “Concertinhos”, aproveitando este contexto para levar o Conservatório às escolas. Na verdade, temos, também, feito um reforço, não só ao nível do 1.º ciclo, mas do pré-escolar, com o Curso de Movimento e Som a ser recolocado novamente na nossa oferta, como consequência da nossa preocupação e vontade de que os alunos venham para o Conservatório o mais cedo possível.

**BR:** Mais uma vez partindo dos inquéritos ao EE, constata-se que a maioria dos alunos em regime articulado teve um ou dois anos de Iniciação Musical. É um bom indicador e motivador para o futuro, certamente.

**BR:** Este ano lectivo tem sido turbulento a diferentes níveis. Começou com muitas incertezas quanto ao calendário lectivo, atrasos nas candidaturas a financiamento, atrasos nos vencimentos dos professores, manifestações nacionais dos professores do ensino artístico especializado. Que reflexão podemos fazer nesta recta final do ano lectivo?

**Prof. B:** Começando pelo calendário escolar, ele é organizado pelo MEC e recebemo-lo no fim do ano lectivo anterior. Quanto a financiamento, duas coisas: temos o contrato patrocínio, que se destina aos níveis das Iniciações e ensino secundário, foi feito antes do início do ano lectivo; a candidatura ao Fundo Social Europeu (FSE), que regula o ensino básico, o grosso dos nossos alunos, decorreu após o arranque do ano lectivo... Tivemos de tomar decisões um bocadinho às escuras, tivemos directores de escolas e EE a questionar se podiam inscrever os alunos ou não e nós (CRMVR) sem saber muito bem se as regras se mantinham ou não, que alunos seriam aceites naquele regime – visto que ao não serem aceites seria a escola (o Conservatório) a suportar o custo inerente ao aluno... Este ano lectivo foi muito difícil por isso. Surgiram regras para a candidatura no início do ano lectivo e o que nos sossegou foi o facto de as regras serem idênticas ao ano lectivo anterior. Ainda assim, todo o processo de construção da candidatura foi ultimado já pelo 1.º período dentro e isso deixou-nos, de certa forma, com o coração nas mãos... Ficamos felizes porque tomámos boas decisões, explorámos tudo o que nos foi possível explorar e até vimos o nosso número de alunos aumentado. Facto é que foi difícil. Quanto ao FSE: eu não o

descartaria, em termos de modelo de financiamento, ao contrário de alguns colegas que acham que não serve e ponto. Eu penso que o MEC deveria, de alguma forma, nestes espaços temporais entre o faz e não faz candidatura, as tranches do FSE/POPH... bem, tratam-se de processos de reembolsos mediante apresentação de despesas. O MEC podia desbloquear algumas verbas, posteriormente devolvidas ou descontadas, para fazer face à ginástica de tesouraria que se vive até à chegada das tranches de financiamento. O FSE já está no ensino profissional há muito tempo e até pode funcionar bem, nesse contexto. Agora, no nosso caso, em que temos de articular com outra escola, é um modelo que precisa, sem dúvida, ser melhorado.

**BR:** Um olhar sobre este meio em que nos inserimos. De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

**Prof. B:** Tudo passa pelo diálogo. Passa por compreender as nossas fragilidades, o meio em que estamos inseridos. Um conservatório em Vila Real não tem a mesma função de uma escola de música no Porto, onde existem várias. Nós temos protocolos com muitas escolas. Essas escolas têm regulamentos internos diferentes umas das outras e diferentes do nosso e o que tem sido pedido, muitas vezes, ao Conservatório, é que se adapte a esses regulamentos, mas, ao mesmo tempo não podemos ter medidas diferentes para todos os alunos. Ou seja, o que tem acontecido é uma maior sensibilidade por parte das direcções de escolas e temos muito boas relações com as direcções de escolas. O trabalho tem-se feito a partir do diálogo, reunindo mais do que tínhamos feito até aqui, mas ainda não o desejável. A medida, que ainda há pouco falei, da continuidade pedagógica, de aceitarem os nossos horários da disciplina de Formação Musical é uma novidade, visto que nunca assim foi em nove anos e foi possível. Tudo graças ao diálogo e à argumentação. Continua a haver coisas para melhorar. Um passo importante, este ano lectivo, foi a presença dos professores de Formação Musical nas reuniões de avaliação das escolas, porque esse professor conhece os alunos todos daquela escola. Já tivemos a situação de o representante do CRMVR, apesar de ser bastante competente, não lidava com os alunos todos. No teu caso (Bruno Rua), pela tua natureza de Pianista Acompanhador, conhecias os alunos todos, de alguma forma, mas noutros casos não. Esse diálogo tem sido produtivo. É preciso continuar, mas penso que estamos num bom caminho.

**BR:** Damos, então, esta entrevista por terminada. Obrigado.

## **Anexo VII: Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado – Professor C**

Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado

### **Professor C**

#### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

Entrevistado C, 24 anos, 08.06.2015

Habilitação Académica e Profissional: Licenciatura em Ciências

Musicais, Mestrado em Formação Musical e História

Disciplina(s) leccionada(s), Funções: Formação Musical, História da Cultura e das Artes

#### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Artístico Especializado**

**Bruno Rua (BR):** Ao longo do tempo, que desenvolvimento neste modelo pode assinalar? Como foi promovido o regime articulado? Para efeito de registo, é preciso dizer que é o seu primeiro ano de serviço no CRMVR e esta questão comporta uma perspectiva histórica, seja quanto ao estabelecimento de ensino, seja quanto ao meio em que está inserido, que, julgo, não se aplicaria a si. Concorda?

**Prof. C:** Sim.

**BR:** Na segunda questão, pergunto como podemos descrever a receptividade das Escolas e dos Encarregados de Educação? Julgo que esta questão se enquadra no contexto da anterior.

**Prof. C:** Certo.

**BR:** Consegue caracterizar o conhecimento dos Encarregados de Educação sobre o regime articulado, no momento de optarem ou não por este modelo?

**Prof. C:** É algo do qual não tenho noção.

**BR:** Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral, como favorável a médias, progressão académica mais fácil, financeiramente mais apelativa, só para enumerar alguns exemplos?

**Prof. C:** Há duas situações diferentes: o ensino básico e o ensino secundário. No ensino básico, muitas vezes opta-se pelo regime articulado porque os colegas de turma também vão, uns porque gostam, outros, também, pelo aspecto financeiro – que de outra forma muitos alunos não conseguiriam ter a oportunidade de frequentar o Conservatório, de estudar música. No ensino secundário já é um bocado diferente. Até pela turma que nós temos no 10.º ano, este ano (2014/2015), há a perspectiva de seguir música como futuro profissional.

**BR:** Dos inquéritos ao EE recolhidos, na evolução do 2.º para o 3.º ciclos, poucos foram os educandos que assinalaram a continuidade no regime articulado para o educando acompanhar os seus colegas. A opção passa, além de uma formação mais completa, por uma alusão ao aspecto financeiro, que é mais sensível ao nível do ensino básico. A questão será perceber se a frequência do aluno se deve à possibilidade de ele estar, no Conservatório, entretido ou a aprender algo útil a par da escola genérica. Destas duas perspectivas é possível olhar o conjunto de alunos, este ano em mãos, e concluir quem está a passar o tempo e quem está a valorizar a música e para aprender?

**Prof. C:** No 2.º ciclo admito que se verifique mais a postura de ocupação de tempos livres, enquanto no 3.º ciclo começa-se a sentir uma valorização académica.

**BR:** No caso do 3.º ciclo, se há uma maior valorização, há uma maior responsabilização do aluno, caso contrário temos a frustração das partes envolvidas porque se percebe que não é tão fácil.

**BR:** Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.

**Prof. C:** Eu creio que os pais têm consciência do que implica a frequência do regime articulado. Os alunos deixam de ter Educação Musical, Educação Visual, Educação Moral é facultativa... Mas não acredito que julguem resultar numa aprendizagem desfalcada.

**BR:** Também há uma diferença de mentalidade consoante se trate do percurso académico ao longo do ensino básico ou do ensino secundário, até por este último ser mais focado.

Dou o exemplo da preocupação de um EE que acusava algum receio na vontade do seu educando em seguir música, quanto à segurança da decisão pelo regime articulado no secundário, de uma hipotética mudança de ideias, de ver o educando concluir que já não é aquilo que quer... Creio que poderá ser uma questão mais crítica na frequência do nível secundário.

**BR:** Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas, no Conservatório. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas, por ventura por parte de Encarregados de Educação, Docentes do Ensino Regular?

**Prof. C:** Muitas vezes, não distinguem. Temos alunos que são muito bons alunos nas disciplinas do ensino regular, mas que nas nossas (disciplinas artísticas) não.

**BR:** Como é que os pais se dirigem ao professor, muitas vezes também director de turma no âmbito do conservatório?

**Prof. C:** Muitas vezes, a abordagem é, efectivamente, o de questionar a razão de num lado serem bons alunos e do outro o resultado ser diferente. Depois a discussão torna-se mais difícil quando é inserido o conceito de quadro de honra, para o qual as disciplinas artísticas tendem a interferir. Por outro lado, senti grandes dificuldades por parte dos docentes do ensino regular, particularmente em reuniões de conselho de turma, que votavam a subida de notas de disciplinas artísticas apenas com o propósito de determinado aluno integrar o quadro de honra...

**BR:** Tomei conhecimento, recentemente, que uma das escolas retirou as disciplinas artísticas da fórmula de acesso ao quadro de honra. Creio que se podem fazer duas leituras: se por um lado pode parecer que as disciplinas do Conservatório são renegadas para segundo plano, por outro liberta-se uma pressão negativa sobre os professores dessas disciplinas, o seu trabalho e sobre os alunos.

**Prof. C:** Exactamente.

**BR:** Num universo mais amplo, aludindo, agora, aos vários locais de trabalho do professor, como avalia a abertura quanto ao regime articulado/ensino artístico?

**Prof. C:** À medida que se caminha para o interior do país nota-se um maior desconhecimento, seja ao nível de direcções de escola, seja dos professores do ensino regular em geral.



**BR:** Considera haver maior pressão para o sucesso académico de um aluno em regime articulado? Colocando-se a questão pelo aluno e, também, no papel do Professor.

**Prof. C:** Quando os alunos frequentam o Conservatório, o regime articulado, por gosto, acho que não sentem pressão. Por outro lado, perante os restantes colegas da escola regular há uma pressão natural e isso é sentido pelos Encarregados de Educação.

**BR:** Para aceder ao 1.º grau, via regime articulado, além de uma prova de admissão, basta o ingresso no 5.º ano de escolaridade. Pode esta condição ser considerada de simplista?

**Prof. C:** Ingressar no 5.º ano/1.º grau sem Iniciação Musical é simplista, se considerarmos a preferência óbvia pela frequência desse nível de ensino prévio ao curso básico. Temos alunos a ingressar no ensino básico com algum tempo de Iniciação Musical e alunos sem, que conseguem adaptar-se.

**BR:** Com trabalho, os alunos adaptam-se e correspondem. Isto sem esquecer a valorização, em casa, do estudo frequente, da música, do Conservatório.

**Prof. C:** Exactamente. Acho que, também, é muito importante, além das provas de admissão em concreto, a entrevista individualizada ao Encarregado de Educação no sentido de se compreender as perspectivas, seja do EE, seja do educando, quanto ao regime articulado.

**BR:** Precisamente o que acontece cá, no CRMVR.

**BR:** Seria viável sensibilizar o meio escolar do 1.º ciclo, promovendo a aprendizagem de música nessa faixa etária e assim diminuir gradualmente o volume de alunos que no ingresso do 5.º ano acedem ao Conservatório sem bases?

**Prof. C:** A resposta é afirmativa. Agora, pelo meu tempo de casa, confesso que não conheço as iniciativas que estejam a ser implementadas.

**BR:** Posso dar alguns exemplos. Ao longo do ano lectivo, o Conservatório recebe uma ou outra visita de crianças provenientes de Infantários, em que passeiam pelos corredores olhando o contexto de sala de aula e reúnem-se no Auditório para uma apresentação de instrumentos pelos respectivos colegas. Há, também, uma participação do Conservatório no FAN (Festival de Ano Novo), promovido pelo Teatro, na qual alguns dos nossos colegas se deslocam a Infantários ou Escolas para breves momentos musicais apelidados de “concertinhos”.

**Prof. C:** Cá (Vila Real) existem AEC (Actividades Extra Curriculares), certo?

**BR:** Confesso que não conheço a realidade das AEC na cidade ou na região. Mas, também, sabemos que a qualidade dessa actividade varia consoante a Câmara Municipal que a estrutura, os professores envolvidos e respectivas sensibilidades...

**Prof. C:** Exacto. Pela minha experiência, nesse contexto, ter um professor com sensibilidade à frente de uma turma de crianças, numa idade fulcral como essa, faz toda a diferença. Eu consegui captar vários alunos, que via terem alguma aptidão, desse contexto e direccioná-los para estabelecimentos de ensino artístico especializado.

**BR:** Pegando por aí, até que ponto é que as AEC não poderiam estar mais ligadas ao Conservatório? Por exemplo, articular o trabalho do professor de AEC com a ideologia deste Conservatório para que esse professor desenvolva conteúdos e valores semelhantes, que permitam uma selecção futura de alunos a serem direccionados para a frequência do Conservatório. Apesar de a Cidade de Vila Real ser geograficamente circunscrita, o Conservatório capta alunos a distâncias abrangentes como Vila Pouca de Aguiar, Alijó, Mirandela ou Régua. Se as AEC da região fossem pensadas em parceria com o CRMVR, poderiam ser uma extensão do mesmo.

**Prof. C:** Há pontos no país onde são as escolas a contratar em vez das Câmaras Municipais. Eu, nesse âmbito, tanto era contratado pela escola como me reunia com a respectiva direcção.

**BR:** Um dos nossos colegas dizia que este Conservatório poderia ter um curso de orientação para professores de AEC, quase como um papel de tutor, onde o professor vem discutir e construir o seu plano de acção, alinhamento de conteúdos, pensando-se sempre como um primeiro veículo de canalizar alunos para o Conservatório, mais tarde. Poderia ser uma forma de promover uma formação mais homogénea, eventualmente, dentro da diversidade de cada um. No entanto, esbarramos sempre a viabilidade financeira: talvez através do MEC e FSE, mas acho que o Conservatório não poderia permanecer sozinho nesta ideia, além do papel e participação das Câmaras ser fundamental na promoção e sustentação da educação à escala local.

**BR:** Este ano lectivo tem sido turbulento a diferentes níveis. Começou com muitas incertezas quanto ao calendário lectivo, atrasos nas candidaturas a financiamento, atrasos nos vencimentos dos professores, manifestações nacionais dos professores do ensino artístico especializado. Que reflexão podemos fazer nesta recta final do ano lectivo?

**Prof. C:** Aqui, em Vila Real, senti mais a instabilidade, face a outros locais de trabalho, ao nível de atrasos nalguns vencimentos. Apesar de outras escolas terem sofrido os mesmos

atrasos na chegada do financiamento, algumas tinham provisionamento, tesouraria, para gerir a situação sem que os seus professores sentissem as dificuldades gerais.

**BR:** Que privilégio!

**Prof. C:** Sem dúvida. Mas é preocupante a situação, olhar à volta e ver tantos colegas a passar dificuldades. Se dependesse do CRMVR, apesar dos atrasos serem de apenas semanas face a meses noutros pontos do país, eu correria o risco de ter de optar por não vir dar aulas, tal é a deslocação que faço... Não me conseguiria sustentar nesse cenário.

**BR:** Alguns colegas defendem a revisão do modelo de financiamento...

**Prof. C:** Não concordo com um corte radical com o actual modelo, mas seguramente tem de ser fortemente melhorado.

**BR:** Um olhar sobre este meio em que nos inserimos. De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

**Prof. C:** Do pouco conhecimento que tenho, não noto muita comunicação. Por exemplo, a nível de materiais de sala de aula, as turmas são divididos com outra colega, estou numa sala que, também, é usada para outras aulas, não tenho um quadro pautado... O Conservatório já terá falado com a direcção da escola, mas a verdade é que chegamos ao fim do ano sem melhoria a nível de equipamento básico e da sua salvaguarda no espaço físico em que se encontra.

**BR:** Obrigado.

## **Anexo VIII: Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado – Professor D**

Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado

### **Professor D**

#### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

Entrevistado D, 35 anos, 24.06.2015

Habilitação Académica e Profissional: Licenciatura em Ensino de  
Música na vertente de Teoria e Formação Musical  
Disciplina(s) leccionada(s), Funções: Formação Musical

#### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Artístico Especializado**

**Bruno Rua (BR):** Ao longo do tempo, que desenvolvimento neste modelo pode assinalar? Como foi promovido o regime articulado?

**Prof. D:** A coordenação entre escolas mudou e o acesso à informação relacionada com ensino artístico e o regime articulado é diferente. Se, antigamente, limitava-se a receber visitas de escolas, hoje, o desenvolvimento do regime articulado é diferente por termos o Conservatório a mandar mais informação para o exterior e com a preocupação de emitir essa informação atempadamente. Há uma melhoria na troca de dados, embora hajam muitas lacunas, ainda. Parece-me tudo muito igual, ao longo do tempo, talvez porque não vejo, ainda, muita abertura da escola do ensino regular para acolher o regime articulado e, especialmente, para o perceber.

**BR:** No início da implementação do regime articulado tínhamos – o CRMVR – cerca de nove estabelecimentos de ensino genérico protocolados – ainda que alguns com representatividade residual – e, hoje, são praticamente três grandes referências – também fruto do conceito de agrupamento. Sem pensar que o surgimento de agrupamentos teve

algum efeito negativo, a verdade é que já tivemos colégios envolvidos, mas que, aos poucos, se foram excluindo da lista. Será isto apenas um sinal da evolução dos tempos, será bom, será mau?

**Prof. D:** Se virmos bem, na verdade há uma manutenção das turmas. Tanto a escola Morgado de Mateus, como a escola Camilo Castelo Branco ou a escola Diogo Cão têm mantido o número de turmas, ao longo dos últimos anos. Eu não acho mau. Seria preocupante se, ao nível da Cidade, se verificasse um decréscimo de turmas. Depois temos um ou outro aluno, por exemplo, de Mirandela que, a pouco e pouco vão saindo por questões financeiras, pela deslocação, também pela conjuntura nacional que vivemos. Agora, dentro da Cidade, não acho que não se verificação nenhuma oscilação alarmante.

**BR:** Por outro lado, parece-me que geografias como Vila Pouca de Aguiar ou, salvo erro, Alijó têm se mantido presente apesar de tudo isso.

**BR:** Como podemos descrever a receptividade das Escolas e dos Encarregados de Educação?

**Prof. D:** Acho que, a nível dos Encarregados de Educação, o panorama mantém-se um bocadinho igual. Temos os dois lados: os EE que sabem que o regime articulado é um caminho vocacional e depois temos os EE que têm o educando a frequentar o regime, a aprender, sabendo que não é para seguir, e com a bonificação financeira. Isto é facto até porque é referido pelos próprios alunos, não de uma forma directa, mas dentro da sua inocência natural. Ou seja, também têm consciência disso. Daquilo que tenho visto, alguns EE não têm formação sobre o regime articulado: sabem das bonificações, sabem o que vai acontecer, mas não sabem as exigências inerentes ao estudo de música/instrumento...

**BR:** A natureza do ensino artístico, performativa...

**Prof. D:** Muitos pais acham que isto aqui é para aprender uma musiquinha, mas isto é a base para potenciar uma vida artística profissional. Logo, a exigência é igual para todos: seja regime articulado ou supletivo. Em termos de informação disponível sobre o regime articulado há evolução, mas poderá ir mais longe nesse aspecto. Acho que se podia estabelecer uma reunião com os pais que vêm inscrever os educandos no regime articulado pela primeira vez, no fim do ano lectivo prévio ao seu ingresso, a explicar e consciencializar os pais para o que vem aí: não vêm apenas brincar, que é possível terem nível cinco na escola regular e nível três ao instrumento – e que isso não é estranho, são caminhos. Acho que os pais não dão a importância devida...

**BR:** A valorização (do estudo da música, do instrumento) que, mais tarde, é assumida inconscientemente pelo educando face ao meio em que se insere. Falando de números, quanto ao crescimento do volume de alunos em regime articulado, no primeiro ano de implementação eram quarenta e cinco alunos e hoje são cento e setenta e dois alunos. A receptividade dos EE melhorou de alguma forma...

**Prof. D:** Falando da receptividade das escolas, eu não sei quantificar da melhor forma a evolução a esse nível. Houve directores de turma que estiveram connosco durante muitos anos, mas que hoje já não estão e que sabiam os trâmites todos, as questões que podiam levantar nos conselhos de turma, acompanhamento de legislação. Hoje, a maioria não está. Também existem escolas que não fazem um esforço: por exemplo, marcar reunião entre directores de turma de alunos em regime articulado e responsáveis do Conservatório de forma a que estes primeiros sejam instruídos quanto ao funcionamento deste regime, traços gerais, para que a articulação seja feita de outra forma. Eu não percebo porque é que algumas escolas – por ingenuidade ou falta de vontade de aprender – não querem fazer mais por uma relação mais directa ou em geral. Não há comunicados, já houve situações em que alunos tinham actividades aqui (no Conservatório) marcadas e tiveram de faltar porque tiveram de ir a outras na escola sem que o Conservatório fosse avisado (formal ou oficialmente). Já me aconteceu, sendo “representante” do Conservatório (entenda-se equivalente a Director de Turma), tomar conhecimento de uma actividade por um EE e depois da actividade. Mas, se aqui se fizer uma Audição em cima de uma determinada aula da escola, já é um problema. O inverso não parece ser uma preocupação para as escolas. As escolas é que poderiam modificar (positivamente) muito a relação de articulação.

**BR:** Já um colega disse, igualmente em contexto de entrevista, que nunca houve um papel pedagógico na criação do regime articulado por parte de um MEC ou DREN. E, também, alguém me dizia que tem sido o Conservatório a fazer esse papel pedagógico, a provocar diálogo para que melhorias sejam introduzidas aos poucos.

**Prof. D:** Mas lá está. No pode ser só do mesmo lado. A nós (escola do ensino artístico) interessa-nos fazer passar o mais e melhor possível sobre a nossa área, mas eles (escolas de ensino regular) têm lá os alunos na escola. Têm alunos em que, no caso de algumas disciplinas, estão dispensados pela frequência do regime articulado e já não é o primeiro ano em que se articulam duas escolas. Algumas escolas estão com protocolos desde o início da implementação deste regime. Não faz sentido, neste momento, ainda haver um fosso de comunicação e de relação por parte das escolas face ao Conservatório. Depois fazem (as escolas) exigências: porque os alunos não apresentam nada, venham cá fazer um concerto.

Mas depois sobrecarregam os alunos. Já houve alturas em que os alunos tinham provas aqui (Conservatório) e os professores da escola regular não quiseram saber e marcaram testes no mesmo dia – por mais que se informe que os testes escrito e oral de Formação Musical estejam marcados em Setembro para o ano lectivo inteiro...

**BR:** Consegue caracterizar o conhecimento dos Encarregados de Educação sobre o regime articulado, no momento de optarem ou não por este modelo?

**Prof. D:** Eu acho que não sabem assim tanto quanto isso. Sabem linhas gerais, o que está relacionado com o regime articulado, que as notas saem em conjunto na escola, a relação entre disciplinas...

**BR:** Posso acrescentar que, pelos inquéritos recolhidos, o principal veículo de comunicação são os amigos/familiares seguido pelo Conservatório. O passa-palavra tem sido líder.

**Prof. D:** Mas se a relação (entre escolas) estivesse mais solidificada, se calhar, a própria escola, no fim do ano lectivo, teria aquela vontade de informar para o ano lectivo seguinte os professores envolvidos nessas turmas. Acho que seria do interesse das escolas terem turmas exclusivas em vez de turmas mistas para que todos os presentes em conselhos de turma estivessem a falar do mesmo. Uma vez que as escolas recebem legislação todos os anos, também poderiam ter aquela vontade de informar os EE e, assim, conseguir dimensionar melhor as turmas, caminhando para um maior número de turmas exclusivas.

**BR:** Creio que esta questão se coloca sempre em alturas cruciais, nomeadamente, nas escolas primárias, que poderiam fazer algum trabalho pedagógico quanto à aprendizagem de música por via de um regime articulado no sentido de, estando os alunos a frequentarem, por exemplo, o terceiro ano, se promover a frequência de, pelo menos, um ano de Iniciação Musical prévio ao curso básico. O acesso ao 7.º ano, 3.º grau, também é um momento relevante, pois segue-se um compromisso de três anos, e a transição para o curso secundário, geralmente com um volume menor de alunos e com uma mentalidade e maturidade dos alunos num outro nível.

**Prof. D:** Mesmo nas escolas, pela minha experiência, visto e ouvido em todas as reuniões, os alunos que estão aqui, no Conservatório, em regime articulado têm uma postura diferente nas aulas, ou seja, poucos são os alunos – e são mesmo poucos – que têm um problema na escola regular. Um aluno que, regularmente, tem, no Conservatório, um mau desempenho, na escola regular não terá um desempenho extraordinário. Um aluno que no Conservatório seja razoável, na escola regular será de nível bom para cima. A disciplina que aqui se incute, mesmo que o aluno não estude todos os dias, a forma como trabalhamos a

música faz com que, na escola regular, os alunos tenham a mesma forma de pensar, disciplinada, mais regrada, uma organização mental diferente, porque, todas as semanas, têm um professor a exigir um determinado trabalho/estudo em casa que raros são os professores do ensino genérico o fazem. As escolas ganham com isto. E há directores de turma que fazem questão de ficar com turmas de regime articulado para o ano lectivo seguinte.

**BR:** Se calhar, um professor do ensino regular ainda não reconhece que o privilégio de um professor de instrumento, ao lidar individualmente com um aluno, o está, de certa forma, a educar para uma postura em sala de aula que o professor da escola regular beneficia. Logo, havendo alguma falta de percepção nesse sentido impede-os de serem um bocado mais pedagógicos junto do EE

**Prof. D:** E, curiosamente, uma das disciplinas base, que tem a parte da lógica e com a qual a música está intimamente ligada – a Matemática, sai, normalmente, beneficiada. Por iniciativa própria, estive a fazer uma comparação de notas e um aluno que tem, por exemplo, um nível quatro a Formação Musical, terá a Matemática nível quatro ou cinco. Eu não me recordo de um exemplo em que o aluno tenha nível quatro a Formação Musical e nível três ou dois a Matemática. Ter nível três a Formação Musical e a Matemática, vi. Ter nível três a Formação Musical e nível quatro a Matemática, vi. Ter nível quatro a Formação Musical e nível cinco a Matemática, vi. O contrário, a relação inversa nunca vi. Ou seja, para as próprias escolas, se houvesse interesse pelas notas quanto são projectadas nos conselhos de turma, bastava fazer a comparação entre as Ciências, a Matemática e as disciplinas de música. O regime articulado é uma coisa boa para as escolas.

**BR:** Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral, como favorável a médias, progressão académica mais fácil, financeiramente mais apelativa, só para enumerar alguns exemplos?

**Prof. D:** Eu creio que um EE não vê o regime articulado como mais fácil. Tanto que há uma tendência para as disciplinas artísticas terem notas inferiores àquilo que eles gostariam. Inicialmente, poder-se-á pensar que, pelo aluno ter menos disciplinas na escola regular, o percurso académico seja mais fácil, mas é uma ilusão que se fica pelo início do percurso. Há muita gente que vê o aspecto financeiro como um grande factor de apelo, mas há também quem reconheça algum talento nos filhos, ou porque cantam muito lá em casa, ou algo semelhante...



**BR:** Nos inquéritos aos EE tinha uma questão com treze possíveis opções a assinalar, ou seja, treze potenciais motivações para a motivação pelo regime articulado. Em primeiro lugar é um *ex-aequo*, na minha opinião e por três votos de diferença, entre a opção pela formação académica mais completa e financeiramente mais apelativo.

**Prof. D:** Acredito que esteja muito dividido. Há pais que têm ou tiveram Formação Musical e querem que, de certa forma, os filhos continuem – ou partilhem – esse caminho, dando um certo seguimento a algo que os pais não conseguiram fazer por alguma razão. Também não podemos esquecer que estamos numa zona rica em bandas (filarmónicas) que incentivam, especialmente, os elementos mais novos a frequentarem o Conservatório, porque (as bandas) sabem que isso trará qualidade em termos sonoros, de competências de leitura, ou seja, terá retorno positivo. Se crianças estão numa banda, estão lá por gosto e isso significa que virão para o Conservatório por gosto – coisa que nem sempre acontece com todos os alunos. É como tudo: há um misto de motivação pelo gosto e motivação pela bonificação financeira.

**BR:** Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.

**Prof. D:** Se houvesse um pré-conceito, não haveria um incremento de alunos na Cidade, mas sim um decréscimo – já que pré-conceito não seria uma coisa boa. Penso que não.

**BR:** Julgo que não seja uma questão sensível por altura da inscrição no 1.º grau ou até no 3.º grau/3.º ciclo, mas que assume outro relevo na transição para o curso secundário em regime articulado...

**Prof. D:** Daquilo que já vi com os meus alunos, não há assim muita informação. Eles vêm com uma vaga ideia do que poderão ter pela frente. Antes de se inscreverem, perguntam-me que disciplinas vão ter... não é uma questão de não quererem, mas receio do número de disciplinas que vão ter face ao estudo que é necessário. Voltando um bocadinho atrás, as escolas não dão o devido valor e oportunidade aos alunos em regime articulado para, durante o ano lectivo, poderem estudar. As horas que os alunos de regime articulado ganham com a retirada de disciplinas da escola genérica deveriam ser usadas para o Conservatório, não só para as aulas de instrumento ou Formação Musical, mas para tudo mais além disso. No entanto os professores da escola regular sobrecarregam os alunos, por um lado, se calhar, de forma igual para todos os alunos (articulado ou não), mas, por outro, evidenciando uma certa ausência de consciência de que os alunos em regime articulado

precisam de um estudo regular, à semelhança do que pedem para as suas disciplinas, e de bom senso ao não sobrecarregar só porque correspondem melhor ao que pretendem. Os alunos do regime articulado têm tendência a responder melhor de uma forma lógica às perguntas dos professores e a consequência automática de qualquer professor é ir sempre um pouco mais longe, aumentando a fasquia. E as notas nem sempre reflectem isso. É muito complicado, para os alunos de um sexto grau, no arranque do curso secundário, separar a exigência que tiveram antes, com aquelas disciplinas todas, e terem consciência que, a partir daí, as coisas mudam, têm menos disciplinas, ainda, na escola, passam a ter uma quota maior de disciplinas no Conservatório – com um caminho vocacional direccionado – mas continuam com receio de não conseguirem fazer tudo, as disciplinas de um lado com as disciplinas do outro. Às vezes existem alguma falta de informação, mas também tem a ver com o próprio passado do aluno. As coisas têm vindo a melhorar bastante, mas há questões que se foram levantando, este ano, como o pensamento que o regime articulado ao nível do secundário é só para seguir música. Eu tenho desmistificado isto junto de muitos alunos. Já dei exemplos aos alunos de que, este ano, estão no décimo ano em regime articulado e podem escolher disciplinas extra para, assim, manter portas abertas para outros cursos. Não é necessariamente só para música, embora seja esse o âmbito principal.

**BR:** Será que, de certa forma, um professor da escola regular, ao ter consciência da natureza do ensino artístico e do estudo essencialmente performativo, não deveria evitar atribuir o mesmo volume de trabalho de casa, por exemplo, pegando no caso da turma mista de articulado do décimo ano?

**Prof. D:** Eu, quando falei de alguma diferenciação, não estava a ir por aí, porque não seria pedagogicamente correcto e existe um programa a cumprir. No entanto existem certas pressões... Em certas alturas em que os alunos precisam de tempo para preparar um recital, uma prova global, e semelhantes, não existe a consciência, a abertura ou ajuda por parte dos professores (da escola regular) para, por exemplo, se calhar, numa semana dessas, em vez de marcar três ou quatro trabalhos de casa, marcar só um ou até abdicar deles. Existe uma falta de equilíbrio e de consciência das escolas em que não ajudam os alunos de regime articulado a poder, naquelas alturas em que é preciso bom senso e os alunos precisam de espaço, cumprir, com a ajuda de todas as partes, com estes momentos importantes.

**BR:** Tão importante como o trabalho realizado antes de um recital, é a disponibilidade mental para o executar...

**Prof. D:** Exacto. Uma das grandes diferenças (entre escolas) que existe é: se existir um exame na escola, dada a pressão, que eu julgo existir, das escolas e dos EE, na preparação do aluno para tal, faltam às disciplinas do Conservatório, independentemente de regime articulado ou não. Os alunos faltam para estudar e os pais justificam. Mas o cenário inverso (faltar a algo da escola regular para favorecer o desempenho no Conservatório) não é permitido. Um director de turma, por vezes, tem consciência de que o aluno faltou à aula de Piano ou de Classe de Conjunto para estudar para um determinado exame e está tudo muito bem. Se um aluno faltar a Português, a Ciências ou Matemática, é um problema. É complicado gerir isto, até porque acaba por passar para os alunos. Esta tensão, esta pressão, passa para os alunos, seja através das escolas, seja através dos EE, que recebem a mesma pressão. Depois não admira que hajam receios quanto ao regime articulado. Mas acredito que é possível fazer melhor, melhorar a relação entre escolas. Nós (Conservatório) conhecemos muito bem como eles (escola regular) funcionam, mas eles não conhecem assim tanto a nossa realidade. Para mim, o desconhecimento não é má fé, no entanto a falta de vontade de querer saber um bocadinho mais acho que faz toda a diferença.

**BR:** Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas, no Conservatório. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas, por ventura por parte de Encarregados de Educação, Docentes do Ensino Regular?

**Prof. D:** Aí prende-se exactamente com uma questão de escolhas e uma distinção entre escolas. Importa muito mais ter sucesso na Escola do que no Conservatório. O que é que isto faz? Faz com que um pai seja capaz de dizer todos os dias “vai estudar Português, vai estudar Matemática”, mas não se lembra que tem Saxofone ou de dizer “ainda não te vi a estudar instrumento, a estudar Formação Musical, a pegar nas partituras de Classe de Conjunto”. Ou seja, isto não existe. Conheço alguns casos, seja através de EE, seja através dos próprios alunos, que já me dizem que os pais os obrigam a pegar no instrumento, porque viram dez minutos a mais de televisão ou parecido. Mas tudo, ou maioritariamente, é canalizado para o ensino regular. Se vamos direccionar uma gestão do tempo que têm não fazendo uma organização regrada para fazerem as disciplinas todas, obviamente não vão fazer as disciplinas todas. Neste caso, o estudo das disciplinas do Conservatório fica sempre para trás. Há alunos que dizem que não estudaram esta semana, porque tiveram teste de Português e que tinham de estudar para isso. Dizem-no sem peso na consciência, mas sim por ter sido uma escolha. Dizem que não estudaram, por exemplo, instrumento,

porque, além da carga horária que têm – que são muitas horas na escola –, muitos alunos têm muitas horas de actividades extra-curriculares e mais o Conservatório. Muitos alunos não são capazes de abdicar daquelas semanas de treino, de desporto extra-escola, para estudar, mas conseguem abdicar das disciplinas em que estão inscritos, uns a pagar a propina do regime supletivo, outros faltando a disciplinas de regime articulado, que saem na pauta de avaliações, para dedicar o tempo a outra coisa.

**BR:** Uma das analogias que faço frequentemente é compara um músico profissional a um atleta de alta competição. Se um atleta (futebol, por exemplo) não treinar todos os dias, não aguenta noventa ou sessenta minutos em campo. Como um aluno que não estude, preferencialmente, todos os dias vai recuperar, na véspera da aula de instrumento, o que não fez durante toda a semana? Impossível. Por ventura, terá a ver com a cultura que os pais terão quanto à aprendizagem de um instrumento, de música, em que uns não valorizam tanto assim e/ou resguardam-se naquilo que o senso comum domina melhor: a realidade da escola regular.

**Prof. D:** Uma das coisas que eu vejo é que as pessoas não têm consciência que a música é uma linguagem. Já tive casos em que um EE, acabado de inscrever o educando no primeiro grau ou na Iniciação Musical, exigia capacidade de leitura imediata, perguntando se em música não bastava colocar uma pauta à frente e ler... Bom, depende dos anos de estudo e de quem toca muito, mas naqueles casos não é assim tão fácil. Existem várias fases de aprendizagem de uma linguagem nova. Nós, antes de lermos e sabermos escrever, olhamos para esta mesa e dizemos “isto é uma mesa”. Só muito depois é que vou saber como se escreve a palavra “mesa” e, sensivelmente, nessa altura, quando aparece a palavra, eu sei ler, porque sei identificar e porque houve todo um trabalho anterior. Se um aluno entra e tem de fazer tudo ao mesmo tempo, obviamente, não será fácil e a regularidade do estudo tem de ser mais frequente. Os pais deveriam ter essa consciência, mas, lá está, poderá ser alguma falta de informação e não se pode obrigar um pai a tomar consciência de tudo já que existe muita coisa na vida para assegurar. No entanto, a nível de exigência, é preciso perceber que um aluno, quando vem para música, o instrumento é uma prolongação de nós mesmos. A música passa por mim, eu canalizo-a para o instrumento e o instrumento fala/faz aquilo que eu não consigo falar/fazer com a voz, os pés, de outra maneira. Tudo isto faz com que, se os pais tiverem consciência, percebam que o educando precisa de pegar no instrumento mais vezes, exercitar a leitura, entoar, ouvir mais música, para que toda uma base se construa e resulte num desenvolvimento mais rápido. Claro que dito assim até parece que é o dia todo nisto e depois há a escola, o futebol, a dança... Mas os

pais têm de perceber que, se isto é uma linguagem e se querem que o educando aprenda, por exemplo, Inglês, este tem de ler, de ouvir o idioma, de o praticar regularmente.

**BR:** Lembro-me, por alto, de uma opinião, recolhida na questão aberta dos inquéritos aos EE, que dizia ser injusto as disciplinas artísticas contarem para a média dos alunos em regime articulado, porque estes ficavam com registo mais fraco face aos alunos ordinários da escola regular, que frequentavam Educação Visual, por exemplo. Ao lermos uma resposta deste género, como a interpretamos? Será que, por altura do ingresso no regime articulado, não havia a percepção do estudo regular de um instrumento ou julgava-se que atender às disciplinas artísticas seria uma realidade igual à sala de aula da escola regular?

**Prof. D:** A questão que aí se levanta é bastante clara. Faz-me remeter para o caso de uma escola local, cujo regulamento interno adoptou a norma de que as notas das disciplinas artísticas não seriam consideradas para o acesso ao quadro de honra. Coisa que os pais gostam de ver.

**BR:** Que mensagem é que isso passa? Existe um currículo e parte desse currículo, afinal, não conta...

**Prof. D:** Isto mostra a boa vontade da escola: escola que podia dizer que se querem aceder ao quadro de honra, vai ter de se esforçar no Conservatório, também. Mas não. É mais fácil criar uma cissura. Se uma escola, que tem regime articulado, não incentiva os alunos a estudar, onde um director de turma vê um nível três numa pauta de níveis quatro e incentiva o aluno a subi-lo, e limita-se a retirar o Conservatório de uma questão para não ser um problema, não está a ajudar o aluno. Eu acredito que tenham sido EE a fazer com que esta alteração acontecesse e fez com que uma escola desse ouvidos a alguns pais. Porque conheço muitos pais, de alunos na mesma escola, que não defendem esta política.

**BR:** Considera haver maior pressão para o sucesso académico de um aluno em regime articulado? Colocando-se a questão pelo aluno e, também, no papel do Professor.

**Prof. D:** Directamente relacionado com o regime articulado, não. Agora, nota-se pressão nos alunos porque eles têm muita coisa para fazer. Como disse antes, têm uma linguagem nova para aprender e dominar. Uma coisa é terem um trabalho a Educação Visual, que não conseguiram fazer na aula, sabendo que o grosso do trabalho da disciplina é realizado em aula, outra coisa é o trabalho em música que, sendo artístico, criativo e vocacional, implica fazer em aula e continuar/reforçar em casa. Não pode ser só uma vez por semana ou na véspera da aula. A pressão que existe é pela consciência que o aluno tem, de que existe em reforçar o que é feito em aula, que há uma aula semanal na qual é preciso apresentar trabalho e a pressão que advém do conjunto das disciplinas da escola, particularmente, das

disciplinas nucleares (Português e Matemática) que parecem ser as únicas de que se falam, nos dias que correm, e que pais e escolas valorizam bastante. Agora, a pressão do professor de regime articulado, que eu já senti, vem da opinião de EE ao considerarem que nós, aqui no CRMVR, exigimos muito, ou seja, a exigência que temos cá, que eu considero não ser tão grande quanto isso, e em certos casos até poderia ser maior, é uma exigência que prejudica o desempenho nas outras disciplinas. Neste caso, a pressão virá de alguns EE. Nem sempre acontece ouvir um pedido de exigência para que o educando melhore o seu desempenho. É baixar o esforço para que os alunos possam sobressair nas outras disciplinas e, automaticamente, um aluno que faça o mínimo e consiga um nível quatro é muito giro. Mas, aqui, não podemos fazer isso. Se um aluno não tem as competências adquiridas, se só fez o mínimo, a nota será relacionada com esse mínimo. Gostando dos alunos de uma forma igual, por mais que custe atribuir nível três ou dois, não dá para contornar desempenhos. Eu não posso dar o que o aluno não me dá. A pressão que existe, e acredito que seja em minoria, não resulta de um pai pedir ao professor para o filho fazer mais e melhor, mas antes para facilitar.

**BR:** Para aceder ao 1.º grau, via regime articulado, além de uma prova de admissão, basta o ingresso no 5.º ano de escolaridade. Pode esta condição ser considerada de simplista?

**Prof. D:** Primeiro temos de ver a questão social. O paradigma da música está a mudar a uma velocidade gigante. Se eu quiser ter uma escola com uma qualidade fantástica, as provas de admissão terão de reflectir isso, terão de ter um nível de exigência acima do que normalmente se faz. O resultado seria a admissão a um número reduzido de alunos e isso não seria bom para as escolas, que precisam de alunos, de financiamento. Abrir as portas demais também não. Isso conduziria a uma qualidade de alunos e de vontade de trabalhar mais baixa. É preciso um equilíbrio, é preciso uma análise crítica após as provas de admissão para, de uma forma consciente, havendo uma ou outra vaga a discutir, não se vá buscar um aluno para violino quando este queria piano ou se saiba que o desempenho na escola não é o melhor, por exemplo. As provas de admissão merecem uma séria reflexão para evitar cenários de mudanças de instrumento por uma eventual orientação baseada em algo que não o gosto ou a rara existência de determinado instrumento em casa. A partir do momento em que há gosto pelo instrumento, todos os professores podem trabalhar em conjunto para resolver dificuldades ao longo do tempo.

**BR:** De certa forma, esta questão procura expor aqueles candidatos, futuros alunos, que nos chegam sem bases, sem Iniciação Musical. Há características que, em contexto de prova de admissão, conseguimos descortinar, mas não se consegue antecipar tudo.

**Prof. D:** Isto é assunto para ser discutido ao mais alto nível, com o MEC. Um aluno que entre no primeiro grau aqui (no Conservatório), no 5.º ano da escola, sem bases é um rótulo para aqueles que leccionam Música nas escolas primárias (AEC) por estarem a fazer as coisas erradas. A parte rítmica, a entoação, a noção de afinação, são aspectos que devem ser trabalhados a partir de um primeiro ano, na escola, a partir do momento em que têm acesso a quatro anos de acesso à Música enquanto disciplina de 1.º ciclo. Para aqueles alunos que chegam ao 5.º ano de escola, essa base deveria existir. E não me refiro à prática de instrumento, mas a nível sensorial. Nós podemos fazer provas de admissão muito bem pensadas e estruturadas, mas este problema de base persiste. Com tantas reuniões que se fazem, hoje em dia, e com sindicatos a apoiarem o ensino artístico, etc., esta era uma das coisas que deveria estar em cima da mesa para que os estabelecimentos de ensino superior formem professores de Educação Musical com as ferramentas pedagógicas para que, uma vez no mercado de trabalho, sejam capazes de criar essa base, que tantas vezes falha, para que os alunos possa progredir, de uma forma mais sustentada e construtiva, na continuidade da formação artística e vocacional. Agora, não acho que as provas de admissão não estejam mal formuladas, actualmente, mas é algo que é de se repensar permanentemente para que se permita melhores diagnósticos e evitar repetir o mesmo modelo ano após ano. E no fim de um primeiro ano dos novos alunos, avaliar a sua evolução.

**BR:** Seria viável sensibilizar o meio escolar do 1.º ciclo, promovendo a aprendizagem de música nessa faixa etária e assim diminuir gradualmente o volume de alunos que no ingresso do 5.º ano acedem ao Conservatório sem bases? Eu creio que podemos revisitar o conceito das AEC, por exemplo, e do conhecimento das escolas do primeiro ciclo quanto à existência da opção de frequência em diferentes regimes, no Conservatório. E acrescento a opinião de um colega, que dizia que os professores das AEC poderiam estar associados ao Conservatório, como complemento de formação, para uma estruturação de conteúdos e metodologias, no sentido de ajudar os professores das AEC a prepararem os alunos para um hipotético ingresso no Conservatório. Sabendo que este Conservatório não serve apenas a Cidade, mas também a região e que são esses professores que, tendencialmente, se deslocam, eu colocaria o exemplo da abrangência geográfica do Agrupamento de Escolas

Diogo Cão, em que a Escola Diogo Cão é a única escola básica de segundo e terceiro ciclos, e em meio urbano, e é composto por uma vasta rede de jardins de infância e escolas primárias, em meio sobretudo rural.

**Prof. D:** Eu veria com agrado os professores do Conservatório, particularmente os de Formação Musical, fazerem esse papel. O único problema é que não há assim tantos professores que tenham tido uma experiência, uma avaliação pedagógica, a nível superior, sobre o saber que fazer. Isto resulta em muitas falhas a nível de pedagogia. Por vezes os nossos Governos vão buscar modelos de educação a outros países. A nível de educação vamos pensar em pedagogos, que, no meu entender, não há volta a dar, não há como lhes escapar: Dalcroze, Kodally, Wilhems, Orff. Todos estes pedagogos têm uma base que, no ensino primário e pré-escolar, fariam um sucesso estrondoso. Bastava escolher um deles, ou cruzá-los todos, para orientar um programa nesse âmbito e não haveria problemas de base. Haveria melhorias a nível de ritmo, pulsação, afinação, leitura. Os alunos chegariam ao Conservatório a perceberem já parte da linguagem, com acuidade auditiva trabalhada. Os programas (conteúdos) que são feitos são para “inglês ver” – como se costuma dizer. Servem para fazer uma festinha no final do ano.

**BR:** Eu tive uma curta experiência com AEC e recorro-me que o livro oficial ser redutor para a inteligência infantil. Fiquei surpreendido por não terem trabalhos de casa, não haver um caderno para a disciplina e enquanto ferramenta para a continuidade em casa, não saberem tocar flauta de bisel, estando prestes a tê-la no quinto ano, e o clássico discurso que algumas crianças aprendem com os seus pais de que “isto não é importante, só importa a matemática”.

**Prof. D:** No primeiro ciclo, não me choca nada não haver trabalhos de casa. Não é preciso uma folha ou levar trabalho para casa para se fazer um trabalho sensorial, fazer passar a música pela corpo, regularizar pulsação e consequente subdivisão, por exemplo. Quando o aluno chega ao curso básico e se introduz o conceito de pulsação, o aluno sente o clique e assimila o conceito em duas semanas – porque houve todo um trabalho para trás. As crianças têm uma capacidade de memorização extremamente grande, que não é explorada. Os professores das AEC não explicam as coisas e as crianças gostam de perceber. Quando um professor explica algo, as crianças olham com um olhar de absorção, que qualquer um que trabalhe com crianças reconhece. E notam-se os processos cognitivos na ligação de conteúdos. Isso não acontece ao nível do primeiro ciclo, nem um manual ou uma obrigação do ensino superior que prepare os professores para o contexto de AEC. E



atenção: há professores a dar AEC de música que não são de Música, mas História ou Inglês, e outros que lá andam para fazer umas musiquinhas e pouco mais.

**BR:** Será que não há vontade em estruturar as AEC com o devido valor? Tenho reservas perante quem as lecciona e a sensação que se realizam como se de um ATL se tratasse...

**Prof. D:** Em várias geografias, no estrangeiro, tu encontras um tipo de ensino vocacional na escola pública como se de ensino particular se tratasse, ou seja, ensinam todo um conjunto de processos, independentemente de vires a seguir música ou não, onde crianças muito pequenas cantam antes de reproduzir uma melodia no instrumento, aprendem a tocar sem pauta, a ter noções de altura/registo, etc. Ou seja, se houver um primeiro ciclo com bases, com fundamento, que deixe os alunos familiarizarem-se com esta linguagem, na chegada ao 1.º grau, ao trabalhar-se a capacidade cognitiva de raciocínio, tudo se desenrola mais rápido, porque os alunos percebem. A ausência deste trabalho faz com que os alunos, no 1.º grau, eles vêem, mas não percebem que na pauta temos linha-espaco-linha-espaco-linha, que uma nota vem a seguir à outra, que de baixo para cima é do grave para o agudo. Não percebem isto logo e, nesse nível, têm de decifrar a figuração rítmica, a nota que determinada figura representa na pauta, acrescem os aspectos técnicos do instrumento... tudo ao mesmo tempo. É complicado. Compreendo o lado do professor que quer fazer evoluir o aluno, mas, também, compreendo o lado do aluno que não consegue fazer mais. Acho que deveria haver uma maior preocupação ao nível do 1.º ciclo, não lhe dar a roupagem de um ATL, mas dar-lhe importância. Já que foi introduzida a disciplina de Música, já foi dado esse passo, é fazer as coisas como deve ser.

**BR:** Essa preocupação parece que não existe num Ministério da Educação...

**Prof. D:** É o que eu estou a dizer. Não faltam estudos a comprovar os ganhos transversais da aprendizagem de música.

**BR:** Falta de iniciativa política...

**Prof. D:** Também. Mas as escolas, também, pouco querem saber. Se as escolas fizessem pressão, para este cenário evoluir, mal seria o MEC não ouvir. Seria algo que o MEC faria sem grandes encargos e só lhe ficaria bem: bastava juntar escolas e fazer as coisas como deve ser.

**BR:** Este ano lectivo tem sido turbulento a diferentes níveis. Começou com muitas incertezas quanto ao calendário lectivo, atrasos nas candidaturas a financiamento, atrasos nos vencimentos dos professores, manifestações nacionais dos professores do ensino artístico especializado. Que reflexão podemos fazer nesta recta final do ano lectivo?

**Prof. D:** A questão dos financiamentos não são responsabilidade única das escolas, apesar de lhes caber elaborar as candidaturas, e como não passa pelo colectivo de professores, mas ao nível das direcções de escola, não vou emitir opinião. Pelo lado das manifestações que se têm feito, embora tenha ficado tudo praticamente na mesma, acho que nem todas valeram a pena. Há outras formas de luta, poder-se-ia fazer outras coisas, se bem que, este ano, mais já não dava. Trata-se de uma consciência política e social: com tantos Ministérios, num Ministério com tantos assessores não haja alguém com o filho a frequentar o Conservatório Nacional e a dizer que o filho quase levou com um pedaço de qualquer material em cima, porque uma das escolas mais emblemáticas está a cair, ao lado do Governo. Com os dois pais a trabalhar, nos dias de hoje, se estas escolas páram, seria um problema. Não estou atribuir-lhes conotação de ATL, mas a fazer uma constatação. Além de que a história musical do país morreria ali e não me parece que haja disponibilidade financeira para se ir estudar um instrumento ao estrangeiro. Julgo que se esta classe (de professores do ensino artístico especializado) for bem tratada pelo poder político, vai dar mais alegrias do que o Governo acha. Isto não é discurso partidário, mas de consciências. Temos conservatórios que precisam de assistência financeira para ter instalações, outros para ter professores, então esse financiamento (Estado, FSE), que sabemos que entra nos cofres, para onde vai? Depois vemos, em Editais publicados, que determinadas escolas recebem determinada quantia, outras outra, etc., e qual é o critério? O aspecto musical e artístico, no país, traduz-se numa falta de cuidado a nível de cultura, que se resume a futebol e novelas. Nem o teatro é acarinhado. As raízes portuguesas podem vir a deixar de existir se não houver uma máquina de dinamismo cultural. O nosso folclore, as melodias regionais, correm o risco de desaparecer pelo desincentivo aos próprios ranchos que ainda trazem à luz do dia um pouco das sonoridades locais. As escolas bem ou mal têm se aguentado ou reinventado. Também aconteceu, ao longo dos tempos, má gestão, em escolas, por ventura, por incapacidade na gestão dos fundos atribuídos. Mas ao mesmo tempo acho que não houve muito boa vontade, ao nível do ME, para reverter esta situação.

**BR:** Um olhar sobre este meio em que nos inserimos. De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

**Prof. D:** Por um lado, é haver reuniões entre os interessados, não só entre direcções, mas incluir directores de turma, Encarregados de Educação. O que importa é haver informação e que a informação circule em ambos os sentidos: não só do Conservatório para as escolas, mas vice-versa. Isso só pode acontecer se as escolas souberem como os conservatórios

funcionam. Passa pela consciência das escolas quanto ao regime articulado, pelas diferentes formas de actuar: são dois regulamentos internos diferentes, são critérios e formas de avaliação diferentes. Neste último aspecto, recordo o exemplo de, numa determinada semana, os alunos terem marcados quatro testes e depois terem outras tantas avaliações orais, que não constam em plano nenhum, mas que directores de turma, alunos, todos sabem e ninguém reclama. Agora, se fosse o professor de Formação Musical a marcar alguma coisa...

**BR:** Voltamos à valorização das várias componentes de ensino.

**Prof. D:** Basicamente.

**BR:** Obrigado pelo tempo dispendido.

## **Anexo IX: Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado – Professor E**

Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado

### **Professor E**

#### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

Entrevistado E, 26 anos, 24.06.2015

Habilitação Académica e Profissional: Licenciatura em Educação Musical, Licenciatura em Direcção Coral e Teoria e Formação Musical

Disciplina(s) leccionada(s), Funções: Formação Musical, Coro Infantil (Iniciação)

#### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Artístico Especializado**

**Bruno Rua (BR):** Começo por perguntar: ao longo do tempo, que desenvolvimento neste modelo pode assinalar? Como foi promovido o regime articulado? Considerando que esta questão implica uma perspectiva histórica, cujo exercício não é possível fazer, dado o tempo de casa, eu dispensaria este ponto.

**Prof. E:** Concordo.

**BR:** Como podemos descrever a receptividade das Escolas e dos Encarregados de Educação? Com a tua experiência cá, no CRMVR, apesar de pretender aqui uma perspectiva temporal e à semelhança da questão anterior, é possível acusar alguma impressão?

**Prof. E:** De facto, não tenho muito a partilhar. Do pouco – e recente – contacto que tenho com as escolas locais, parece-me haver receptividade para que o modelo vá evoluindo.

**BR:** Consegue caracterizar o conhecimento dos Encarregados de Educação sobre o regime articulado, no momento de optarem ou não por este modelo?

**Prof. E:** Eu creio que, no geral, não há muito conhecimento e é algo à base do passa-palavra. Sabe-se que há o regime articulado, que aquela escola tem turmas no regime articulado, os pais falam com uns e outros e os filhos acabam por vir. Por outro lado, temos aqueles alunos que vêm de uma Iniciação Musical, internamente do Conservatório, cujos pais terão melhor noção do que esta realidade representa, eventualmente do que o regime articulado representa, já têm algum hábito de assistir às audições, concertos, etc. Agora, os pais que vêm do zero, isto é, numa primeira abordagem ao Conservatório e ao ensino de música, chegam com a ideia de colocar o educando a estudar música, mas sem a noção de seriedade inerente e desejável à sua aprendizagem.

**BR:** Na verdade, os inquéritos aos EE reflectem o passa-palavra como veículo líder na tomada de conhecimento do regime articulado – amigos e familiares. O Conservatório surgirá em segundo lugar, mas com posição igualmente relevante.

**BR:** Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral, como favorável a médias, progressão académica mais fácil, financeiramente mais apelativa, só para enumerar alguns exemplos?

**Prof. E:** Eu creio que, no momento de ingressar num 1.º grau, se trata de uma opção maioritariamente tomada pelos EE, mas que não pensam em médias. No máximo as médias representariam um factor de desistência, quanto ao regime articulado, porque, a dada altura, os alunos percebem que precisam de estudar muito mais para tudo. Eu julgo que a grande motivação para os alunos procurarem a música é porque o estudo da música está cada vez mais na moda, a nível nacional até. Está na moda, em primeiro lugar, porque se ouve muito mais música, independentemente da qualidade, e diz-se que faz bem e é bom para o crescimento das crianças.

**BR:** Apesar de se tratarem de afirmações correctas, por vezes, a leveza com que dizem isso parece a mesma com que falam da natação ou do instituto de inglês e desconhecem a natureza da aprendizagem de um instrumento e de música. Desconhecem que a ida à natação acontece duas vezes por semanas e é só isso, mas em música, além do tempo de aula o trabalho continua em casa, preferencialmente diário. Escapa a natureza performativa.

**Prof. E:** Exacto. Como se de mais uma actividade se tratasse, por vezes. E é algo que fica bem no currículo, um dia, dizer que se estudou um instrumento...

**BR:** Na questão aberta dos inquéritos aos EE, algumas opiniões sugeriam que não houvessem aulas até tarde ou ao Sábado. Bom, tudo bem que as aulas da escola regular tem um horário prioritário, logo o Conservatório tende a ter o fim da tarde sobrecarregado, mas o Sábado é um dia de aulas em tanto sítio. Eu fico com a sensação que alguns EE gostavam que o Conservatório, e, de certa forma, o ensino artístico, funcionasse mais à semelhança dos moldes do ensino genérico. Dois tipos de ensino a funcionarem da mesma maneira não parece possível. Podemos articulá-los, mas não fundi-los.

**Prof. E:** Sim. Muitas vezes os pais podem queixar-se dos horários mais tardios ou ao Sábado, que, por um lado, compreendo e até concordo, mas creio que a verdadeira preocupação deles é tempo para os filhos poderem estudar para as outras disciplinas. Eu acho que as crianças precisam de tempo livre para estarem com os pais, brincarem, descansarem. Mesmo ao nível da Iniciação Musical, vê-se que as crianças estão muito sobrecarregadas, o que não me parece saudável. Existem cada vez mais crianças com dez ou onze anos com ataques de pânico, com muita ansiedade, por causa da pressão que sentem todo o dia. Quando ao sábado, sou da opinião de que as pessoas deveriam ter tempo para descansar. Por outro lado, acho que muitos pais não querem ter aulas aqui (CRMVR) ao Sábado para estudar para outras disciplinas que considerem mais importantes – em vez da perspectiva do descanso.

**BR:** Terá a ver com a valorização dos currículos, sabendo que o regime articulado impõe uma paridade de relevância...

**Prof. E:** Exacto.

**BR:** A questão do Sábado poderá, também, partir daqueles casos em que os alunos são de geografias mais distantes ou, sem precisarmos sair do Concelho de Vila Real, de meio rural, onde os transportes públicos escasseiam. Por outro lado, apesar de considerar o Sábado útil para algumas coisas, se calhar, não podemos é ter o educando em cinco actividades extra-curriculares diferentes ao longo da semana...

**Prof. E:** Se calhar aí é que está o problema.

**BR:** E como não bastasse juntar futebol, catequese, instituto de inglês e música na mesma semana, agora as explicações estão na moda. Se outrora havia o estigma de quem as frequentasse era sinal de dificuldades na escola ou menos inteligente, agora a obsessão das médias impõe uma ocupação assinalável do horário semanal.

**Prof. E:** Eu acho que, na altura, os nossos pais tinham mais disponibilidade para nos ajudar a estudar. Hoje em dia, os pais vivem com tanto trabalho que acabam por considerar os centros de estudo para esse fim.

**BR:** Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.

**Prof. E:** Não sei até que ponto ficará mesmo desfalcada. Para mim, a educação que se dá na escola genérica aos alunos, que não frequentem um conservatório, é que está desfalcada. Para mim, o modelo que seguimos de disciplinas, de método de avaliação, na escola genérica é altamente duvidoso e que questiono muito. Os alunos estudam não para aprender, mas para tirar boas notas. Não se trabalham áreas artísticas, artes plásticas, dança, é trabalhar tudo e todos para o mesmo. No 5.º ano, tem-se disciplinas como História, Educação Musical – que querem é acabar com aquilo, Educação Visual e Tecnológica, entre outras, mas se o aluno chega ao 10.º ano e diz ter gostado tanto da aula de Matemática como de Educação Musical, pergunta se pode continuar a ter Educação Musical e isso não existe. Isto prova que o ensino genérico é que está altamente desfalcado.

**BR:** A área de artes, no ensino secundário, é tudo menos artes no plural.

**Prof. E:** É só artes plásticas. Não há dança, não há teatro, não há movimento, não há música. Agora, quanto às disciplinas que se dispensam pela frequência do regime articulado, eu noto que boa parte dos meus alunos acabam por optar por as frequentar na mesma.

**BR:** Esta questão puxa para alguns mitos, que ainda existam, quanto à frequência do regime articulado no ensino secundário. Por vezes julga-se que isso implica fechar os alunos numa bolha de música e que essa opção só serve para seguir música no ensino superior.

**Prof. E:** Isso não corresponde à verdade. Os pais é que julgam isso. Eu, que lido com alunos finalistas do curso básico, tenho imensa dificuldade em promover a continuidade no regime articulado, porque praticamente nenhum dos alunos vai continuar nesses moldes. Alguns querem continuar no Conservatório, mas em supletivo para não interferir nas médias, não parecendo muitos sensíveis ao aspecto financeiro. Um dos meus argumentos é a minha própria realidade: era rara a frequência do regime articulado; eu frequentei a área de artes no ensino secundário, fazia as disciplinas todas do conservatório e tirava boas notas. É uma questão de organização. Existem dois grupos de alunos, quanto à fase de transição: uns desistem de todo porque não vão ter tempo nenhum para estudar música, outros vão para o regime supletivo porque têm medo do regime articulado afectar as médias.

**BR:** Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas, no Conservatório. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas, por ventura por parte de Encarregados de Educação, Docentes do Ensino Regular?

**Prof. E:** Eu já assisti a várias reuniões de conselhos de turma e é comum um professor de uma determinada disciplina, ao ver que a pauta do aluno tem maioritariamente índice quatro ou cinco, subir um três, ou porque o aluno até se esforçou, ou porque já era um nível três alto. O que eu acho é que, especialmente, na aula de Instrumento, que é uma aula de um para um, o professor de Instrumento tem um conhecimento tal do aluno, que dificilmente a nota não será justa. E o nível de exigência, numa aula de um para um, é muito maior. No desporto, por exemplo, o cenário é igual: treinar um colectivo e um treino de um para um permite resultados diferenciados, ou o aluno é bom, ou é mediano e merecedor de nível três.

**BR:** Outra questão é o facto de, numa sala de aula de História ou Matemática, temos um colectivo sentado numa sala de aula, que escreve. Numa aula de Instrumento temos um aluno que lê partitura e, além de processar, estão a executar tudo em simultâneo. Ou seja, é um desempenho mais psico-motor, são muitas competências em simultâneo, envolve trabalho físico, envolve a apresentação pública desse trabalho em audições, perante júri em provas. Este conjunto de componentes, por ventura, escapa à percepção de um EE e/ou de um docente da escola genérica, resultando numa certa pressão para o aluno, o professor e o Conservatório.

**BR:** Considera haver maior pressão para o sucesso académico de um aluno em regime articulado? Colocando-se a questão pelo aluno e, também, no papel do Professor.

**Prof. E:** Eu noto que os alunos em regime articulado têm maior obrigação em tirar melhores notas que os alunos em regime supletivo. Os alunos em regime supletivo, se virem uma nota mais banal, se calhar, limitam-se a encolher os ombros, porque o que interessa é a escola. Os alunos do regime articulado sentem uma pressão muito grande, para com eles próprios e os pais, para tirar boas notas, porque faz parte do curso da escola. Para o professor, acho que também sente a diferença entre regimes de frequência, especialmente, o de Instrumento, visto que é tido, de certa forma, como o principal por trabalhar o aluno individualmente. Eu tenho um fenómeno que ainda não decifrei muito bem: tenho duas turmas do 4.º grau, uma em regime articulado, outra em regime supletivo.



A turma em regime articulado é razoável, mas a de regime supletivo é muito melhor, embora estudem muito menos para Formação Musical e tenham menos envolvimento. O que é certo é que o mesmo teste para uns é fácil, para outros é mais exigente. Eu ainda não percebi bem este fenómeno, mas ele acontece.

**BR:** Para aceder ao 1.º grau, via regime articulado, além de uma prova de admissão, basta o ingresso no 5.º ano de escolaridade. Pode esta condição ser considerada de simplista?

**Prof. E:** Idealmente falando, diria que é simplista. Um aluno que, aos dez anos, começa a aprender música, e logo em regime articulado, acho que força o ensino a baixar a fasquia. Antigamente, o nível de exigência era outro, se bem que eram tempos diferentes. Agora, os professores têm de baixar a fasquia, não têm outra hipótese, porque as outras crianças (que chegam ao 1.º grau com Iniciação Musical) não têm culpa. Idealmente, todos os que ingressam no curso básico de música, em regime articulado ou não, deveriam ter frequentado Iniciação Musical, até porque se nota diferença entre alunos que tiveram ou não. Contudo, no nosso país, na nossa cultura, neste nosso meio envolvente, ainda não temos uma máquina que valorize o ensino da música a tal ponto para que todos os pais venham inscrever os filhos com seis ou sete anos e, na chegada ao 5.º ano de escolaridade, saberem se querem o regime articulado ou não. Ainda acontece muito, por exemplo, os pais ouvirem falar no regime articulado uns meses antes e depois inscrevem com base no que apenas ouviram falar em vez de haver aquela cultura quanto às características do regime em si e da aprendizagem de música, a uma distância temporal do ingresso no 5.º ano de escolaridade de forma a permitir alguma aprendizagem e experimentação prévias.

**BR:** Se calhar, se o senso comum, neste meio envolvente, tomar conhecimento dos ganhos associados à aprendizagem de música, especialmente em tenra idade, pelo menos ao nível do 1.º ciclo, para não nos alongarmos ao nível do pré-escolar ou da audição de música durante a gravidez, do que é sensorial, do que é o estímulo cognitivo e o que a música faz às crianças de uma forma tão livre como a Iniciação Musical permite, a opção pelo regime articulado seria algo natural. Mais ou menos massificado, pelo menos seria com mais cultura geral associada, não só de escola artística, como do ensino vocacional artístico.

**BR:** Seria viável sensibilizar o meio escolar do 1.º ciclo, promovendo a aprendizagem de música nessa faixa etária e assim diminuir gradualmente o volume de alunos que, no ingresso do 5.º ano, acedem ao Conservatório sem bases?

**Prof. E:** Sim. A solução é sempre formação e divulgação. Por exemplo, nas escolas do 1.º ciclo, muitos professores de ensino básico não fazem ideia de que o regime articulado existe. Claro que, também, passa por nós – professores do ensino artístico – mostrar mais da nossa realidade. Há uma certa falta de sensibilidade, embora considere que isso esteja a mudar: no caso de Vila Real, pela aparente crescente adesão e por ter alunos que ingressaram para a Iniciação Musical com o objectivo da frequência do curso básico em regime articulado. Ainda que este último exemplo se refira a alunos que só terão um ano de Iniciação Musical, já é bom, já é algo.

**BR:** Já é qualquer coisa. Claro que, idealmente, se o 1.º ciclo tem quatro anos de escolaridade, a frequência dos quatro anos de Iniciação Musical seria o desejável. Dando alguns exemplos de iniciativas ao longo do ano lectivo, o Conservatório recebe uma ou outra visita de crianças provenientes de Infantários, em que passeiam pelos corredores olhando o contexto de sala de aula e reúnem-se no Auditório para uma apresentação de instrumentos pelos respectivos colegas. Há, também, uma participação do Conservatório no FAN (Festival de Ano Novo), promovido pelo Teatro, na qual alguns dos nossos colegas se deslocam a Infantários ou Escolas para breves momentos musicais apelidados de “concertinhos”. Eu gostaria de ver outras mais iniciativas: colóquios, nas escolas primárias, se calhar a uma certa distância das inscrições para as provas de admissão, com professores dessas escolas, com os pais de cada nível de ensino. Aliás, como dizia um colega, os conservatórios estão a fazer este papel já que um ME ou uma DREN não cumprem este dever pedagógico de informar e divulgar educação. Conclusão: temos de ser nós a cultivar o meio local, porque as pessoas não adivinham nem ninguém nasce ensinado.

**Prof. E:** Exacto.

**BR:** Este ano lectivo tem sido turbulento a diferentes níveis. Começou com muitas incertezas quanto ao calendário lectivo, atrasos nas candidaturas a financiamento, atrasos nos vencimentos dos professores, manifestações nacionais dos professores do ensino artístico especializado. Que reflexão podemos fazer nesta recta final do ano lectivo?

**Prof. E:** Este ano foi particularmente difícil, mas, ao mesmo tempo, parece que ouço todos os anos a mesma coisa: não sabemos como vai ser para o próximo ano lectivo, querem acabar com isto, vão cortar aqui e acolá. Eu trabalho no ensino artístico há poucos anos e todos os anos ouço isto: não sei o que vais fazer para o ano. Acho que é uma profissão muito precária. Um professor de Inglês sabe que vai leccionar Inglês. Se é colocado ou não é outra história, mas a disciplina existe e a escola existe. Nós temos menos dados seguros,

de um ano lectivo para o outro, sobre o que cai ou o que permanece de pé, que alunos é que o Estado deixa entrar ou priva pelo financiamento. A desvalorização do poder central por este ensino é tal que torna extremamente difícil motivarmos pais e alunos para algo que o Ministério não quer, não valoriza. Estamos a lutar contra a maré.

**BR:** Ou seja, aquilo que deveria ser o acesso à educação, por direito constitucional, é tudo menos democrático. Está-se a tornar elitista pelo aspecto financeiro.

**Prof. E:** Para mim, dar o Português e a Matemática e obrigar a pagar mais educação do que isso é emburrecer o povo. Como disse, estamos a lutar contra a maré.

**BR:** O mais curioso é que o ensino artístico especializado é quase todo leccionado por estabelecimentos particulares e cooperativos, além do punhado de conservatórios públicos. Isto significa que é este grosso que faz avançar a educação e a cultura musicais, neste país e a educação será sempre serviço público. O que me transcende é o facto de haver uma procura crescente e a oferta estar a ser permanentemente racionalizada como se tratasse de algo com pouca procura em vez de se criar condições para essa procura. Claro que é preciso haver um crescimento gradual e sustentável das instituições, mas fica a sensação de naquele Ministério (Educação) não haver ninguém conhecedor do assunto e que valorize este ensino. E ao lado do MEC tem-se uma instituição emblemática como o Conservatório Nacional a cair... Enfim, estamos nós, no fundo da hierarquia, a dar o exemplo ao topo, a um MEC.

**BR:** Um olhar sobre este meio em que nos inserimos. De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

**Prof. E:** Uma vez que a minha experiência cá é recente, é positiva, não tenho mais a acrescentar.

**BR:** Obrigado.

## **Anexo X: Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Regular – Professor F**

Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Regular

### **Professor F**

#### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

Entrevistado F, 53 anos, 21.07.2015

Anos de carreira docente: 30 anos

Estabelecimento de ensino actual e tempo de serviço: Escola

Secundária Camilo Castelo Branco – 27 anos

Total de turmas a seu cargo: 2

#### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Regular**

**Bruno Rua (BR):** Como chega ao contacto com turmas do articulado?

**Prof. F:** A direcção da Escola atribuiu-me a direcção de turma de uma turma em regime articulado há quatro anos. Ao longo de três anos com a geração que no ano passado terminou o 9.º ano, acho que desenvolvi um trabalho positivo com esses alunos. A direcção da Escola considerou que eu tinha o perfil ideal para director de turma (DT) neste âmbito e atribuiu-me novamente uma turma em regime articulado, que agora inicia o 3.º ciclo do curso básico. Nunca foi iniciativa minha.

**BR:** São as turmas do regime articulado mais exigentes para o Professor em termos administrativos: procedimentos, burocracia?

**Prof. F:** Um pouco. Não acho que muito mais. Um pouco, porque os EE acham que estamos em posse de muita informação, que só fica no Conservatório. Como o director de turma, no ensino regular, tem um papel em que informa os pais de tudo, em constante

contacto com os pais, e eu disponibilizo o contacto de correio electrónico, quando os pais têm alguma dúvida, mesmo a respeito do Conservatório, perguntam-me. Muitas vezes não sei responder, mas ocupa tempo responder a tanto *email*.

**BR:** Em relação a isso, já no ano lectivo transacto, e pela experiência enquanto representante/director de turma do Conservatório, cheguei a comentar lá uma certa tendência para os EE desabafarem junto do director de turma, por ser um contacto mais familiar, mais habitual, mas facto é que todos os professores do Conservatório têm uma hora de atendimento. Obviamente que essa hora não serve todo o EE, mas a comunicação com o professor estabelece-se com muita facilidade. Algumas dúvidas, que eu me apercebi que eram colocadas ao DT, deveriam ser colocadas lá (Conservatório).

**Prof. F:** Os EE são informados dessa hora de atendimento?

**BR:** Essa hora está publicada no átrio do Conservatório, no expositor próprio e habitual para essa informação. É do conhecimento público, além de que nada impede o EE de procurar contacto mais pessoal junto de um professor.

**Prof. F:** Talvez porque tenhamos várias reuniões ao longo do ano, por se trocarem contactos na primeira (reunião) do ano, a existência de uma caderneta escolar com essa indicação escrita...

**BR:** Exacto. A caderneta é também um recurso no Conservatório para os mesmos fins.

**Prof. F:** Desconhecia isso.

**BR:** Eu entendo que os pais, desde sempre, vão a reuniões de avaliação e que possa ser mais familiar por esse hábito, mas não se compreende porque não assumem o mesmo à vontade, quando têm os professores do Conservatório igualmente à sua disposição.

**Prof. F:** Desconhecia a existência de hora de atendimento dos professores do Conservatório. Aqui (na Escola), não é regra partilhar o contacto de *email*, mas eu assumo essa prática para um contacto mais célere. Não sei se boa ou má, mas que toma tempo a responder toma.

**BR:** Bom, partindo do exemplo de um professor de instrumento, vive-se uma relação individualizada e privilegiada, com o aluno, em contexto de aula, e, à partida, será igualmente privilegiada junto do EE, prescindindo-se do conceito de uma reunião geral, digo eu.

**BR:** Considera alguma metodologia de aula específica em função do regime de frequência da turma?

**Prof. F:** Não. A metodologia pode variar de turma para turma, porque as turmas têm características diferentes, logo são motivadas com estratégias diferentes. Não tem a ver com ser do regime articulado, mas com cada turma em si. São alunos (regime articulado) que apreendem mais rapidamente os conceitos, tendencialmente mais envolvidos, mas não implica uma metodologia diferente por esse factor.

**BR:** Existem características-padrão de uma turma em regime articulado em contexto de aula?

**Prof. F:** Não, até porque a turma que, hoje, está no 10.º ano, era muito diferente da que tenho agora. Uma vez que não tenho outra turma de 7.º ano além da actual, não tenho termo de comparação. Os alunos em regime articulado têm muitos mais afazeres, como é normal, muito mais tarefas no Conservatório e é natural que não se dediquem tanto às tarefas aqui da Escola. É algo que alguns professores da escola não entendem, pelo que estamos perante alguma falta de boa vontade de compreender o lado do outro.

**BR:** Ainda nesta questão, em termos de dinâmica de aula de uma turma de regime articulado, a competitividade é algo que se sente entre os alunos?

**Prof. F:** Mais uma vez, só tenho esses dois exemplos. Na outra turma não havia grande competitividade (actualmente no curso secundário) e nesta penso que irá surgir. Creio que no próximo ano, no 8.º ano, a competitividade que se está a esboçar, com a formação de grupos na turma, é capaz de surgir.

**BR:** Entende o regime articulado, por esse factor, como sendo mais exigente para o aluno?

**Prof. F:** Penso que não. Em princípio, os alunos que optam pelo regime articulado deveriam gostar, mas sabemos que nem sempre é assim. Alguns têm vocação, mas se (os alunos) não estiverem lá (regime articulado) nunca vão saber se têm vocação, se têm aptidões ou não, e será no 3.º ciclo que irão ver isso. Porque se se gosta, não haverá grande problema.

**BR:** Tem a ver com sentido de compromisso. O 2.º ciclo, o 5.º e 6.º anos, são relativamente fáceis de cumprir, mas no 7.º ano inicia-se um compromisso de três anos e pode correr bem ou resultar em frustrações. Frustrações que serão mais sentidas ao nível das disciplinas artísticas pela sua natureza.

**Prof. F:** Uma dúvida: no 2.º ciclo, os alunos não conseguem perceber se têm ou não aptidão a aprendizagem de música?

**BR:** Por vezes um professor recomenda a não continuidade via regime articulado no sentido de se evitar a ocupação de uma vaga, não tendo, o aluno, as maiores aptidões para. Também acontece que alguns alunos não deixam de gostar, mas percebem que vai ficando mais difícil e não trabalham nessa proporção. Eu não sei quantificar, mas parece-me ser um número residual de casos em que um professor sugere a não continuidade em regime articulado. Por outro lado, também acontece um aluno ter um bom desempenho ao longo de dois anos de 2.º ciclo e depois, com mudança de ciclo, de escola, mais a adolescência, estagna, apesar de inteligente e do bom acompanhamento dos pais.

**Prof. F:** Conheço um caso de um aluno que continuou no regime articulado contra a vontade do EE e está a ressentir-se disso. Eu acho que há alunos que precisam de uma empatia muito grande com os professores para aprenderem e há outros que têm os seus objectivos muito definidos e não precisam da empatia do professor, apenas que os ensinem, colmatando dificuldades praticamente sozinhos, tendo o professor como mero orientador.

**BR:** Há ainda uma contingência que entra na equação: a existência de financiamento por aluno em regime articulado, que resulta na busca de um certo equilíbrio entre as diferentes variáveis, entre o ideal pedagógico e a sustentabilidade da instituição. Claro que haverá sempre um caso ou outro em que o aluno desiste a meio de um ciclo...

**Prof. F:** A profissão de professor é sempre muito exigente, seja do ensino artístico, seja do ensino regular. Temos sempre de ter o bom senso de analisar o aluno, diagnosticar dificuldades. Uma vez consegue-se dar a volta com facilidade, outras não se consegue.

**BR:** Considera que os alunos do regime articulado, por esse factor, têm maior empenho na sala de aula, trabalho proposto, nas suas actividades escolares?

**Prof. F:** Alguns sim. A disciplina que trazem da aprendizagem da música reflecte-se nalguns alunos. Noutros casos, naqueles alunos mais medianos, penso que não. Esses alunos mais disciplinados, se calhar, seriam igualmente disciplinados sem a música, mas a música dá disciplina, responsabilidade e autonomia. Penso que sim.

**BR:** Considera os Encarregados de Educação bem informados sobre o modelo articulado?

**Prof. F:** Não, de todo. Estão mesmo mal informados.

**BR:** É curioso, porque o EE chega a si a meio de um processo de cinco anos de curso básico, ao ter o educando no 7.º ano de escolaridade.

**Prof. F:** Há um ou outro EE bem informado, mas a maioria, pelas perguntas que me chegam, está mal informada. Porque é que as aulas terminam mais tarde é o exemplo mais gritante. Outro exemplo é a justificação de faltas, que os EE julgam que são justificadas cá quando servem para lá (Conservatório): se uma actividade da Escola, como o corta-mato, obriga os alunos a faltarem à minha aula, essa falta estará justificada, mas eu não conheço os horários das disciplinas artísticas de todos os alunos, logo não sei se faltaram a alguma disciplina no Conservatório e haja uma falta por justificar. Se eu soubesse que um aluno estivesse a faltar no Conservatório por causa de uma actividade na Escola e mo pedisse, eu enviaria a justificação para o Conservatório. A direcção da Escola envia-me a justificação do corta-mato, logo acho que a direcção poderia enviá-la para o Conservatório, também.

**BR:** Pergunto-me se a Escola comunica, nesses cenários, a informação/justificação ao Conservatório...

**Prof. F:** Não deve comunicar. Eu tive de ir ao Conservatório para ter um *email* para os contactar, porque aqui (na Escola) não tinha como o fazer.

**BR:** Então como poderia o Conservatório antecipar-se às actividades escolares se não são comunicadas?

**Prof. F:** Eu acho que a responsabilidade é de parte a parte. Acho que ambas as direcções deveriam trocar contactos de correio electrónico. Creio que são estes pontos que precisam acordar. Se há uma justificação a enviar para o DT, envia-se, também, para o Conservatório, faça falta ou não.

**BR:** Bom, não era a primeira vez que veria colegas meus sem alunos na sala, porque foram a visita de estudo ou semelhante e ninguém lhes comunicou. Ora, sabendo que boa parte do corpo docente do Conservatório não reside em Vila Real, seria um potencial constrangimento evitável.

**Prof. F:** Não seria de bom senso o aluno avisar o professor?

**BR:** Nesses contextos, o que se sabe tende a ser pelos alunos e um ou outro EE, mas, mais do que poder-se responsabilizar mais os alunos, ao mesmo tempo falta é a comunicação institucional.

**Prof. F:** Falta. Acho que falta comunicação.

**BR:** Apesar de haver uma opinião maioritária de que o Conservatório estará numa posição deficitária (quanto à comunicação entre escolas), e mesmo que me julguem parcial no comentário, o cenário não será tão tendencioso assim. E as partes envolvidas têm de colmatar as deficiências do sistema.



**Prof. F:** Passa tudo pela boa vontade. É sentar e perceber o que estamos a fazer mal. Por outro lado, há quem julgue que as críticas são um ataque, são destrutivas. As críticas são construtivas e com estes reparos, idealmente, seria o ponto de partida para melhorar.

**BR:** Voltando ao horário escolar entre as escolas, na questão aberta presente nos inquéritos ao EE, alguns pais apontam a ideia de que não deveriam decorrer aulas no Conservatório além dos termos da escola regular. Julgo haver algum desconhecimento ou falta de compreensão quanto, por exemplo, a aulas ao Sábado, até porque gerir tudo em cinco dias úteis é, no mínimo, complexo.

**Prof. F:** O Conservatório tem as suas regras. Quando os pais inscrevem os educando, estão a fazê-lo nessas regras. Por isso é importante o Regulamento Interno. Aqui (na Escola) entregamos aos pais mediante a assinatura de concordância ou não com o conteúdo do Regulamento Interno. Uma vez assinado, uma vez de acordo, não há mais questões. Se não o fazem, talvez tenham, aqui, um exemplo que queiram seguir: no momento da inscrição, entregar o Regulamento Interno e submeter com um papel a assinalar a concordância.

**BR:** Fica o registo. Mas repito, é curioso que, ao terceiro ano de regime articulado, hajam EE com essas dúvidas e não tenham procurado esclarecimento junto do Conservatório. Há um esforço crescente do Conservatório para passar uma melhor percepção do que aquele ensino e aquele regime de frequência representam e, gradualmente, constata-se um colectivo de EE mais informados. Naturalmente, haverá sempre trabalho a fazer.

**Prof. F:** Pela minha experiência, assim como do conhecimento do senso comum, os pais querem os filhos o máximo de tempo ocupados para eles (os pais) não se aborrecerem. São pais cada vez mais egoístas. E nós (professores) lidamos com isso diariamente.

**BR:** Um colega dizia-me que as dinâmicas familiares, hoje em dia, as condições laborais dos pais quase que os obriga a ter os filhos entretidos para gerir o dia do educando e não só.

**Prof. F:** Mas há pais, como em todo o lado, que, sinceramente, não querem saber como correm os estudos, não estão virados para o diálogo, para o acompanhamento.

**BR:** A perspectiva do educando, face ao Conservatório ou face à escola, vai reflectir o empenho dos pais.

**Prof. F:** Ou é um aluno com os objectivos bem definidos, ou então, se os pais não orientam e não acompanham, é um aluno com poucas pernas para andar ou ser um adulto de sucesso. Há pais que acompanhar o estudo é aborrecimento, mas se o filho chegar a casa e fizer queixa do professor estão lá para apoiar o filho.

**BR:** Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral pelos Encarregados de Educação, como – só para enumerar alguns exemplos – favorável a médias, progressão académica acessível, financeiramente apelativa, condição social, horário e turma privilegiados?

**Prof. F:** Serão poucos os que acham que os filhos têm aptidão para o ensino artístico, nem que seja porque tiveram alguma experiência e/ou não tiveram possibilidade de continuar/ter. Eu penso que, genericamente, todos gostam de música, logo ter os filhos no ensino artístico é uma mais valia. Não será por médias já que as disciplinas do Conservatório tendem a baixá-las.

**BR:** No inquérito aos EE, numa questão com treze opções de resposta em torno da motivação pelo regime articulado, há um par de respostas que surgem associadas entre si e líder estatístico: “formação académica mais completa” e “aspecto financeiro”.

**Prof. F:** Se não fosse o aspecto financeiro, muitos não teriam forma de pagar. Agora, julgo que a maioria olhará o regime articulado pela formação, do gosto pela música enquanto arte.

**BR:** Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas do Conservatório e vice-versa. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas?

**Prof. F:** Penso que, se o aluno não apresenta bons resultados no Conservatório, é porque não está motivado. Por outro lado, tenho exemplos de alunos que valorizam mais o Conservatório que os resultados aqui (Escola).

**BR:** Esta questão surge a partir da experiência com situações em que, por exemplo, o aluno tem notas de índice quatro e cinco, mas três a instrumento e o EE fica surpreso.

**Prof. F:** Tem a ver com aptidões, com motivações, interesses.

**BR:** Diria que isto mostra que os EE nem sempre compreendem a diferença.

**Prof. F:** Não. Também já fui confrontado com essa questão. A verdade é que há matérias que motivam mais que outras. O mesmo acontece com disciplinas e professores. Eu acho que os pais não querem conversar com os filhos, sobre as suas motivações, não perguntam o porquê de não gostar desta ou daquela matéria. Se calhar obrigavam os filhos a fazerem outra leitura ao dizerem que, se está ali, é porque, à partida, é importante para a formação deles. Não se pode estar à espera que o professor faça tudo.

**BR:** Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.

**Prof. F:** Não, não penso, pelo contrário.

**BR:** Se calhar, esta questão estará mais voltada para o curso secundário que para o básico. Alguns colegas, no Conservatório, consideram haver, ainda, alguns mitos quanto à frequência do ensino secundário em regime articulado como se de algo castrador se tratasse.

**Prof. F:** Penso que não. Aqui (na Escola), uma vez no ensino secundário, também têm de escolher entrar para a área de ciências ou a área de letras. Existem disciplinas de tronco comum, independentemente da área que frequentem. E quantas vezes, na universidade, um aluno percebe que, afinal, não é aquilo que quer seguir...

**BR:** Mas é essa perspectiva que falha sempre. Temos, também, exemplos recentes de um ou outro aluno que, graças ao diálogo entre Conservatório e Escola, conseguiu atender à aula de Matemática, à qual estaria dispensado. De certa forma, esta possibilidade vem salvaguardar o que costuma ser um temor do EE de que o educando mude de ideias ou da viabilidade de diferentes caminhos.

**Prof. F:** Ultimamente, cada vez mais alunos chegam à universidade e mudam de ideias. Também há quem diga que não muita articulação entre o ensino secundário e o superior. Seja como for, são opções que se tomam.

**BR:** Sabendo o limite de desfasamento máximo entre grau de disciplina artística e ano de frequência, de que forma está o sistema, o professor e o aluno sob pressão?

**Prof. F:** Eu não sinto nenhuma, nem se sente muito aqui (na Escola). Talvez isso se coloque mais no Conservatório. Há o exemplo de um aluno que tem uma negativa a uma disciplina do Conservatório, mas não sei quais as implicações disso...

**BR:** No caso das disciplinas artísticas, uma negativa a uma disciplina, no fim do ano lectivo, significa que o aluno apenas fica retido a essa disciplina sem qualquer relação na transição das restantes disciplinas. Há, ainda, a possibilidade de o aluno recuperar, no ano lectivo seguinte, por via de prova de acumulação para o grau seguinte.

**Prof. F:** Isso gera pressão sobre o aluno, os pais e o Conservatório.

**BR:** Enuncie vantagens e desvantagens do regime articulado.

**Prof. F:** A vantagem é, realmente, uma formação complementar e acessível financeiramente. A disciplina e a capacidade de concentração, que ganham com a música, tem impacto nas disciplinas do currículo regular. Eu não vejo propriamente desvantagens, se os alunos conseguirem gerir horários e actividades. Se calhar uma desvantagem será o volume de actividades, que retira tempo de brincar a quem está na idade de brincar, tempo para eles, para estar com os pais.

**BR:** Eu diria que essa desvantagem não advém da opção pelo regime articulado, mas à escolha de uma panóplia de actividades extra-curriculares.

**Prof. F:** Exacto.

**BR:** No inquérito aos EE, em determinada altura sugeri que o estudo de um instrumento não impedia várias outras actividades ao longo da semana do aluno. Houve alguma percentagem de concordância. Pergunto-me se haverá reflexão suficiente, por parte dos EE sobretudo, quanto ao número de actividades do educando. Um aluno, se está em muitas actividades, como será bom a alguma, como escapa a um nível mediano se não tem espaço para estudar/trabalhar melhor...

**Prof. F:** O ensino básico, na minha opinião, serve para dar as bases, para apontar direcções futuras. Não é preciso ser-se muito bom, ter notas elevadas a tudo. O aluno terá muitas mais opções no ensino secundário e no ensino superior, se tiver muitas mais bases e, assim, fará uma escolha mais consciente. As notas, no ensino básico, não são muito importantes. Para alguns pais são, mas para mim não. Para mim o importante é a formação.

**BR:** Muitas vezes tenho dificuldade em atribuir uma nota, porque, em muitas situações, é difícil quantificar o esforço, o trabalho, muita coisa que não se vê ou que nem todos vêem, num número ao fim do período.

**Prof. F:** Há alunos que são muito bons alunos, têm uma cultura vasta, enorme capacidade de raciocínio e depois nem sempre se reflecte em termos de teste, em termos de quantificação. O ensino básico é para dar opções para depois o aluno ter consciência do que gosta ou não gosta.

**BR:** Considera que o regime articulado se deva circunscrever ao “talento”?

**Prof. F:** Inicialmente, eu penso que não, que há a formação básica e há talentos que têm de ser descobertos. Se ninguém apresentar um instrumento musical, se ninguém o desenvolver ou questionar quanto a isso, o aluno não sabe se tem esse talento. Se nunca colocarmos o aluno a ouvir música, como sabemos se tem ouvido? Se não colocarmos o aluno a tocar um instrumento, como sabemos se tem destreza psicomotora para? Inicialmente, não, mas

no futuro a música será *hobby*, e vai até onde der, ou, se quiser seguir, terá de ter as aptidões para.

**BR:** Considera que o acesso ao regime articulado está demasiado massificado, ou, dito de outra forma, de acesso pouco criterioso?

**Prof. F:** Eu não tenho uma opinião aprofundada sobre isso, mas se existe uma prova de admissão, no Conservatório, não deverá ser assim tão massificado.

**BR:** Um aluno que frequente cinco anos de ensino básico em regime articulado leva, do seu percurso académico, mais que os pares de regime ordinário?

**Prof. F:** Com certeza.

**BR:** Assumindo que nem todos os alunos/Encarregados de Educação olham para o regime articulado com a mesma seriedade, que estratégias se poderiam implementar para aprofundar o conhecimento do meio escolar na sensibilização para este regime de ensino-aprendizagem? Por exemplo, sessões de esclarecimento...

**Prof. F:** Acho que sim, sessões de esclarecimento onde se pode dizer as competências desenvolvidas no regime articulado para que os pais decidam se, realmente, o pretendem para os educandos. Como já disse, o estabelecimento de alguns aspectos no Regulamento Interno. É preciso passar para os pais a impressão de que as duas escolas tentam articular o melhor possível, uma vez que eles sentem uma barreira à comunicação entre as duas. Os pais têm a frequente sensação que não há articulação e alguns professores, também, passam essa ideia. Acho que se a comunicação fosse mais aberta, mais clara, isso passaria para os pais. Acho que se podia começar com ambas as direcções sentarem à mesa, quiçá com os directores de turma, e todos aceitarem as opiniões de todos e resultar em texto, em Regulamento Interno. Não se pode passar por cima de algumas questões sensíveis para alguns alunos, pais, professores, como a conciliação dos momentos de avaliação, por exemplo. Os pais não vão ver os estudos científicos que provam que o estudo da música é uma mais valia. Com mais informação, haverá mais boa vontade quanto ao regime articulado.

**BR:** Considera que o ensino artístico tem tido o apoio e promoção devidos por parte do Ministério da Educação?

**Prof. F:** Nenhum ensino, que implique gastos adicionais por parte do Ministério, está a ter o apoio devido.

**BR:** De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

**Prof. F:** Diálogo, uma comunicação clara e aberta, com seriedade intelectual. Trabalhar em conjunto, em equipa. Penso que é o mais importante.

**BR:** Obrigado pelo seu tempo.

## **Anexo XI: Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Regular – Professor G**

Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Regular

### **Professor G**

#### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

Entrevistado G, 60 anos, 22.07.2015

Anos de carreira docente: 28 anos

Estabelecimento de ensino actual e tempo de serviço: Escola

Secundária Camilo Castelo Branco – 9 anos

Total de turmas a seu cargo: 6

#### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Regular**

**Bruno Rua (BR):** Como chega ao contacto com turmas do articulado?

**Prof. G:** A primeira vez que tive contacto com o regime articulado foi na Escola Camilo Castelo Branco por imposição de ordem de serviço. Essa área de ensino era algo misteriosa, no início, mas tornou-se regular ter turmas em regime articulado nos últimos anos.

**BR:** São as turmas do regime articulado mais exigentes para o Professor em termos administrativos: procedimentos, burocracia?

**Prof. G:** Eu, como professor de Educação Física, não noto diferença alguma, em termos burocráticos, face a uma turma que não seja do regime articulado. O trabalho é igual.

**BR:** Considera alguma metodologia de aula específica em função do regime de frequência da turma?

**Prof. G:** Não. As condições, na minha disciplina, são iguais para todos. Como em todas as turmas, há alunos com mais apetência para esta disciplinas que outros – assim como acontece para o regime articulado/disciplinas artísticas.

**BR:** Existem características-padrão de uma turma em regime articulado em contexto de aula?

**Prof. G:** Não particularizando, dando uma ideia geral dos anos de experiência, que tenho tido, com o regime articulado, são turmas com as quais gosto de trabalhar, porque a maior parte dos alunos tem uma capacidade de atenção superior à dos colegas de “não-articulado”. São alunos com mais facilidade em concentrarem-se e de se organizarem em sala de aula, o que permite que as aulas tenham uma fluência superior a turmas que não são de regime articulado.

**BR:** Entende o regime articulado, por esse factor, como sendo mais exigente para o aluno?

**Prof. G:** Eu, aí, tenho dúvidas. À partida seria assim. O regime articulado, que, para mim, tem a ver com a concepção que tenho do ensino da Música, é uma actividade extremamente exigente, o que faz com que os alunos tenham de ter qualidades para estar sempre em superação, porque aprender música não é fácil.

**BR:** Considera que os alunos do regime articulado, por esse factor, têm maior empenho na sala de aula, trabalho proposto, nas suas actividades escolares?

**Prof. G:** Pelo que já referi, na minha disciplina, e sem particularizar, os alunos de regime articulado são concentrados, têm espírito de sacrifício, não desistem à primeira e permitem uma fluência grande no desenrolar das aulas.

**BR:** Considera os Encarregados de Educação bem informados sobre o modelo articulado?

**Prof. G:** Não lhe posso dar uma resposta capaz, porque o meu contacto com Encarregados de Educação é mínima, considerando que sou professor de uma disciplina apenas. O director de turma é capaz de lhe dar uma resposta mais cabal.

**BR:** Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral pelos Encarregados de Educação, como – só para enumerar alguns exemplos – favorável a médias, progressão académica acessível, financeiramente apelativa, condição social, horário e turma privilegiados?



**Prof. G:** De uma forma geral, eu tenho a percepção de uma panóplia muito grande de alunos e das vontades que os levaram a estar no regime articulado. Há uma grande variedade. Há alunos que estão lá, porque têm talento, são pessoas motivadas para a aprendizagem de música, querem continuar a aprender um instrumento. Depois há outros que estão lá pelo horário privilegiado, à procura de algum tipo de privilégio para a carreira de estudante.

**BR:** É curioso, porque existem dois universos. E isso é algo que passa dos pais para os filhos. Os pais que valorizam a presença do filho no Conservatório e o contacto com o instrumento faz com que os resultados tendam a ser mais favoráveis face àqueles pais que vêem isto como mais uma ocupação mais ou menos positiva ou, simplesmente, gratuita. Tal tende a reflectir-se nos alunos e na forma como eles olham, no seu crescimento, para o Conservatório.

**Prof. G:** A minha percepção anda muito perto dessa, que acaba de enunciar.

**BR:** Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas do Conservatório e vice-versa. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas?

**Prof. G:** Penso que sim. E mesmo que não se passe nada de significativo ao nível das capacidades cognitivas, pelo menos, ao nível das capacidades volitivas há alunos que, por exemplo, gostarão imenso de estar no Conservatório, dão tudo para terem uma aprendizagem forte e as disciplinas cá da Escola têm menos interesse que as do Conservatório. O vice-versa também será verdade.

**BR:** É recorrente haver um aluno com índices quatro e cinco nas disciplinas da escola, mas um nível três a Instrumento. Em algumas circunstâncias o EE não compreende essa relação, noutras algum professor do ensino regular pergunta, em conselho de turma, se não se pode subir a nota. A questão é por que razão tem um aluno nível três numa disciplina artística quando tem índices quatro e cinco nas disciplinas da escola regular. Um professor do Conservatório dizia-me que não é por ter um três que não é um bom aluno.

**Prof. G:** É, também, a minha opinião.

**BR:** Eu creio que haverá uma tendência para se olhar as disciplinas do Conservatório da mesma forma que se olha, tradicionalmente, as disciplinas da escola regular.

**Prof. G:** Pessoalmente, acho isso um erro. Pode ser por falta de conhecimento, pode ser por falta de sensibilidade para o tipo de ensino que o regime articulado configura. Eu, como sou de uma área com muitos pontos de contacto com a aprendizagem de música,

sugiro que imaginemos se houvesse regime articulado para Educação Física: teríamos os mesmos problemas.

**BR:** Por alguma razão comparo um músico profissional a um atleta de alta competição...

**Prof. G:** Exactamente. E mesmo a nível psicológico, os perfis têm de ser muito semelhantes. O perfil psicológico de um instrumentista tem de ser de uma capacidade infinita de persistir até à exaustão na procura da perfeição. Um atleta de alta competição é exactamente a mesma coisa. Muitas vezes temos atletas, ou aspirantes a, com capacidades motoras fantásticas, mas que lhes falta a capacidade do sacrifício, o querer, a capacidade quase infinita de repetir, quase até à exaustão, na procura da perfeição. Há um contacto muito grande entre o ensino da Música e o ensino da Educação Física. Contrariamente a um ensino mais tradicional, o aluno está sempre a ser posto em causa, ou seja, o aluno está sempre a competir com ele próprio. Todos os dias. O que não é verdade na Matemática ou na Geografia. É por isso que, se calhar, eu teria outra ideia, por exemplo, para o ensino das artes, da música, que seria, provavelmente, uma escola de artes em que os alunos fossem admitidos perante um determinado conjunto de critérios. É a procura pela excelência.

**BR:** Por alguma razão se chamam de ensino especializado e ensino genérico...

**Prof. G:** Nós, se quisermos generalizar, podemos generalizar tudo...

**BR:** Mas acabamos por cair na mediania.

**Prof. G:** É exactamente o que quero dizer. Se é para generalizar vai tudo para a mediocridade.

**BR:** Esta ausência de cultura escola, respeitante ao ensino artístico, não será só da parte do EE. Uma vez que há a necessidade de articular com esta e outras escolas, eu perguntaria se não haverá um certo desconhecimento, e, se calhar, uma variação de sensibilidade maior, dentro dos professores do ensino regular.

**Prof. G:** Eu penso que passará mais por essa questão: por mais ou menos sensibilidade para o tipo de matérias abordadas. Nem todas as pessoas estão vocacionadas ou têm sensibilidade necessária para perceber, por exemplo, as dificuldades e os problemas que um professor do regime articulado tem, durante um ano, com alunos que muitas vezes não estão, minimamente, vocacionados para o ensino ao qual se propuseram.

**BR:** A grande questão é, também, o sentido de responsabilidade, visto que as metas são performativas, de exposição em palco, perante júri e público. Há sempre dificuldades, não só da percepção do EE, que se sente, naturalmente, limitado no acompanhamento do educando, mas ao nível de uma direcção de escola, em termos de procedimentos, de colegas de ensino regular. Importa acrescentar, à semelhança do que me foi dito, também,

por um ou outro docente do Conservatório, que a DREN nunca terá feito muito pelo regime articulado com a criação de plataformas comuns – através das quais se resolveria a questão da justificação de faltas, evitar Regulamentos Internos elaborados de costas voltadas entre escolas. Eu vejo o CRMVR a fazer trabalho pedagógico junto de futuros alunos, de pais, de diálogo com o meio envolvente, mas parece que os conservatórios estão a fazer o trabalho cujo exemplo deveria partir de um Ministério.

**BR:** Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.

**Prof. G:** Sinceramente, não considero. Se houvesse um estudo mais aprofundado sobre essa matéria, talvez entroncasse mais na ideia que eu tenho: a escola de artes. Este regime (articulado) desapareceria, a escola de artes existiria e a outra escola (regular) seria integrada na escola de artes. A escola de artes receberia os alunos com talento e vocacionados para isso e a restante escola – disciplinas como Português e etc. – estaria lá dentro.

**BR:** O conceito de escola de artes era capaz de assustar muita gente. Não faltaria os comentários de que não era algo sério. A mudança de mentalidades implicaria décadas...

**Prof. G:** Mas sério era isso. Para ser bem feito teria de ser assim. E não é algo inédito. Há países onde andarás mais ou menos por este modelo. E se queremos ser melhores, temos de procurar formas para que isso aconteça.

**BR:** Uma das respostas que me foi chegando é que isto é um mito. Tanto docentes do Conservatório como de escola regular referem que quando escolhemos entre as humanidades e as ciências estamos a fazer opções. Todas as opções implicam ganhos e perdas. Já houve o caso de um aluno pretender o regime articulado no curso secundário, mas haver receios de essa opção ser limitativa no acesso ao ensino superior por preocupações como eventual mudança de ideias, por exemplo. Por não ter a disciplina de Matemática, aquela eventual mudança de ideias poderia definir uma incapacidade de ingresso no ensino superior num determinado curso.

**Prof. G:** Por isso é que eu digo: um estudo aprofundado que determinasse quais as disciplinas iriam ser leccionadas dentro dessa “escola de artes”. E essas disciplinas teriam de ser as mais comuns e abrangentes, que acautelassem o caso de um indivíduo não querer continuar a via artística e seguisse outra área – pois teria Matemática, Português, Língua Estrangeira. E assim, o volume de trabalho nas artes iria aumentar: as disciplinas iriam aumentar, a carga horária iria aumentar, etc.

**BR:** Como não parece haver vontade do poder central em sequer ponderar isso, resta o diálogo local e a boa vontade das partes para soluções como permitir, a quem queira, assistir à aula de Matemática.

**BR:** Sabendo o limite de desfasamento máximo entre grau de disciplina artística e ano de frequência, de que forma está o sistema, o professor e o aluno sob pressão?

**Prof. G:** A pressão existe sempre, de uma forma ou de outra. A questão do sucesso escolar provoca sempre um factor de pressão sobre os alunos, sobre os EE e sobre os professores, logicamente. Quanto à frequência do regime articulado, penso que não se atendermos às disciplinas de tronco comum do ensino regular. Ao nível do ensino artístico, penso que a pressão será maior, logicamente.

**BR:** Se pensarmos que o 2.º ciclo é um compromisso a dois anos, em que naquelas idades se cumprem matrizes com alguma tranquilidade, e o 3.º ciclo um compromisso a três anos, no qual os alunos mudam, os gostos se vinculam, se calhar, neste último, é mais difícil o sentido de compromisso e é aí que os alunos, por vezes, abatem em termos de produção. Alguns não deixam de gostar, mas percebem que é difícil e que exige trabalho mais sistemático.

**Prof. G:** Exactamente.

**BR:** Enuncie vantagens e desvantagens do regime articulado.

**Prof. G:** O regime articulado é um sistema vantajoso se o aluno, de facto, tiver o perfil para aluno do ensino artístico. É vantajoso para um aluno que tenha talento, vocação, que quer, tem espírito de sacrifício, pois vai conseguir, de certa forma, aprender as bases daquilo que quer para o seu futuro e, ao mesmo tempo, ir concluindo o ensino regular.

**BR:** Considera que o regime articulado se deva circunscrever ao “talento”?

**Prof. G:** Eu continuo a dizer que é necessário algum talento, porque a música é tão específica e os cérebros não são todos musicais – a começar com o meu. E é preciso ter-se consciência disso. Gosto de música, mas não tenho algo inato, cérebro musical, que é necessário ter. É como várias áreas de ciências: há pessoas com inteligência emocional, que são extraordinárias e que naquela inteligência mais algorítmica são fracas e vice-versa. Há pessoas que são autênticos génios da matemática e são um autêntico desastre em termos de relacionamento humano.

**BR:** Voltando um bocado atrás, lembrando a percepção de alguns EE e até professores de que o aluno tem de ser bom a tudo, esquecendo que existem inteligências múltiplas. Numa entrevista, no Conservatório, um colega me indicava um pioneiro nesse domínio...

**Prof. G:** Provavelmente seria o português (António) Damásio, um indivíduo brilhante, que está nos Estados-Unidos da América há muitos anos.

**BR:** Registarei esse nome, mas tinha-me sido citado Howard Gardner – psicólogo que terá liderado investigações em Harvard, nos anos oitenta, estabelecendo nove categorias de inteligências múltiplas, na altura. Nesta questão do que é o talento, o que são aptidões, se um aluno se candidata ao Conservatório, com nove anos e a ingressar no 5.º ano de escolaridade, terá características inatas, mas se um aluno não for exposto a um instrumento, nunca saberemos se as tem ou não. Por outro lado, um conservatório não pode existir apenas para formar músicos profissionais, ou seja, de acesso limitado a “talento”, mas, além das vantagens do estudo de música enunciadas por vasto número de estudos científicos, também para, no futuro, termos um público melhor formado.

**Prof. G:** Exactamente. Mas na perspectiva de alunos a seguirem estudos de música a nível superior, acho que as coisas se deviam fazer de forma diferente. Se é para ter um meio mais entendido face àquilo que ouve, acho que sim.

**BR:** Teríamos de começar ao nível do pré-escolar e teria de ser uma acção concertada, a partir de um Ministério com vontade política.

**Prof. G:** O objectivo de termos uma população educada para a música é legítimo. Mas o perigo da generalização pode resultar em casos, como já foi enunciado, de pais que buscam a música para facilitar o percurso académico do educando. Não deixa de ser um risco.

**BR:** Considera que o acesso ao regime articulado está demasiado massificado, ou, dito de outra forma, de acesso pouco criterioso?

**Prof. G:** Se a prova de admissão for rigorosa até caminha para a minha ideia de “escola de artes”.

**BR:** É rigorosa dentro do possível: contempla exercício rítmico, auditivo, memorização, postura ao instrumento... resultará numa avaliação possível daquela circunstância.

**Prof. G:** A questão deve ser feita mediante os objectivos estabelecidos para o regime articulado. Se se persegue a ideia de uma população educada para a música, tem de se correr o risco da generalização. Se o objectivo é bons instrumentistas, bons músicos, se calhar, terá de ser uma admissão mais filtrada.

**BR:** Eu tendo a voltar à ideia de que deveria ser instituído, na cultura do senso comum, um ou dois anos mínimos de frequência de Iniciação Musical num estabelecimento de ensino artístico especializado ou uma estruturação mais séria das AEC dos 1.ºs ciclos para diminuir o contraste entre proponentes à frequência do regime articulado com quatro anos de Iniciação Musical e com zero contacto prévio com música ou um instrumento.

**Prof. G:** O contacto com a música deveria começar na pré-primária.

**BR:** Um aluno que frequente cinco anos de ensino básico em regime articulado leva, do seu percurso académico, mais que os pares de regime ordinário?

**Prof. G:** Com certeza que leva um processo mais rigoroso e exigente, porque, além de fazerem aquilo que os outros meninos fazem, ainda têm a aprendizagem de algo que é complexo e difícil, que exige sacrifício, persistência e concentração. Sai de lá com ganhos na sua formação humana. São pessoas preparadas para questões mais exigentes, coisa que o ensino regular não lhes transmite.

**BR:** Assumindo que nem todos os alunos/Encarregados de Educação olham para o regime articulado com a mesma seriedade, que estratégias se poderiam implementar para aprofundar o conhecimento do meio escolar na sensibilização para este regime de ensino-aprendizagem?

**Prof. G:** É uma pergunta óbvia, pela experiência que eu tenho com o regime articulado, mas não tem uma resposta fácil.

**BR:** A título de exemplo, propor-se sessões de esclarecimento junto dos estabelecimentos de ensino...

**Prof. G:** Teria de começar por aí. A sensibilização dos EE poderia começar muito cedo, até porque penso que o que estará em causa, mais do que o aluno, será o EE, que teria de ser sensibilizado para o que é o regime articulado e os seus objectivos. Aí o regime articulado teria de ser mais claro na apresentação de objectivos aos pais. E, logicamente, teria de se começar cedo. Agora, por quem? Pelos professores afectos ao regime articulado? Pelo Ministério? Pelo Ministério como? Como iria promover essas acções?

**BR:** Poderiam ser equipas dos conservatórios locais, mas teria de haver uma máquina a promover esta divulgação...

**Prof. G:** E teria de haver *timings* plurianuais e dentro de um ano lectivo. Os esclarecimentos deveriam acontecer junto do 1.º ciclo, em cada centro escolar, marcar eventos, reunindo professores de um conservatório, pais de alunos de 3.º ano, professores da escola regular

em causa, o director da escola. É a forma como eu vejo. Marcarem-se eventos com antecedência, os EE a receberem informação escrita e fazer isto escola a escola. O plano anual de escola deveria incluir isso e assim garantir esse trabalho em conjunto com uma equipa do estabelecimento artístico ou outra relacionada com o regime articulado.

**BR:** Considera que o ensino artístico tem tido o apoio e promoção devidos por parte do Ministério da Educação?

**Prof. G:** Penso que não. Penso que o ensino artístico, como tudo o que é arte, neste país, tem dificuldade em apoios oficiais e não escapa a esse fado. Provavelmente haveria muito mais a fazer nesse sentido.

**BR:** É curioso que hajam oito conservatórios públicos e mais de cem particulares e cooperativos, que fazem o grosso do serviço público que a educação representa. Acredito, também, que prova que a procura é superior à oferta. Mas quando o financiamento de um aluno vem sendo reduzido, não se pode dizer que o acesso à educação é democrático, mas que o ensino artístico está a ser transformado em algo elitista.

**Prof. G:** Exacto.

**BR:** De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

**Prof. G:** Bom, eu não domino a realidade local, a relação do Conservatório com outras escolas. Não posso acrescentar muito mais.

**BR:** Obrigado pelo seu tempo.

## **Anexo XII: Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Regular – Professor H**

Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Regular

### **Professor H**

#### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

Entrevistado H, 51 anos, 22.06.2015

Anos de carreira docente: 27 anos

Estabelecimento de ensino actual e tempo de serviço: Agrupamento de Escolas Morgado Mateus (EB 2,3 Jerónimo Amaral) – 2 anos

Total de turmas a seu cargo: 3

#### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Regular**

**Bruno Rua (BR):** Como chega ao contacto com turmas do articulado?

**Prof. H:** A primeira vez que contacto com turmas em regime articulado foi nesta Escola e porque me foi atribuído no horário. Trata-se de turma mista.

**BR:** São as turmas do regime articulado mais exigentes para o Professor em termos administrativos: procedimentos, burocracia?

**Prof. H:** No dia-a-dia, não representa nenhum acréscimo fora do normal. Há algumas dificuldades inerentes como a pauta de avaliação mais específica e aspectos semelhantes, mas longe de ser algo extraordinário.

**BR:** Considera alguma metodologia de aula específica em função do regime de frequência da turma? Neste caso, tratando-se de uma turma mista...



**Prof. H:** Não se dá conta de absolutamente nada. Dentro da aula de Matemática não vejo quem é do regime articulado ou não. Acredito que haja outras disciplinas onde se note alguma diferença. Disciplinas como Educação Musical ou Educação Visual sentem a diferença por via da redução de alunos.

**BR:** Existem características-padrão de uma turma em regime articulado em contexto de aula?

**Prof. H:** Neste grupo (turma de 2.º ciclo), não noto diferença absolutamente nenhuma.

**BR:** Entende o regime articulado, por esse factor, como sendo mais exigente para o aluno?

**Prof. H:** Não vou dizer que sinta alguma diferença, mas, em termos de sobrecarga de horário, há um acréscimo, naturalmente. Por outro lado, se, numa tarde, os alunos em regime articulado não têm Educação Tecnológica, terão essa tarde livre para disciplinas no Conservatório ou para estudar, tendo, noutra altura da semana, determinada disciplina artística. De uma forma geral, têm o horário um bocado mais preenchido, mas, em alguns casos, há alunos ligados a Bandas, além do Conservatório. Mas não é por isso que se dê conta de cansaço com algum aluno.

**BR:** Esta questão do ser mais exigente puxa pela natureza do ensino artístico, performativa, de apresentação de resultados a júri e público. Mais do que a substituição de algumas disciplinas do ensino regular, trata-se do trabalho além da aula, que no caso do estudo do instrumento se deseja praticamente diário.

**Prof. H:** Estes alunos têm efectivamente uma sobrecarga de horário. Perdem Educação Tecnológica que, por norma, não dá trabalho extra. Em contrapartida, ganha o Instrumento, que dá trabalho extra. Por exemplo, em Formação Cívica, por vezes fala-se de umas coisas e outras e por aí apercebo-me de algumas coisas. O que eu identifico é que dentro do grupo de alunos em regime articulado existem dois grupos. Por um lado, há meninos que gostam de paixão do seu instrumento, daquilo que estão a fazer e que são músicos quando actuam em palco. Podem vir a seguir outra profissão, mas aquilo está ali. Por outro lado, temos aqui alunos com índices negativos, como se isto fosse um castigo, que ingressaram no regime articulado não por vontade deles ou até não gostando muito do próprio instrumento. Dos alunos que gostam nunca os ouvi a queixarem-se. Os outros limitam-se a não cumprir e depois tenho aqui a situação de que metade não continua no regime articulado. As motivações são variadas.

**BR:** Exacto. O 2.º ciclo é mais acessível de se cumprir, enquanto que o 3.º ciclo representa um compromisso a três anos e, quando não há muita motivação, pode ser difícil levar um aluno ao recital de 5.º grau.

**Prof. H:** Para estes alunos (que agora terminam o 2.º ciclo), este dois anos já não foram fáceis. Quase metade deste conjunto de alunos termina a frequência em regime articulado ao transitar para o 3.º ciclo. E alguns foram-se arrastando com muito sacrifício, pois teriam desistido, se pudessem, ao fim de um ano.

**BR:** Considera que os alunos do regime articulado, por esse factor, têm maior empenho na sala de aula, trabalho proposto, nas suas actividades escolares?

**Prof. H:** Posso dizer o seguinte: tenho dois índices dois, um é aluno de regime articulado, outro não é. Nos índices cinco, a proporção é a mesma.

**BR:** Vai de encontro ao que tem dito.

**BR:** Considera os Encarregados de Educação bem informados sobre o modelo articulado?

**Prof. H:** Em relação ao regime articulado eu sei pouco. Eu limito-me a ser a ponte, transmito os dados de avaliação que me são passados.

**BR:** A impressão que tenho das reuniões de avaliação entre DT e EE é que, por vezes, gera-se ali um espaço de troca de opinião, de à vontade com determinado DT. Daí que perguntaria se, por vezes, nesses contextos não se dá conta de algum desabafo.

**Prof. H:** Não. São pontuais as referências ao Conservatório. Quando entrego a informação das avaliações de período, frequentemente já é do seu conhecimento. Não se passa mais do que isso.

**BR:** Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral pelos Encarregados de Educação, como – só para enumerar alguns exemplos – favorável a médias, progressão académica acessível, financeiramente apelativa, condição social, horário e turma privilegiados?

**Prof. H:** Eu não tenho conversas com os EE nesse sentido. Eu diria que alguns alunos foram para o regime articulado para que aquele rigor e disciplina do Conservatório viesse corrigir alguns aspectos. Tenho em mãos uma situação que parece uma tentativa de aproveitamento do regime articulado. Nesta Escola, o quadro de mérito exclui as disciplinas do Conservatório, o que me parece absurdo porque faz parte do currículo do aluno. Ou tem mérito ou não tem.

**BR:** Por um lado, se faz parte do currículo, tem de haver honra num lado e honra no outro. Por outro lado, por vezes, temos situações em que acabamos por ser pressionados ou por se apelar à subida de uma nota, na reunião de conselho de turma da escola regular, perante docentes que não conhecem assim tão bem a realidade da disciplina artística. De certa forma, a exclusão das disciplinas artísticas para o acesso ao quadro de honra, retira um peso aos ombros dos professores do Conservatório. Temos aqui duas formas de interpretar isto: tem mérito com as duas naturezas de ensino em que está envolvido ou...

**Prof. H:** Tem mérito com o currículo que tem. Depois temos uma situação de aproveitamento em que um aluno terá mérito se lhe for alterada uma determinada nota de uma disciplina não artística, embora seja aluno de regime articulado. Mas é a única situação, é algo pontual. Não identifico interesse por privilégios, em geral.

**BR:** Por vezes um bom aluno, na Escola, não apresenta os mesmos resultados nas disciplinas artísticas do Conservatório e vice-versa. Considera haver dificuldade na compreensão da natureza distinta das disciplinas?

**Prof. H:** Para já, a escola pública tem timbre facilitador. Como só estou nesta Escola há dois anos, nunca senti pressão por resultados, mas há escolas onde há metas e tem de se atingir determinados resultados. Isso faz com que, por vezes, um nível três não seja bem um três e depois tenha de ser quatro por causa dos três que estão... e há aqui alguma tendência para evitar um rigor muito apertado. Portanto, eu percebo: se um conservatório quer um percurso bem estruturado e alicerçado, tem de usar algum rigor, sem dúvida, e que aí faça alguma diferença. Se há uma negativa é preciso justificar, é preciso implementar estratégias de recuperação e há muita gente que facilita.

**BR:** Enquanto que na escola o aluno está inserido num colectivo, numa aula de natureza mais cognitiva, numa aula de instrumento, será mais psico-motor, de trabalho diário além do contexto de aula. Por vezes, esta questão de notas surge quando um EE tem o seu educando com quatros e cinco na escola, mas nível três ou inferior numa disciplina artística ou, como já aconteceu, uma pauta de vários índices negativos na escola e tudo positivo nas disciplinas do Conservatório.

**Prof. H:** É uma questão de motivação, é fácil de compreender. A situação que mais me apresenta é de a única negativa ou o único três, que surge na pauta de avaliação, é de uma disciplina do Conservatório.

**BR:** A minha teoria para haver alguma incompreensão da natureza distinta das duas escolas, que é possível articular, mas nunca fundir, é a tendência de o EE olhar o

Conservatório a partir da realidade da escola regular, que lhe é mais familiar, como se fosse possível transpor os mesmo moldes...

**Prof. H:** Acho que em relação ao Conservatório é assim: se tentassem fazer de mim um músico, eu duvido que o conseguissem. Eu acho que, aqui (na escola regular), colocar os alunos a ler, escrever, contar, melhor ou pior é sempre possível. No Conservatório já não é bem assim. Neste grupo, que é a minha única experiência pois nunca antes tivera contacto com o regime articulado, tentam fazer dos alunos músicos. As coisas têm de ser diferentes. Não podemos colocar tudo no mesmo saco.

**BR:** Perante alunos de dez e onze anos não posso, enquanto professor de piano, ser tão linear e julgar que vão ser músicos. Esse objectivo do primeiro modelo de conservatório (Conservatório Nacional de Paris), não pode ser o objectivo único de nenhum conservatório, senão seria elitista e não haveria o realismo de formar um público mais entendido. Certo é haver matrizes com objectivos a cumprir, período a período, que podem não ser cumpridos por dificuldades do aluno ou por falta de estudo – mesmo quando não tem dificuldades algumas. Um aluno pode apresentar resultados dignos sem ser brilhante. Tem é de dar mostras de trabalho ao longo do período lectivo, entre aulas, e em prova e audição de período, perante júri e público, como dita a natureza do ensino artístico.

**Prof. H:** As negativas que me foram aparecendo ao longo desta temporada são, claramente, incompatibilidades que, no fim do 2.º ciclo, ditam o fim da frequência em regime articulado e até mesmo da aprendizagem de música. Pouca apetência somada a pouca vontade de trabalhar.

**BR:** Considera existir ideias pré-concebidas sobre a frequência do regime articulado? A título de exemplo: a substituição de determinadas disciplinas pelas do domínio artístico podem tornar a aprendizagem desfalcada.

**Prof. H:** Perdem umas disciplinas, mas ganham outras. Cada percurso terá o seu contributo consoante as componentes que tem. Não se pode considerar melhor ou pior. Repare, numa actividade que organizei, na qual os alunos se apresentaram, estava ali o timbre do Conservatório. Boa parte do conjunto de alunos em regime articulado vai embora, mas, de facto, mostraram ali habilidades de músicos, que provam que alguma coisa ficou. Agora, eu percebo que o rigor incomode alguns alunos, a ocupação de tempo inerente, a gestão das várias actividades...

**BR:** Sabendo o limite de desfasamento máximo entre grau de disciplina artística e ano de frequência, de que forma está o sistema, o professor e o aluno sob pressão?

**Prof. H:** Eu tive um casos desses. Para o professor da turma, penso que não, que não faz sentido algum. Para o aluno, se for responsável e quiser mesmo é natural que faça pressão.

**BR:** Enuncie vantagens e desvantagens do regime articulado.

**Prof. H:** Vantagem, sem sombra de dúvida, é o contributo para a formação dos alunos. O abrir de perspectivas é indiscutível. Depois penso que, o rigor que alguns pais esperam, como qualquer coisa que vai ser imposta, não me parece que resulte. Agora, como qualquer coisa que existe e eles são capazes de adquirir, eu penso que é importante encontrar pessoas que são boas a ensinar e que sejam exigentes, porque isso é muito bom. O que eu vejo é que na escola não terão professores que lhes consigam dar aquilo que conseguem ter no contexto do Conservatório. No caso do instrumento, eu acho uma coisa fantástica alguém que sabe um instrumento e pode transmiti-lo num contexto tão próximo. Portanto, vantagens é-me possível enumerar imensas. Para alguns alunos, ter apenas o currículo do ensino regular seria muito pouco. Com este estímulo, as capacidades de alguns alunos podem atingir outros patamares. Quando se trata de alunos com apetência, qualidade de trabalho, só encontro vantagens. Quando se trata de alunos que frequentam mais pela vontade do pai, penso que aparecerão inconvenientes.

**BR:** Considera que o regime articulado se deva circunscrever ao “talento”?

**Prof. H:** Eu não sei se é talento, se apetência, se é motivação, mas que não pode ser indiscriminado acredito que não. Eu penso que tem de haver um equilíbrio entre as motivações dos meninos, o potencial que eles têm, canalizar a disponibilidade deles, seja para o regime articulado, seja para as línguas ou a catequese, para o desporto ou o que for. Eu acho que os pais têm de ter o bom senso de procurar um currículo para aquilo que os seus educandos precisam, gostam, podem fazer. Se assim for, os alunos poderão tirar partido do currículo que têm. De outro modo poderá não ser muito produtivo. No caso do Conservatório, acho um bocado difícil pegar neste meninos, que não estão com grande motivação, que, se calhar, não têm a maior aptidão.

**BR:** Considera que o acesso ao regime articulado está demasiado massificado, ou, dito de outra forma, de acesso pouco criterioso?

**Prof. H:** Eu não sou muito conhecedor da realidade, mas não me parece massificado. Deve haver algum critério de admissão. Mas eu penso que será mais relevante as razões que levam os alunos até lá (a optarem pelo regime articulado).

**BR:** Por ventura, filtrar melhor na transição para o 3.º ciclo...

**Prof. H:** Nestas idades é a família que decide tudo. Não sei que argumento haveria para vedar o acesso de determinado aluno. Os alunos que agora vão desistir, vão desistir depois de ter experimentado e não tenho a menor dúvida que valeu a pena.

**BR:** Um aluno que frequente cinco anos de ensino básico em regime articulado leva, do seu percurso académico, mais que os pares de regime ordinário?

**Prof. H:** Leva com certeza absoluta. Não há a menor dúvida. A minha filha andou cinco ou seis anos no ballet e ficou o toque de bailarina. Eu acho que todas as componentes do currículo são fundamentais. É preciso que os meninos sejam capazes de lidar com a exigência da carga horária, porque, de facto, não faz sentido ir para o Conservatório para depois não cumprirem com os trabalhos de sistematização. Não faz sentido. Desde que eles consigam aguentar o ritmo proposto pelo currículo, penso que é sempre vantajoso.

**BR:** Assumindo que nem todos os alunos/Encarregados de Educação olham para o regime articulado com a mesma seriedade, que estratégias se poderiam implementar para aprofundar o conhecimento do meio escolar na sensibilização para este regime de ensino-aprendizagem?

**Prof. H:** Eu começaria por dizer que, se dentro da escola as componentes do currículo andam um pouco espartilhadas, porque às vezes Matemática toca conceitos que, também, são abordados em Educação Visual e nós (professores) não sabemos quando, com o Conservatório as coisas ainda andam pior. Eu só conheço o professor de Formação Musical porque ele vem à escola e pelas (três) reuniões ao longo do ano. Não sei de que forma nos poderíamos organizar de forma diferente. Acho que precisávamos de ver isto como um todo, mas para isso precisávamos de disponibilidade para podermos ir além do que as reuniões nos permitem. Eu acho que bem não está, mas, da forma como as coisas nos são colocadas, melhor do que isto seria difícil.

**BR:** Sim. Até porque o sistema não permite coisas como uma plataforma comum (entre escolas) para lançamento de faltas...

**Prof. H:** Começa por aí.

**BR:** Esta questão é direccionada, também, aos alunos e aos pais no sentido de tornar toda uma população escolar mais informada, mais sensível às naturezas distintas dos dois ensinos...

**Prof. H:** Eu quando entrego as notas, vem um folha das disciplinas da escola e outra com as do Conservatório. Até na questão do quadro de excelência isto é espartilhado, diz-se que “isto” não, fica de fora. E o currículo é tudo. Isto vê-se aos retalhos: a escola é uma coisa e o Conservatório é o Conservatório. O sistema é assim e os pais absorvem.

**BR:** Alguns colegas do Conservatório consideram que o MEC e a DREN não fizeram a promoção devida, não implementaram da melhor forma e acabaram por não educar os vários agentes – pais, professores – de que duas escolas fazem um currículo.

**Prof. H:** E a gente cá se entende, no meio disso tudo. Mas separados, sempre.

**BR:** Considera que o ensino artístico tem tido o apoio e promoção devidos por parte do Ministério da Educação?

**Prof. H:** Como lhe digo, em vinte e sete anos de serviço, aparece-me, aqui, pela primeira vez o regime articulado/ensino artístico, por isso acredito que não deve ter muito apoio. Senão já teria aparecido em mais escolas, porque eu acredito que haja interesse e talentos nessas escolas todas por eu andei.

**BR:** O que é certo é que o ensino artístico tem muita procura. Existem apenas oito conservatórios públicos e mais de cem estabelecimentos de ensino artístico especializado particular e cooperativo...

**Prof. H:** A minha percepção é que, ao longo dos anos, as artes têm sido reduzidas. Se o Conservatório tem conseguido avançar é por iniciativa própria.

**BR:** De que forma se pode melhorar a prática do regime articulado entre os Estabelecimentos de Ensino da Cidade?

**Prof. H:** Entre os estabelecimentos de ensino da Cidade, acho que cada um trabalha para si. Se calhar, é, também, por aí. Há coisas que não fazem sentido nenhum, que eu não percebo muito bem. Por exemplo, não percebo como escolas a metros umas das outras têm, nuns casos, muitos alunos e outras professores sem horários. Isto faz-me uma certa confusão. E o regime articulado é a mesma coisa: esta localidade, este concelho, deveria ser visto de cima e com todos os elementos, que tem aqui, para contribuir para a formação das crianças e dos jovens, independentemente de ser escola A ou B, regras desta, daquela ou da

outra. Não pode é condicionar, de modo algum, o percurso e o desenvolvimento das crianças. Eu acho que é um pouco o que acontece.

**BR:** A desconexão entre instituições. Tão próximas e tão isoladas.

**Prof. H:** É. Eu acredito que cada um faça o melhor que pode, não questiono isso. Agora, a desconexão, se não existisse, seria um contributo melhor.

**BR:** Um aspecto, que, de certa forma motivou a pegar neste tema, é haver mais do que uma escola e apenas um conservatório. Por ventura, enquanto elo comum, pudesse representar um factor de aproximação, por exemplo, em alguns pontos comuns dentro de um Regulamento Interno. Dá a sensação que tem de ser o Conservatório a ajustar-se à posição da cada escola...

**Prof. H:** Era exactamente isso que eu estava a pensar. As condicionantes que não deve de haver por força desta panóplia que há por aí. Acredito que cada uma faz o melhor que pode, mas isto podia ser melhor se houvesse mais conexão entre estas unidades todas. Isto podia ser melhor, mas é o que temos. Mas eu estou convencido que, se os pais forem conscientes, se tiverem uma visão de currículo que esteja de acordo com as potencialidades dos educandos, isto corre tudo bem.

**BR:** Obrigado pelo seu tempo.



## **Anexo XIII: Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado – Professor X**

Transcrição de Entrevista a Docente do Ensino Artístico Especializado

### **Professor X**

#### **Secção A – Dados pessoais, académicos e profissionais**

Entrevistado X, 36 anos, 28.05.2015

Habilitação Académica e Profissional: Licenciatura (Pré-Bolonha),

Profissionalização

Disciplina(s) leccionada(s), Funções: Clarinete, Classe de Conjunto,

Director Pedagógico

#### **Secção B – Dados e impressões relativos ao regime articulado no âmbito do Ensino Artístico Especializado**

**Bruno Rua (BR):** Ao longo do tempo, que desenvolvimento neste modelo pode assinalar? Como foi promovido o regime articulado?

**Prof. X:** Numa primeira fase, enquanto processo gradativo, houve um esclarecimento à comunidade escolar existente na altura, um esclarecimento junto dos Encarregados de Educação (EE) quanto às diferenças de planos de estudo. Houve logo adesão a este regime, mas, por incrível que pareça, houve também desconfiança, nos primeiros anos.

**BR:** Pela análise de documentação, de facto, a evolução do número de alunos a frequentar o regime articulado demorou a descolar do valor inicial...

**Prof. X:** Algum cepticismo natural pela alteração curricular, ainda que ligeira, o facto de ser gratuito face a um pagamento de propina de frequência no Conservatório... Lembro-me que nós, enquanto escola, pedíamos aos pais para que os alunos frequentassem a disciplina de Educação Visual e Tecnológica pela questão da geometria, pelo estímulo ao raciocínio daí decorrente, e apesar de ser de frequência facultativa. Por outro lado, a frequência de

Educação Musical era redundante, por exemplo. Houve muitos alunos a frequentarem o currículo normal, também para ficarem junto das turmas que integravam, até porque os horários não eram assim tão articulados e geravam algumas horas mortas. E aquilo que poderia ser uma vantagem do regime articulado, ganhando tempo para o estudo do instrumento...

**BR:** Não havia a sensibilidade que hoje existe cada vez mais, na coordenação de horários, e que continua a necessitar de aperfeiçoamento constante...

**Prof. X:** É um trabalho sempre inacabado. Já muito foi feito, muito haverá por fazer.

**BR:** Como podemos descrever a receptividade das Escolas e dos Encarregados de Educação? De certa forma, já foi respondida até pela desconfiança por algo novo...

**Prof. X:** Sim, sobretudo a desconfiança ao nível das escolas, porque houve algum receio, considerando a redução do horário de Educação Musical, a gestão de recursos humanos dentro das escolas... Com o tempo, percebeu-se que não havia assim tanto a perder-se com o estabelecimento de protocolos a favor do regime articulado.

**BR:** Consegue caracterizar o conhecimento dos Encarregados de Educação sobre o regime articulado, no momento de optarem ou não por este modelo?

**Prof. X:** O regime articulado é uma possibilidade de estar no ensino especializado da música tendencialmente gratuita. Esta ideia, da gratuitidade, foi ganhando lastro e, efectivamente, permitiu a muita gente ter uma aprendizagem musical, que de outra forma não poderia ter. Nós estamos numa região com dificuldades económicas, que assolam as famílias, e, naturalmente, a ideia ganhou lastro. Hoje, sentimos que há muito mais gente esclarecida, que a frequência deste regime pressupõe algumas regras, pressupõe alguma apetência do aluno para a vertente artística, que se promove o ensino artístico especializado... Com o evoluir dos anos, desde a implementação deste regime, temos EE muito mais esclarecidos e que sabem por que pretendem este regime em detrimento de outras opções. Também acontece que há pais que dizem não querer o regime articulado. Muitas vezes, por uma razão de continuidade pedagógica, porque um aluno está numa determinada turma, com um determinado grupo de colegas, e se optar pelo regime articulado implica mudar de turma, um EE prefere a continuidade do aluno em regime supletivo, no Conservatório. Ou seja, não é só a questão financeira que está, aqui, em cima da mesa.

**BR:** Uma questão submetida aos EE, nos inquéritos, contemplava treze opções de resposta quanto à motivação – ou motivações – pela escolha do regime articulado. A opção de colegas/amigos do educando enquanto motivação foi pouco expressiva. Naturalmente, este factor estará, de alguma forma, presente, seja na opção pelo regime articulado, seja pelo regime supletivo.

**Prof. X:** Eu posso mesmo reforçar essa ideia. Agora, como as questões de financiamento foram ficando diferentes, nos tempos recentes, houve algum interesse em canalizar alguns alunos, que estavam em condições óptimas, em termos de financiamento, de integrarem o regime articulado. Se pensarmos no 2.º ciclo, onde o compromisso com o regime articulado é algo inócuo, por assim dizer, vários pais nos disseram que, mais do que o educando estar com os seus amigos, é a continuidade de todo um contexto escolar já estabelecido. E aí, naturalmente não temos grande poder de influência.

**BR:** Um dos nossos colegas utilizou a expressão “influência pedagógica” quanto à caracterização do regime e suas vantagens.

**Prof. X:** Exacto. Existem vantagens em estar numa turma em regime articulado: há sinergias que se adquirem. E nós sentimos isso. Hábitos de estudo, as conversas entre os alunos (de uma turma em regime articulado), ou seja, eles partilham toda uma experiência comum entre eles.

**BR:** A expressão “influência pedagógica”, que ainda agora referi de uma entrevista anterior, também se enquadrava na transição do 2.º para o 3.º ciclos, para a continuidade de alunos/turma no regime articulado, na continuidade da produtividade de um colectivo

**BR:** Considera que a opção pelo regime articulado é pensada, de uma forma geral, como favorável a médias, progressão académica mais fácil, financeiramente mais apelativa, só para enumerar alguns exemplos?

**Prof. X:** Eu penso que, de todas elas, a questão que mais impera é a financeira, numa primeira fase. A questão das médias... nem é tanto por aí: nós até temos alguns conflitos, na relação professor-aluno, porque alguns alunos sentem que até se esforçam bastante, mas não eram alunos brilhantes ao ponto de atingirem nível quatro ou cinco na avaliação periódica – não deixando, por isso, de serem bons alunos. Para se atingir um determinado nível são precisos anos. Nós, que estamos por dentro, sabemos disso, mas nem sempre é claro para os nossos alunos e muito menos para os seus EE, que, por vezes, acho que são menos esclarecidos do que os próprios educandos ao não terem vivido isto, a aprendizagem de um instrumento/de música. Depois, temos todo um sistema na escola

genérica, os quadros de honra e outras coisas, que promove uma certa competição dos alunos consigo próprios, entre eles e entre os pais dos alunos, também. Ora, isso muitas vezes resultava até a desfavor. As notas das disciplinas artísticas contavam para a média do aluno, mesmo em situação de quadro de honra. E como os seus resultados das disciplinas do ensino especializado da música não estavam em conformidade com os restantes resultados das disciplinas do ensino genérico, os alunos não conseguiam atingir o quadro de honra. Ou seja, médias nunca foram factor de escolha por este regime (articulado), antes pelo contrário. Financeiramente, sim.

**BR:** Pelas opiniões dos EE, via inquérito, na questão com as treze motivações possíveis, há duas que estão destacadas: o aspecto financeiro e, à frente por alguns votos, formação académica mais completa. Aliás, é raro a vez em que estas duas opções não surgem emparelhadas.

**Prof. X:** Nós temos, hoje em dia, uma série de pais que pretendem dar esta experiência aos seus filhos.

**BR:** Acrescentando mais uma informação, na mesma questão incluí a opção de resposta “preferência pela música enquanto actividade extra”, no sentido de complemento no lugar de um ballet ou natação.

**Prof. X:** Há perspectivas diferentes. Nós sentimos que, hoje, os pais procuram uma formação mais abrangente para os seus educandos, em primeiro lugar proporcionando o acesso à aprendizagem de música, em segundo pelo regime articulado. Depois estará tudo relacionado. Podendo ser financeiramente atractivo, naturalmente será legítimo assumi-lo. Hoje em dia, existe um grau de consciência maior quanto aos moldes em que funciona o regime articulado. Os pais percebem que existe um primeiro período de dois anos, o 2.º ciclo, algo inócuo em termos de experiência, isto é, não existem grandes cedências em termos de currículo...

**BR:** Também no tempo de estudo em casa... É relativamente fácil de cumprir.

**Prof. X:** Exacto. Já existe um bocadinho mais de respeito em relação ao 3.º ciclo e, embora a maioria dos pais queira manter este compromisso, já não é tão fácil assim quando nos referimos ao ensino secundário. As pessoas percebem que, ao optarem pelo regime articulado, estamos a fazer uma opção muito clara de futuro. Eu penso que os pais têm esta consciência. E podendo ter, num primeira fase, e voltando ao 2.º ciclo, esta possibilidade formativa para os seus educandos a um custo reduzido, seja ele no sentido financeiro, seja a outro nível, creio que facilmente optam por essa solução.

**BR:** Voltando um bocado à questão das médias. Havia um comentário de um EE, que considerava injusto, de certa forma, as disciplinas artísticas contarem para a média, porque há colegas na turma do educando, ou pensando na turma da sala ao lado, que por terem Religião Moral ou Educação Visual faria com que um aluno em regime articulado fosse prejudicado. Isto não é uma citação, é falando de cor algo que surgiu na única questão aberta dos inquéritos. Com alguns colegas discutiu-se a eventual ausência de cultura escolar quanto ao ensino especializado da música...

**Prof. X:** Aqui há uns tempos, houve uma escola com que temos protocolo que dispensou para o seu quadro de honra as notas do Conservatório...

**BR:** Isso passa uma mensagem a uma escola com que se trabalha, em que a renega para um plano secundário, na minha opinião.

**Prof. X:** Eu não tenho uma opinião tão linear assim. Não discordando totalmente, sou um bocado realista na análise: falando até na perspectiva de aluno, a verdade é que temos ensino genérico e ensino especializado. E o rigor do aprofundamento matemático na disciplina de matemático não é propriamente o rigor científico da aprendizagem do piano e da performance pianística do aluno. São duas coisas diferentes. Nós também podíamos ter o ensino genérico do piano, mas não. Nós temos ensino especializado de piano. Obviamente, se é especializado pressupõe mais rigor nessa especialização. Uma coisa é ter um conhecimento abrangente do piano equiparado a algumas matérias de disciplinas como a matemática, por exemplo. E digo isto de uma forma empírica, como professor e da minha experiência como aluno, também. São processos de aprendizagem diferentes. O ensino especializado é muito mais performativo, a própria avaliação do aluno é mais performativa, envolve uma auto-regulação completamente diferente...

**BR:** O performativo envolve mais o psicomotor e não só o aspecto cognitivo, como numa sala de aula...

**Prof. X:** Eu sinto que, efectivamente, estes alunos têm sobre si um peso muito maior, ao acesso a um quadro de honra, que os seus colegas.

**BR:** Isso levar-nos-ia ao parâmetro da pressão sobre um aluno em regime articulado, que nem todos os EE conseguem ver, por ventura porque nunca reflectiram sobre isso ou não lhes foi provocada essa reflexão. Voltando ao quadro de honra, até pela experiência que tive ao representar o Conservatório em reuniões de avaliação, perguntei-me, durante algum tempo, o que era o quadro de honra, o que se estava a valorizar com isso. Admitindo a justiça de as disciplinas artísticas não contarem para a média, se calhar para evitarmos este exagero de opinião que é a secundarização de uma escola face a outra, não deveria haver

uma acção pedagógica de esclarecimento, junto dos EE, para que se perceba que se faz isso, não porque se é melhor ou pior que a outra escola, mas porque somos diferentes, que é possível articular, mas não fundir.

**Prof. X:** Eu começaria por uma ideia básica, o quadro de honra, que pode ser discutível enquanto medida didáctico-pedagógica e suas consequências, por um lado. Por outro, acho que poderia haver um certo protocolo. Eu vivi a seguinte situação: eu tive uma aluna que me disse, por duas ou três vezes, que queria desistir. E queria desistir porquê? Porque queria estar no quadro de honra e com as notas do Conservatório não conseguia. Foi um período de dois anos muito difícil para a aluna e, não fosse a atenção do EE e acção complementar, ter-se-ia perdido uma aluna com apetência musical e performativa, uma boa aluna na escola e no Conservatório. A partir deste exemplo, eu vi quão pernicioso isto pode ser. E entre ter a possibilidade de ter esta aluna no quadro de honra sem que as disciplinas artísticas contassem ou ver-me na obrigação de dar-lhe uma nota acima daquilo que ela merece para configurar no quadro de honra – e, por outro lado mantê-la aqui – eu prefiro esta solução. Se calhar parece mais justa, no sentido de que avalie-se de igual forma aquilo que deve ser avaliado e não avaliar alunos quando têm realidades diferentes. Ou crie-se, eventualmente, um quadro de honra para os alunos em regime articulado. Trata-se de realidades diferentes. O tempo que sobre a um aluno para estudar Matemática, que também tenha piano para estudar (Instrumento), não é o mesmo que um aluno que não tenha piano para estudar, porque o ensino especializado da música pressupõe muitas horas de estudo.

**BR:** Creio que a discussão em torno do quadro de honra nunca foi, necessariamente, provocada. Falando um bocado de cor, na questão presente no inquérito aos EE, quanto às avaliações merecerem atenção do Conservatório em função do acesso ao quadro de honra, as respostas parecem-me algo díspares. Uns terão uma opinião vincada, outros terão dado uma resposta de circunstância, sem grande reflexão. Quanto ao estudo diário, a referência à matemática, coloquei, aos EE, a afirmação de que o estudo diário de um instrumento não impediria várias actividades extra-curriculares. É, também, uma questão que pressupõe alguma atenção a responder já que uma resposta afirmativa sugere a ideia de um aluno poder ter cinco actividades ao longo da semana. E aí como estuda instrumento?

**Prof. X:** A verdade é que, hoje, também, os horários estão feitos para os alunos passarem mais tempo na escola. O tempo que sobra para eles se descobrirem, e se descobrirem ao instrumento, é menor. Os alunos não têm muito tempo para se conhecerem, porque têm muitas actividades. E a estrutura familiar, laboral dos pais, fazem com que tenham um horário preenchido de actividades, até para controlar onde o educando está. É preciso ter

uma perspectiva holística e é um permanente desafio para nós. Para o sucesso ao instrumento pressupõe tempo, auto-conhecimento, auto-domínio...

**BR:** No fundo, espaço para podermos parar e trabalhar. Coisa que é tão difícil nos tempos actuais com tanta tecnologia nas mãos dos mais novos.

-----Pausa a pedido do entrevistado, no âmbito das suas funções.-----

(Exercício de entrevista inacabado)

## **Anexo XIV: Transcrição da questão aberta do Inquérito aplicado aos Encarregados de Educação**

Resposta 1 – Considero que no regime articulado o horário escolar não é privilegiado, mas sim totalmente desfasado, pois não deveria haver aulas após o horário escolar "normal". Devem considerar elaborar as avaliações tendo em conta o acesso do aluno ao quadro de honra se forem as disciplinas do Conservatório a prejudicar essa situação, visto terem um grau de exigência muito elevado.

R. 2 – Deve haver maior articulação e comunicação entre as escolas. Por vezes sinto falha de comunicação entre as duas entidades.

R. 3 – Deverá haver uma maior integração do Conservatório na Escola Regular, para que os professores do Conservatório conheçam o aluno nas outras disciplinas: “como um todo” e não só a parte artística.

R. 4 – Os alunos do regime articulado têm muitas aulas de música fora do horário normal semanal, além de que o calendário escolar não é igual ao dos alunos que não estão no ensino articulado. Penso que esta situação não faz sentido, uma vez que eles também têm as outras disciplinas e a sua vida particular.

R. 5 – Nada a assinalar.

R. 6 – Os horários não estão articulados. Carga horária.

R. 7 – Existir melhor e maior articulação entre Conservatório e Escola a) relativamente a horários de aula extra escola (local, dia, hora) e b) relativamente às disciplinas a frequentar (aluno de articulado com maior carga horária)

R. 8 – Considero que o prolongamento das aulas nas férias escolares não se revela benéfico, já que os alunos do articulado acabam por ter menos férias. Considero que o trabalho que os alunos desenvolvem tem pouca divulgação, ou seja, gostava de assistir a concertos destes alunos e de ver a partilha destes para com os colegas de escola, nomeadamente, participando em festas de Natal e Páscoa.

R. 9 – Concordo com o modelo seguido.

R. 10 – As férias do Conservatório deveriam acompanhar as da escola.

R. 11 – Dentro da limitação de tempo a que todos estão sujeitos – alunos e professores – envolver os do regime articulado em concertos ou mini-concertos.

R. 12 – Devia haver mais coordenação ainda entre a escola e o conservatório. Seria importante haver reuniões com os pais por classe (de instrumento) para fazer ponto de



situação.

R. 13 – Na minha opinião, o regime articulado não podia funcionar melhor.

R. 14 – Na minha opinião, as críticas que posso apontar ao regime articulado é as turmas do articulado serem penalizadas com o corte de 90 minutos a certas disciplinas em relação às turmas do ensino normal.

R. 15 – Terá de ser implementada uma verdadeira “articulação” entre o Conservatório e a Escola de ensino regular. Como observador externo, enquanto pai e docente, considero ser este o aspecto menos positivo e, no entanto, fácil de “resolver”.

R. 16 – Na minha opinião, o Conservatório devia estar mais ligado à Escola. Não se entende porque é que o regime é articulado e, por exemplo, as faltas terão que ser entregues aos professores do Conservatório e não ao Director de Turma. As avaliações intercalares não chegam ou chegam tardiamente. Dificil acesso à informação por parte do Conservatório aos EE.

R. 17 – Na minha opinião, o trabalho desenvolvido pelo Conservatório e pela Escola está a ser positivo.

R. 18 – Não são necessárias alterações.

R. 19 – a) o término dos períodos, visto se prolongarem por mais tempo que os períodos escolares; b) a turma ter 2 professores para formação musical; c) falta de articulação entre o Conservatório e a Escola relativamente à marcação de testes.

R. 20 – a) falta articulação “verdadeira” entre Escola-Conservatório; b) “surdez” do Conservatório em relação à Escola, em diversas situações escolares; c) tratamento dos alunos do ensino articulado como “parentes pobres a esconder” face aos outros alunos, nomeadamente em relação a concertos; d) falta de planificação atempada de concertos e audições em função da escola.

R. 21 – Pouca ligação e articulação entre o Conservatório e as Escolas. Falta articulação entre professores, nos conselhos de turma, nas planificações de actividades lectivas e de avaliação.

R. 22 – Por vezes (e em particular no que respeita ao período de avaliações) poderia haver uma maior concertação de datas entre os dois.

R. 23 – Haver mais entendimento entre escola e conservatório, por isso é que é articulado.

R. 24 – Não se verifica articulação entre escola e conservatório.

R. 25 – Alunos e professores de música vivem situações de stresse para prepararem espectáculos para os familiares assistirem. Têm horas consecutivas, ao longo de vários

dias, que implica disponibilidade de todos, incluindo as deslocações para o Conservatório. Bem, nada se faz sem custos. Bem-hajam todos os que dão muito do seu trabalho, muitas vezes para além dos seus limites. Pede-se que os horários sejam cumpridos. (reconhecimento positivo; cumprimento de horários)

R. 26 – A articulação entre o Conservatório e a Escola deve melhorar em relação ao horário lectivo, que nuns casos o tempo de transição é escasso e noutros parece exagerado, e em relação à calendarização dos testes, que no Conservatório parece ser feita de uma forma tardia e sem ter em conta a calendarização da escola. A partilha de informação com o Director de Turma também pode melhorar.

R. 27 – O Conservatório deveria ter mais presença na escola regular, estar mais atento. Deveria haver mais saídas em regime de concertos para incentivar o aluno.

R. 28 – a) falta articulação “verdadeira” entre Escola-Conservatório; b) “surdez” do Conservatório em relação à Escola, em diversas situações escolares; c) tratamento dos alunos do ensino articulado como “parentes pobres a esconder” face aos outros alunos, nomeadamente em relação a concertos; d) falta de planificação atempada de concertos e audições em função da escola.

R. 29 – Melhor entendimento entre as duas escolas, na minha opinião. Articulado só de nome.

R. 30 – a) de articulado há muito pouco entre as escolas; b) por vezes pouca sensibilidade por parte de alguns docentes do Conservatório; c) regime articulado muito exigente, comprometendo o tempo de estudo, quer para as disciplinas da Escola, quer para as do Conservatório.

R. 31 – Nem sempre a articulação que deveria existir entre a escola e o Conservatório existe. Por vezes parecem escolas independentes, o que leva a existir “provas” simultâneas ou próximas nas duas escolas. Refiro, também, que quando há férias escolares, também, deveriam existir no Conservatório: as interrupções deveriam ser as mesmas.

R. 32 – Não concordo com o facto da escola acabar os períodos escolares e o Conservatório continuar com aulas.

R. 33 – Não tenho críticas/sugestões a apontar.

R. 34 – Nas avaliações os professores do Conservatório deveriam estar presencialmente nas reuniões de conselho de turma ou, pelo menos, um em representação e ciente da avaliação dos restantes colegas do Conservatório. Só assim se poderá indicar os resultados aluno a aluno e ponderar ou explicar discrepâncias.

R. 35 – Criar mecanismos e definir estratégias exequíveis para que os alunos consigam ultrapassar as suas dificuldades, nomeadamente na Formação Musical. Articular melhor com a escola a marcação de testes/fichas, de forma a respeitarem o período mínimo entre estes momentos de avaliação, uma vez que, também, o Conservatório exige estudo e trabalho e, dois testes/fichas no mesmo dia não é nada conveniente.

R. 36 – Criar mecanismos e definir estratégias exequíveis para que os alunos consigam ultrapassar as suas dificuldades, nomeadamente na Formação Musical. Articular melhor com a escola a marcação de testes/fichas, de forma a respeitarem o período mínimo entre estes momentos de avaliação, uma vez que, também, o Conservatório exige estudo e trabalho e, dois testes/fichas no mesmo dia não é nada conveniente.

R. 37 – Existe pouca articulação entre a Escola e o Conservatório. O Conservatório conhece mal o funcionamento e as actividades da Escola e vice-versa, o que leva, por vezes, a incompatibilidades, quer de horários, quer de actividades.

R. 38 – Existe pouca informação exterior face às vantagens do regime articulado. Os próprios alunos deveriam ter acesso a essa informação e serem sensibilizados.

R. 39 – Há pouca interligação entre a escola Diogo Cão e o Conservatório. Devia haver mais articulação nos conselhos de turma, nas avaliações, na marcação de testes.

R. 40 – Muito bem o regime permite o acesso ao ensino da música a um maior número de alunos. A experiência deste primeiro ano de regime articulado deixa-me surpresa. A parca comunicação entre Conservatório e a escola, a ausência de representantes do Conservatório nas reuniões com pais ou até mesmo com outros professores... a meu ver é não só uma incoerência como dificulta todo o trabalho que pressupõe este regime que a mim é apenas um “amontoado” de disciplinas. De uma forma geral é muito satisfatório, mas necessita de maior comunicação por forma a ajudar os alunos a encontrar métodos de trabalho. A disponibilidade de salas e apoio da professora de instrumento fora do “horário obrigatório” tem-se revelado fundamental e muito importante, transformando o Conservatório numa “entidade viva”!

R. 41 – Haver uma maior ligação entre o Conservatório e a Escola, nomeadamente, a participação dos professores da área de música (Conservatório) na vida escolar (reuniões de notas e outras actividades ocorridas na escola). Assim os professores do Conservatório poderiam conhecer o aluno como um todo.

R. 42 – No ensino articulado o aluno deixa de poder ir a três disciplinas. Estas são dadas pelo Conservatório às quais obtêm uma classificação. Essa classificação quando comparada com as dos colegas de turma que não frequentam o Conservatório, é muito

menor, o que faz com que o aluno fique com uma média inferior.

R. 43 – A falta de articulação entre os professores do ensino articulado e Conselho de Turma da escola do ensino regular. A disparidade dos critérios de avaliação entre as disciplinas do Conservatório e entre estas e as da escola do ensino regular.

R. 44 – Parece-me que há pouca articulação entre as duas “escolas”. Os professores do Conservatório nada sabem do desempenho sobre o desenvolvimento dos alunos na escola. As avaliações de um e de outro muitas vezes são coincidentes (os momentos de avaliação, audições, etc.)

R. 45 – Poderia haver mais escolhas nos horários das aulas do Conservatório.

R. 46 – A ligação escola-conservatório devia ser mais eficaz. A directora de turma não tem qualquer conhecimento, ou poder de decisão, em relação aos alunos (comportamento, notas, etc.). Os professores do Conservatório deviam ter habilitações para leccionar pois acima de tudo deviam saber ensinar e não apenas tocar.

R. 47 – Não tenho sugestões nem críticas, nem à escola nem ao Conservatório.

R. 48 – Acho que deveriam melhorar a articulação entre a escola e o Conservatório, pois a sensação que passa é de que os E.E. estão a lidar com duas instituições independentes com pouca articulação/comunicação.

R. 49 – Devia haver uma maior proximidade e articulação entre as duas escolas. Frequentemente, nas reuniões de avaliação, os assuntos não são bem explanados e as dúvidas dos E.E. não conseguem ser esclarecidas. Faria sentido, nessas reuniões, estar presente um elemento em representação dos três professores do Conservatório que os alunos têm.

R. 50 – Só tenho a apontar como crítica, ter de me deslocar três vezes por semana às aulas, quando no início do ano eram somente duas viagens.

R. 51 – Deveria dar sempre preferência aos alunos do regime articulado nos horários, nomeadamente aos alunos que são de fora, pois não têm qualquer aula no horário escolar, mas todas fora do horário escolar.

R. 52 – A colaboração entre Escola e Conservatório tem de melhorar. Formação Musical é muito mais difícil do que se imagina. Precisa de trabalho regular. Os alunos aprendem a trabalhar em grupo, respeitar prazos, responsabilizar-se, ser pontuais, respeitar regras (uniforme), etc. Muitos soft skills valiosos para o resto da vida. Tenho dois filhos em turmas do ensino articulado em turmas relativamente pequenas com excelente rendimento. Só por isso já valeu a pena escolher o regime articulado. Vejo o regime articulado sobretudo como forma de enriquecer a formação de quem tem talento

musical.

R. 53 – Como se trata de regime articulado, não deviam ter aulas no Conservatório até tão tarde, que no caso do meu educando acaba a classe de conjunto às 21 horas de quarta-feira. Dá-se conta de um cansaço a partir de quinta-feira que poderia ser diminuído com a aula em questão terminar cerca das 19 horas (por exemplo).

R. 54 – Até esta data, não tenho sugestões nem críticas a apontar ao regime articulado.

R. 55 – No meu entender, a maior falha no regime articulado é exactamente a falta de “articulação” entre os professores do ensino regular/director de turma e os professores do Conservatório.

R. 56 – Até ao momento não tenho nada a dizer.

R. 57 –Deveria haver uma maior articulação (na prática) entre as escolas, porque, pelo que tenho percebido, ela só existe em relação à diferenciação das disciplinas. A escola regular pouco sabe das actividades do Conservatório e não há interligação a esse nível.

R. 58 – Na minha opinião não existe uma boa comunicação entre a Escola e o Conservatório. Por este motivo, muitas vezes os alunos têm de servir de intermediários e acabam por ter de ajudar a resolver eventuais problemas que não deveriam ser da sua responsabilidade.

R. 59 – Embora seja um regime articulado entre a Escola e o Conservatório, o que tenho vindo a constatar, é que essa articulação quase não existe. Pois sempre que há concertos, alguns em horário escolar, a Escola desconhece. São sempre os alunos e/ou os E.E. que avisam os professores e justificam as faltas.

R. 60 – As aulas deveriam ser no mesmo estabelecimento de ensino.

R. 61 – Acima de tudo, penso que se devem criar as condições materiais, espaciais e humanas para que todas as disciplinas artísticas funcionem no agrupamento escolar. É igualmente importante criar um ambiente de aprendizagem estimulante, motivador e de prazer por parte de todos os alunos, retirando toda aquela carga de stresse e de alguma angústia aquando dos momentos de avaliação e em muitos momentos do processo de ensino/aprendizagem, levando muitos alunos a desistir de forma precoce. É errado pensar que as disciplinas artísticas ou de expressões têm de ser encaradas da mesma forma que “Matemática ou Português”. A palavra “estimular” deve substituir a palavra “especializar” até ao momento em que o jovem já tem alguma certeza do que pretende para o seu futuro profissional. O talento não deve ser castrado com uma carga de exigência/stresse no processo de ensino/aprendizagem. Pelo contrário, o talento no processo de ensino/aprendizagem deve ser potenciado num ambiente de alegria, gosto,

prazer pelo que se faz.

R. 62 – Na minha opinião, havia de haver horários mais flexíveis pois não é ajustável às pessoas que habitam fora da cidade. Por esse motivo muitas crianças não aderem por falta de tempo e transporte

R. 63 – Acho que algumas disciplinas do ensino regular não deviam de existir em detrimento de mais aulas no Conservatório.

R. 64 – Nenhumas. Acho que o regime articulado funciona muito bem. Deverão ser melhoradas questões relativas a horários de alunos que se encontram em escolas mais distantes do Conservatório.

R. 65 – a) falta de diálogo entre as duas escolas; b) falta de articulação; c) horários.

R. 66 – Acho que o regime articulado vem permitir um ensino musical mais abrangente entre os alunos e proporcionar uma aprendizagem musical mais justa para todos, porque, antigamente, só quem tinha uma classe social elevada é que podia estudar música. Hoje em dia, graças ao regime articulado, é possível a toda a gente e são todos tratados de igual forma. Bem-haja pelo regime articulado.

R. 67 – Nenhumas. O regime articulado funciona bem. Poderá ser melhorada a questão dos horários de alunos que se encontram em escolas mais distantes do Conservatório.

R. 68 – a) falta de diálogo entre as duas escolas; b) pouca articulação entre as escolas; c) horários.

R. 69 – Na minha opinião, os alunos do regime articulado deveriam ter um horário menos sobrecarregado.

R. 70 – Os professores do Conservatório deveriam reunir com mais frequência com os professores da escola, de forma a trocar informações. Deveria haver mais articulação em termos de horários.

R. 71 – Por vezes os horários não são ajustados com o devido rigor entre o Conservatório e a Escola.

R. 72 – Nenhumas. O regime articulado funciona bem. Poderá ser melhorada a questão dos horários de alunos que se encontram em escolas mais distantes do Conservatório.

R. 73 – Não há mais nada a acrescentar.

R. 74 – Os alunos do regime articulado deveriam ter um horário escolar privilegiado, o que não acontece na nossa escola (Morgado Mateus).

R. 75 – Não tenho a apontar aspecto algum, uma vez que a minha intenção era, desde o início, facilitar à minha filha o crescimento no mundo da música, responsável, e de uma forma, para mim, mais acessível a nível financeiro.